

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAXLANDER DIAS GONÇALVES

**OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO: A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O
QUE RESTA DA DITADURA NOS RASTROS DA REVISTA VEJA (1978-1985)**

VITÓRIA

2021

MAXLANDER DIAS GONÇALVES

**OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO: A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O
QUE RESTA DA DITADURA NOS RASTROS DA REVISTA VEJA (1978-1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

VITÓRIA

2021

G635u Gonçalves, Maxlander Dias, 1983 -
Os usos políticos do passado: a transição democrática e o
que resta da ditadura nos rastros da revista Veja (1978-1985) /
Maxlander Dias Gonçalves. - 2021.
201 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ditadura Militar. 2. Democracia. 3. Jornalismo Impresso.
I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

MAXLANDER DIAS GONÇALVES

OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO: A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O QUE RESTA DA DITADURA NOS RASTROS DA REVISTA VEJA (1978-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão
Instituto Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte
Universidade Federal do Ceará

Dedicado ao irmão e camarada Lula Rocha (*in memoriam*), exemplo de luta e inspiração para toda uma geração que decidiu erguer a bandeira da justiça, o único fundamento capaz de construir a igualdade e a nova sociedade que sonhamos.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo pelo aprendizado e toda a estrutura oferecida para que eu pudesse cursar o doutorado em História Social das Relações Políticas.

Ao Instituto Federal de Rondônia e ao campus Ariquemes pela oportunidade de concluir os créditos com uma licença para estudos. Ao Instituto Federal do Espírito Santo e ao campus Linhares por terem me acolhido enquanto parte do seu estimado corpo docente.

Ao meu orientador Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes por todo o conhecimento transmitido, seja pela boa conversa em sua sala, seja pelas bibliografias sugeridas, seja por meio da sua orientação no grupo de pesquisa ou, em razão da pandemia, no atendimento remoto.

Aos docentes Dr^a. Ana Rita Fonteles Duarte, Dr. Ueber José de Oliveira e Dr^a. Patrícia Maria da Silva Merlo pela participação na Banca de Qualificação, pelas críticas fundamentais para o criterioso trabalho acadêmico e por todas as sugestões apresentadas que me foram úteis para a sequência desta tese.

Aos meus pais, Vanilda e Roberto, por todo o esforço que fizeram para que eu pudesse investir tempo nos estudos. A minha gratidão a vocês será eterna e com todo amor que houver nessa vida. Ao meu padrasto, Celso, por ter me dado todo o suporte em Vitória, desde o meu primeiro ingresso na Ufes em 2002. Muito obrigado. A minha irmã, Marry, por ter cuidado de mim nos momentos mais difíceis com todo o zelo. À Suelen por ter me dado suporte e incentivo numa ocasião da vida em que eu precisava de tempo para retomar os estudos e ingressar no doutorado. À Leticia por sua companhia, paciência e amor tão presentes num momento em que eu mais precisava de apoio e carinho para concluir esta pesquisa.

RESUMO

Esta tese revisita os últimos oito anos da ditadura militar no Brasil tendo como objeto a Carta ao leitor, coluna editorial da revista *Veja*, buscando reconhecer, na transição democrática, os restos da ditadura. No fim da década de 1970, a ditadura demonstrava esgotamento. Foi nesse cenário que a disputa na caserna sobre o momento ideal da saída dos militares tomou corpo, elevando a temperatura política nos quartéis e na sociedade. Assim, a transição, entre 1978 e 1985, ocorreu em meio a uma série de acontecimentos que demonstravam o quanto os militares não estavam dispostos a retornar o país a uma normalidade democrática se existisse qualquer perigo ao projeto erigido a partir da “Revolução”. Os setores da sociedade que deram suporte ao golpe de 1964 também debatiam o retorno da democracia, porém temendo o crescimento das insatisfações populares e os retrocessos entre as Forças Armadas. A revista reproduzia um discurso acerca da transição, em proximidade com o roteiro planejado a partir do general Ernesto Geisel. Evocava a necessidade de uma política de conciliação nacional, manutenção da ordem social, bem como um rearranjo do Estado brasileiro sob os princípios liberais. Em seu editorial – e baseado numa memória acerca do passado recente –, o semanário intentava, por meio da lembrança, do esquecimento e do silêncio, tecer um rito democrático sem abalos, equalizando as relações de poder que se colocavam no período, afastando as pautas e os segmentos indesejados. A fim de entender de quais maneiras *Veja* se envolveu nesse processo da transição, a pesquisa se propôs a apresentar, numa primeira ocasião, o protagonismo dos militares na condução da ditadura ao seu fim em meio às pressões vindas dos movimentos sociais para a chegada imediata da democracia. Num segundo momento, com base no debate bibliográfico, o trabalho procura apresentar as divergências historiográficas para o período, busca debater a noção de usos políticos do passado e a forma que isso assume na mídia. Numa terceira e última parte a tese segue os rastros da revista, utilizando-se do método da Análise de Conteúdos. A experiência traumática do passado recente brasileiro – a “ameaça vermelha” – aparece no semanário projetando elementos do discurso militar acerca da transição democrática. Interessa-nos entender onde se encontram as consonâncias e as contraposições enquanto formas discursivas assumidas pelos editoriais da *Veja* – no que diz respeito ao percurso orientado pelas Forças Armadas para o fim da ditadura – conforme cresce a pressão popular em defesa da democracia.

Palavras-chave: Revista *Veja*. Transição Democrática. Ditadura Militar.

ABSTRACT

This thesis reviews the last eight years of the military dictatorship in Brazil with the object of the Letter to the reader, an editorial column of the magazine *Veja*, which seeks to recognize, in the democratic transition, the remains of the dictatorship. In the late 1970s, the dictatorship showed exhaustion. It was in this scenario where the barracks dispute took place, about the ideal moment for the departure of the military, raising the political temperature in the barracks and in society. Thus, the transition, between 1978 and 1985, occurred in the midst of a series of events that demonstrated to what extent the military were not willing to return the country to democratic normality if there was any danger to the project erected after the "Revolution". The sectors of society that supported the 1964 coup also debated the return of democracy, but feared the increase in popular discontent and setbacks among the Armed Forces. The magazine reproduced a speech on the transition, in proximity to the script planned by General Ernesto Geisel. He evoked the need for a policy of national conciliation, maintenance of social order, as well as a reordering of the Brazilian State under liberal principles. In its editorial – and based on a memory about the recent past –, the weekly tried, through memory, oblivion and silence, to weave a democratic rite without trembling, equalizing the power relations that were established at the time, removing the unwanted agendas and segments. In order to understand the ways in which *Veja* was involved in this transition process, the research proposed to present, on a first occasion, the role of the military in leading the dictatorship to its end amid the pressure from social movements for the immediate arrival of the democracy. In a second moment, based on the bibliographic debate, the work seeks to present the historiographic differences for the period, it seeks to debate the notion of political uses of the past and the form it assumes in the media. In a third and final part, the thesis follows in the footsteps of the journal, using the Content Analysis method. The traumatic experience of the recent Brazilian past – the “red threat” – appears in the weekly projectors of the military discourse on the democratic transition. We are interested in understanding where the consonances and oppositions are found as discursive forms assumed by *Veja*'s editorials – regarding the path that the Armed Forces guided towards the end of the dictatorship – as popular pressure in defense of democracy grows.

Keywords: *Veja* magazine. Democratic Transition. Military dictatorship.

RESUMEN

Esta tesis revisa los últimos ocho años de la dictadura militar en Brasil con el objeto de la Carta al lector, columna editorial de la revista *Veja*, y busca reconocer, en la transición democrática, los restos de la dictadura. A finales de la década de 1970, la dictadura mostró agotamiento. Fue en este escenario donde se concretó la disputa cuartel sobre el momento idóneo para la salida de los militares, elevando la temperatura política en el cuartel y en la sociedad. Así, la transición, entre 1978 y 1985, se dio en medio de una serie de hechos que demostraron hasta qué punto los militares no estaban dispuestos a devolver al país a la normalidad democrática si existía algún peligro para el proyecto erigido después de la "Revolución". Los sectores de la sociedad que apoyaron el golpe de 1964 también debatían el regreso de la democracia, pero temían el aumento de los descontentos populares y los reveses entre las Fuerzas Armadas. La revista reprodujo un discurso sobre la transición, en proximidad al guión planeado por el general Ernesto Geisel. Evocó la necesidad de una política de conciliación nacional, mantenimiento del orden social, así como un reordenamiento del Estado brasileño bajo principios liberales. En su editorial – y basado en una memoria sobre el pasado reciente –, el semanario intentó, a través del recuerdo, el olvido y el silencio, tejer un rito democrático sin temblar, igualando las relaciones de poder que se colocaron en la época, quitando las agendas y segmentos indeseados. Para comprender las formas en que *Veja* se involucró en este proceso de transición, la investigación se propuso presentar, en una primera ocasión, el papel de los militares en la conducción de la dictadura hacia su fin en medio de la presión de los movimientos sociales para la llegada inmediata de la democracia. En un segundo momento, a partir del debate bibliográfico, el trabajo busca presentar las divergencias historiográficas para el período, busca debatir la noción de usos políticos del pasado y la forma que este asume en los medios. En una tercera y última parte, la tesis sigue las huellas de la revista, utilizando el método de Análisis de Contenido. La experiencia traumática del pasado brasileño reciente – la “amenaza roja” – aparece en los elementos proyectores semanales del discurso militar sobre la transición democrática. Nos interesa entender dónde se encuentran las consonancias y oposiciones como formas discursivas asumidas por las editoriales de *Veja* – respecto al camino que guiaron las Fuerzas Armadas hacia el fin de la dictadura – a medida que crece la presión popular en defensa de la democracia.

Palabras clave: Revista *Veja*. Transición democrática. Dictadura militar.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC – Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul

AI – Ato Institucional

Arena – Aliança Renovadora Nacional

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CIA – Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América

CIE - Centro de Informações do Exército

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

Dops – Delegacia de Ordem Política e Social

LSN - Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PP – Partido Popular

PSD – Partido Social Democrático

SNI – Serviço Nacional de Informações

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A VEJA NA TRANSIÇÃO E A TRANSIÇÃO NA VEJA	32
1.1 A DITADURA PROTAGONIZA A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.....	33
1.2 OS MEANDROS DA CENSURA E A AUTOCENSURA MIDIÁTICA.....	43
1.3 A LUTA DE SETORES DA SOCIEDADE CIVIL PELA DEMOCRACIA.....	51
1.4 A RECORRENTE “AMEAÇA VERMELHA”.....	62
2 A DITADURA EM TRANSIÇÃO E A HISTÓRIA EM TRANSE	71
2.1 UMA DIVERSIDADE DE ENTENDIMENTOS EM TORNO DA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA.....	72
2.2 USOS POLÍTICOS DO PASSADO: SILÊNCIO, LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO NO RASTRO DO DISCURSO.....	89
2.3 O DISCURSO JORNALÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO POLÍTICO.....	100
3 A REVISTA VEJA PARA ALÉM DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	109
3.1 A RECORRÊNCIA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.....	110
3.1.1 Um pequeno retrato dos acontecimentos: os subtemas por ano	110
3.1.2 A problemática da crise econômica e do radicalismo político	115
3.1.3 Dois discursos, de Geisel e Figueiredo, nos editoriais da <i>Veja</i>	118
3.2 O QUE RESTA DA DITADURA NOS RASTROS DA <i>VEJA</i>	121
3.2.1 As violências sofridas precisam ser esquecidas	121
3.2.2 Liberdade de imprensa e a garantia dos negócios	133
3.2.3 Manutenção da ordem social em prol do liberalismo econômico	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
FONTES	162
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE	181

INTRODUÇÃO

A lembrança:

31/Março/64, um pouco de História. 02/abril/64: o Congresso declara vago o cargo de Presidente da República. Assume o Deputado Ranieri Mazzilli. 11/abril/64: em eleições indiretas o Congresso elege o Marechal Castelo Branco como Presidente da República, de acordo com a Constituição de 1946. 15/abril/64: assume a presidência o Marechal Castelo Branco. A verdade: o Marechal foi eleito de acordo com a Constituição e não houve golpe em 31 de março¹.

O esquecimento: “e essa questão de ‘dita ditadura’ aqui no Cone Sul tem que ser levada à luz da verdade. Então nós chegamos a uma conclusão e pacificamos”².

Vamos supor que fôssemos casados, tivéssemos um problema, resolvêsemos nos perdoar lá na frente. É para não voltar naquele assunto do passado, que houve aquele mal-entendido entre nós. A Lei da Anistia está aí e valeu para todos³.

O silêncio: “não podemos dar voz à esquerda que sempre tem um lado para dizer que aquele lado estava certo e não o outro”, encerrou Jair Bolsonaro, presidente do Brasil⁴.

Porém, “somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos”, nos diria Walter Benjamin (1987, p. 223).

O trabalho do historiador, sua operação historiográfica, tal qual o trapeiro do poema de Baudelaire⁵, busca captar perspectivas memoriais e documentais – ou, pelo menos, em

¹ Presidente Jair Bolsonaro em sua conta pessoal numa rede social. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1844236745725303>. Acesso em: 1 abr. 2020.

² Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, na sua chegada a Santiago, Chile. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/2019/entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-sua-chegada-ao-chile-santiago-chile>. Acesso em: 1 abr. 2020.

³ Presidente Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-tenta-amenizar-celebracao-por-golpe-e-rememorar/>. Acesso em: 1 abr. 2020.

⁴ Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, na sua chegada a Santiago, Chile. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/2019/entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-sua-chegada-ao-chile-santiago-chile>. Acesso em: 1 abr. 2020.

⁵ “Tudo o que a cidade grande jogou fora, tudo o que ela perdeu, tudo o que desprezou, tudo o que destruiu, é reunido e registrado por ele. Compila os anais da devassidão, o cafarnaum da escória; separa as coisas, faz uma seleção inteligente [...]” (BENJAMIN, 1989, p. 78).

seu fazer, ir ao encontro do que restou delas, seguindo rastros⁶. De acordo com Michel de Certeau (1982, p. 87), “o historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens”, se torna um vagabundo. A resiliente expectativa pela objetividade histórica e a tentativa de reviver o que só se permite, na verdade, reconstruir revigora o exercício de entender a história enquanto esse reino do inexato. “A imagem do passado mantém o seu valor primeiro de representar aquilo *que falta*” (CERTEAU, 1982, p. 93). Partindo dessa ausência, a história, na companhia do cavaleiro errante⁷, passa a narrar, dos resquícios do pó aos monumentos de pedra, suas explicações (in)definitivas, e é nesse campo que se processa a problematização de noções, outrora consagradas, que separavam a memória da história pelo corte da ciência Oitocentista.

Com a ascensão de novos elementos epistemológicos e, em especial, a partir das experiências traumáticas do século XX, o lugar da memória passou a ser quase um dever para a historiografia, na medida em que se valorizava o subjetivo para a construção da objetividade. Em sendo a memória uma construção não apenas individual, mas potencialmente social, coletiva, é preciso entender que ela se relaciona com a história tendo, enquanto objetivo comum, uma avidez pela verdade. Apesar de se estabelecerem em relação, “a história acrescenta a análise crítica ao caráter empático da memória, na mesma medida em que a memória relembra o historiador de que os homens do passado viviam um presente que não é mais”, segundo Cracco (2017, p. 366).

Em meio a essas considerações acerca dos (des)encontros entre memória e história, suas questões limítrofes, suas zonas dicotômicas ou os seus desvios e travessias, Walter Benjamin (1987) salienta que a história, em sua tarefa de reconstrução do passado e na busca por conhecê-lo como ele definitivamente foi, precisa ser preenchida pelo *tempo-*

⁶ Seguindo a compreensão de Jeanne Marie Gagnebin (2002, p. 129), os rastros não são criados intencionalmente. Na prática, o rastro foi deixado ali porque é fruto “do acaso, da negligência, às vezes da violência, ele foi deixado por um animal que corre ou por um ladrão que fugiu, ele denuncia uma presença ausente sem, no entanto, prejudicar de sua legibilidade: já que quem deixou rastros não o fez com uma intenção de transmissão ou de significação [...]”.

⁷ Análogo ao cavaleiro errante medieval, abnegado, regido por uma espécie de senso de justiça com o Outro se personifica o papel do historiador. Andante, sai em busca do que falta, numa tentativa de preencher vazios de sentido do seu próprio tempo e de sua existência. À tessitura de sua história mistura-se ficção; “por um lado, a história se serve, de algum modo, da ficção para refigurar o tempo e, por outro lado, a ficção se vale da história com o mesmo objetivo” (RICOEUR, 1997, p. 317).

agora, e não pelo tempo homogêneo e vazio. À história cabe trabalhar em favor da lembrança, mitigar a mentira, porém abandonando todo o dogmatismo da verdade (GAGNEBIN, 2009, p. 44).

Seguindo a lógica estabelecida por Ricoeur (2007, p. 189), é ilusão crer “que aquilo a que chamamos fato coincide com aquilo que realmente se passou, ou até mesmo com a memória vívida que dele têm as testemunhas oculares”. Os relatos do passado, circunscritos em outro tempo, são construções discursivas que, partindo de um narrador, ou seja, um sujeito completamente implicado naqueles fatos, trazem consigo a marca do presente no enunciado. E à história, em sua tarefa “de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”, cabe a operação técnica capaz de modificar o lugar e o estatuto de tais objetos, sendo que esse gesto de isolar “as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto” é proposto *a priori* (CERTEAU, 1982, p. 81).

Ao discutir algumas dessas categorias do discurso, é preciso, ademais, compreender a construção da história em torno das reminiscências, ou seja, inserida naquilo que remete à lembrança e à memória. Conforme Yosef Yerushalmi e outros (2017), é necessário distinguir, primeiramente, *mneme* de *anamnesis*, ou seja, memória e reminiscência, respectivamente. Enquanto a memória designa o que permanece em continuidade, a reminiscência denota a lembrança do que se havia esquecido. Numa perspectiva platônica, “todo conhecimento é *anamnesis*, todo verdadeiro aprendizado consiste em um esforço para lembrar-se do que foi esquecido” (YERUSHALMI *et al.*, 2017, p. 14).

Recordar e esquecer traz consigo a consagrada alegoria do *Lethe*, conforme enunciada por Platão no diálogo entre Glauco e Sócrates, cuja figura mitológica de *Her* havia recebido ordens de jamais beber das águas que cruzavam aquela planície, enquanto os indivíduos que atravessavam a tormenta bebiam em quantidades variadas segundo obrigação ou prudência.

A *Her* estava reservada a tarefa de contar as histórias que escutara e observara num lugar divino, após permanecer morto por 12 dias. Todavia, de acordo com Sócrates, “repetir esses numerosos relatos seria longo demais” (PLATÃO, 2007, p. 366). Sem dúvida, mesmo que fosse possível relatar *ipsis litteris* a experiência de *Her*, “articular

historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência⁸ [...]” (BENJAMIN, 1987, p. 224).

Ao poeta Dante Alighieri também foi dado conhecer as angústias dos penitenciados no purgatório. A imagem do *Lethe* – cujas águas tiram a lembrança dos pecados – está presente em *A Divina Comédia*. Dante, “esse homem da memória”, é o guardião da lembrança em favor dos que esperam não serem esquecidos pelos vivos. “Mas até onde vai a capacidade de compreensão e confiabilidade de sua memória, se esse homem deve armazenar em sua memória tantas histórias?” (WEINRICH, 2001, p. 55).

Sem dúvida, “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente”, como afirma Beatriz Sarlo (2007). No caso brasileiro, especificamente, ele emerge quase que como uma necessidade, a fim de recordar um passado que fora destruído pelos vencedores. Contrariamente, Carlos Alberto Brilhante Ustra afirma que há uma história que a esquerda não quer que o país conheça, pois os que saíram vitoriosos da luta armada estenderam suas mãos em sinal de paz, contrapondo-se ao ressentimento, apesar de os vencidos terem continuado o combate. Subvertendo a verdade, uma nova versão, “imposta pelos meios de comunicação”, falseou a história, execrando aqueles que defenderam o Brasil contra a subversão. “É preciso dar um basta ao mito de que os subversivos e os terroristas lutaram contra a ditadura militar e pela liberdade. Fomos nós que lutamos para manter a democracia no Brasil, regime que tanto prezamos” (USTRA, 2007, p. 565).

De que modo o historiador, em seu ofício, faz emergir uma narração da história, já que o passado nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido integralmente? O imaginário é quem estabelece esse corte possível, capaz de atribuir razão ao mundo, reacendendo nessa história, por meio dos restos da ditadura militar e suas reminiscências no presente, a transição democrática no Brasil.

No final dos anos 1970, a ditadura dava sinais claros de esgotamento de seu instrumental. A crise econômica corroía as bases sociais e as vísceras do sistema político estavam cada

⁸ “*Mnemosyne*, a deusa da reminiscência, era para os gregos a musa da poesia épica. [...] A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração [e] tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si” (BENJAMIN, 1987, p. 211).

vez mais visíveis. De acordo com Alfred Stepan (1986, p. 70), citando uma pesquisa da Gallup, em 1982, entre os mais ricos, 60 % acreditavam “que os militares defendiam seus próprios interesses acima dos interesses do país”; e, a cada três, um achava que “as tentativas dos militares de promover a moralização da política e de acabar com a corrupção eram ‘más’ ou ‘terríveis’, em oposição a ‘excelentes’ ou ‘boas’”. Nesse cenário, tornou-se mais nítida uma disputa na caserna sobre o momento ideal da saída dos militares, pois até 1982, em razão do equilíbrio de poder político, alguns setores militares seguiam desejosos de adiar a alternância e a vitória eleitoral da oposição pelo menos até 1991.

Apesar de não haver em torno da escolha de Geisel um componente que permita afirmar que ele fora selecionado pelos militares para ser o arquiteto da abertura, segundo Elio Gaspari (2003, p. 15), o general teria recebido uma “ditadura triunfalista, feroz contra os adversários e benevolente com os amigos”, e nesse sentido administrou o regime para que este se findasse. Diferentemente de um apreço pela democracia e seus instrumentos de equilíbrio da ação desmedida do Estado, tais mudanças foram estabelecidas com o intuito de perpetuar um dado sistema político no país, tendo como símbolo máximo em 1984 a formação da chamada *Aliança Democrática*, cujo afiançamento da transição iniciada pelos militares em meados de 1970 se estende sob sua batuta por quase toda a década de 1980. Tal articulação política de grande amplitude, pautada pelo signo da conciliação nacional, foi capaz de eleger Tancredo Neves, encerrando assim a ditadura, e, especialmente, avalizar o projeto de reforma da autocracia burguesa, na medida em que a democracia se efetuiu (MACIEL, 2014). Se uma minoria dos militares não queria o advento da democracia nessa ocasião, a solução encontrada pela maioria deles, em consonância com uma determinada classe política, serviu para todos.

Com a ascensão do general Ernesto Geisel à presidência do Brasil em 1974, uma série de iniciativas começaram a ser tomadas. Obviamente existia uma conjuntura que apontava para transformações nas bases de apoio do governo militar. Ainda em 1974, com a vitória do MDB sobre a Arena nas eleições legislativas, ocorria uma sinalização popular em

favor de uma abertura do regime político. Tal possibilidade de retorno da democracia já havia ecoado em outros momentos⁹.

Entretanto, os militares não autorizariam uma ruptura que levasse o país para os mesmos sintomas pré-1964, afinal, “a queda de regimes democráticos usualmente se deve à ação de um pequeno grupo de pessoas, ao passo que as transições democráticas, ainda que necessitando das manipulações e conspirações de praxe, requer amplas mobilizações de massa” (CASTRO; D’ARAUJO; SOARES, 1995, p. 28-29). O modo como o povo se mobilizaria, e em torno do que ele se concentraria, acabaria por determinar o procedimento da transição. Se a partir de Geisel a democracia ganhava um ritmo, as palavras de ordem vindas das ruas se dedicavam a acelerar a canção. A ditadura demonstrava então que a abertura ocorreria dentro de ordens cabíveis, pela substituição de mecanismos, sem perder o sensível controle da reorganização institucional concebida por ocasião do golpe de 1964.

Entre 1978 e 1979, a distensão vai se tornando mais abrangente com os movimentos sociais organizados em defesa de pautas factíveis e em razão de “um processo de afrouxamento do poder instituído pelas elites dirigentes¹⁰” (MATHIAS, 1995, p. 22). Glaucio Soares (2014) é ainda mais assertivo: nem mesmo as derrotas eleitorais do partido do governo nos anos 1970, com o suposto recado da sociedade civil ou da elite

⁹ Já em 1966, Castello Branco reiterava sobre o retorno da democracia imediatamente após o fim do seu mandato, todavia teria partido do Congresso Nacional estender a sua gestão e manter em suspenso a normalidade, conforme pairava sobre o seu governo, e sobre os grupos que deram suporte à tomada do poder em 1964, um caráter ambíguo acerca dos objetivos da propalada “Revolução”. Se, por um lado, se externava o desejo do retorno célere para a democracia (especialmente pelos grupos liberais na política), por outro, fazia-se planos para uma gestão militar que cobrisse uma década. O próprio Castello Branco almejava transformar a estrutura econômica do país e todo o instrumental que fizera surgir – por meio da República nascida sob a Constituição de 1946 – as contradições políticas impeditivas para o avanço do Brasil (CRUZ; MATINS, 2008, p. 34). Nos anos seguintes, já na posse do novo general-presidente, Médici também prometera deixar instaurada a democracia no país ao término de seu mandato (CRUZ; MATINS, 2008, p. 60).

¹⁰ O debate sociológico e historiográfico acerca do papel das elites nos processos de transformação/permanência dos acontecimentos e dos ciclos históricos está distante de um consenso, muito pelo que uma velha “história das elites” consolidou, por meio dos personagens heroicos, entre essas coletividades do andar de cima. Todavia, segundo Flavio Heinz (2006), apesar do sentido amplo, mas já descritivo, do termo “elite”, tal adjetivo faz referência a categorias ou grupos que ocupam o topo das estruturas sociais. Tais grupos se espalham entre dirigentes, pessoas influentes, abastados, privilegiados, políticos, empresários, legisladores. Os estudos contemporâneos sobre a história das elites se aproximam e muito, em razão de método e objeto, daquilo que os adeptos da micro-história fazem. “O historiador de elites empreende o estudo dos processos históricos nos quais elas se inserem à luz de suas características sociais mais ou menos constantes. Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos [...]” (HEINZ, 2006, p. 9).

política por meio das urnas, afetavam o que os militares supunham ser a passagem ideal para a democracia. “A continuidade do regime e a sucessão não dependiam, majoritariamente, do mundo político, partidário e eleitoral, mas dos que detinham as armas” (SOARES, 2014, p. 58).

Em sua crítica ao suposto papel inequívoco das elites políticas e/ou econômicas nos processos de transição, Soares (2014) reafirma o lugar das massas urbanas e rurais no exercício de evocar a democracia. Nesse ínterim, o movimento estudantil voltava a ganhar capilaridade na medida em que ia se reorganizando nos estados da federação, legalizando suas entidades representativas. Os operários e demais categorias de trabalhadores passavam a lutar pelo direito de greve e pela autonomia da organização sindical em meio a um cenário crescente de perdas econômicas.

A luta pela anistia se ampliava, inclusive com a participação da classe artística, tendo a lei sido alcançada em agosto de 1979. Havia muita discordância em torno do instrumento legal (em especial a partir do Comitê Brasileiro pela Anistia) e, principalmente, que formato haveria de ter. Enquanto exilados puderam voltar, as ações militares, de um modo amplo, jamais foram punidas e tantos outros familiares de presos políticos sequer puderam enterrar seus entes, já que nunca foram encontrados, sendo declarados desaparecidos, a fim de serem esquecidos.

Nesse processo de “liberalização”, inclui-se o fim do sistema político bipartidário. O modelo anterior, que permitia o funcionamento apenas do MDB e da Arena, dava lugar a um novo sistema, com múltiplas agremiações, como o PDS, PMDB, PT, PTB, PDT e PP (qualquer organização partidária de viés comunista seguia proibida). Contudo, a existência desse sistema representativo não significava, necessariamente, a livre participação dos indivíduos num amplo processo de condução política; pelo contrário, funcionava de acordo com a perspectiva da “transição”, conforme “a administração dos caminhos do futuro pelas forças do passado”, ensejando “negociação, conciliação, mudança administrada pelas elites” (VIANNA, 1986, p. 16).

As eleições de 1982 possibilitaram um crescimento dos setores oposicionistas ao regime nos estados, e, de certo modo, tal vitória eleitoral do PMDB – maior partido da oposição – gerou um novo componente político para a condução “ordeira” da transição rumo à

democracia¹¹. O reflexo da expansão eleitoral da oposição levou a uma ebulição nas ruas, aumentando o clamor em favor das eleições “Diretas Já”. No Congresso Nacional, o governo conseguiu manter a transição em certa estabilidade, mas não sem antes atropelar os desejos dos oposicionistas mais radicais, bem como negociar novos ritos de passagem com parcela da oposição que espreitava comandar o país após 21 anos.

A historiografia brasileira consagrou (e consolidou) grande parte desses entendimentos sobre a ditadura militar por meio da revisitação dos acontecimentos, no instante em que as memórias ocupavam a arena pública; quando arquivos outrora confidenciais foram sendo acessados e pelos relatos da imprensa à época. No caso das memórias coletivas, segundo Daniel Reis (2014b, p. 8), a fim de elaborar uma espécie de conciliação nacional e encaminhar um pacto em torno da democracia a partir da década de 1980, “tendeu a predominar a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis”. Na prática, a questão histórica em torno daqueles anos é muito mais complexa e essas versões saturadas de memórias, como o projeto *Brasil: Nunca Mais*¹² ou o *Projeto Orvil*¹³, impossibilitam entender “os fundamentos históricos da ditadura, as complexas relações

¹¹ Tal fenômeno precisa ser enxergado à luz das variantes políticas conjunturais e regionais. Ueber Oliveira (2013), por exemplo, delinea alguns processos de composição da correlação de forças no Espírito Santo sob a lógica da *arenização* do PMDB. “Diante da diversidade de ideias e interesses alocados em cada um dos partidos, os arenistas, em especial, acabaram por se distribuir em sublegendas, criando a possibilidade de deslocamentos internos como principal alternativa para sanear seus conflitos” (OLIVEIRA, 2013, p. 36).

¹² O projeto *Brasil: Nunca Mais*, idealizado por Dom Paulo Evaristo Arns, juntamente com o reverendo presbiteriano Jaime Wright e o rabino Henry Sobel, foi lançado em 1985 na forma de livro, após um vasto trabalho de busca e preservação da documentação do Superior Tribunal Militar, com o objetivo de dar ampla divulgação aos crimes cometidos durante a ditadura militar (1964-1985) e seus execráveis métodos de tortura. Havia um receio de que o destino final dos arquivos fosse o mesmo dos processos do Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo. Sendo assim, o projeto em sua primeira fase compilou um número imenso de informações e o publicou como um relatório no chamado Projeto A, com 6 tomos, divididos em 12 volumes, em 6.891 páginas. O chamado Projeto B, no caso o livro, “é um resumo do Projeto A, publicado pela Editora Vozes [...]. Foi colocado nas livrarias de todo o País no dia 15 de julho de 1985, sem nenhuma propaganda ou lançamento. Em 4 de agosto, o livro já aparecia em primeiro lugar na lista dos mais vendidos e permaneceu nessa lista por 91 semanas, tornando-se um dos livros de não-ficção mais vendido em toda história da literatura brasileira” (TESSITORE, 2014, p. 283).

¹³ O *Projeto Orvil*, (palavra “livro” lida da direita para a esquerda) foi uma pretensa resposta ao *Brasil: Nunca Mais*. Essa obra, baseada em cerca de sete mil páginas das próprias Forças Armadas, por meio do Centro de Informações do Exército, objetivava refutar as denúncias de violações de direitos humanos cometidas por militares ao longo da ditadura e imputar à esquerda brasileira toda a culpa pela violência da época. Ela também possuía uma premissa, em razão da memória dos derrotados, que inundou a opinião pública a partir da abertura. Os oficiais de mais alta patente se preocupavam “com a repercussão dos livros e reportagens que portavam a visão das esquerdas e com a imagem acerca da comunidade de segurança entre os próprios membros das Forças Armadas, sobretudo os jovens oficiais e praças” (TEIXEIRA, 2013, p. 64). Finalizado em 1988, não foi publicado na ocasião. Consta que o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, foi instado pelo próprio presidente José Sarney sobre a celeuma que tal livro causaria. Assim, o livro recebeu uma edição comercial somente em 2012.

que se estabeleceram entre ela e a sociedade e, em contraponto, o papel desempenhado pelas esquerdas no período” (REIS, 2014b, p. 14). Todavia, do ponto de vista político, cujo corolário se encontra na Anistia de 1979, a sociedade brasileira desde então preferiu o esquecimento e os interstícios de silêncio como forma de memória (RODEGHERO, 2014a). Ambos, muitas vezes, perpetuados pelo jornalismo, cuja contribuição para o estabelecimento de um imaginário acerca dos acontecimentos em um determinado tempo histórico é inegável.

O exercício do poder executado pelo jornalismo possui uma forma raríssima de dominação simbólica, por meio do discurso, conforme atesta Pierre Bourdieu (1997). O poder simbólico é esse poder invisível que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos”; ele constrói uma realidade mais homogênea, tornando as coisas mais coesas, servindo assim para a integração social, dando um sentido consensual ao “mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 1989, p. 8-10). Já a autoridade e a eficiência do discurso, no que tange à sua relevância em termos de dominação simbólica, provêm da concentração de capital simbólico acumulado pelo grupo que o enuncia e pretende agir sobre o real. Assim, esse poder simbólico cumpre a sua função política de assegurar a dominação de uma classe sobre outra, quer seja por imposição, quer seja sob uma ordem legítima; e, para transformar uma visão de mundo mobilizando os sujeitos nessa tarefa de ação sobre ele, o arbítrio do poder simbólico precisa ser ignorado. “Isto significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘illocutionary force’ mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Segundo Bronislaw Baczko (1991), o exercício do poder político passa, em especial, pelo imaginário social e é no centro dele que se encontra o âmago da questão referente à legitimidade de um poder, ou ainda, das representações que fundam a legitimidade do poder. Assim, “en la legitimación de un poder, las circunstancias y los acontecimientos que están en su origen cuentan tanto como lo imaginario que dan vida y alrededor del cual se rodea el poder establecido” (BACZKO, 1991, p. 28). O imaginário se situa no campo de representação e, enquanto tal, busca dar uma definição à realidade por meio da expressão do pensamento. Sendo “representação do real, o imaginário é sempre

referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente” (PESAVENTO, 1995, p. 15).

O jornalismo é um componente peculiar nesse debate sobre o advento do imaginário social enquanto espaço de representação do simbólico. Ele proporciona a sensação possível para a captação do presente por meio da narração, mesmo sendo o presente inapreensível; oferece diuturnamente orientações acerca da temporalidade, dizendo o que é passado, presente ou indicando o que deve ser sonhado no futuro. Por meio dele, opera-se a adequação entre esses entes (passado, presente e futuro), muitas vezes ampliando suas fronteiras, outras estreitando ou simplesmente apagando partes inteiras “sempre de acordo com nossos interesses no presente” (MATHEUS, 2010, p. 249).

A síntese do jornalismo consiste em tornar um acontecimento notícia, sendo que nem todo acontecimento se torna uma narrativa jornalística. Ao lermos ou assistirmos o noticiário todos os dias, temos ali, em cada assunto noticiado, uma mostra dos acontecimentos sob um recorte. O que aconteceu, mas não está ali, é pela escolha de não ser notícia para o jornalismo. As notícias são proposições sobre a realidade, e os fatos contidos nelas podem até ser credíveis, entretanto eles não são a realidade em si, não são os dados crus. Segundo Liriam Sponholz (2009b, p. 62), “o acontecimento jornalístico é notícia, embora nem toda notícia seja um acontecimento jornalístico. Isto porque a maior parte dos acontecimentos que os jornalistas cobrem não são imprevisíveis nem rompem com alguma continuidade”¹⁴.

Quer dizer, a prática jornalística (re)corta o cotidiano e nos sugere pensar, especificamente, o acontecimento narrado. No correr de sua história, o jornalismo, enquanto instituição, conseguiu alcançar um *status* que o habilitasse para essa tarefa de

¹⁴ De acordo com Liriam Sponholz (2009b), há um uso indiscriminado, baseado numa noção muito fluída em relação aos termos *fato*, *acontecimento* e *notícia*. O acontecimento se diferenciaria do fato em razão de o primeiro se localizar no tempo e no espaço. Todavia ele é utilizado com frequência como sinônimo de fato “quando se trata de falar de algo que ocorre no mundo exterior a nós”, mas, apesar disso, nem todo fato é um acontecimento (SPONHOLZ, 2009b, p. 61). O fato pode ser compreendido em sua dimensão ontológica, epistemológica e comunicativa. Segundo Paul Ricoeur (1997), o acontecimento, do ponto de vista da história, também se insere nessas dimensões do ontológico e do epistemológico, respectivamente. Na primeira acepção, basicamente, o acontecimento está circunscrito no passado dos humanos onde ele efetivamente ocorreu, e isso o diferencia excepcionalmente do que não aconteceu ainda. Sob a segunda, tem-se que o acontecimento histórico se insere na contingência, por não ocorrer mais que uma vez.

reconstrução fiel das ocorrências cotidianas e transmissão delas para um vasto público (FRANCISCATO, 2005).

Desse modo, define-se que a prática jornalística visa se consolidar em todo tempo por meio de um discurso veraz, capaz de esmiuçar uma determinada realidade a partir da seleção de fatos. Nessa complexa teia, *Veja* assume um importante papel no que tange ao relato testemunhal dos acontecimentos. “O jornalismo, sendo um discurso, só existe na relação entre os sujeitos” (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 124).

Nessa sua construção discursiva, o jornalismo, imerso no cotidiano que relata, acaba por se tornar um instrumental condicionante para a criação de uma consciência histórica na ocasião em que a notícia é feita. Todavia, no mesmo momento em que a atividade jornalística insere, sob efeito da ruptura, a novidade e a constante mudança do mundo, sob o prisma da linearidade, ela mantém em silêncio o que resta: as permanências.

Então, é por intermédio da ordenação, da estruturação e da narração dos acontecimentos que o jornalismo apresenta uma dada realidade, sendo a tarefa do historiador, numa pesquisa que envolve a imprensa, entender e problematizar a narração desses e os diversos pontos de vista sobre o acontecimento (DE LUCA, 2008), ou, como dizem Cruz e Peixoto (2007, p. 258), tornar uma revista em fonte histórica “é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final”.

Assim, o modo como a imprensa constrói o discurso jornalístico a partir do acontecimento possibilita compreender uma parte dessa história do Brasil e, por conseguinte, este dispositivo chamado *media*. E, neste trabalho em específico, possibilita (re)conhecer, na transição democrática, os restos da ditadura no rastro da *Veja*.

A revista *Veja e leia* foi lançada no dia 11 de setembro de 1968 pela editora Abril. Segundo Daniella Villalta (2002), a ideia inicial dessa nova publicação embarcou nos Estados Unidos da América juntamente com o filho do fundador Victor Civita. Após estudar e trabalhar nos Estados Unidos, tendo sido *trainee* no grupo *Time-Life* por um ano e meio, Roberto Civita voltou para o Brasil em 1958, “atuou como diretor de

publicidade da revista *Quatro Rodas* e, mais tarde, como diretor da revista *Realidade*”, porém seu objeto de desejo era um semanário informativo¹⁵ (ALMEIDA, 2009, p. 24).

Para essa empreitada de construir uma revista semanal de informações, a editora Abril estabeleceu no seu processo produtivo o chamado padrão liberal de jornalismo, que consiste basicamente em tornar o produto impresso um item de mercado, capaz de gerar lucro, tendo como premissa a ideia de neutralidade e objetividade para angariar um vasto público consumidor, como se a razão liberal embutida nas páginas da revista trouxesse juntamente consigo a imparcialidade (SILVEIRA, 2010). No entanto, segundo o antigo diretor editorial Eurípedes Alcântara, “a marca da revista [...] é não se refugiar sob o conforto da imparcialidade. *Veja* tem e defende suas posições e princípios, sem rodeios. A *Veja* acredita na democracia e na economia de mercado” (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 129).

Entretanto, entre as dificuldades enfrentadas pela *Veja*, estava a própria ditadura militar¹⁶. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) passou a monitorar toda e qualquer ação, medida ou notícia tida como contraventora a partir de 1968. O trabalho jornalístico passou a ficar comprometido e a tiragem da revista também. Lançada com 700 mil exemplares, sob uma gigantesca campanha publicitária, logo chegou a 70 mil, e em 1972 ela não passava de 40 mil. Sumiram os anunciantes e jornalistas foram demitidos.

Somente em 1973 os negócios começaram a mudar, e no final dessa década o semanário já se tornaria um dos mais importantes impressos do Brasil¹⁷. Entretanto, durante todo o

¹⁵ Segundo Bernardo Kucinski (1998), o papel das revistas semanais ilustradas e informativas no país, em certo sentido, é o de preencher o espaço dos jornais diários, além de complementar os vazios informativos deixados pela cobertura dos acontecimentos pelo rádio e pela TV, já que, por limitação de tempo e espaço, os noticiários desses veículos são geralmente superficiais. A revista torna-se, afinal, uma fonte rica de leitura e conteúdo devido a sua longevidade e densidade.

¹⁶ Outra grande dificuldade residia na proposta que a revista buscava inaugurar e que, de início, não foi bem aceita pelos leitores, diminuindo assim a sua adesão. Pelo nome *Veja e leia*, com o “VEJA” em destaque sob letras garrafais, imaginava-se uma publicação do porte de *Manchete* e *O Cruzeiro*, revistas semanais muito populares na época, recheadas de fotografias e conteúdos de variedades. Uma pesquisa de recepção encomendada pela Abril após o lançamento apontou essa interferência entre a proposta do produto e o nome do impresso (MIRA, 2001, p. 85).

¹⁷ Em julho de 1981, a revista comemorou um feito enunciado em seu editorial: desde 1979 o crescimento anual das tiragens da publicação girava em torno de 100 mil exemplares. Isso quer dizer que, no início daquela década, *Veja* já tinha ultrapassado a tiragem dos 500 mil impressos. “Tal número supera as tiragens, somadas, de todas as outras publicações semanais de atualidades de âmbito nacional, e representa, de acordo com as últimas pesquisas, um universo superior a 4 milhões de leitores” (GUZZO, 1981, p. 13).

período de crise financeira enfrentada por *Veja*, as demais atividades do parque gráfico da editora Abril, com a sua produção de fascículos, livros clássicos e discos, acabaram por sustentar o rombo deixado pelo informativo. Mesmo assim, Victor Civita precisou recorrer a empréstimos em bancos estrangeiros que passavam dos 6 milhões de dólares a fim de conter os prejuízos causados pelo periódico (PEREIRA, 2017).

Nesse sentido, como se adjetiva a *Veja* desde sua criação? As experiências com o *Projeto Falcão*, por exemplo, já tinham o intuito de refletir a recepção ao novo semanário pela segmentação. Com a revista *Realidade*, a perspectiva foi a mesma. A editora Abril, por meio da publicação de uma série de produtos voltados à democratização de uma espécie de cultura erudita, apostava num dado referente ao crescimento da população urbana e a consequente ampliação do consumo de bens culturais e lazer. Ou seja, para além de uma ascensão econômica, tinha-se no Brasil um fenômeno de crescimento de um tipo de classe intelectualizada que acabou por consolidar um público-alvo que, nessa ocasião, passava a interagir com os produtos da editora nos diferentes níveis, da política aos hábitos de sociabilidade (SILVEIRA, 2010).

Carla Luciana Silva (2005) define o leitor de *Veja* como sendo membro da “elite”, “formadores de opinião”, e seus textos acabam servindo como elementos pedagógicos dessa classe dirigente¹⁸. Segundo dados estatísticos comerciais da própria revista do ano de 2008, 72 % de seus leitores eram das classes A e B, sendo que 68 % de todos os leitores possuíam nível superior completo – destes, 24 % pós-graduados (VEJA, n. 2077, 2008). Além disso, 80 % tinham casa própria; 80 % tinham automóvel no lar; 51 % tinham TV a cabo, conforme Augusti (2005, p. 80).

Veja foi peça-chave na compreensão de um saber político que ganhou intensidade num período histórico subsequente à abertura democrática, mas que vinha sendo gestado desde os anos 1980. Defendia que era preciso cortar despesas reformando a máquina estatal; que o mercado seria o instrumento básico de realização do projeto de produção; propunha

¹⁸ Analisando as revistas *Veja* durante mais de uma década, entre 1989 e 2002, Carla Silva (2005, p. 153) definiu que o recorte publicitário servia como bom indício desse *ethos* do leitor do semanário. “Por exemplo, a Carta ao Leitor é um espaço privilegiado para a publicidade da revista. A joalheria H. Stern é o principal ocupante da meia página de publicidade que acompanha o editorial. Desde fevereiro de 1997, todas as Cartas ao Leitor têm um anúncio seu. Isso reforça o argumento do nível do seu público-alvo: a elite do país”. Ademais, a recorrência do setor financeiro privado, entre os anunciantes, reitera esse caráter elitista da *Veja*.

o fim do grevismo selvagem, bem como o mínimo de interferência do Estado na economia (SILVA, 2009, p. 26). De acordo com Luis Nassif (2008), a *Veja* passou por um processo, no alvorecer do século XXI, que consistiu na adequação da política à guerra de tipologia macartista e, baseada nisso, atropelou o processo jornalístico (manipulando-o), praticando todo e qualquer *lobby* em nome da guerra contra o inimigo externo. No fundo, a chamada “degradação jornalística” do semanário se baseia em dois fenômenos: o de mistura da redação com a área comercial; e o afastamento da ética no processo de produção de imprensa.

Toda a complexa trama envolvendo a transição democrática possui, assim, elementos cruciais na revista, sendo que a própria *Veja* é parte desses elementos que se imiscuem na transição. Os segmentos que se amasiaram no golpe de 1964 participaram, sob o protagonismo dos militares, do governo ditatorial e agora se viam debatendo horizontes em torno desse país democrático que se objetivava construir, porém temendo a ascensão política de movimentos populares. Em razão disso, a imprensa tornara-se um lugar onde essas narrativas se colocavam em profusão. Que transição democrática seria essa? Que rumo deve tomar a transição para a (re)construção de uma ordem democrática?

Os movimentos populares e demais grupos que orbitavam em torno das bandeiras de anistia, direitos humanos, liberdades individuais e um novo sindicalismo, por exemplo, proporcionavam um tipo de tensionamento em favor de uma democracia ampla, problematizando ainda mais o cenário político já bastante turbulento. E isso não passou incólume ao noticiário. As crescentes manifestações pelas eleições diretas para presidente externavam as vontades que se portavam naquela ocasião. Temendo as forças políticas emergentes e os efeitos desse processo, as posições acerca da transição se dividiam dentro do próprio comando das Forças Armadas. O atentado do Riocentro em 1981 explica apenas uma parte da história em torno das disputas políticas dos quartéis e a maneira como deveria ser conduzida a institucionalidade. Todavia a face do terror institucional mostrava-se atemorizante na imprensa.

Dito isso, este trabalho parte de uma questão elementar a fim de compreender determinadas circunstâncias em jogo no caminho para a democracia, a saber: a experiência do passado recente do país, *saturada de agoras*, ainda permanecia latente e (re)apareceu na *Veja* enquanto uma espécie de projeção do discurso militar de transição

democrática? A hipótese aqui apresentada compreende que há reminiscências no cenário de então, especialmente em razão de uma espécie de “ameaça vermelha” – alimentada por crises socioeconômicas – e tais questões vão ser a liga necessária, sob o aspecto político, para que a *Veja*, mais do que nunca, se associe ao roteiro geiselista e a subsequente empreitada de João Figueiredo de retorno da democracia subordinada a uma ordem. Tendo se encerrado a censura, uma autocensura se amplifica, na medida em que o cenário da transição punha em choque diferenciadas perspectivas políticas e de arranjo da institucionalidade brasileira. Por vezes, o editorial tem a aparência da assessoria militar. A Carta do editor, no dia 13 de setembro de 1978 (nº 523), serve como um primeiro rastro. Nela, Victor Civita é assertivo quanto ao “governo do presidente Ernesto Geisel – cuja estratégia de aperfeiçoamento democrático jamais deixamos de apoiar”.

Partindo dessa hipótese, então, a pesquisa se debruça sobre os editoriais da *Veja*, utilizando a metodologia da Análise de Conteúdo¹⁹ para estudá-los. O editorial é um gênero bem particular dentro do jornalismo impresso. É o espaço reservado para a manifestação da opinião oficial da empresa diante dos acontecimentos que, especialmente, estão sendo tratados naquela edição. Em muitas ocasiões, o editorial versa sobre alguma dentre as manchetes contidas na capa do periódico. Assim, ele serve como um rastro para que o próprio leitor prossiga lendo a publicação²⁰.

¹⁹ O método da Análise de Conteúdo, segundo as teorias de Laurence Bardin (2016), consiste num conjunto de instrumentos que se aplicam a discursos, buscando, no esforço da interpretação, ou seja, no campo de uma certa hermenêutica, o rigor da objetividade e o que é fecundo na subjetividade. Leva, então, em consideração tanto os elementos quantitativos quanto os qualitativos do material a ser analisado. De modo geral, o método se orienta da seguinte maneira: após a seleção do *corpus* da pesquisa, por meio de uma pré-análise contendo uma *leitura flutuante* do objeto selecionado, segue-se o tratamento, que busca agregar o objeto em *unidades de registro*, e a interpretação dos dados em sua recorrência (quanti) e em sua inferência (quali). Segundo Bardin (2016, p. 49), “a análise de conteúdo leva em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas (índices formais e análise de coocorrência)”.

²⁰ Na revista, os editoriais são chamados de Carta ao leitor e são escritos, majoritariamente, pelo Diretor de Redação (entre 1978 e 1985, o cargo foi exercido por José Roberto Guzzo), mas também pelo Diretor Adjunto (no período citado, Elio Gaspari). De acordo com Carla Silva (2005, p. 83), a razão para que a seção não seja chamada de editorial tem base na ideia de que, mesmo assumindo um posicionamento político, este não aparente; e, ademais, há uma probabilidade “que o sentido de ‘carta’ tenha a ver com o primeiro diretor de redação, que, por ter maior autonomia editorial com relação à direção da revista, criou essa expressão. A intenção parece clara: de (Mino) Carta ao leitor”. A seção geralmente leva uma assinatura com as iniciais dos autores e em algumas ocasiões excepcionais a coluna assume a alcunha de Carta do editor, sendo sempre assinada pelo presidente do Grupo Abril, Victor Civita. Nas ocasiões de sua escrita, esvaziam-se os sentidos da individualidade de quem escreve e o discurso homogêneo é preenchido com o sujeito *Veja* (SILVEIRA, 2010). No período compreendido por essa pesquisa, o editorial ocupou apenas uma página, geralmente a 19. Quando não a 19, a Carta ao leitor manteve-se sempre após as Páginas Amarelas, a seção Cartas e alguns anúncios publicitários. O acesso ao objeto desta pesquisa se deu pela plataforma digital da revista, disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/>.

O editorial, apesar de opinativo, não se comporta como um corpo estranho num veículo de imprensa. Ele está submerso na totalidade daquele informativo, porém exercendo uma função peculiar. As diversas articulações políticas e econômicas do grupo de mídia, bem como o consenso das opiniões que emanam das forças que o mantêm, estão contidas no editorial, segundo Marques de Melo (2003). No caso da Carta ao leitor da *Veja*, elas “dizem muito sobre a forma com que a revista quer ser ‘vista’, e contribuem para que ela se constitua em efetivo sujeito político” (SILVA, 2005, p. 90).

Isso posto, o objetivo do primeiro capítulo é apresentar questões concernentes à ditadura entre 1978 e 1985 a partir dos acontecimentos que emolduravam o caráter da transição para a democracia, relacionando a *Veja* enquanto parte nesse processo. Para tanto, a primeira parte se propõe a apresentar o protagonismo dos militares na transição, pois esta deveria ocorrer segundo os paradigmas estruturados pelos responsáveis pela ditadura, e descrever como a revista se estruturava nessa conjuntura.

Posteriormente, pontua-se que o trabalho da comunidade de informações – bem como a censura – foi essencial para a ditadura no controle desse processo, e a revista está completamente envolta nesse ciclo. As pressões que chegavam por intermédio de bilhetes e telefonemas transmutaram-se na ocasião em que os generais e diretores da Abril passaram a negociar com base nas necessidades de ambos. Daí em diante, as trocas no comando da revista misturaram-se ao limite de sua autonomia editorial. O cotidiano da autocensura midiática demonstrava, ademais, o rito de passagem rumo à democracia sob a regência dos quartéis.

A disputa política em torno da anistia ganhava ares de combate, revisitando o passado recente. Em 1979, no caminho pavimentado pela ditadura, havia uma defesa dos militares da anistia enquanto esquecimento. Os militares, em sua luta contra os supostos inimigos da pátria, agiram com base no terror de Estado, e, ao subverterem a ordem por meio de instrumentos como o AI-5, colocaram em suspenso qualquer institucionalidade, salvaguardando assim o seu próprio crime culpabilizando o outro lado. Contrariamente, parte da sociedade civil organizada pressionava em favor da lembrança, defendendo uma lei cuja anistia punisse os delitos do Estado, a fim de que estes não se repetissem.

Adiante, o capítulo ainda trata dos desgastes sofridos pela ditadura na medida em que o regime perdia adeptos. O principal foco de tensão social estava entre os estudantes, que se reaglutinavam em torno de suas entidades representativas, e nas fábricas do ABC paulista. Esses dois segmentos experimentaram furar o cerco da ordem militar e acabaram por expor o caráter intransigente de um governo que se dizia disposto à transição. A resposta militar a tais atos de greve e manifestação de rua evidenciaram a lógica da democracia que se almejava erigir.

O debate em torno da nova lei orgânica dos partidos políticos e o fim da Arena e do MDB enquanto forças duais e motrizes do sistema eleitoral brasileiro engendrado na ditadura complementa essa primeira parte do capítulo. As disputas políticas do país evidenciavam a necessidade de o regime conter o desgaste. O sistema com dois partidos acabou por reforçar um componente plebiscitário nas eleições que, nos últimos anos da década de 1970, levou os generais a reverem, sob o ponto de vista da estrutura partidária, o ritual da abertura. Enquanto a Arena perdia campo para a oposição emedebista em determinadas praças, a ditadura modificava as regras do jogo no instante em que ele acontecia. Os fluxos e refluxos proporcionados pelo próprio comportamento do eleitor brasileiro visava também garantir a adequação das peças no tabuleiro eleitoral país afora. O pluripartidarismo viabilizou tal pressuposto, além de permitir que a ditadura ganhasse tempo para sacramentar uma democracia.

Por fim, o primeiro capítulo encerra discutindo a experiência do passado pré-1964, sob a insígnia da “ameaça vermelha”, buscando demonstrar o quanto essa reminiscência permanecia latente no contexto da transição e reforçava a transição sob controle dos militares.

O objetivo do segundo capítulo, por meio do debate teórico, é apresentar as problemáticas em torno da história e da memória nesse processo de (re)construção do que se consolidou enquanto saber acerca da transição democrática. A historiografia e o jornalismo acabam por se atravessar nessa narrativa da História do Tempo Presente com implicações para ambos os lados.

Dividido em três partes, na primeira são demarcadas as múltiplas formas de se enxergar os anos da transição sob o crivo historiográfico, caracterizando também a diversidade dos

limites dela. Assim sendo, das interrogações propostas ao longo dessa primeira parte, algumas manter-se-ão irresolutas, pois dependem quase que exclusivamente do ponto escolhido pelo historiador para visualizar o problema e propor uma resposta. Os casos mais complexos incidem, objetivamente, sobre a periodização (e, por que não, sobre os momentos de crise do tempo) e, conseqüentemente, os termos que envolvem ditadura ou democracia, cujo invólucro é a memória em sua subjetividade e incompletude.

Na segunda parte, discute-se a noção dos usos políticos do passado no contexto da transição e a forma como compõem o silêncio, a memória e o esquecimento no discurso. Como questiona Hartog (2014, p. 38): “há relação entre um passado esquecido ou demasiadamente lembrado, entre um futuro que quase desapareceu do horizonte ou entre um porvir ameaçador, um presente continuamente consumado no imediatismo ou quase estático ou interminável, senão eterno?”

Conforme a aceção de Yosef Yerushalmi e outros (2017), a problemática do esquecimento e da lembrança nacional residem no limiar entre um passado constantemente rememorado e um não retransmitido às gerações contemporâneas, todavia “um povo jamais pode ‘esquecer’ o que ele não tenha primeiro recebido”.

Marialva Barbosa (2019) define que é possível perceber na mídia essa noção ambivalente de caracterização do tempo, em que faz-se um uso estrito do passado no instante em que um presente se estende ao futuro. “A mídia produz narrativas como arquivos da e para a história. Em função disso proliferam também as referências ao passado: o passado transformado em discurso comum, inclusive do ponto de vista de uma memória histórica partilhada” (BARBOSA, 2019, p. 34). De acordo com Jacques Le Goff (2003), o jornalismo produz memória de modo múltiplo e, enquanto “senhor da memória”, a imprensa a faz perpetuar com a coletividade.

Nesse sentido, na terceira e última parte do capítulo, o discurso jornalístico é colocado em debate a fim de apresentar a sua lógica de construção de uma narrativa acerca de um determinado acontecimento. Ser tido por fiel em sua tarefa de relatar os acontecimentos é imprescindível para que o jornalismo se estabeleça enquanto atividade pública digna de ser respeitada e defendida. Na concepção de Pierre Bourdieu (1997, p. 65), esse ofício executado pelos jornalistas deve “sua importância no mundo social ao fato de que detém

um monopólio real sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala da informação”, o que, no dizer de Briggs e Burke (2006), permitiu ao jornalismo colaborar sobremaneira para o surgimento de uma opinião pública.

Foi a partir do século XIX que as notícias passaram a ser vistas como uma construção social, resultado de inúmeras interações entre diversos agentes, tornando os jornalistas sujeitos reivindicantes de um monopólio do saber sobre a própria notícia (TRAQUINA, 2005, p. 28). A partir daí foi se estabelecendo um modo de exercitar o ofício jornalístico, por meio de um método de produção da notícia, tendo como premissas a independência, a objetividade e a noção do serviço ao público. Desde então, ao jornalismo cabe o histórico papel, legitimado pela sociedade, de reconstruir discursivamente o mundo a partir de técnicas, princípios e valores no esteio da verdade.

No último capítulo, o trabalho se encerra a partir da Análise de Conteúdos dos editoriais da *Veja* (Carta ao leitor), iniciando pelo mês anterior ao fim do AI-5, ou seja, setembro de 1978, e fechando no mês de março de 1985, ocasião do término da ditadura. A seleção dos 204 editoriais se fez em razão de uma temática: a transição democrática (com suas nuances sociais, políticas e econômicas, principalmente), sendo obtida por intermédio da pré-análise e da prévia exploração de 345 editoriais. Conforme Bardin (2016), para estudar opiniões e valores geralmente é utilizado, como unidade de registro, o tema, sendo a mídia frequentemente analisada com base nessa perspectiva. “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2016, p. 135).

Assim, na primeira parte do capítulo serão apresentados os dados quantitativos referentes às recorrências dos subtemas em torno do tema transição democrática nos editoriais, alocando-os em duas lógicas de entendimento: uma de argumentos favoráveis e outra de argumentos contrários em face da transição, conforme o rito da caserna. Após isso, compararemos as recorrências dos subtemas por meio da Análise de Conteúdo de dois discursos presidenciais: o de Ernesto Geisel em 31 de março de 1978 e o de João Figueiredo em 31 de março de 1984, a data da “Revolução”. O objetivo é inferir se o discurso da *Veja* se orientou, de algum modo, segundo o roteiro da transição proposto pelos ditadores.

Na segunda e última parte do capítulo, a análise sequencia os principais acontecimentos em razão da transição, discutidos nos editoriais selecionados, a fim de compreender se, de fato, a “ameaça vermelha” – e todos os seus (e)feitos – continuava sendo um eixo político aglutinador da revista em torno dos ritos de abertura da ditadura. Do mesmo modo, busca-se delinear as críticas da *Veja* à gestão econômica da ditadura na transição, colocando os militares sob o crivo de um ideário econômico liberal mais estrito. Diferentemente da análise temática anterior, a análise da enunciação se coloca a estudar o discurso cheio de contradições, incoerências e imperfeições. “A análise da enunciação assenta numa concepção do discurso como palavra em ato. [...] considera que na altura da produção da palavra é feito um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações” (BARDIN, 2016, p. 218).

Assim, no limiar da democracia, se os militares já haviam conseguido conter a desordem pública, o fratricida sistema político-partidário, a imoralidade social e a corrupção do Estado devolveram ao país um republicanismo patriótico (afinal, foi para consolidar esses propósitos que se derrubou Jango, disseram eles em 1964); o que receavam os arquitetos do golpe de Estado às vésperas da transição? Eis o que resta da ditadura enquanto rastros na *Veja*.

1 A VEJA NA TRANSIÇÃO E A TRANSIÇÃO NA VEJA

“Mesmo sendo imparcial e apartidária, Veja já mudou mais a história do país do que muito revolucionário por aí. Veja. Os olhos do Brasil”.
VEJA, edição nº 1615, 1999, p. 154

A máquina pensada para funcionar sob os termos da distensão proposta por Geisel e Golbery tinha na mídia uma função preponderante. O papel a ser ocupado pela imprensa de extensão nacional era defender o rito de abertura conforme o roteiro da ditadura equilibrando interesses díspares, a saber: a constante repulsa dos aparelhos de segurança pelo fim da ditadura e o desejo urgente por democracia vindo dos movimentos sociais. A revista *Veja* percorreu esse período sob o fio da navalha. A “ameaça vermelha” seguia ecoando, rememorada principalmente pelos “duros” e subsidiada pelas manifestações de rua e piquetes nas fábricas. Tudo isso agia na contramão da sua linhagem liberal, entretanto, tendo o retorno da democracia como premissa, tal qual prenunciava a ditadura, a revista buscava encontrar uma resposta capaz de manter o desenvolvimento econômico

e o controle político em ritmo de expansão, mas, se o Brasil que caminhava para uma ordem democrática em meados dos anos 1980 não se equiparava ao de 1964, as vozes dissonantes permaneciam ecoando, problematizando a transição.

O entreato ficaria por conta da “tigrada²¹”. A tortura e a morte nos calabouços do regime mostrariam as entranhas de um sistema político que naturalizava a eliminação da discordância pelo uso da força estatal; agora sob práticas de terror. O perigo comunista permanecia no vocabulário de muitos militares, portanto era preciso continuar o trabalho de espionagem, perseguição e eliminação dos inimigos da nação brasileira.

1.1 A DITADURA PROTAGONIZA A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

A transição para a democracia trazia consigo uma série de fatores que preocupavam os militares, em razão daquilo que havia levado ao que eles chamam de “Revolução de 1964”. Eram vistos enquanto problemas para a ascensão democrática: a pluralidade partidária e as constantes disputas eleitorais em torno de elementos tidos pela caserna como pouco patrióticos e republicanos; a imoralidade que desvirtuava os bons valores de unidade social e familiar; e, especialmente, a necessidade de manter o Brasil livre da “ameaça vermelha” e dos ideais comunistas. Passar de um sistema a outro, num rito de liberalização, consistia em distender de modo lento, gradual e seguro a estrutura política. No final do governo Geisel e durante o mandato de João Figueiredo, essas questões estiveram presentes.

O governo de Geisel categorizou-se historicamente como uma gestão estrategista na perspectiva do lugar do Estado na abertura política. Segundo Napolitano (2014, p. 231), o general buscava “dotar o regime e o governo de instrumentos para conduzir a transição

²¹ O termo remete aos tempos da escravidão no Brasil, embora sua noção recente para a ditadura militar tenha sido consagrada pelos escritos de Elio Gaspari, cuja síntese seria o “trabalho sujo” exercido por militares envolvidos nas atividades dos aparelhos de segurança. O escravo tigre era, até o século XIX, o responsável por fazer o trabalho de saneamento das casas. Na sua tarefa diária de conduzir os excrementos em grandes tonéis, carregados nas costas, até áreas distantes das moradias (geralmente rios, lagos e mares), o percurso lhe deixava marcas. O conteúdo misturado com ureia e amônia escorria dos tonéis fazendo marcas brancas sobre a pele negra, parecidas com listras. A alcunha utilizada era uma caracterização bastante pejorativa, apesar de executada por negros de muita força física. Como se não bastasse o trabalho em si, essa classificação acabava por determinar a sua condição degradante até entre os demais escravos da sociedade carioca do século XIX. Sobre o assunto, ver: Alencastro (1997).

para o governo civil com mão de ferro”, sob sua liderança e perspectiva, na medida em que reconheceu o governo comunista angolano – mesmo sendo ele, Geisel, um anticomunista convicto –; manteve suas discordâncias com a política estadunidense para os direitos humanos no mundo – capitaneada por Jimmy Carter –; estabeleceu um acordo nuclear com os alemães – à revelia dos Estados Unidos da América –; e viabilizou uma política cultural que beneficiava até mesmo os artistas que se opunham historicamente à ditadura militar. A fim de manter o controle sobre o processo político, Geisel construía bem as concessões e intransigências.

Para Elio Gaspari (2016), de modo ainda mais enfático, coube a Ernesto Geisel um papel vitorioso naquele período histórico. Venceu todas, ante os cenários políticos adversos dentro e fora do quartel e em razão dos problemas econômicos que começavam a espreitar. Sua negociação se dava dentro dos limites conjunturais e buscava se adiantar quando os impasses o rodeavam. Movia as peças numa tentativa de manter o cronograma de abertura proposto, tal qual um enxadrista. Dessa maneira, mantinha um controle até mesmo sobre o partido de oposição. Quando o MDB avançava, combatendo suas medidas, Geisel reagia. “E cada vez que se fazia uma reação se estava praticamente dando um passo atrás na abertura”, reiterara o general posteriormente (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 420).

Se a memória liberal permanece fazendo questão de resguardar o personagem Ernesto Geisel – apesar das violações de direitos humanos serem cada vez mais evidentes em seu governo –, a historiografia reservou a João Figueiredo um outro papel. Por um lado, no seu governo, a transição chegou a um desfecho; por outro, ficou nítida a sua fragilidade política para conduzir tal arranjo proposto – o que acabava por reforçar as comparações com o seu antecessor e mentor. A crise econômica, os levantes operários e os movimentos de rua, além da insistência de um setor das Forças Armadas em frear a abertura, levaram Figueiredo a ser mais conduzido que condutor da transição. Graças à “tibiaza da oposição moderada que ganhava força ao longo do processo”, a estratégia inicial de transitar para a democracia não se perdera (NAPOLITANO, 2014, p. 283).

Assim, parte dos resultados políticos obtidos com a anistia e a reordenação partidária podem ser creditados à Figueiredo, da mesma forma que os equívocos econômicos e a

insolvência resultante também. Mas só parte deles. Todo o cenário de crise no início dos anos 1980 era o fruto de uma ditadura que agora começava a ser colhido.

Pouco mais de uma década antes de toda essa crise (mas no meio de uma outra), surgiu o periódico da editora Abril, chamado inicialmente de *Veja e leia*²², cujos elementos fundadores e norteadores estão imersos naquela conjuntura. A maior parte desses elementos se tornam públicos a partir da memória legada pelos próprios fundadores da editora, tendo Roberto Civita, segundo essa narrativa, um papel protagonista, do indivíduo que retorna da “América” com uma ideia genial, um sonho após uma temporada de aprendizado.

Na prática, “a revista surgiu sob influência da americana *Time*, parte de um conglomerado de comunicações, que também financiou naquela época a criação da Rede Globo de Televisão” (SILVA, 2005, p. 55). Ao semanário de informações e diversidades (*Veja*) se somaria uma revista de negócios (*Exame*) e outra de comportamento (*Homem*, posteriormente *Playboy*), reforçando a imagem do homem de sucesso, componente imprescindível do discurso liberal, “elemento organizador da memória produzida pela empresa e que vai acompanhar a trajetória doutrinária de *Veja*” (PEREIRA, 2017, p. 32).

De acordo com Maria Celeste Mira (2001 p. 66), o “objetivo de *Veja* era integrar o Brasil através da informação” e para tanto utilizou como método o “abrasileiramento de modelos de jornalismo já tradicionais no exterior”. No editorial de lançamento da revista, em 1968, o clima de integração nacional, dos rincões do país aos modernos centros urbanos, coincide com o momento que o Brasil vivia sob a tutela dos generais, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional. Entretanto, numa visão empresarial, Victor Civita enxergava a integração modernizadora sob a esfera do lucro potencial (MIRA, 2001, p. 120).

Esse caráter nacional de *Veja*, especialmente por sua cobertura política, coincidia com os interesses da caserna. Entre os militares havia um desejo de estimular a formação de grandes redes de comunicação, a fim de propagar os feitos do regime e manter a rígida

²² Por existir uma revista no mercado com o nome *Look*, não fora possível à *Veja* ser registrada somente com este nome em setembro de 1968. Daí o “leia” enquanto complemento. Após o fechamento da *Look* no início dos anos 1970, *Veja* então efetiva o nome que a faz conhecida até os dias atuais (MIRA, 2001, p. 81).

estrutura de poder construída, sendo o Estado, então, o “centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos” (ABREU, 2002, p. 15). No que concerne aos interesses que unificavam a revista e o quartel nessa ocasião, constava ainda o combate à esquerda armada.

De acordo com Juliana Gazzotti (1998), a opinião de *Veja* sempre foi em defesa de um retorno sem traumas para a democracia. Isso ficou evidenciado a partir de 1969, quando das disputas no Planalto envolvendo a ascensão do vice e civil Pedro Aleixo²³. Dessa feita, a radicalidade encarnada nas medidas autoritárias de Costa e Silva, coincidindo com o AI-5, tinha paralelo nas ações de guerrilha perpetradas por militantes de esquerda ansiosos pela derrubada da ditadura pelas armas; ambas as posturas desagradavam ao periódico. Com a sucessão presidencial, alçando Médici ao cargo mais importante do Brasil em 1969, tendo passado então o “espectro” Pedro Aleixo, *Veja* apostou na estabilidade traduzida no general e no recorrente discurso do comando militar de que o país caminharia para a democracia (GAZZOTTI, 1998, p. 72). No entanto, pelo caminho havia a tortura, e essa temática foi objeto de insatisfação duradoura entre a revista e a ditadura, levando à censura e a crises quase incontornáveis dentro da redação e da direção de *Veja*.

Entre 1969 e 1974, com Médici – “vivendo sob um regime” que nem ele mesmo considerava “plenamente democrático” (MÉDICI, 1970, p. 11) – o país experimentou, na prática, os excessos de uma ditadura, com cerceamento de liberdades e a institucionalização cada vez maior da arbitrariedade, por meio do uso constante do AI-5. Foram “anos de chumbo” na verdadeira acepção da palavra, mas, combatendo os ditos “inimigos da nação”, o general fez crescer o Brasil, consagrando o período como um “milagre” do ponto de vista econômico. Mesmo assim, após dez anos de intensa ditadura, os militares estavam enfraquecidos à frente do governo, reitera Kinzo (1988).

²³ Pedro Aleixo foi um ferrenho opositor de Jango e um dos articuladores políticos para a sua derrubada em 1964. Pelos serviços prestados, acabou por se tornar um importante líder do governo ditatorial. Filiou-se à Arena e após ser Ministro da Educação foi escolhido entre seus pares para compor a chapa presidencial com o general Costa e Silva como vice-presidente. Após o afastamento de Costa e Silva, em agosto de 1969, em decorrência de problemas de saúde, Pedro Aleixo, mesmo sendo o vice, não pôde assumir. Para o seu lugar, o alto comando militar organizou uma junta militar provisória que funcionou até a ascensão de Médici, em outubro de 1969. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pedro_aleixo. Acesso em: 29 mar. 2020.

Dessa maneira, a ascensão de Geisel, com seu projeto distensionista, coincidiu com uma crescente de insatisfações sociais demonstradas no resultado das eleições de 1974, apontando forte tendência do eleitorado à adesão ao MDB. Conforme editorial de *Veja* (1978, nº 531), “nas últimas eleições, em 1974, dados concretos também foram colocados sobre a mesa [...] a partir deles ficou clara a inviabilidade de o regime seguir, perenemente, o curso do totalitarismo sem leis”.

A reorganização dos grupos da sociedade civil pelo fim da tortura e morte nos porões da ditadura, consagrada nos atos em memória de Vladimir Herzog, compunha o cenário de tensão no roteiro proposto para a abertura (KINZO, 1988, p. 167). As várias medidas de liberalização orientadas por Geisel no contexto da distensão foram, todas elas, atravessadas pelos movimentos vindos de diversas partes, inclusive de dentro do quartel, acentuando a redemocratização numa amplitude social inimaginada pelos seus mentores. Esta é a importante conclusão de Celso Castro, Maria D’Araujo e Gláucio Soares (1995) sobre o retorno dos militares aos quartéis no contexto da abertura. “Por todas essas razões, podemos caracterizar a abertura como um *projeto* que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou *processo*, cujo rumo foi determinado por muitas forças” (CASTRO; D’ARAUJO; SOARES, 1995, p. 39). A abertura, segundo os autores, não foi pensada de modo meticuloso, mas baseou-se numa intenção cujo desenrolar desencadeou ações e reações. Se a “linha dura” não tinha todas as cartas na mão para decidir o jogo, ela possuía ao menos aquelas responsáveis por paralisar a partida.

Nessa leitura, baseada em boa gama de teoria sobre transição, liberalização e democracia, há uma certa fluidez quando se fala de “castelistas” e “linha dura”, apesar de papéis bem definidos de cada um desses grupos na ditadura militar. Isso porque todos os governos formados na ditadura foram de composição e, por estarem presentes forças políticas variadas, as disputas reverberaram no quartel e vice-versa, gerando insubordinações e tensionamentos em todo o período. Na prática, qualquer abertura à democracia ocorre apenas quando os ocupantes do poder estão dispostos a negociar, e Geisel estava disposto. Porém o seu limite residia numa zona entre os “duros” e a oposição radical (CASTRO; D’ARAUJO; SOARES, 1995, p. 38).

De fato, uma compreensão geral entre os militares que se propuseram a um golpe de estado em 1964 versava sobre a questão político-partidária. A fragmentação das legendas era percebida como algo maléfico para o bem-estar social, tanto que “as mudanças no código eleitoral para a escolha dos governadores em 1965 determinaram a proibição das coligações partidárias nos pleitos proporcionais”, bem como estabeleceu critérios mais rígidos para a cláusula de barreira, a fim de inviabilizar algumas agremiações e ter mais controle sobre o pleito, segundo Alessandra Carvalho (2011a, p. 222).

O interesse da ditadura, de algum modo, era manter uma capa de democracia. A aparência, nesse sentido, criava uma fantasia em torno das instituições brasileiras. Em momentos de acentuada crise, o regime mostrava sua face coercitiva. Em todos os outros, sua máscara institucional planava. A dinâmica do bipartidarismo pressupunha, inicialmente, um rearranjo político partidário simples. A ideia era identificar de modo tácito quem eram os agentes da oposição e, conseqüentemente, contar o tamanho da base governista. O autêntico bê-á-bá da política. No entanto o que se viu foi um forte desequilíbrio. A posição do governo ditatorial ganhou preponderância nesse debate cotidiano, colocando os políticos numa zona conflituosa e desvantajosa para os processos de negociação aos quais estavam acostumados (GRINBERG, 2004).

É necessário ressaltar que, apesar dos novos rearranjos partidários, as figuras que instrumentalizavam a política antes de 1964 manter-se-iam na lida por longos anos. “Se Arena e MDB eram, pelo menos inicialmente, siglas sem respaldo popular, até pela forma artificial como foram criadas”, suas lideranças não eram, e de alguma maneira eles buscavam formas de lidar com as restrições sem que com isso perdessem suas carreiras políticas (OLIVEIRA, 2013, p. 24). Obviamente, alguns candidatos apoiados pelo regime foram derrotados em 1965 e isso fez também disparar uma leva de novas iniciativas reformistas, a fim de “assegurar maiorias parlamentares para a Arena, uma oposição moderada e cautelosa e o controle dos governantes militares sobre as principais instâncias de poder” (CARVALHO, 2011a, p. 223).

Nos rearranjos que se seguiram após o estabelecimento do bipartidarismo, é possível notar “que as correntes mais conservadoras tenderam a encaminhar-se para a Arena, enquanto alguns grupos liberais, de centro e esquerda agruparam-se no MDB” (CARVALHO, 2011a, p. 231). Além disso, após 1975 ainda era possível notar que muitos

políticos da Arena e do MDB eram identificados pelas suas antigas siglas, como UDN e PSD. “A continuidade das identidades partidárias deve muito à manutenção das redes individuais dos políticos” (CARVALHO, 2011a, p. 232).

De certa forma, a continuidade não inviabilizou a renovação que se seguiu à legislação partidária, especialmente diante de uma sociedade que mudava sua característica, urbanizando-se, criando adensamentos na cidade, com demandas específicas, cujos membros do MDB se tornaram os candidatos prediletos nesses locais. “O avanço das conquistas parlamentares do MDB a partir de 1974 abalou seriamente a supremacia que os arenistas haviam alcançado em 1966 e 1970” (CARVALHO, 2011a, p. 234).

Já no meio rural, a Arena permanecia forte o suficiente para manter uma correlação de forças favorável ao regime. No cômputo das cidades governadas, os arenistas também levavam vantagem, demonstrando o quanto sua estrutura organizacional permitia um controle sobre o eleitorado. Ademais, havia prefeitos eleitos pelo MDB que migravam para a Arena com o objetivo de usufruir das benesses que um maior trânsito com os militares possibilitava.

A derrota do partido governista nas eleições de 1974 marcaria o início de uma trajetória de mudança na legislação partidária. Se os militares acreditavam na necessidade de manter o controle sobre o processo eleitoral, a *Veja* também, e prosseguia desencorajando por meio do seu discurso a ação mais abrupta e ligeira para a reconquista do Estado democrático de direito, proposta por alguns quadros do MDB (GAZZOTTI, 1998). Entretanto, a mídia é também considerada personagem decisiva para a vitória da oposição, já que se notava um destacado aumento da população urbana do país e os setores médios nas cidades foram essenciais para o avanço do consumo de bens culturais diversificados. No correr dos anos 1970, *Veja* foi se tornando preponderante para a formação de uma opinião pública, e os militares entenderam o quanto valia o apoio de veículos de comunicação naquela conjuntura. “Sua reação foi evitar nova derrota nas eleições municipais de 1976, com a edição da chamada Lei Falcão, que estabeleceu rígidos controles sobre a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Com isso, a Arena conseguiu ampla vitória eleitoral sobre o MDB” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 81).

De fato, é em meados da década de 1970 que o ressurgimento da *Veja* fica evidente²⁴. O empreendimento começou a gerar lucro e, ao mesmo tempo, algumas cisões, em decorrência tanto de ingerência interna quanto de um cenário de distensão política em gestação, levando Victor e Roberto Civita a fazerem algumas escolhas definitivas do ponto de vista empresarial (escolhas essas que ficariam mais claras em 1976 com a saída de Mino Carta e que demonstravam o quanto a censura ainda era um enalço até aquela ocasião).

As versões para os eventos que puseram Roberto Civita e Mino Carta em rota de colisão variam conforme as biografias e os livros de memória de ambos os personagens. No entanto é nítido que o objeto *Veja* estava em disputa diante de uma ditadura encurralada entre a distensão e a repressão²⁵. Para Mino Carta, a morte de Vladimir Herzog e a censura prévia eram motivos suficientes para colocar o semanário na oposição aos militares, mas, na contramão, Roberto Civita vinha buscando se alinhar aos ditames do quartel em razão de uma dívida que precisava ser quitada com bancos estrangeiros. A contratação do teatrólogo e ator Plínio Marcos por Carta, para escrever uma coluna de esportes, acendeu um pavio. Nas palavras de Civita, Mino Carta teria debandado para uma ação típica dos subversivos, estava irreconhecível, colocando a perder tudo o que havia sido construído até ali, parecendo querer posicionar a revista à esquerda. Para Carta, sua cabeça já estava

²⁴ Entre 1968 e 1973, a revista passou por dificuldades variadas, não se resumindo apenas à ação da censura imposta pela ditadura. Segundo Villalta (2002), o primeiro impacto negativo corresponde ao projeto gráfico. Apesar do sucesso inicial, bem como da recepção positiva dos leitores em razão do *Projeto Falcão*, dos 700 mil exemplares de tiragem inicial chegou a vender apenas 16 mil em algumas edições até 1969 (SOUZA, 1988, p. 90). Os prejuízos nessa época chegaram aos 6,5 milhões de dólares (SILVA, 2005, p. 56).

²⁵ A obra de Carlos Maranhão *Roberto Civita – o dono da banca – a vida e as ideias do editor de Veja e da Abril* é a biografia de Roberto Civita. Segundo o jornalista, que por mais de quarenta anos trabalhou na editora Abril, a ideia surgiu do próprio biografado, todavia a empreitada não se concluiu a tempo, pois em 2013 “Bob” viria a morrer. Então, de uma autobiografia surgiu esse livro, com a permissão da família Civita para acesso aos documentos do falecido. Nas palavras de Roberto Civita acerca da *Veja*, “em termos de opinião, seguimos uma linha. Do contrário, faremos uma revista anódina, sem cor, sem posição. Os leitores sabem o que pensamos. Não preciso agradar a todo mundo” (MARANHÃO, 2016, p. 420). Já os livros *O Castelo de Âmbar* e *A Sombra do Silêncio* são uma sequência de ficção que se misturam às memórias de Mino Carta. Os livros se constroem em primeira e terceira pessoa, respectivamente, a partir dos documentos e escritos do personagem Mercúcio Parla. Numa entrevista para a Associação Brasileira de Imprensa, Carta explicou: “Mercúcio sou eu mesmo. Comecei a escrever por uma questão muito mesquinha. Estava muito irritado com o livro do Mário Sérgio Conti, *Notícias do Planalto*, que falseia fatos que dizem respeito à minha vida, porque ele preferiu ouvir o patrão dele (Roberto Civita), que é um dos pulhas mais refinados que já apareceram por aí. Mas além disso, também falseou a História do País, atribuindo aos jornalistas a criação do fenômeno Collor. Collor foi criado pelos patrões donos da *Veja*, na qual ele trabalhava e que inventou o slogan ‘o caçador de marajás’. Aí, eu quis escrever o primeiro livro, que tem no centro uma figura chamada Mercúcio Parla num país que não existe, num tempo que você não sabe qual é, mas que carrega boa parte das minhas experiências pessoais e boa parte da História do Brasil, que acompanhei de perto”. Disponível em: <http://www.abi.org.br/entrevista-mino-carta/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

vendida há tempos para o ministro da justiça Armando Falcão. Dois meses após a sua saída, a censura acabou na *Veja* e o empréstimo da Caixa Econômica saiu.

Dois anos depois, *Veja* noticiaria pela última vez, nas eleições gerais de 1978, esse formato consagrado de eleição no Brasil entre um partido do governo e um partido oposicionista, apenas, ensejando a redemocratização em curso pelos militares. O fato é que o modelo bipartidário já não garantiria aos militares, cada vez mais desgastados, um controle total do processo político, dada a propalada abertura de Geisel. Nesse momento, uma eleição plebiscitária desfavorecia o governo, por mais que se mantivesse encastelado no executivo federal.

A realidade dentro do legislativo começava a mudar e o “Pacote de Abril”²⁶ de 1977 viria para garantir a hegemonia da Arena num momento de crescente crise política e econômica. “Questionado se os pacotes não eram uma pedra no caminho da democratização do Brasil, Geisel cunhou uma das mais memoráveis frases da ditadura militar: ‘Nossa democracia não é igual às outras [...]. Democracia é relativa’” (NAPOLITANO, 2014, p. 257).

No entanto, no correr do tempo, o sistema bipartidário, aparentemente rígido, foi suficiente para que em vez da artificialidade das siglas surgisse uma nova dinâmica político-partidária. Com base nessa experiência, ampliaram-se os diretórios do MDB, tendo avançado uma pauta que considerava a possibilidade de vencer as eleições por dentro do sistema eleitoral, contando com a colaboração de uma intensa mobilização social.

A disputa institucional entrava novamente no radar da sociedade civil, conforme preconizavam os militares desde o início do golpe. O MDB acabou por cumprir um papel que lhe fora separado desde a sua concepção. Conquistando uma estatura a cada pleito,

²⁶ Entendido como um passo atrás na caminhada rumo à democracia, o “Pacote de Abril” foi obtido com o fechamento do Congresso Nacional por parte de Geisel. Alegando obstrução do MDB ante o projeto de emenda constitucional, Geisel fez valer o poder do AI-5 estabelecendo medidas cujo principal objetivo era garantir uma constante maioria governista no Legislativo, especialmente no Senado. Para tanto, criou eleição indireta para 1/3 dos senadores, alterou o quórum para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso, bastando uma maioria simples, e ampliou as bancadas de determinados estados a fim de conseguir aumentar a representação da Arena. Entre outras coisas, estabeleceu também o mandato de seis anos para a presidência. Essa reforma indicou o percurso sobre o qual a abertura se faria a partir do roteiro geiselista.

“os líderes do MDB comprometeram-se progressivamente com uma atuação dentro dos limites permitidos pelo regime ditatorial” (CARVALHO, 2011a, p. 238). Concorreram nas eleições presidenciais de 1978 tendo um militar à frente, o general Euler Bentes, sendo derrotados com uma margem aceitável para o candidato vencedor da Arena, o general João Figueiredo: 226 contra 355 votos.

Assim, quando da nova legislação partidária em 1979, que criou um sistema pluripartidário com seis legendas inicialmente, a senha para a definitiva transição estava dada tendo como tutores não apenas os militares, cujo partido se dividia em interesses regionais variados logo nos primeiros anos da década de 1980, mas o próprio PMDB, que, com a fragmentação da oposição em diversas agremiações, tornou-se o agrupamento mais forte e consolidado com o eleitorado, um verdadeiro fiador na tarefa de cumprir a passagem de um regime a outro sem muitas celeumas e indisposições com a caserna. “A possibilidade de uma vitória da oposição [...], mesmo em um pleito não inteiramente democrático, parecia preferível aos líderes do PMDB” (KECK, 2010, p. 46).

Tal reforma partidária “dificultava ao máximo a vida da oposição: proibia alianças, voto vinculado, exigia diretórios organizados em vários estados da federação, exigia que os partidos lançassem candidatos em todos os níveis”, o que acabou inviabilizando o Partido Popular (PP), cujo principal expoente era Tancredo Neves, levando-o a fundir-se com o PMDB (NAPOLITANO, 2014, p. 300). Na prática, tal configuração desalojou uma série de lideranças mais à esquerda da direção peemedebista, substituindo-as pelas figuras de centro-direita pepistas. Isso fortaleceu ainda mais o PMDB como um partido institucionalizado, tanto que nas eleições de 1982 ele continuava a crescer com o eleitorado.

Enquanto uma estratégia dos militares para tirar a política da rua por meio do crescimento controlado do PMDB ia se confirmando, um tom moderado das lideranças peemedebistas no processo de transição, com destaque para Tancredo Neves, se ampliava. Com a expansão do movimento de massas, em defesa de eleições diretas para a presidência da república, o PMDB prosseguiu com sua estratégia dúbia. O povo às urnas ou o Colégio Eleitoral. Para cada situação um candidato e um canal de diálogo.

Com o enterro definitivo da emenda Dante de Oliveira no Congresso em 25 de abril de 1984, a ala tancredista do PMDB tratou de neutralizar qualquer ação que visasse estender o mandato de João Figueiredo, já que esse burburinho permanecia em voga entre alguns militares, mesmo após longas conversas entre Tancredo e Geisel, demarcando os limites e garantias roteirizadas pelos artífices da transição.

Portanto, a agenda pactuada entre esses dois agentes políticos, os moderados na caserna e os conciliadores na oposição, foi a fiadora da transição, de sorte que tal agenda continha principalmente uma definição do pós-autoritarismo. “Uma proposta comum aos militares nessa negociação visa a garantir que não haverá vinganças ou revanchismo”, e esse debate já havia se revelado fortemente ainda na construção da anistia, cujo resultado privilegiou uma teoria do silenciamento e do esquecimento que precisava ser mantido quando da passagem para o governo civil (CASTRO; D’ARAUJO; SOARES, 1995, p. 35).

Tendo o PDS rachado diante do nome de Paulo Maluf, a recém-criada Frente Liberal se aliou ao PMDB, lançando a Aliança Democrática em julho de 1984. No início de 1985, Tancredo Neves se tornaria o primeiro presidente civil após 21 anos, vencendo Maluf no Colégio Eleitoral. Não governaria por conta de uma enfermidade que lhe custou a vida. O seu vice, José Sarney, com longa carreira na Arena, ficava por conta de conduzir o país pela democracia.

1.2 OS MEANDROS DA CENSURA E A AUTOCENSURA MIDIÁTICA

Conforme Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 208), o catalisador dos informes que chegam à presidência e demais setores do Executivo é o Serviço Nacional de Informações (SNI), e todo o aparelho repressivo estatal tem nele um suporte para a execução de suas tarefas. No entanto sua atuação possuiria uma particularidade enquanto um órgão autônomo de inteligência capaz de erigir-se como “fonte paralela de decisões governamentais”.

De acordo com Carlos Fico (2007, p. 175), os pilares básicos de uma comunidade de segurança no contexto de uma ditadura são três: “a espionagem, a polícia política e a censura”. A propaganda política funciona ainda enquanto suporte ideológico para as demais ações. No caso do Brasil, a comunidade de segurança possuía outros dispositivos

articulados, sendo eles: a ação repressiva local, por meio das Polícias Militares; e o controle político nacional, sob autoridade das Forças Armadas.

Quanto ao orçamento para o trabalho repressivo, apesar de os dados não conterem toda a veracidade para uma análise mais estrita, Alves (2005, p. 209) afirma que os gastos eram altos e o governo os defendia. “O SNI chegou a ter 2.500 funcionários”, mais os colaboradores e temporários remunerados conforme demandas surgiam, além de uma Escola Nacional de Informações que almejava formar espiões civis, a exemplo da CIA (porém tal experiência não alcançou êxito – e isso seria um demonstrativo de como a ditadura era preponderantemente militar e não civil-militar) (FICO, 2007, p. 178).

A comunidade de segurança via comunismo em tudo. Sendo assim, a “ameaça vermelha” permanecia em voga no contexto da transição, inclusive entre os militares que instrumentalizavam a abertura. “Os agentes de informação consideravam como fato estabelecido a existência de uma conspiração, qual seja, a escalada do ‘movimento comunista internacional’” (FICO, 2007, p. 179).

Havia os que acreditavam no total aparelhamento do MDB enquanto instrumento partidário para a ascensão comunista. Daí o SNI mantinha grampos telefônicos e vigilância coordenada sobre o candidato à presidência do partido, o general Euler Bentes, dizendo que ele tinha pensamentos esquerdistas (GASPARI, 2016). Alguns setores da comunidade de segurança criam que os jornalistas e a igreja estavam politizados demais ou que os intelectuais socialistas eram os responsáveis pelo avanço do movimento democrático no país. Na prática, o trabalho dos agentes de informações envolvia escolher um suspeito para, posteriormente, providenciar-lhe uma culpa (FICO, 2007, p. 180). E desse modo seguiam, os setores militares, defendendo que o retorno definitivo para os quartéis deveria ser adiado.

Elio Gaspari (2016) reforça que a chegada de João Figueiredo ao cargo mais alto da República colocou a comunidade de informações em rota de colisão com um dos seus antigos chefes. Dessa feita, os conflitos cresciam com ataques à bomba e violência, em ações orquestradas por grupos, como o Comando de Caça aos Comunistas, sem que um inquérito conclusivo pudesse apontar os verdadeiros culpados. No trânsito rumo à

democracia permanecia a tendência de acobertamento dos casos de tortura envolvendo militares, especialmente a partir do abrandamento da censura com o fim do AI-5 em 1978.

No dia 9 de junho de 1976, José Roberto Guzzo saúda em editorial o fim da censura na redação da *Veja*. Por detrás dessa auspiciosa liberdade de imprensa se confirmava a distensão em processo, cuja substância agregadora residia no cumprimento de acordos entre ditadura militar e editora Abril, sendo que o noticiário não era completamente livre, apesar de não haver censura prévia, tampouco a democracia já era um fato consumado, apesar das atitudes distensionistas. De certa forma, a revista era incluída, ou se incluía, na abertura que se desenhava. E a liberalização do regime, por mais que ainda persistissem os dividendos autoritários, se consolidava como uma operação em curso definitivo.

Dessa feita, Alzira Abreu (2005) crê que o governo Geisel se tornou imprescindível, do ponto de vista da análise histórica da mídia, para a ascensão na imprensa de um jornalismo investigativo capaz de denunciar os abusos administrativos e as corrupções. Quando censurados, os veículos de comunicação eram incapazes de tal feito. “A liberalização da imprensa contribuiu para que o governo Geisel controlasse os órgãos de segurança e a burocracia estatal” (ABREU, 2005, p. 59).

De acordo com Kucinski (1991), por detrás de todo o projeto de liberalização da imprensa residia a intenção de Geisel e Golbery de controlar a mídia sob dois horizontes. O primeiro era tático e coincidia com uma espécie de reciclagem dos donos da imprensa para que compreendessem o patamar em que o governo havia levado o país, sob o ponto de vista político, econômico, cultural e moral. Para tanto, era essencial que o noticiário trabalhasse a crítica construtiva (pois a crítica é, no seu âmago, um demonstrativo de democracia e liberdade), apontando para o futuro, e não para o passado. Tais reportagens poriam a “linha dura” em xeque, com dificuldades para prosseguir com a repressão. A segunda linha era estratégica e rememorava os objetivos que levaram ao golpe em 1964. Para preencher o vazio a ser deixado pelo aparato repressivo, era necessário que a imprensa assumisse uma missão ideológica, resguardando o Brasil, mais uma vez, de quaisquer discursos disruptivos à esquerda.

É por essa via que, de algum modo, a revista *Veja* vai reorganizar o seu fazer jornalístico, com base na mudança que se avizinhava e seguindo a linha da transição proposta pela dupla Geisel/Golbery, todavia espreitando as transformações ocorridas no comportamento sociopolítico da sociedade brasileira. Isso porque, conforme Anne-Marie Smith (2000), entre as múltiplas condutas da mídia em face do regime, o apoio ponderado da imprensa se justificava diante da “ameaça vermelha” encarnada nas guerrilhas de esquerda até a primeira metade da década de 1970, portanto a repressão e a violência, em diversas situações, aparecem como uma espécie de mal incontornável, assim como a autocensura já na virada para os anos 1980.

Apesar de o cenário da transição permitir liberdade de imprensa para a *Veja* a partir de 1976, o mesmo não aconteceu com alguns impressos, especialmente os alternativos que seguiam sofrendo com a perseguição ditatorial. O semanário Movimento, por exemplo, foi processado com base na Lei de Segurança Nacional (LSN) após publicar uma edição com denúncias de corrupção envolvendo o governo Geisel e a campanha de Figueiredo no Colégio Eleitoral.

A percepção geral era de que as condições haviam mudado tanto para os movimentos civis quanto para a reação governamental. O discurso oficial defendia que o advento da democracia era uma questão de tempo. Porém a comunidade de segurança executava um plano na contramão disso. No primeiro ano de governo Figueiredo, foram doze atentados à bomba, sendo os alvos as sedes dos jornais e as bancas distribuidoras dos impressos. Para Elio Gaspari (2016), toda a culpa é da “tigrada” e, desse modo, importaria perceber o quanto as ações truculentas do aparato repressor significavam uma busca por sobrevida institucional, já que a ditadura estaria passando por um processo de esgotamento, em que as funções truculentas de muitos de seus membros escasseavam. Restava então aos velhos caçadores da “ameaça vermelha” o fantasma do PCB e do Movimento Comunista Internacional²⁷.

²⁷ O que de algum modo acentuaria sua independência enquanto um corpo estranho engajado na radicalização da ditadura de modo que a tendência militar dirigente seria de abrir-se à democracia, conforme o *script* desde Geisel. Tal versão é tida como cínica por Carlos Fico (2007, p. 171), pois as ordens para perseguição e eliminação dos adversários tinham a anuência do comando militar dirigente no executivo. Recentemente, tais fatos foram confirmados a partir da divulgação de um memorando secreto da CIA de 1974, comprometendo Geisel na série de extermínios cometidos pelo Estado brasileiro na ocasião de seu governo. No memorando, numa reunião entre o presidente e três generais que comandavam a repressão (Milton Tavares, Confúcio Danton e João Figueiredo), apenas duas semanas após a posse de Geisel, o general Milton Tavares disse a Geisel que o governo Médici executara, sumariamente, 104 pessoas. Nessa

As medidas de truculência levadas adiante pela “tigrada” e a repercussão pública em torno delas impunham preocupações a João Figueiredo e colocavam a transição sob risco constante, ao menos sob o olhar da imprensa. Tendo a base civil dos militares se esfacelado com o milagre econômico e estreitado a margem de negociação com a sociedade, restava evitar o fortalecimento do radicalismo esquerdista e qualquer tipo de ação que viesse a apurar violações de direitos humanos, principalmente aquelas ocorridas sob vigência do Ato Institucional nº 5.

Foi com o AI-5, a partir de 13 de dezembro de 1968, que uma atividade censória mais complexa e sistêmica se estabeleceu no país, e “o Ato foi usado imediatamente para a censura da imprensa” (FICO, 2007, p. 189). Se é difícil definir que a censura foi uma invenção dos militares para a ditadura brasileira, já que ela foi um expediente corriqueiro em diversas outras ocasiões da nossa história, é possível afirmar que “a censura durante o regime militar tinha um *modus operandi* plenamente reconhecível”, agindo fortemente sobre a TV e o rádio, exercendo uma função antiga “e plenamente estabelecida pela legislação anterior ao regime” (NAPOLITANO, 2014, p. 130).

Assim, em alguns jornais os censores vigiavam diuturnamente a produção jornalística e em outros ocorria uma autocensura sob dois princípios: o do colaboracionismo ideológico ou do resguardo à empresa de comunicação. A constante vigilância dos militares e a retirada de circulação de materiais poderiam levar os negócios rapidamente à falência. O governo preferia que o empresariado agisse dentro de uma normalidade, sem muita atuação “chapa-branca”, a fim de não ser confundido com uma nova espécie de getulismo estadonovista, salienta Marcos Napolitano (2014, p. 131).

A fim de garantir a ordem, a censura atuava sobre o noticiário, circunscrevendo as reportagens que não deveriam ser publicadas, conforme proibições expressas do Ministério da Justiça. Atuava também sobre as diversões públicas, proibindo peças teatrais, cinematográficas e musicais que continham supostas ofensas à moral e aos bons

ocasião, o general solicitou autorização à Geisel para que a política de extermínio dos opositores pudesse continuar. No dia 1 de abril, o presidente deu o aval a Figueiredo, então chefe da SNI, dizendo que a política de assassinatos deveria continuar. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99>. Acesso em: 16 jul. 2018.

costumes. Não raras vezes a censura gerava um prejuízo financeiro ao artista, inviabilizando a sequência do seu trabalho. Todavia muitos adaptaram suas obras para, de algum modo, prosseguir acessando os financiamentos públicos (FICO, 2007, p. 192).

No caso da *Veja*, a revista causou desconfiança nos setores militares em razão da capa com uma foice e um martelo desde a primeira edição (ALMEIDA, 2009, p. 99). Contudo, apesar das reclamações pontuais, a reportagem versava sobre a crise no mundo comunista, em especial o enfraquecimento da estrutura soviética no lado oriental da Europa. De fato, foi na edição de nº 15, em dezembro de 1968, que a censura mostrou sua face. No dia seguinte à promulgação do AI-5, o censor chegou na redação a fim de obter informações sobre capa e conteúdo da matéria. A foto de Costa e Silva solitário sentado no Congresso sem nenhuma frase acompanhando a imagem passou pelo censor, mas não agradou as Forças Armadas, que recolheram o exemplar nas bancas. Entretanto o episódio que gerou uma miríade de discussões na caserna acerca do mérito e de responsabilidades quanto à circulação de informações sobre a suposta prisão do marechal Cordeiro Faria fez com que o coronel Fiúza e Roberto Civita criassem um canal de diálogo (ALMEIDA, 2009).

A prática de recolher o impresso nas bancas não superou a dinâmica da censura prévia com os recadinhos para a redação, primeiramente, e a presença de representantes da ditadura, posteriormente, em especial na editoria de política. Porém tal censura teve interstícios e formatos diversificados entre 1968 e 1976. De acordo com Juliana Gazzotti (2001), a necessidade da censura justificava-se, na perspectiva dos militares. Isso porque a mídia, considerada essencial para a segurança nacional, era capaz de contribuir na transmissão da propaganda oficial do Estado e na manutenção da ordem. A atitude pendular da ditadura em razão da *Veja* também se justifica por conta da sua penetração em território nacional.

De acordo com Maria Aparecida de Aquino (1999, p. 225), “a revista *Veja*, do mesmo modo como *O São Paulo*, sofreu uma variedade de atuação censória – períodos de telefonemas e ordens escritas e de censura prévia”. Em um dado período, em decorrência de eventos que se tornavam oficialmente inauditos ou em função de questões políticas ambientadas nos bastidores, *Veja* sofreu as mesmas consequências da repressão que um veículo tido como “alternativo”.

Porém a postura editorial de *Veja* era a de buscar mecanismos variados a fim de evitar a retirada da revista de circulação (o que acarretava um enorme prejuízo financeiro para o grupo Abril), e a postura de Victor Civita, em particular, era a de negociar os termos para que o seu periódico não saísse definitivamente de cena, já que entre os Civita e a caserna não havia nada de antagônico (PEREIRA, 2017, p. 26). Assim, em torno da liberdade editorial defendida pelo editor-chefe Mino Carta e da consolidação da revista enquanto empreendimento midiático lucrativo estava a ditadura militar e sua necessidade de controle da opinião pública pelo expurgo de opositores.

Anne-Marie Smith (2000) defende que há uma diversidade de elementos envolvidos no tema “censura” no que concerne à *Veja*. Sob o olhar dos militares, uma imprensa fiel aos ditames do quartel “seria um instrumento importante para garantir o êxito de seu empenho em legitimar-se” e, desta feita, um dispositivo capaz de alardear as conquistas do regime (SMITH, 2000, p. 46). Obviamente, a relação jamais foi assim tão tênue em favor da caserna, embora em diversos assuntos a *Veja* de modo particular mantinha sua postura de consentimento para tirar proveito de algo, e isso demonstra o caráter dual da sua atuação jornalística em tempos de censura. Essas *modalidades diárias de inércia*, exercitadas por *Veja*, “constituem um padrão de aceitação cotidiana da repressão, de cumprimentos das normas e de comportamento esperado, sem que haja necessariamente uma atribuição de legitimidade ao sistema de dominação” (SMITH, 2000, p. 10).

Na prática, a censura, no período em que foi predominante, fez uso de soluções diversificadas para se consolidar e obter resultados. Às vezes parecia um sistema impessoal e automático capaz de abarcar a todos sem necessariamente usar o medo ou a força. Era um sistema que funcionava e incomodava o trabalho diário da imprensa ante um universo de informações possíveis, porém se estabelecia como um arremedo de formalidades jurídicas para caracterizar-se enquanto legítimo. Se não obteve o consentimento irrestrito da imprensa, produziu, outrossim, uma autocensura enquanto abstenção consciente. Para Smith (2000, p. 136), “o enigma da autocensura é discernir se – ou melhor, até que ponto – a imprensa é vítima ou cúmplice”.

De acordo com Beatriz Kushnir (2004, p. 190), a manutenção do “jornal nas bancas, mesmo que autocensurado, para esses empresários da comunicação era um preço (menor) a ser pago. Os fins justificavam os meios”. Há, nessa razão, o sentido de existir para uma

empresa de imprensa: antes do jornalismo, os negócios, ao que *Veja* não escapou à regra dos grandes veículos de mídia.

Esse não é o único elemento a ser considerado em torno da autocensura. Dentro das redações, de modo altruísta ou mesmo no exercício de uma tarefa, alguns jornalistas se dedicaram ao trabalho de censores federais, além dos policiais que se dedicaram à atividade jornalística. “Escrevendo nos jornais ou riscando o que não poderia ser dito ou impresso, colaboraram com o sistema autoritário implementado naquele período” (KUSHNIR, 2004, p. 26).

Obviamente, entre os jornalistas e os donos dos jornais o colaboracionismo com a ditadura era de fato expressivo entre esses últimos e por motivos evidentes, mas, até entre os repórteres apoiadores do governo em sua agenda econômica, havia discordância quanto à censura. A presença dos censores nas redações e a prática sistemática da censura prévia levaram a um impasse entre a ditadura militar e os grandes veículos de comunicação. Isso porque a insatisfação entre os jornalistas fez crescer a necessidade de construir um meio termo capaz de arrefecer o clima no ambiente de trabalho. As mudanças que se seguiram na *Veja* após a saída de Mino Carta combinavam dois elementos: transformação do processo produtivo da reportagem a partir da aceleração e da tecnologia, o que impôs necessariamente ao jornalista a tarefa de concorrer, se reciclar e se adaptar rapidamente; e o medo do desemprego, caso não cumprisse bem o seu trabalho e não acatasse as ordens vindas de cima. O aceite da autocensura por boa parte dos jornalistas acaba por coincidir com esse cenário.

Na *Veja*, o caso da saída de Mino Carta é tão conveniente que serve como exemplo desse processo desequilibrado a que estavam submetidos os jornalistas na redação. De acordo com Maria Fernanda Lopes Almeida (2009, p. 152), no momento em que os repórteres foram avisados da demissão de Carta, um burburinho se formou, com uma série de atitudes incisivas, entre as quais grupos defendendo a demissão em massa ou um movimento grevista. Todavia a avaliação predominante e o argumento que se seguiu versavam que a atitude de Mino Carta não tinha qualquer motivação política ou jornalística, mas o entrevisto foi de cunho pessoal entre ele e a família Civita.

Na compreensão de Alzira Alves de Abreu (2005), houve entre os militares uma atuação contraditória em relação à censura. Até mesmo grupos de mídia que deram apoio explícito aos generais quando do golpe em 1964 sofreram as consequências da censura, porém os militares, que buscavam se legitimar, justificavam a sua permanência no poder como uma forma de restabelecer a democracia. Contavam então com a autocensura midiática tanto como um suporte para a garantia da legitimidade quanto para se desviarem do desgaste que é defender a democracia enquanto praticam a repressão ditatorial. “Os militares não assumiam abertamente a censura nem a repressão à liberdade de expressão. Era proibido denunciar a censura” (ABREU, 2005, p. 54).

A disputa envolvendo as duas principais teses entre os militares – manter a rígida repressão ou distensionar rumo à democracia – passava pelas escolhas políticas de Geisel no que tange à mídia e sua liberdade. Isso porque os veículos de comunicação poderiam se tornar aliados na tarefa da abertura controlada cumprindo duas funções: moldando a opinião pública com base no roteiro proposto rumo ao estabelecimento dos ideais democráticos e impondo limites aos militares que se opunham à distensão.

Todavia, essa medida para controlar insatisfações internas do quartel precisava ser administrada por conta-gotas. Desse modo, Geisel cedia à “linha-dura”, quando eles se encontravam sob firme ataque da imprensa acerca da violação de direitos humanos (ampliando a censura pontual sobre um veículo em particular) e, também, agradava aos empresários da mídia quando retiravam os censores das redações e aqueles retribuía praticando a autocensura ou afastando jornalistas indesejados (GAZZOTTI, 2001).

Apesar de ter apoiado Geisel como o candidato capaz de conduzir o país pela abertura almejada, foi exatamente no governo dele que *Veja* sofreu com o rigor da censura. Acreditando na palavra do general de que isso iria se findar, a revista aceitou o rito de transição proposto, inclusive acatando as indicações de mudança na direção e linha editorial. “Com o fim da censura no semanário, em junho de 1976, a autocensura continuou a ser praticada, pois havia o medo de que houvesse um retrocesso (incentivado pelo próprio governo)”, pontua Gazzotti (2001, p. 8).

1.3 A LUTA DE SETORES DA SOCIEDADE CIVIL PELA DEMOCRACIA

Há uma compreensão na historiografia do período de que o movimento estudantil retoma o seu caráter de massas em 1977, a partir do protagonismo do DCE da USP, e tem um relevante papel na retomada das ruas pela sociedade civil (LACERDA, 2015, p. 82). Desde 1968 não havia tantos estudantes enfrentando a ditadura, apesar da forte comoção e agitação, especialmente em São Paulo, em torno da morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme em 1973.

Foi uma passeata no dia 30 de março de 1977 em direção à USP, com a participação de cerca de cinco mil estudantes, que ganhou relevância por ocasião da ditadura. “O motivo inicial que levou a essa mobilização era uma causa estritamente interna ao movimento estudantil: o aumento do preço do Bandejão” (LACERDA, 2015, p. 92). O debate que se seguiu entre as diversas tendências do movimento estudantil versava basicamente se aquela luta poderia vir a se tornar algo maior, a fim de enfrentar um regime que propalava um tempo de distensão. A ideia era literalmente desafiar os limites da abertura.

A partir daquele tempo, a manifestação dos estudantes passava a misturar cada vez mais outras insatisfações vindas das ruas, como o pleito em defesa da anistia, e todas elas se somavam ao grito por democracia. “Assim, a partir de uma revisão interna, o ME em 1979 se interpretava como uma das forças auxiliares do movimento operário e popular, que desde 1978, com as greves do ABC, havia despertado para a cena política” (LACERDA, 2015, p. 102).

Na revista *Veja*, repercutiu a ação dos estudantes na edição de 3 de agosto de 1977. A PUC-SP foi invadida pelas forças policiais em razão do III Encontro Nacional dos Estudantes. O coronel Erasmo Dias, juntamente com cerca de mil agentes policiais, prendeu 800 universitários, tendo como justificativa: “tudo isso configura um quadro de guerra psicológica adversa e um prólogo para uma fase de guerra revolucionária. Quem está por detrás disso é o *Pecesão*” (FERREIRA, 2014, p. 55).

De todo modo, o pioneirismo do movimento estudantil forçou os limites da distensão oficial acendendo uma luz vermelha nos quartéis. Apesar do caráter de pactuação e conciliação que a transição assumia conforme o projeto governista, a abertura para a democracia também fora afetada “diretamente pela ação da oposição, que ampliou os limites definidos pelos militares” (LACERDA, 2015, p. 68). A problemática a ser

resolvida pelos generais ganharia ares de drama quando em São Bernardo do Campo uma greve operária desafiou o regime em 1978, denunciando as perdas salariais e a ampliação do fosso da desigualdade social entre os brasileiros.

Em uma pesquisa encomendada pelos militares, com o intuito de explicar o fosso social, a análise dos dados versava sobre um caráter provisório da desigualdade nacional, em razão das pessoas terem mudado de categoria no fator produtividade. “Com a continuidade do crescimento, e a maior oferta de mão-de-obra qualificada e educada, a distribuição de renda tenderia a melhorar”, dizia-se (PRADO; EARP, 2007, p. 232). O fato de o país ter crescido entre 1969 e 1973 a uma taxa de 11 % ao ano não inviabilizou a crise dos anos seguintes, que “revelava a fragilidade financeira e a dependência brasileira dos insumos básicos da economia, como o petróleo” (NAPOLITANO, 2014, p. 150).

De acordo com Abreu e Lattman-Weltman (2006), a partir de 1974 as editoriais de economia dos impressos passaram a exercer bastante influência no debate público, canalizando críticas à política econômica do regime, apresentando dados sobre inflação e demais indicadores que até então eram desconhecidos da população em geral e que não coincidiam com as mesmas informações divulgadas pelo governo. “Essa atuação provocou respostas de outros atores que até então não se haviam manifestado, como os empresários e sindicatos” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 78).

Para além da análise macroeconômica dos jornais ou mesmo as explicações dadas pelos agentes da ditadura, a crise tomou assento na mesa do trabalhador brasileiro e ele sentiu prontamente a política de arrocho salarial, mas, num determinado instante, reagiu. Os anos finais de Figueiredo seriam marcados pela explosiva combinação recessão-inflação-desemprego. Antes, ainda com Geisel, em setembro de 1977, os metalúrgicos lançaram uma campanha de reposição dos 34 % de perdas. A maquiagem dos números inflacionários do ano de 1973 acabou por levar os operários à reorganização de sua atividade sindical. Não por acaso, no dia 12 de maio de 1978 dois mil operários da Saab-Scania cruzaram os braços. As perdas salariais eram um fator aglutinador, mas não explicavam a mobilização do sindicato dos metalúrgicos como um todo, pois a pauta da autonomia e da liberdade dos sindicatos era recorrente nas falas de trabalhadores como Lula (GASPARI, 2016).

Todavia *Veja* foi terminantemente contra o método utilizado pelos metalúrgicos. Para além da greve, na verdade, a revista foi adversária ferrenha da organização dos trabalhadores em centrais sindicais nessa conjuntura. “É ilusório pensar que o prejuízo trazido por paralisações de trabalho ou reivindicações excessivas possa sair de graça: ele acaba sendo pago, e com juros por toda a comunidade”, salientou Civita (1978).

Dizia, ademais, que os pleitos seguidos de greves elevavam a fervura do cenário político brasileiro, pondo em risco a transição. “A democracia é a forma mais justa de conciliar escassez de recursos com a multiplicidade de reivindicações [...]. Mas demandas exageradas não aproveitam a ninguém” (CIVITA, 1978). Dessa feita, é preciso, como condição vital para o êxito da democracia que se prospecta, garantir a ordem pública, pois ordem e liberdade são termos inseparáveis, sendo primordial o resguardo da propriedade contra a baderna e a agitação.

A greve, nessa conjuntura, trouxe novidades ao cenário político e, por fim, acabou pautando os limites da transição para a democracia no entendimento da caserna e do empresariado brasileiro. Ela também foi essencial para a criação de um novo partido político, originado dessas mobilizações, e renovou o quadro sindical e os métodos de organização dos trabalhadores. Por não ter uma liderança orientada pela militância tradicional das históricas paralisações trabalhistas brasileiras, tornara-se quase impossível para a polícia reprimir os grevistas. Faltava o caricato personagem comunista, subversivo, o que mantinha a repressão desnorteada ante o crescimento da ação paredista. Ao considerar a greve ilegal, o TRT acabou dando o combustível necessário para que mais operários parassem, e o saldo chegou a 40 mil braços cruzados. Em 1979, a paralisação alcançou 180 mil trabalhadores.

Ao iniciar a presidência em 1979, João Figueiredo tinha duras tarefas a cumprir e os sindicalistas tornavam a transição um problema, sob a perspectiva do governo. Não que o desejo dos grevistas fosse impedir a chegada da democracia, no entanto a questão econômica e o horizonte que se espreitava tornavam a ação dos metalúrgicos necessária. “Se brigar por melhores salários é fazer política, então nossa greve é política”, disse Lula na ocasião (NAPOLITANO, 2014, p. 286). Foram poucas conquistas, após duas semanas de greve, mas ficou evidente o prestígio daqueles metalúrgicos organizados que

receberam apoio de estudantes, intelectuais e trabalhadores de outras categorias. A comemoração do Dia do Trabalhador confirmaria essa virada do movimento sindical brasileiro ao lotar o Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. Todavia o problema da transição se ampliava. “As lideranças políticas afinadas com o governo, como o senador Jarbas Passarinho, temiam uma ‘reação termidoriana²⁸’”, pois, segundo a mídia liberal – cujo apoio foi imprescindível para o governo desde a deposição de Jango –, havia um novo clima de instabilidade rondando o Brasil e o desfecho poderia significar o fim da abertura (NAPOLITANO, 2014, p. 287).

Já a temática da anistia foi objeto de longa queda de braço entre os militares e os grupos da sociedade civil que a defendiam. Para os primeiros, o fundamento se assentava sobre o apagamento da memória, a lógica do esquecimento, que atenuaria as disputas revanchistas. Para os segundos, funcionava a lógica da lembrança enquanto condição *sine qua non* rumo à justiça, com a penalização dos agentes do Estado que, ocupando tal posição, fizeram uso desmedido da coerção a fim de eliminar o contraditório e o indesejado, desrespeitando os direitos humanos.

No caso da *Veja*, as questões giravam em torno da consolidação do seu impresso no mercado, numa ocasião em que há expansão do consumo de notícias. O fim da censura, apesar da autocensura, proporcionava um ambiente produtivo para a circulação de informações que retroalimentava os anúncios publicitários a cada edição.

O tema da tortura já havia sido objeto de discórdia entre a ditadura e a direção do semanário, entretanto o pressuposto da anistia seguia a régua do quartel. *Veja* temia qualquer tipo de retrocesso na liberalização da imprensa, o que, historicamente, tinha ocasionado prejuízos financeiros. Entre 1969 e 1973, ocorreram casos de apreensão de exemplares diretamente nas bancas. Apesar disso, para Almeida (2009, p. 108), a censura se apossou da *Veja* no início dos anos 1970 após as duas capas seguidas sobre o tema

²⁸ O termo “reação termidoriana” faz referência a um evento em 9 de Termidor, ano II, data inscrita no novo calendário revolucionário francês. Na ocasião (27/07/1794), as lideranças jacobinas, tendo à frente Maximilien Robespierre, foram retiradas do poder central e executadas de forma sumária pelos seus adversários políticos. Tendo a Gironda assumido “novamente a condução do processo revolucionário, abolindo a Constituição de 1793 e a substituindo pela de 1795”, restabeleceu os limites do direito de “participação política apenas às categorias que poderiam comprovar renda ou bens” (VIEIRA, 2005, p. 103). Esse evento é tido como uma “guinada conservadora”, segundo Vera Lúcia Vieira (2005), cujo desfecho se concluirá no 18 Brumário de 1799, quando Napoleão Bonaparte toma o Estado com um golpe, amplia a tirania e põe fim à Constituição de 1795.

“tortura” em dezembro de 1969. Na ocasião, o diretor Mino Carta orientou tais reportagens com base nas declarações do próprio general-presidente Emílio Garrastazu Médici, que, ao assumir o cargo presidencial, reiterou não admitir torturas, defendeu o retorno à democracia e os direitos civis. Na prática, para Médici, tais reportagens colocavam *Veja* numa posição de enfrentamento à presidência, inspirando novo endurecimento do regime, inviabilizando a abertura democrática (ALMEIDA, 2009, p. 113).

Alguns modelos de anistia foram pensados pressupondo o contexto da abertura política e mirando a transição para a democracia. Nas palavras de Gaspari (2016), a anistia redesenharia o futuro do país. Sob a batuta dos militares, segundo Carla Rodeghero (2014a, p. 173), foi aprovada uma proposta que preconizava “impedir a abertura de processos judiciais contra civis e militares que reconhecidamente foram responsáveis por sequestros, torturas, desaparecimentos, mortes de pessoas consideradas inimigas do regime pós-1964”.

Logo após os primeiros episódios de violência envolvendo as tropas militares que usurparam o poder das mãos de João Goulart em 1964, grupos diversos vieram à público clamar por anistia, na medida da cassação de mandatos e direitos políticos. “Em 1967, a anistia constou do manifesto de lançamento da Frente Ampla, que reunia antigas lideranças atingidas pelo golpe” (RODEGHERO, 2014a, p. 176).

Conforme Pedro Ernesto Fagundes (2019), a criação do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) assume preponderância, apesar dos limites de atuação em razão do momento político repressivo do país, e soma-se no debate a outros setores que atuavam em frentes diversificadas, como o MDB, a Arena, a OAB, além de segmentos da Igreja Católica e das Forças Armadas. Os efeitos da Anistia de 1945 eram um paradigma na ocasião²⁹.

²⁹ O Paradigma de 1945 consiste na lógica da anistia enquanto *pacificação da família brasileira* após o Estado Novo de Vargas. Conforme artigo de Carla Rodeghero (2014b), “essa anistia permitiu a reintegração à vida política de diferentes inimigos do regime varguista”, como os comunistas e os integralistas. Analisando jornais da época, como o *Folha da Manhã*, cujas conclusões do comunista Jorge Amado versavam sobre uma anistia ampla capaz de fazer esquecer antigos ressentimentos, Rodeghero salienta que a tônica dessa ocasião fortificou um discurso da anistia enquanto esquecimento, para ascensão da paz nacional, de caráter duradouro no imaginário político brasileiro. A pacificação da família brasileira “deve ser entendida como um elemento característico da nossa tradição política, próximo daquela de conciliação”, na lógica de manutenção dos arranjos tradicionais do poder das elites e no afastamento da participação

Apesar do caráter baseado no ideal conciliatório, de teor moderado (compreensão muito comum à época, mas que não impediu os argumentos difamatórios contra a MFPA), a entidade não deixou de estar sob vigilância, tampouco sua líder, Therezinha Godoy Zerbine, da Comunidade de Informações (FAGUNDES, 2019, p. 35).

Foi no contexto da distensão a partir do governo Geisel que o movimento em favor da anistia ganhou força e o MFPA criado em São Paulo foi crucial. Entre 1975 e 1977, os núcleos do MFPA se espalharam pelo país e pelo exterior, numa tentativa de sensibilizar a sociedade. Tentaram apoio até mesmo do presidente estadunidense Jimmy Carter. Contudo conquistaram sua base entre alguns “parlamentares do MDB, de setores da Igreja católica, do movimento estudantil e de entidades de profissionais liberais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)” (RODEGHERO, 2014a, p. 178).

No período da ditadura, havia grande preocupação do regime no que tange à imagem do país no exterior. Na ocasião, os órgãos ligados à Comunidade de Informações passaram por mudanças. Alguns foram criados e outros modificados, direcionando o trabalho para o acompanhamento das “atividades dos exilados, assim como as manifestações e intercâmbios de brasileiros com entidades, imprensa e personalidades estrangeiras” (FAGUNDES, 2019, p. 46).

Foi na Europa, mais especificamente em Paris, no ano de 1975, que surgiu o primeiro Comitê Pela Anistia no Brasil. Tal iniciativa serviu como catalisadora para o aparecimento de outros tantos comitês em países como Portugal, Itália, Alemanha Ocidental, Suécia e Bélgica, e teve como um dos principais fatores as graves denúncias de violação dos direitos humanos, de acordo com Pedro Fagundes (2019, p. 53).

popular (RODEGHERO, 2014b, p. 82). Cabe aqui uma importante alegoria suscitada por Harald Weinrich (2001, p. 233) sobre a lógica da anistia. Na tradição judaico-cristã, a imagem da conciliação equivale ao perdão que evoca o esquecimento. Uma das narrativas mais emblemáticas dessa compreensão está no “Ano do Júbilo”. Essa comemoração consiste também numa rememoração acerca do perdão em comunidade, pois, ao mesmo tempo em que lembra, após cinquenta anos, se perdoam as dívidas, esquecendo-as, segundo a ordem mosaica. Retomando os escritos de Aristóteles, Ricoeur (2007) afirma que em Atenas, no ano de 403 a.C, após a vitória da democracia sobre a oligarquia dos Trinta, um decreto passou a estabelecer a lembrança do esquecimento acerca dos males passados. “Um imaginário cívico é instaurado, no qual a amizade e até mesmo o vínculo entre os irmãos são promovidos à condição de fundação [...]” (RICOEUR, 2007, p. 461).

Por aqui, foi a partir de 1978 que começaram a ser criados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA). No momento em que cresciam os movimentos de discordância com a ditadura, especialmente entre estudantes e sindicalistas, o CBA pregava o rompimento com a ideia de uma anistia conciliatória. Entre as pautas, estava agora a devida investigação dos crimes da ditadura com a punição dos responsáveis, além do esclarecimento dos casos envolvendo militantes mortos e desaparecidos. Não aceitavam uma negociação que delimitava os termos da abertura em razão da anistia.

No caso da revista *Veja*, conforme a opinião de Victor Civita (1978, p. 19), a temática da anistia envolvia basicamente um assunto de caráter penal, pressupondo um apagamento do passado em face da história – “o problema essencial, agora, é muito menos gritar contra o arbítrio e muito mais assegurar uma passagem tranquila do país para um regime democrático”. Em busca de conciliar a nação – coincidindo com os mesmos termos dos generais –, a revista defende que toda e qualquer pessoa ao infringir o código penal em razão de pressupostos políticos cometeu crime e, portanto, deve pagar por ele, a fim de se desincentivar no próximo ciclo democrático a reorganização desses grupos ideológicos.

Ao Estado cabe a defesa dos direitos humanos, não podendo violá-lo independentemente de qualquer razão de segurança nacional, pontua Civita (1978). E nesse ponto o fundador da editora Abril assume uma tarefa em duas linhas colaborativas com o enredo da distensão geiselista. Se, por um lado, é essencial anistiar o terror de Estado, culpabilizando a esquerda armada pelos excessos cometidos, por outro, para que a transição democrática seja tênue, mas vigorosa, compete ao aparelho de repressão agir em conformidade com o novo país que espreitava. Havia uma compreensão dos distensionistas de que todas as conquistas do regime até ali estavam correndo risco diante do crescente poder repressor, tido como insubordinável. Apesar da anuência e referendo de Geisel acerca das torturas cometidas nos porões da ditadura, do ponto de vista político

o general afastou do processo decisório os militares que se colocaram numa posição de enfrentamento à abertura, como ocorrido nos casos de Ednardo D'Ávila³⁰ e Silvio Frota³¹.

Portanto, a autocensura se manteve presente na *Veja* também como parte do processo de construção do consenso capaz de devolver uma democracia ao Brasil, especialmente fortalecendo pautas positivas da dupla Geisel/Golbery. Ao general Golbery coube esse papel de construir os objetivos da abertura com os donos e diretores dos jornais. Ele se mantinha em comunicação constante com esses atores, o que, de algum modo, foi determinante em *Veja* para a etapa de ascensão de João Figueiredo, pois ele representava a continuação de um projeto tido por democrático.

Como na primeira década do regime a mídia recebeu um tratamento mais sufocante para o exercício jornalístico (mesmo a imprensa que apoiou a derrubada de Jango), coincidindo com as ações de perseguição aos adversários políticos, na distensão fora

³⁰ Ednardo D'Ávila Melo foi um militar ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial. Participou de alguns destacados processos políticos após essa época, como em 1954, no episódio conhecido como Manifesto dos coronéis. No documento, entre tantas coisas, havia a denúncia da ameaça comunista. Participou do golpe militar em 1964 na Paraíba, onde conseguiu a adesão do governador e incitou os militares à rebelião. Ednardo assumiu o comando do II Exército (SP) em 1974 defendendo o combate contra a subversão. Em discurso comemorativo ao 11º da “Revolução”, afirmou: “A tônica, hoje em dia, é dizer que o terrorismo já foi dominado, que não há mais subversão, que tudo está em calma e que, em consequência, precisamos fazer uma distensão. Eu digo que isso é uma balela, a subversão continua presente”. Para muitos, esse episódio foi tido como uma afronta à Geisel e sua política distensionista. Em julho de 1975, num discurso para a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg) em São Paulo, voltou a atacar a abertura dizendo que o exército não precisa aprender de democracia com ninguém e que a imprensa estava infiltrada de comunistas. No mês de outubro, Vladimir Herzog foi encontrado morto nas dependências do DOI-Codi. Entre as manifestações que se seguiram, viria uma gota d'água para Ednardo: a morte do operário Manuel Fiel Filho em janeiro de 1976 em condições parecidas. Geisel então o demitiu sumariamente, sem a anuência do ministro do Exército Silvio Frota. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ednardo-davila-melo>. Acesso em: 29 mar. 2020.

³¹ Silvio Couto Coelho da Frota era chefe do estado-maior da Divisão Blindada (RJ) quando o governo João Goulart foi derrubado. Já em 1968, compôs comissão de investigação sumária que apurou denúncias de subversão com base no AI-5. Em maio de 1974, assume o Ministério do Exército em razão da morte do anterior, general Vicente de Paulo Dale Coutinho. Nessa posição foi um combatente voraz da ameaça vermelha. Em 1975, num discurso em homenagem aos mortos pelo levante comunista de 1935, afirmou que os marxistas procuravam se infiltrar em quase todos os setores da vida pública brasileira. Com a morte de Manuel Fiel Filho e a conseqüente repercussão dos casos de violência e tortura pelo Estado brasileiro, bem como a demissão do seu aliado Ednardo Melo, Frota passou a ser visto como um perigo para a distensão pelo próprio Geisel. Na medida em que cresciam as articulações políticas para a sucessão presidencial de 1979, Silvio Frota passava a inflamar cada vez mais seus discursos, denunciando o comunismo na Igreja Católica e dentro das instituições. Em outubro de 1977, foi demitido após uma autêntica operação de guerra de posição montada por Geisel para isolar o desafeto. O resultado acabou por elevar João Figueiredo à posição definitiva da sucessão presidencial. Em 2006, Silvio Frota lançou seu livro de memórias chamado *Ideais Traídos*, editado pela Jorge Zahar. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silvio-couto-coelho-da-frota>. Acesso em: 29 mar. 2020.

preciso recompor um campo de forças abalado pelos excessos militares, eliminando assim tanto os indesejados progressos, notadamente à esquerda, quanto os problemáticos inquilinos dos aparelhos de repressão. A revista foi parte dessa estrutura de reconstrução de um campo político que viria a se reaglutinar nos anos 1980, garantindo o cronograma para a democracia.

Por outro lado, entre 1978 e 1979, nas prisões de diferentes cidades brasileiras, os presos políticos se somaram à tarefa da greve de fome, denunciando os maus-tratos e, posteriormente, em julho de 1979, em defesa da “anistia ampla, geral e irrestrita”, ampliando as denúncias da proposta excludente apresentada pelo governo, demarcando um campo de oposição capaz de gerar maior desgaste político, especialmente quando somado às demais entidades da sociedade civil.

O projeto apresentado em 1979 pelos militares era uma peça acabada. Apesar das tentativas da oposição e de setores da sociedade civil de incluir emendas e propor substitutivos, o fato é que as derrotas foram sendo obtidas conforme a correlação de forças do Congresso Nacional – sempre desfavoráveis ao MDB. Aprovada numa estreita margem – 206 votos contra 201 –, a Lei nº 6.683 consistia basicamente no projeto governista, abonando os crimes cometidos pelos agentes das forças de segurança, deixando de fora da anistia os militantes de esquerda que pegaram em armas contra o regime, que, ao final, acabaram “sendo libertados por outros recursos jurídicos, como revisões de pena e indultos” (NAPOLITANO, 2014, p. 299).

Essa característica reinante na anistia de 1979 estabelecia um dispositivo de reciprocidade, na medida em que torturadores foram anistiados com torturados. O que parece inconcebível tem uma explicação política e de memória na compreensão de Daniel Aarão Reis. De algum modo, no cerne da abertura e da batalha pela anistia ampla e irrestrita, uma esquerda revolucionária fora apresentada como uma autêntica resistência democrática, levando a um claro deslocamento de sentido. Aquelas esquerdas “não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos” (REIS, 2005, p. 71). Da mesma forma, os partidários da ditadura, numa contraofensiva do discurso, colocaram em órbita o conceito de guerra revolucionária. Nela, ambos os lados cometeram excessos e, assim, a justificativa para uma anistia do esquecimento

estava forjada na conciliação, servindo inclusive para a superação desse passado pela sociedade brasileira.

Na possibilidade de ser uma agente capaz de proporcionar amplo debate em torno de tão polêmico tema como foi a anistia, *Veja*, pelo contrário, apostou num discurso contido capaz de juntar, em torno dos militares, as forças necessárias para que a transição se mantivesse sob controle. “Grande parte da imprensa se convenceu de que, na luta pela democracia, era muitas vezes mais conveniente deixar calmo o ambiente político”, pontua Celina Duarte (1987, p. 187).

Nesse sentido, segundo Napolitano (2014), a Lei da Anistia aprovada em 1979 ajudou muito mais a construir uma cultura de impunidade do que uma justiça de transição, na medida em que salvaguardou os agentes do Estado de uma exemplar punição e atualmente retroalimenta um discurso recorrente nos noticiários de ataque e desrespeito aos direitos humanos.

Então, na virada para a década de 1980, a grande preocupação política de *Veja* se relacionava com a radicalização da sociedade, bem como de setores militares no governo, e, para conter as amplas insatisfações, a revista defendeu medidas econômicas liberais. Tais mudanças no Estado objetivavam diminuir os investimentos em estatais e cortar os recursos reservados para os aparelhos de segurança e repressão. Acreditava que o novo ciclo de crescimento econômico viria daí. Tanto é que na gestão de João Figueiredo, a revista entrou novamente em rota de colisão com os militares quando criticou duramente a política econômica do presidente, tendo apoiado, na contramão do que vinha defendendo desde Geisel, a campanha nas ruas em favor de eleições diretas para presidente (GAZZOTTI, 2001).

Por fim, pensar a transição democrática para a *Veja* envolvia compreender cenários difusos e em disputa. As multidões reunidas em torno das “Diretas Já” não se aglomeravam apenas em favor do voto para presidente, por exemplo. O mote era o clímax, fato consagrador de um embate que durava anos ante os desmandos militares e que naquela ocasião os movimentos sociais conseguiram confluír para um evento capaz de confrontar a ditadura. Entretanto, no periódico, muitos dos sentidos iam além daquele

grito por eleições diretas, reduzindo-o simplesmente a uma passagem ordeira para o regime democrático.

Na realidade, o prognóstico de *Veja*, baseado na cobertura dos principais acontecimentos do país com a chegada de João Figueiredo ao governo, já dava conta de uma completa rarefação das medidas outrora populares dos generais e de que a crescente insatisfação levaria o país a um paradigma. Sua tarefa foi equacionar algumas demandas originárias das ruas em algo que não alardeasse rupturas. A última gestão dos militares foi um entremeio. Na revista, o que viria depois estava em disputa e gestação, tendo ela escolhido o lado que se consagraria vitorioso ao final. Nessa perspectiva, *Veja* construiu a imagem “conciliadora” e a candidatura “unificadora” de Tancredo Neves.

1.4 A RECORRENTE “AMEAÇA VERMELHA”³²

A recorrente “ameaça vermelha” continuava sendo um ponto de inflexão para a transição democrática, segundo o itinerário proposto pela ditadura. A constatação de uma parcela dos militares, especialmente os infiltrados na comunidade de segurança, de que os comunistas continuavam fortemente organizados no país e utilizavam tanto o MDB quanto a CNBB, bem como o movimento estudantil e sindical, para prosseguir com o seu projeto de tomada do poder nas terras brasileiras seguia movendo o debate e as ações desses setores.

Conforme Bethania Mariani (1996), é por volta dos anos 1930 que se fixa na imprensa essa imagem negativa em torno da representação do comunismo, sendo tratada então como uma ideologia perigosa, e no correr das décadas a sua caracterização vai sendo transmutada. O “*polvo comunista* se amplia: entram em cena, além do operariado, os estudantes, os trabalhadores em geral e, também, [...] parte da igreja”, sendo a sua imagem inversa o patriota, democrata, o brasileiro, que, por ser originalmente dessa terra, não pode ser um comunista (MARIANI, 1996, p. 171-172).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o comunista se tornará numa imagem também de inimigo interno, a partir da ideia do infiltrado, e sua denominação passará a ser ampliada,

³² Uma parte das reflexões aqui contidas foi adequada para publicação em: Gonçalves (2019).

contendo a do esquerdista e do subversivo, lembrando a memória instituída sobre o antigo PCB e o recorrente “perigo comunista”. “À nível de recepção [...] o que constitui ‘a realidade’ dessa época, tal como aparece construída pela imprensa, vai estar imaginariamente submetida às relações de semelhança”, a partir das intervenções da memória discursiva (MARIANI, 1996, p. 227).

Segundo o entendimento de Luciano Bonet (2004), o anticomunismo não é uma simples noção que se opõe ao conceito geral sobre o comunismo, até porque este último também assume feições conforme as contingências históricas. Pelo contrário, o ideal por detrás do anticomunismo é amplo e heterogêneo, portanto precisa ser compreendido no contexto histórico específico no qual ele se insere³³. Entretanto, a fim de consolidar um imaginário, o anticomunismo qualifica a diversidade social dos detratores do capitalismo de forma homogênea, em que todos esses ultrajes ao capital negariam os valores absolutos da sociedade burguesa e objetivariam destruir a propriedade, a família e a nação por meio do advento da ditadura do proletariado³⁴. O anticomunismo acaba, por fim, cumprindo uma função totalizante, mistificadora da realidade política e social.

Contextualizando-o para o caso brasileiro, onde suas raízes advêm de matrizes ideológicas diversas, mas principalmente do catolicismo, do nacionalismo e do liberalismo, Rodrigo Patto Sá Motta (2012, p. 134) define o anticomunismo como “uma causa que mobilizou aderentes fervorosos, crentes que a salvação do país (e do mundo) dependia da repressão ao comunismo”. E mais, do ponto de vista político no pré-1964, o anticomunismo funcionava ainda como uma “indústria” que possibilitava saldos nas

³³ No Brasil, do ponto de vista das representações anticomunistas, cresceu sobremaneira entre os militares, após o chamado Levante Comunista de 1935, uma noção de que os fardados comunistas, além de terem traído os companheiros de caserna e a hierarquia militar (já que os líderes eram oficiais do Exército), teriam matado muitos “colegas enquanto eles dormiam indefesos em suas camas” e defendido uma nação estrangeira, a URSS, “contrariamente ao voto sagrado militar de defender a pátria”. Apesar de controversa, essa narrativa em torno da vilania e covardia desses oficiais sediciosos vem sendo repetida há décadas, amplificando o anticomunismo entre as Forças Armadas, levando oficiais e praças a rememorarem sua diuturna missão de seguir combatendo a “ameaça vermelha”. Para um “lugar de memória”, foi inaugurado um monumento na Praia Vermelha (RJ) aos heróis militares que lutaram e morreram na tarefa de salvar a nação. “O dia 27 de novembro entrou para o calendário cívico do Estado, mas principalmente das Forças Armadas, comemorado como episódio de vitória da pátria contra a ameaça comunista” (MOTTA, 2012, p. 136).

³⁴ Segundo a clássica constatação de Marx e Engels (2001, p. 21), o espectro comunista rondava a Europa no século XIX e, nessa ocasião, os governistas simplesmente taxavam de comunistas os partidos de oposição, que, em contrapartida, como revide, imprimiam sobre os progressistas a mesma alcunha. Era uma pecha estigmatizante. “O Papa e o Czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães” tornaram-se aliados numa “sagrada perseguição a esse espectro”.

urnas. “O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo” e, enquanto autêntico defensor da moral e dos bons costumes da sociedade brasileira, auferir vantagens eleitorais (MOTTA, 2000, p. 202).

Os dividendos dessa ação bem arquitetada, tendo a imprensa enquanto *locus* da amplificação desse discurso, chegavam também a doações que indivíduos faziam a organizações que combatiam os comunistas, bem como o apoio popular a medidas governamentais diversas. Logo após o golpe de 1964, uma *cruzada de redenção nacional* recolheu ouro dos patriotas numa campanha *para o bem do Brasil*³⁵. Assim, a “indústria” do anticomunismo garantia justificativas para intervenções autoritárias na institucionalidade brasileira. “Com algumas adaptações e modificações, este roteiro básico foi encenado no Brasil duas vezes, em 1937 e 1964” (MOTTA, 2000, p. 204).

No que diz respeito à *Veja*, segundo Carla Luciana Silva (2005), os interesses defendidos pela revista se relacionam diretamente com a busca por controle sobre os trabalhadores, por mais que seu discurso não seja direcionado diretamente a eles. Impor limites à contestação, desconstruir as divergências e orientar os caminhos para a esquerda são algumas dessas suas fórmulas reconhecidamente anticomunistas. “A desqualificação das alternativas ao capitalismo é parte indissociável de todo o projeto político e econômico apoiado pelo Grupo Abril” e, além disso, seus editores buscam o tempo todo elementos para justificar a legitimidade do liberalismo (SILVA, 2005, p. 566).

Assim, em defesa de um discurso liberal, a revista orienta medidas econômicas como se propusesse algo esvaziado de sentido moral ou cultural, enquanto na prática avaliza um processo de ocultamento da função histórica da grande imprensa na medida da

³⁵ A imprensa da época, principalmente os Diários Associados de Assis Chateaubriand – provocado pelas entidades femininas paulistas –, foi a principal aglutinadora da Campanha *Ouro para o Bem do Brasil*. Tal campanha possibilitou a circulação de um discurso à época que apregoava a necessidade de unificar setores, conciliar o país, e estabelecer apoio e confiança popular no governo de Castelo Branco que apenas se iniciava. “Era uma referência clara à campanha de mesmo nome, organizada em São Paulo em 1932, quando da Revolução Constitucionalista contra o governo de Vargas” (CORDEIRO, 2008, p. 58). Conclamava das crianças aos idosos, dos ricos empresários aos pobres trabalhadores, num gesto de amor à pátria, doações de ouro para fortalecer a moeda brasileira em meio a um cenário de inflação, se aliançando, assim, aos chamados *Legionários da Democracia*, cujas duas principais tarefas consistiam na consolidação da “Revolução Democrática” e no combate intransigente do comunismo. O jornal Diário da Noite do dia 23 de maio de 1964, contendo detalhes da campanha, está disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/221961/per221961_1964_12074.pdf. Acesso em: 8 abr. 2020.

acumulação de capital. Destarte, o anticomunismo de *Veja* se insere nessa construção de sua própria imagem liberal como alteridade.

Entre as décadas de 1970 e 1980, as empresas de comunicação do país passaram por mudanças da sua gestão, deixando de ser empresas-família, com um dono, e passando a ter um controle acionário; desse ponto em diante, o objetivo prioritário da imprensa passou a ser a venda de espaço publicitário. “Como empresa comercial, a mídia atuou de acordo com as regras do mercado e com a lógica do capitalismo, em busca do lucro” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 76).

O setor de venda dos produtos de comunicação da editora Abril foi todo reformulado a partir da experiência da *Veja* com as assinaturas, por exemplo. Segundo Mira (2001, p. 143), graças ao *marketing* direto e personalizado, o semanário não se tornou um fracasso absoluto. Ao orientar sua ação de vendas e assinaturas para o público universitário, a revista conseguiu, no início dos anos 1970, angariar prestígio e leitores. “Nos anos 70/80, *Veja* entra decididamente na ‘era do marketing’. As vendas por assinatura representam 85 % de sua circulação paga” e, já em 1988, a revista se torna a quinta maior do mundo em circulação, sendo a terceira em números de páginas ocupadas por publicidade, afirma Maria Celeste Mira (2001, p. 147-148). Nessa linha, fica evidente o quanto a não circulação da revista impedia o bom andamento dos negócios da Abril e, por consequência, levava à perda de constante espaço publicitário. Portanto, era preciso garantir calma no contexto da transição, evitando enfrentamentos com os militares.

Assim, a partir de meados dos anos 1970, os negócios foram melhorando consideravelmente para a família Civita e, após a saída do diretor de redação Mino Carta, em 1976, todas as relações de poder no processo de produção do noticiário envolvendo a ditadura, os Civita, os jornalistas e a direção se arrefeceram. Prevalecera o interesse comercial, muito além do processo de produção da notícia, da liberdade de imprensa ou de expressão. Conforme Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 75), “os proprietários dos meios de comunicação se submeteram à censura em grande parte devido à dependência econômica que tinham do Estado, o que funcionou como amortecedor de uma possível oposição”. Dependentes economicamente do Estado, codependentes da transição guiada pelos militares.

Nesse sentido, entre os argumentos utilizados para salvaguardar o rito geiselista da transição, estava lá o mesmo discurso que havia unificado uma base social heterogênea nos primeiros anos da década de 1960, incluindo os grupos midiáticos: o anticomunismo. Fora um e outro impresso de boa penetração, como é o caso do jornal *Última Hora*, os demais grandes veículos de mídia haviam apoiado o golpe de Estado contra João Goulart. Ruy Mesquita, do jornal *O Estado de São Paulo*, esteve com um grupo que reuniu civis e militares paulistas na tarefa de conspirar contra o governo Jango. Com a ascensão da ditadura, muitos empresários da comunicação se rebelaram ante a censura, apesar de os generais justificarem sua ação em razão da persistente ameaça comunista que impedia o restabelecimento da democracia.

A atuação da ditadura diversas vezes soava contraditória, especialmente na área da mídia. A Rede Globo, por exemplo, a apoiou desde o golpe e o seu jornalismo era incansável na tarefa de denunciar a “ameaça vermelha”. Porém incorporou “aos seus quadros intelectuais e produtores culturais que se manifestavam contrários ao regime, muitos pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro”, e suas novelas traziam nas tramas críticas sociais profundas e temas políticos que versavam sobre a transformação da sociedade, o que para Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 78) poderia soar como um estratagema capaz de enfraquecer a legitimidade do Estado, favorecendo a redemocratização.

Apesar disso, na lógica do discurso político da *Veja*, o “perigo vermelho” permanecia enquanto espectro que dificultava a transição. A presença dessa ameaça comunista na memória coletiva do Brasil tem raízes profundas apoiadas em dispositivos de segurança e vigilância que foram instrumentalizados a partir da ascensão de Vargas, especialmente com a consolidação do Estado Novo, mas tornou-se efetiva no momento da divisão do mundo em duas supostas frentes de comando, tendo os EUA e a URSS adiante no pós-Segunda Guerra. “De fato, a entrada dos Estados Unidos no cenário mundial como potência hegemônica [...] reforçou a matriz liberal do anticomunismo. Entretanto, antes da Guerra Fria já havia grupos militantes da luta contra o comunismo atuando em vários países, entre eles o Brasil” (MOTTA, 2012, p. 134).

Com a queda de Fulgêncio Batista em Cuba no ano de 1959, mais do que nunca, o território da América tornava-se um ambiente cujas restrições à ideologia soviética ganhavam força, com amparo dos Estados Unidos. “Este pensamento, alinhado à

‘contenção’ do comunismo, foi fundamental para delinear as linhas gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), propagada pela Escola Superior de Guerra” (NAPOLITANO, 2014, p. 10).

A cantilena anticomunista se repetia no governo de Ernesto Geisel. Algumas de suas posturas, como no citado caso angolano, faziam com que uma parcela do exército rejeitasse a sua política de transição. O general Silvio Frota era um deles. Objetivava conquistar a indicação para ser o próximo general-presidente, apesar da escolha de Geisel por João Figueiredo. Conforme Gaspari (2016), a predileção de Geisel por Figueiredo consistia no fato de Silvio representar um autêntico retrocesso.

Entre as diversas atitudes tomadas por Frota, constavam a exacerbação do elemento subversivo e uma constante declaração de guerra aos “inimigos da Revolução de 1964”, especialmente os internos. “Desde 1977, remetia à Presidência da República longos relatórios alarmistas e críticos à orientação do governo e à ‘infiltração’ de comunistas e subversivos” (NAPOLITANO, 2014, p. 269). Acabou demitido do Ministério do Exército, entretanto permanecia, juntamente com outros tantos militares, na tarefa de reaglutinar setores da sociedade ante o iminente perigo comunista.

De acordo com Carla Luciana Silva (2005, p. 566), na revista *Veja* “o anticomunismo perseguiu sendo o filtro sempre presente”, e quando não há comunismo é necessário inventá-lo e, numa hipérbole, perpetuar a sua deslegitimação. Por ser um dos maiores veículos de comunicação do país na tarefa de disseminação de um ideário neoliberal, cujo polo aglutinador seria o *Fórum Nacional* (instituição criada em 1988 com a tarefa de elaborar um programa para o empresariado nessa linha econômica³⁶), *Veja* vem mantendo, desde os tempos da ditadura, uma firme conexão com setores da elite nacional

³⁶ Uma das tarefas de Carla Luciana Silva (2005) na sua tese é apresentar a revista *Veja* nessa relação umbilical com o *Fórum Nacional*, cujo objetivo é a expansão do ideário neoliberal, especialmente no contexto da Assembleia Constituinte. Segundo a autora, a revista “tomou para si a disseminação desses ideais e práticas, tornando-os compreensíveis aos diversos setores sociais (através de sua ação pedagógica) e influenciando diretamente nas ações políticas por sua atuação *partidária* (junto ao Congresso Nacional e Poder Executivo), utilizando-se a justificação de sua ‘independência’ e de ser portadora da ‘opinião pública’” [...]. “Muitos de seus intelectuais atuaram como técnicos de alto nível durante o regime militar, em acordo com definições de organizações como IPES, APEC, CONSULTEC, e outros. As atividades do Fórum parecem se assemelhar a estas atuantes no âmbito da Ditadura em termos de formulação e poder organizativo” (SILVA, 2005, p. 70).

e internacional na tentativa de fortalecer os interesses comuns desses grupos e, por conseguinte, os seus (SILVA, 2005).

Conforme assinala Elio Gaspari (2016), os empresários chegaram por último na mesa de negociações sobre os trâmites das liberdades democráticas, porque temiam os trabalhadores organizados, os ecos do ABC paulista. Preconizavam, inclusive, caso a abertura não procedesse conforme criam ser o caminho ideal, que o estado de exceção retornasse prontamente.

Ademais, no governo Geisel, houve um recrudescimento da caça aos comunistas, tendo como alvo predileto os antigos membros do PCB. Sendo assim, diferentemente do que a memória positiva consagrou, o porão da ditadura não parou de trabalhar com suas práticas de extermínio e tortura no período geiselista. Seu governo buscava institucionalizar os canais de diálogo, autorizando uns e desautorizando outros conforme o fator ideológico. Já ao final de sua gestão, o aparelho de tortura viria a ser desmontado, mas sendo substituído por um instrumento paralelo, de terror, cujo principal alvo permanecia sendo o mesmo caricato comunista subversivo. Todavia, após o atentado no Rio de Janeiro em abril de 1981, a máquina terrorista parou, devido à grande repercussão do caso (MOTTA, 2012, p. 148).

Entretanto, a escalada de violência foi intensa entre 1978 e 1981, com 51 atentados contra órgãos de imprensa, livrarias e instituições diversas, tendo como alvos o Movimento Anticomunista (MAC), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Grupo Anticomunista (GAC). O governo João Figueiredo assistiria a essas ações, do mesmo modo que Geisel, sem tomar qualquer iniciativa punitiva ou ao menos pressionar pela conclusão de investigações. A suposta ameaça comunista pautava o trabalho de muitos agentes do Estado que insistiam na teoria de que a transição seria um atentado ao legado da “Revolução de 1964”.

O episódio do Riocentro foi emblemático. Uma bomba explodiu dentro de um carro no estacionamento. Em uma delas, o efeito foi moralmente devastador para os militares, pois dentro do automóvel que o artefato explodiu estavam dois agentes do DOI-Codi do Rio de Janeiro e, conforme a imprensa apurara, estavam “trabalhando”. O capitão Wilson Machado sobreviveu, mas o sargento Guilherme Pereira não teve o mesmo destino. O

inquérito policial instaurado concluiu que os militares estavam na região para cumprir o seu trabalho diário, mantendo a vigilância e a segurança, mas foram surpreendidos pela ação terrorista da esquerda. Conforme assinala Gaspari (2016), anos depois muitas versões foram criadas pelos militares para o terror do Riocentro, sendo esta, original, a mais absurda, demonstrando o quanto o imaginário anticomunista latente no país poderia eximir-lhes de uma culpa.

A atuação da imprensa, nesse caso, tida como relevante, demonstrava a necessidade de se fazer parar a máquina de terror instaurada no governo, reverberando o discurso em torno da transição somada à conciliação. Passada a fase da censura, a imprensa livre acaba por provocar reações no conjunto da sociedade na medida em que divulga informações dos acontecimentos que outrora estavam suspensas. É por essa razão que Abreu e Lattman-Weltman (2006) concluem que a mídia havia se tornado um agente aglutinador das forças sociais na luta pela redemocratização e, eles mesmos, teriam se colocado favoráveis à transição. No atentado do Riocentro, “jornais, rádio e televisão confrontaram dados e informações [...] e produziram uma visão contrária àquela que os responsáveis pelo Inquérito Policial Militar queriam impor como verdadeira, ou seja, que o atentado fora praticado pelos grupos de esquerda” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 82).

Os agentes de segurança também buscaram criminalizar o movimento sindical que ressurgia no chamado “cinturão vermelho” do ABC paulista. Frei Chico, que ficou preso durante 48 dias após uma ação contra membros do Partido Comunista, fora usado como bode expiatório para que entregasse o seu irmão Lula. De fato, as paralisações que tomaram conta do setor metalúrgico não tinham nada a ver com ações partidárias da esquerda, e sim com a luta sindical em razão de perdas salariais, mas o setor empresarial enfatizara em documento que um clima pré-1964 rondava o país. Acirrava-se assim um discurso que de algum modo ecoava no ciclo da transição. Com o Movimento Feminino Pela Anistia algo parecido ocorreu. Segundo o SNI, o grupo tinha vinculações com o Movimento Comunista Internacional.

Apesar disso, a transição, já no início dos anos 1980, mantinha minimamente um cronograma, mas agora pautado pela nova realidade das lutas sindicais, estudantis e pelo retorno dos exilados, os três em atividade política na reorganização dos novos partidos.

As mudanças atingiam também a comunidade de segurança, cujos serviços vinham se tornando obsoletos desde a última investida de Geisel contra Ednardo D'Ávila, apeado do comando do II Exército em 1976. A extrema-direita militar precisava então fabricar fatos que lhe providenciasse existência no aparelho de repressão.

Alguns episódios guardam um autêntico ar de comicidade. Nos apertos para a eleição no Colégio Eleitoral, cartazes com a imagem de Tancredo, uma foice e um martelo eram acompanhados da inscrição: PCB – chegaremos lá. Nas prisões e solturas que se seguiram, ficou claro que se tratava de uma ação de propaganda anticomunista a fim de gerar mais um desgaste à abertura. Maluf utilizava do discurso anticomunista para denunciar a candidatura do seu adversário, dizendo que este possuía um acordo secreto com a esquerda. Agentes de segurança se infiltravam em passeatas e manifestações portando bandeiras vermelhas com o objetivo de acentuar o clima de acirramento, levando inclusive o general João Figueiredo a queixar-se da ordem política que espreitava o país e declarar que ele mesmo não assistiria tais eventos de modo passivo (GASPARI, 2016).

De fato, o roteiro em torno da transição ganhava alguns elementos não previstos na trama inicial. As grandes manifestações de rua foram protagonizadas pela oposição, na conjuntura do final dos anos 1970 e na primeira metade dos anos 1980, apesar de os militares manterem sob rédeas curtas o percurso da abertura. A chegada da democracia não prescindiria da caserna, pelo contrário: na esteira do crescente tensionamento cotidiano vêm, juntamente, os usos políticos do passado.

Do equilíbrio para conter o avanço dos grupos ditos subversivos e da “tigrada” restava à João Figueiredo a tarefa de rememorar os feitos de um regime já cambaleante. Em sua comemoração ao vigésimo aniversário da “Revolução”, Figueiredo (1984, p. 43) afirma em discurso que “o movimento de março de 1964 [...] não traduziu o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. [...] De maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependiam a restauração da ordem [...]”.

O então general Castelo Branco, que tomava posse enquanto presidente após a queda de Jango, teria dito na mesma linha, vinte anos antes, que a tomada do poder não fora por

meio de um golpe de Estado, mas como uma Revolução, que buscava superar os malefícios da extrema-esquerda. Parafrazeando Rui Barbosa, o general complementa: “É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá” (CASTELO BRANCO, 1964, p. 14).

2 A DITADURA EM TRANSIÇÃO E A HISTÓRIA EM TRANSE

Havia uma conceituação muito comum consagrada na historiografia brasileira que definia a periodização da ditadura entre 1964 e 1985. No entanto, as discordâncias ganharam moldura no debate acadêmico das primeiras décadas do século XXI, especialmente em razão dos governos Geisel e Figueiredo, por meio do acesso mais amplo a arquivos ou mesmo baseados em conceituações da ciência política, que delimitaram os liames entre a ditadura e a democracia. Pensar como o regime se emoldurava é uma atividade necessária para, inclusive, adentrar nos termos mais amplos de sua atuação autoritária no tempo.

A transição mais parece um enredo com guinadas ao sabor das contingências e a democracia surge não enquanto um presente, mas sim como conquista alcançada após percalços. E é sobre esses termos que o segundo capítulo trata, propondo, a partir do debate historiográfico e teórico-metodológico, problematizar os anos 1978 a 1985. Há uma série de componentes para serem pensados no que tange à transição democrática, e os eventos nela circunscritos não se inserem apenas na lógica do tempo histórico. É essencial, aliás, reconhecer os discursos em torno dela.

Em torno da narrativa que se estende do final de 1978 à eleição de Tancredo Neves existe uma disputa que permanece presente, tendo a grande imprensa contribuição importante nessa tarefa de construir o retorno triunfante da democracia sob os preceitos políticos do personagem vitorioso, Geisel, enquanto a memória dos ex-guerrilheiros, exilados e parcela dos historiadores, por outro lado, segue denunciando as atrocidades dos 21 anos de ditadura militar.

Nesse ínterim, entram em cena os usos políticos do passado, ocasião pela qual a ditadura, de modo geral, e a imprensa, de forma específica, reavivam o cenário político por intermédio de espectros progressos capazes de compor uma narrativa que inaugura uma espécie de futuro presentificado. E é nessa direção que a *Veja*, enquanto veículo de comunicação, atua de modo a forjar na opinião pública argumentos necessários a uma passagem para a democracia sem turbulências, sem a amplificação de protagonistas, sem a radicalização das pautas.

2.1 UMA DIVERSIDADE DE ENTENDIMENTOS EM TORNO DA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Há divergências no debate historiográfico no que tange à ditadura militar. Tais questões se acentuam à medida que se aproxima o final do governo em 1985. Sob esse prisma, é preciso compreender os últimos períodos e atos do regime tendo a consagrada insígnia da transição como paradigma. Quer dizer, há dentro do regime um tema ressonante que prediz uma passagem para outro sistema político sob a batuta dos civis, todavia com a chancela dos quartéis e o ritmo dos generais-presidentes. E essas questões permitem uma gama diversificada de interpretações para o pesquisador da História do Tempo Presente, elevando a cizânia em torno dos 21 anos de governo militar.

Conforme Marco Antonio Villa (2014), o regime militar brasileiro não foi uma ditadura que durou 21 anos. Essa assertiva leva em consideração os anos pré-AI-5, bem como os anos pós-Anistia, e, por conseguinte, estabelece outros parâmetros para a análise do período militar. A questão levantada por Villa abre espaço para uma série de problematizações que passam pelo recorte historiográfico como ponto visível, mas atravessam as simplificações da análise das medidas tomadas pelos generais-presidentes como ponto sensível. Há um nevoeiro que se amplia por intermédio da categorização de Villa. E tal nevoeiro não é por si só um fenômeno que se resolve quando a claridade prevalece, porque, para hoje, há pouca incidência de luz sobre arquivos que permanecem intocados e memórias que se estabelecem sobre terreno arenoso. Permanece, por fim, a polêmica e uma insistente dúvida acadêmica.

Na fala do senador arenista Petrônio Portela³⁷, em 1975, em detração aos oposicionistas do MDB, era impossível falar em redemocratização, pois não se vivia em uma ditadura;

³⁷ Petrônio Portela Nunes foi um hábil político piauiense cuja carreira se iniciou na UDN. Membro de uma família com histórico político no Estado, ocupava o cargo de governador do Piauí em 1964 quando o golpe de Estado retirou o mandato de João Goulart e também o seu próprio. Como possuía contatos políticos com o general Castelo Branco, retornou à sua cadeira e acabou se tornando o principal organizador da Arena no Piauí. Seu prestígio permitiu que ele indicasse o sucessor ao cargo. A partir de 1967, tornou-se senador, e em 1973 já detinha forte controle sobre os seus pares no Congresso ao ponto de ser nomeado líder do governo no Senado e presidente nacional da Arena. Sua atuação foi crucial para dar rumo naquela casa de leis às iniciativas orientadas por Geisel em torno da distensão a partir de 1974. Em 1977, enquanto presidente do Senado, iniciou sua missão conciliatória entre governo e oposição em torno de reformas que restabelecessem gradualmente um estado de direito. Apesar dos constantes recuos que Geisel empreendeu,

e, numa mesma toada, Ernesto Geisel diz que democracia plena não passava de uma utopia, daí a salvaguarda da “democracia relativa” (VILLA, 2014, p. 375). Nesse limiar, orbitam as provocações de Villa acerca do período. “Este livro refuta as versões falaciosas. Deseja romper o círculo de ferro construído, ainda em 1964, pelos adversários da democracia” (VILLA, 2014, p. 12). Conforme João Figueiredo (1979), em discurso de posse à presidência, o seu “propósito inabalável” era tornar o Brasil uma democracia “dentro daqueles princípios” da “Revolução de 1964”, porém, antes de março daquele ano de 1979, às vésperas de sua posse, inebriada por uma greve de metalúrgicos, complementa Villa, a ditadura já estava acabada, apesar de a democracia plena ainda não ter nascido (2014, p. 261).

Nos argumentos de Villa, os discursos dos personagens ajudam a desnudar algumas hipóteses do historiador. Entretanto o cotidiano do regime e os seus desenlaces problematizam ainda mais as suas afirmações. A premissa é de que a ditadura estava acabada antes mesmo da posse de Figueiredo, contudo uma democracia plena ainda não havia nascido. Nesse sentido, a encruzilhada política ganhava ares dramáticos quando a legislação autoritária era acionada.

Para o autor, imperava a dificuldade especialmente entre aqueles “acostumados com os poderes arbitrários da ditadura, de conviver em outro ambiente político, muito mais arejado” (VILLA, 2014, p. 280). Aqui reside uma problemática pouco explorada por Villa acerca dos limites entre o fim e o início de um outro sistema político. Quais questões delimitariam uma ditadura e quais sublinhariam uma democracia? Aparentemente, resolver a pergunta entre o fim e o começo de um ciclo estabelecendo marcos em aberto favorece a teoria de Villa, mas pouco contribui para uma periodização definitiva.

Conforme Carlos Fico (2017, p. 53), em artigo recente, a ideia de uma “ditadura à brasileira” defendida por Villa e uma diferenciada periodização daquele momento histórico esbarra em diversas limitações, em especial, os dispositivos autoritários

ficando na conta de Portella alguns deles, como o Pacote de Abril de 1977, a tentativa de reaglutinar setores e a disponibilidade de diálogo o consagraram como um importante articulador político de tendência liberal. Entre 1979 e 1980, Portella ocupou o cargo de Ministro da Justiça do governo Figueiredo, sendo peça importante para o restabelecimento do pluripartidarismo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/petronio-portella-nunes>. Acesso em: 22 maio 2020.

vigentes entre 1964 e 1968, o vazio de debate conceitual sobre o que é ditadura em sua origem etimológica e quais itens devem ser considerados para uma periodização restrita do que fora a ditadura ou o que supusera ser uma democracia. Na falta de um componente empírico aglutinador da teoria, soçobra-se o processo, apresentando o paradoxo enquanto clímax.

As questões em torno da transição e os pontos nevrálgicos entre 1979 e 1985 para a definição categórica do que fora esse período político carecem de evidências empíricas na obra de Villa, especialmente por se tratar de uma proposta não convencionalista. “A propositura de periodização de dado processo histórico é atribuição nobre da História” (FICO, 2017, p. 58). Mesmo assim, Marco Antonio Villa propõe inquirições plausíveis, em meio a outras um tanto exageradas, para esses seis anos, que apontam para um debate historiográfico complexo. “Como chamar de ditadura um regime que enviou à aprovação e patrocinou a Lei de Anistia, em 1979?”, ou ainda “em qual ditadura milhões de cidadãos foram às ruas – de maneira ordeira – clamar pelo direito de votar para presidente da República sem que tivesse ocorrido repressão?” (VILLA, 2014, p. 374).

Porém, para Carlos Fico (2017, p. 64), o Estado de Emergência e as Medidas de Emergência presentes na Emenda Constitucional nº 11 de 1978 extinguiram os atos de exceção, mas “permitia a aplicação de todas as medidas do Estado de Sítio pelo presidente da República, sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional”, e, de fato, foram utilizadas para pressionar o Parlamento a rejeitar a emenda das diretas em 1984. Nesse sentido, torna-se impraticável a defesa de que a ditadura já estava encerrada em 1979.

Numa linha tênue acerca do período entre 1979 e 1985 caminha Daniel Aarão Reis. Na prática, sua questão coaduna com Villa sobre a extinção da ditadura em 1979, mas a extrapola em problematizações. Reforça a ideia de que a ditadura tem um componente civil-militar (o que acentua a base social de sustentação do regime e amplia o caráter das negociações para além dos quartéis) e que, revogados os Atos Institucionais, foram ainda necessários dez anos de transição até a chegada de um novo sistema político consagrado na Constituição de 1988.

Diferentemente de Villa, Reis se propõe a uma fluidez dos marcos que definiriam o período da transição, inclusive sublinhando o discurso hegemônico que define o fim da ditadura em 1985, contudo advoga que foram quinze os anos de escuridão e depois fez-se manhã. A maioria entende que a ditadura acabou em 1985, “por mais que isso seja incongruente com o fato de o novo presidente, José Sarney, ter sido um ‘homem da ditadura’” (REIS, 2014a, p. 12).

Permanecem dúvidas. Se “em 1979 a manhã chegou, finalmente”, que tipo de regime passou a vigorar? Esse “Estado de direito precário” está a um passo de um regime democrático ou de um regime ditatorial? Tais pontos presentes na obra *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade* (REIS, 2005) lançam os fundamentos para os complexos questionamentos acima e, de acordo com Fico (2017, p. 58), argumentos fragilmente estabelecidos nesse caso evocam à mera opinião, sustentando uma “leitura política segundo a qual o regime que surgiu com o golpe de Estado de 1964 não foi muito prejudicial para o Brasil, já que a fase inicial e final nem teriam sido tão duras”.

Daniel Aarão Reis busca provocar uma reflexão sobre as periodizações nos 21 anos sob domínio militar, bem como o uso de termos para definir cronologias, percorrendo outros tempos da história recente do país sob a égide da cultura política do nacional-estatismo. “Sabe-se que não é de bom-tom chamar o Estado Novo de ditadura”, ou ainda: o “regime democrático-liberal fundado pela Constituição de 1946 [...] tinha um marcado caráter elitista e antipopular, era uma democracia autoritária” (REIS, 2014a, p. 19). Não obstante, acaba por chamar atenção para o fato de como, em dadas circunstâncias, a memória triunfa sobre a história e que, portanto, haveria elementos que explicam o fato de a historiografia ter considerado o marco de 1985 como o definitivo fim da ditadura, tais como a hipótese de uma memória interessada, visando amplificar o silêncio entre os grupos civis, pilares da ditadura.

Nesse campo do fazer historiográfico relacionado com componentes do imaginário e do simbólico, Reis lança ingredientes de difícil mensuração e que, portanto, têm o mérito de ampliar a teoria visando refletir sobre outros processos que sobremaneira escapam, porém dificulta ratificar uma nova periodização que determine o fim da ditadura e o início da democracia. Um importante rastro em Daniel Aarão dos Reis é a elasticidade da transição e o pressuposto acerca da constância de um certo “entulho autoritário”, mesmo quando

da ascensão do civil José Sarney. No entanto, tal vestígio do arbítrio não seria uma boa hipótese para que a manhã ainda não tenha luzido em 1979? Segundo Reis (2014b, p. 126), apenas a posteriori, a transição democrática pudera ser chamada assim, de democrática, pois enquanto resultado “ela desembocou efetivamente num regime constitucional democrático, embora isso não estivesse dado, desde o início, como destino inevitável”. Em certa consonância, afirma Fico (2017, p. 60), “ainda que mitigada, a possibilidade de retrocesso esteve presente até o fim da ditadura militar, até a posse do primeiro presidente civil”. No entanto, para Reis, o perigo militar rondou até 1988. Para Fico, restringiu-se até José Sarney colocar a faixa presidencial.

Ademais, há um fato relevante que marca a origem do processo de ruptura em 1964 e pode servir como uma bússola para indicar o norte da transição. A ditadura militar mudou o Brasil tendo como princípio a manutenção dos pilares de uma ordem estabelecida. A partir da ideia de transformação/permanência, é possível compreender o roteiro político da abertura percebendo quais os quesitos equilibram-se sobre a tutela dos militares e quais são disparados pelo protagonismo da sociedade civil. Contudo, há também neste debate um componente que margeia a contradição, dificultando a predição acerca do período que, enfim, a ditadura se encerrou. É no avanço das mobilizações sociais em busca de reposição das perdas econômicas e políticas que o regime sai de cena ou é na dinâmica da distensão gradual conforme o roteiro dos militares que a abertura se completa? O clímax está nas mobilizações em torno das eleições diretas, apesar de ter desembocado num Colégio Eleitoral, ou o ápice está no governo e no fim dos Atos Institucionais, apesar de permanecerem as práticas de repressão?

Para Alfred Stepan, as contradições do aparelho de Estado é que levaram à distensão, numa espécie de dialética da concessão e conquista, entre militares e sociedade civil. “Essas contradições fizeram com que um dos componentes do Estado – os ‘militares enquanto governo’ – procurasse aliados na sociedade civil e lhes facilitasse mais poder” (STEPAN, 1986, p. 19).

A fim de fortalecer sua compreensão sobre o período, Stepan diz que não havia documento que comprovasse a teoria comumente aceita de que Geisel foi escolhido “para liderar o que passou a ser conhecido como abertura” (1986, p. 46), inclusive porque uma parcela expressiva do exército se opunha ao projeto de transição. Entretanto, apesar de

tais aspectos, Ernesto Geisel implementou uma agenda de liberalização amparada por instrumentos autoritários, acabando por convencer parcela considerável das Forças Armadas de “que os militares enquanto governo estavam no comando e que não perderiam o controle” de tal processo (STEPAN, 1986, p. 55).

O roteiro de abertura tinha contornos diversos na caserna. Na opinião do autor, alguns acreditavam que era preciso eleger um militar para o mandato seguinte de Figueiredo, outros muitos criam que era preciso eleger um civil ligado ao partido do governo. Como pano de fundo estava uma preocupação que prospectava o dia seguinte, a ocasião da saída de cena do último general-presidente: “os líderes militares alertavam contra o revanchismo” (STEPAN, 1986, p. 70). Em razão dessa premissa, toda a transição se articulava e a própria Lei da Anistia fora aprovada guardando tal princípio. Posteriormente, no contexto das eleições para a presidência, Tancredo Neves lança uma carta pública deixando explícito que não alimentaria qualquer tipo de revanchismo.

Diversamente, Carlos Fico (2017, p. 65) afirma que Geisel possuía um projeto de distensão e que este “estava delineado desde o início de seu governo”, sendo que a resistência democrática não conseguiu acelerar a abertura, apesar de imbuir o governo militar de uma tarefa negociada sobre os termos da transição. A pressão popular foi crucial para o período seguinte, que marcaria a Constituinte e a face da nova democracia brasileira, mas é diminuta quando se percebe que a “Campanha das Diretas não impediu que o Colégio Eleitoral atuasse mais uma vez” (2017, p. 66). Frustraram-se as expectativas da população em meio aos ditames do quartel e o seu controle sobre os trâmites da abertura. Do mesmo modo, “a distensão ocorre sempre que, entre outras coisas, os grupos no poder estejam dispostos a negociar, e foi isso o que passou a ocorrer com o governo Geisel” (CASTRO; D’ARAUJO; SOARES, 1995, p. 38).

Para Luiz Werneck Vianna (1986, p. 212), o andamento pragmático do projeto de abertura pressupõe mais a reprodução do regime para o período subsequente, amparado nas suas forças de sustentação, do que a sua superação, num recriar da ordem burguesa. Quer dizer, constatar que ocorria uma abertura não elimina o fato de ela ser uma alteração na continuidade.

Marcos Napolitano (2014, p. 11), porém, defende que a abertura “esteve sujeita às pressões da sociedade, sobretudo dos movimentos sociais que repolitizaram as ruas, forçando os limites iniciais da transição conduzida pelo alto”. O que para Napolitano (2014, p. 229) é o convencional da historiografia corresponde ao papel de Geisel, pois esse personagem “passou para a história como o presidente autocrático que iniciou o processo de abertura e, conseqüentemente, de transição política”. Ademais, o autor compreende os argumentos em torno da abertura com base na dialética, considerando a multiplicidade de questões envoltas na transição, mas que, sobremaneira, levaram o país para a democracia.

Como demonstramos, o termo democracia é em si um grande problema no contexto da transição. Pela diversidade de interpretações possíveis. Empresários, intelectuais e partidos falavam de democracia. A partir da ascensão de Geisel, o governo defendia, inclusive, que o país já vivia em uma democracia, “posto que fiel aos valores cristãos e ocidentais e defensor da liberdade individual e da livre-iniciativa” contra a esquerda e seu esquema totalitário (NAPOLITANO, 2014, p. 241). Restavam os fatos para que a justificativa de Geisel desvanecesse.

Coadunando com o consagrado aforismo de Elio Gaspari (2002), Napolitano (2014) pressupõe que ao final do governo Geisel já não havia mais ditadura, apesar de haver um ditador. “Talvez a bela formulação, em seu jogo instigante de palavras, seja um tanto questionável como explicação histórica, mas tem seu momento de verdade” (NAPOLITANO, 2014, p. 229). Todavia, em outro momento, o autor (2014, p. 311) alude que a ditadura militar se findara em 1985 por ter se iniciado a Nova República.

Entretanto, tal qual Daniel Aarão Reis, Marcos Napolitano circunscreve o relevante fator “memória” nesta complexa narrativa histórica sobre o período da abertura. Ao inserir outro elemento, sobressaltando aspectos subjetivos para além do documento e dos arquivos, seu estudo abre o leque de interpretações acerca do período, mas impossibilitando uma compreensão inexorável. Por fim, problematiza uma fala corriqueira e aceita quase como um lugar-comum reservado ao general Ernesto Geisel na história como o sujeito que repôs “a revolução de 1964 nos eixos”, afastando a esquerda e a extrema-direita da tomada de decisões. “Esse esquema explicativo consagrado pela memória liberal” precisa ser compreendido de modo crítico, extrapolando as definições

simplistas que denotam sentido restrito entre Geisel e o processo para a democracia (NAPOLITANO, 2014, p. 232).

Boa parcela da memória correspondente à Geisel tem Elio Gaspari como seu suporte no trabalho de construção dos quebra-cabeças da época. Tanto o general-presidente quanto o seu principal articulador político Golbery do Couto e Silva disponibilizaram horas de entrevistas e caixas de arquivo para que Gaspari construísse uma narrativa sobre o período. Seu discurso é o de se abster de uma escrita da história da ditadura militar, entretanto os cinco livros³⁸ trazem conclusões que se tornam indeléveis na medida em que analisa documentos e entrevistas do *Sacerdote* Geisel e do *Feiticeiro* Golbery e acabam por consagrar tais figuras como cernes do movimento transitório e baluartes da distensão, lutando contra os amigos sem perder a medida da ferocidade contra os adversários.

Na prática, tal literatura contribuiu para criar uma compreensão sobre a divisão entre os grupos na caserna, entre moderados e duros, sendo que à “tigrada” caberia o papel de lutar contra o triunfo democrático, estando seus principais oponentes – Geisel, Golbery e os demais castelistas – incumbidos da tarefa de levar o país à democracia. “Figueiredo sabia a quem estava se dirigindo quando disse [...] a minha reação agora vai ser contra os que não quiserem abertura” (GASPARI, 2016, p. 109)³⁹.

No caso brasileiro, a obra de Gaspari ocasiona profundo impacto no debate historiográfico, uma vez que a alta vendagem no mercado editorial e o acervo documental a que teve acesso para produzir os livros o colocam em posição destacada. Conseqüentemente, no contexto de rememoração dos 40 anos do golpe de 1964, seus escritos acabariam por inaugurar novos marcos periódicos para o regime que se seguiu, relativizando uma ditadura em sua totalidade (JOFFILY, 2018, p. 232).

³⁸ A Ditadura Envergonhada (2002); A Ditadura Escancarada (2002); A Ditadura Derrotada (2003); A Ditadura Encurralada (2004); A Ditadura Acabada (2016).

³⁹ Na obra de Gaspari, a tarefa do *Sacerdote* (Geisel) e do *Feiticeiro* (Golbery) seria derrotar, ademais, os insubordinados nos aparelhos de segurança para o restabelecimento da democracia. Segundo a historiadora Heloisa Starling, após as revelações do memorando da CIA, as teorias de Gaspari se tornam insustentáveis, na medida em que o documento mostra que “Geisel é a tigrada”. Starling reforça que o governo brasileiro deveria exigir dos EUA a liberação desses arquivos, bem como solicitar a retirada de algumas tarjas pretas que impedem a leitura completa. Sua suspeita é que tais trechos contêm nomes de pessoas eliminadas pelo regime. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/geisel-e-a-tigrada-diz-historiadora.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2020.

Na celeuma acadêmica que se estabeleceu nos anos seguintes, a literatura de Gaspari seria tida como mais uma dessas tentativas visando estabelecer novos parâmetros para o período ditatorial, angariando acadêmicos como Reis e Villa, cujas teses minimizam a repressão política sob o governo Geisel; apreendendo de modo acrítico o “projeto distensionista, suas intenções e a forma como foi imposta e a relativização dos marcos temporais que definem o período ditatorial, promovendo seu encurtamento” (CALIL, 2014, p. 125).

Segundo Caio Navarro de Toledo, parte dessa releitura histórica que está em curso tem efeitos muito mais amplos no presente, sendo o mais visível deles o que busca imputar à esquerda o caráter golpista, restando à direita a reação para garantia da legalidade em 1964. Nesse sentido, a propalada resposta prévia vinda dos quartéis torna-se legítima, justificável, bem como tudo que vem após ela no que diz respeito à violação de direitos fundamentais e humanos. “Ora, passados 50 anos nem mesmo um simulacro de documento de conspiração ou um ‘plano golpista’ – como foi o Plano Cohen, forjado em 1937 – foi apresentado pelos militares e civis golpistas” (TOLEDO, 2014, p. 32).

Na compreensão de Demian Melo, uma obra fundamental para explicar a ditadura entre 1964 e 1985 no Brasil foi tomada por uma leitura enviesada e esvaziada de sentido, especialmente neste início do século XXI. Trata-se do livro de René Dreifuss, *1964, a conquista do Estado*. Em sua concepção, o termo ditadura civil-militar foi utilizado conforme um critério equivocado de leitura conjuntural e histórica, citando explicitamente Daniel Aarão Reis, bem como Marco Antonio Villa, e sua tentativa, ademais, de rever o ciclo temporal do regime e relativizar as medidas autoritárias. Segundo Melo (2012, p. 40), não se pode conceber a democracia apenas de modo formal, baseada em critérios meramente institucionais, daí a “escolha desta periodização, baseada na suposição de que o estado de direito teria sido restabelecido após a revogação do AI-5 e da Lei de Anistia”, erige-se sobre uma frágil premissa.

O pano de fundo dessa linha de debate historiográfico reside numa problemática chamada de *revisionismo*, que ganhou lastro com as releituras feitas por teóricos alemães no pós-Segunda Guerra Mundial, como David Goldhagem, segundo o qual o nazismo teve o povo alemão como cúmplice e, nesse sentido, teria cumprido uma vontade popular. O

problema desse revisionismo na versão tupiniquim é que ele “acaba por reproduzir a pobre visão corporativa dos militares, significando um retrocesso no conhecimento já acumulado pela pesquisa acadêmica sobre o golpe e a ditadura” (MELO, 2012, p. 44).

Tal visão oficial entre os militares versa que os levantes massivos de civis e o pedido de intervenção vindo das passeatas foram cruciais para a derrubada do governo Jango, e este, por sinal, não possuindo legitimidade o suficiente, precisava ser apeado pelos defensores da pátria, em nome da ordem, a fim de garantir a vontade popular e salvaguardar a democracia. O que veio após isso, o regime e seus excessos, teria sido consequência das necessidades externadas por esse mesmo povo. Reside aí a celeuma na qual se submeteu o debate contemporâneo, já que revisita a história do tempo presente descolando “a explicação do processo político da dinâmica do capitalismo e de suas contradições”, distribuindo a culpa por aqueles anos terríveis ao conjunto da sociedade, sendo que Dreifuss já propusera uma avaliação mais adequada décadas antes sobre o citado período, nomeando tal regime de *ditadura empresarial-militar*, que fora “implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionária das classes dominantes” (MELO, 2012, p. 53)⁴⁰.

Portanto, retomar uma visão totalizante do processo histórico, incluindo nesse bojo os pressupostos econômicos e as classes sociais advindas dessa relação, é garantir que se compreenda de fato quais mecanismos foram utilizados pelo capitalismo para estruturar o seu regime autoritário no Brasil, pois sem isso qualquer análise fica empobrecida. Não é por acaso que o auge dessa *ditadura do grande capital* (MELO, 2012, p. 48) tenha sido justamente o período do “milagre econômico”, cujos grandes grupos empresariais se fortaleceram (como Camargo Corrêa, Gerdau e Itaú, por exemplo) e os trabalhadores

⁴⁰ A nomeação do período é múltipla também entre os historiadores que se afiliam ao debate historiográfico analisando a ditadura militar sob o rigor marxiano, apesar de haver entre eles muitas semelhanças sobre o caráter daquele 31 de março de 1964. Marcos Del Roio (2014) chama aqueles 21 anos de ditadura militar burguesa, período no qual predominou, além da acentuada violência estatal e do paramilitarismo, um capital bancário/financeiro em meio a um discurso ideológico pseudonacionalista, encaminhando o país para uma fascistação. Milton Pinheiro (2014) a nomeia de ditadura burgo-militar. Na sua percepção, a burguesia nacional, principalmente a bancária e industrial, estava submetida aos interesses do capital internacional, por intermédio dos ditames do FMI, e esse consórcio tinha a direção do próprio exército, que, no contexto da transição e das sucessivas crises político-econômicas que se abriram, buscava equilibrar os interesses originários que levaram ao golpe de Estado, entendido como “o último ciclo da longa revolução burguesa brasileira”. João Quartim de Moraes (2014) salienta que, no fundo, o regime foi uma ditadura oligárquico-militar e que se instaurou após a queda da República burguesa iniciada em 1946. Em não havendo uma fração de classe sequer que pudesse almejar-se hegemônica, ou mesmo um projeto claro que as fizessem unir sobremaneira, restou a contradição do discurso em defesa da democracia contra o comunismo totalitário (liga essencial da derrubada de Jango) e a prática do Estado policialesco sob as Constituições autocráticas de 1967 e 1969.

estavam submetidos à lógica do arrocho salarial – apesar de ativa participação da classe média na sociedade de consumo. O resultado desse latente antagonismo foram as greves operárias no final da década de 1970, e a tendência revisionista tem sido a tônica entre uma parcela dos destacados acadêmicos, notada inclusive em seminários como “40 anos do golpe: 1964-2004”, cuja composição das temáticas preteriu o movimento sindical e sua importância na transição democrática (MELO, 2006, p. 115).

De um modo geral, o território discursivo da abertura, o roteiro da distensão e os aspectos considerados para a transição fixaram-se em torno de Geisel e Golbery. Parte dessa retórica coaduna-se com as falas do próprio Geisel. Perguntado sobre como nasceu o projeto de abertura, afirmou: “isso era assunto da minha conversa com Golbery [...]. Daí começamos a conversar, a planejar, a discutir como e quando iríamos marchar para a abertura” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 263). De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007), as ditaduras na América Latina entram em crise a partir da década de 1970. No caso brasileiro, contribuíram para a derrocada da ditadura militar a pressão externa vinda de Jimmy Carter⁴¹, os ciclos econômicos no mundo, a própria estratégia Geisel-Golbery “e a ação autônoma, porém condicionada, da oposição” (DA SILVA, 2007, p. 247).

É lugar-comum acreditar também que o fator econômico de meados dos anos 1970 é elemento crucial a ser compreendido no contexto da abertura. No entanto, Francisco Carlos Teixeira da Silva minimiza argumentando que a própria crise do petróleo em 1973 não pode ser sobrevalorizada naquele contexto. É prudente entender que tal crise prejudicou as reservas nacionais, mas foi possível navegar sem maiores turbulências dada a abundância de capitais no mercado internacional. A crise de 1982, seguida por uma forte recessão, foi muito mais intensa. “Assim, na sua origem, não é a crise [de 1973] que condiciona a abertura; ao contrário, foi a eficiência econômica do governo Médici que favoreceu a sucessão Geisel-Golbery e, portanto, o projeto de abertura do regime” (DA SILVA, 2007, p. 254). Ao pensar que a crise econômica de 1973 não condicionou o ritmo da abertura, tem-se, mais uma vez, a compreensão de que o núcleo do governo possuía o

⁴¹ Além de advertir publicamente o general-presidente Ernesto Geisel – cuja aversão a Carter se tornou notória, conforme Gaspari (2016, p. 37) – em razão das violações aos direitos humanos, havia outros interesses dos EUA, que passavam pela crítica ao acordo nuclear Brasil-Alemanha e o desejo de empresas estadunidenses na quebra do monopólio estatal sobre algumas áreas da economia do país (DA SILVA, 2007, p. 252).

mapa da transição nas mãos, e somente ele conduziria à democracia. Ademais, a incapacidade do país de honrar as suas dívidas em 1982 encerrava definitivamente o “milagre econômico”, e o que se seguiu foi a erosão das históricas bases sociais da ditadura e a ruína da credibilidade militar chefiada por João Figueiredo.

O processo de abertura política que começou em 1974 com a ascensão de Geisel à presidência e teve seu percurso encerrado em 1985 não foi único no contexto da ditadura. “Ensaio malogrado” ocorreram em 1967, 1973 e 1974, cujas propostas de transição foram rapidamente abortadas. O projeto lento, gradual e seguro visava sobremaneira evitar o desgaste visto nas outras experiências (DA SILVA, 2007, p. 256).

Em torno da sucessão de Médici estabelecem-se os primeiros passos a serem percorridos para a democracia. Derrotada a oposição armada e “a ideia de uma democratização via a derrubada da ditadura militar”, um processo em torno da disputa institucional amadureceu, tendo o MDB como um ator primordial para um “projeto pacífico, parlamentar e democrático de transição” (DA SILVA, 2007, p. 261).

Nessa compreensão, tem-se, também, um roteiro de abertura cujas rédeas estão nas mãos do núcleo central do governo militar, sendo a tarefa manobrar a oposição dos quartéis, mitigando o desejo de radicalidade, e a oposição política, no seu anseio de acelerar o retorno dos militares para a caserna. “Na verdade, o projeto Geisel-Golbery supunha, para seu completo êxito, a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais revelados ao público” (DA SILVA, 2007, p. 264).

Aloysio Carvalho (2011b) traz para o debate acerca da liberalização do regime o componente que remonta o aparato repressivo ainda no governo Médici (1969-1974). Havia uma disputa interna entre os militares sobre os rumos que o país deveria seguir e tal batalha foi vencida com muito custo e tempo pelo grupo de Geisel, que assumiria o poder posteriormente. “Os dirigentes buscavam ampliar a legitimidade do regime quando se decidiram pela liberalização, que foi implementada no rastro de um momento favorável da economia” (CARVALHO, 2011b, p. 84).

A fragmentação estatal, em razão do combate aos grupos guerrilheiros, também se refletia na caserna, sendo seu legado mais temido a radicalização e autonomia da comunidade de

segurança. Essa compreensão defendida por Golbery do Couto e Silva e referendada nos escritos de Carvalho (2011b, p. 94) pressupõe a clássica divisão entre radicais e moderados entre os dirigentes militares brasileiros, colocando na conta de alguns o sucesso da empreitada rumo à democracia e na de outros os mecanismos impeditivos para tal avanço. Nesse sentido, Geisel e Golbery seriam, mais uma vez, imprescindíveis no processo de transição.

A partir de 1979, o equilíbrio das forças políticas institucionais tornara-se mais complexo. Com a oposição tendo sido cerceada em 1977, em razão do fechamento do Congresso Nacional e o consequente Pacote de Abril, restava a vitória sobre a oposição militar para que a transição se mantivesse sob controle. Todavia atentados à bomba ocorreram com cada vez mais frequência visando intimidar a oposição política e os dispositivos da sociedade civil, como as associações e a imprensa “nanica” – que ganhavam força no ritmo da chegada de Figueiredo à presidência e da nova liberdade de expressão. O Riocentro foi o estopim e “a bomba do capitão Wilson racharia a estrutura do palácio do Planalto” (GASPARI, 2016, p. 205).

Na mesma toada ocorreu o movimento por eleições diretas. Somados os insucessos econômicos, a impunidade diante das ações terroristas militares e o crescimento dos movimentos populares levaram o centro do governo a um colapso. “O regime militar não tinha nem recursos nem projetos para a crise do seu projeto de abertura, e recolhia-se de forma acabrunhada, ao imobilismo” (DA SILVA, 2007, p. 273). Os riscos estavam claros nesse momento. A inércia colocou o governo nas cordas diante de um forte adversário vindo não só do congresso, mas, especialmente, das ruas. Havia um temor com base nas aberturas ocorridas na América Latina, cujas lideranças militares pagaram o preço devido por anos de massacre⁴².

⁴² A ditadura militar argentina (1976-1983), por exemplo, foi considerada uma autêntica máquina de extermínio e terror criada pelo Estado. Entre mortos e desaparecidos, foram 30 mil pessoas. “A ditadura argentina, dentro de uma estratégia global anticomunista comandada por Washington, exportou o terror estatal” para outros países da América Central como parte da *Operação Condor* (RAMPINELLI, 2012, p. 359). O julgamento dos envolvidos nesse autêntico genocídio foi bem diferente do que ocorreu no Brasil. Apesar da tentativa de uma autoanistia nos anos de Reynaldo Bignone (1982-1983), a medida foi anulada quando Raúl Alfonsín chega à presidência por meio do voto e daí começam as batalhas para que os militares recebessem a devida punição pelos seus crimes. Entre idas e vindas, no governo de Néstor Kirchner (2003-2007), a Lei do Ponto Final foi anulada e a reabertura de processos contra os militares pôde ser retomada. Até 2017, cerca de 200 julgamentos condenatórios haviam ocorrido, entre eles o do general Jorge Videla (ditador entre 1976 e 1981), condenado à prisão perpétua em 2010. Na Nicarágua, a ruptura seguiu um outro caminho, sendo mais abrupta. O fim da ditadura de Anastasio Somoza em 1979 coincidiu com uma

A saída, então, foi negociada estabelecendo novos arranjos políticos apartando outros agrupamentos da esfera de decisão. É nesse momento, “diante do vazio de ação, com o presidente fechado no Planalto e sem iniciativas, que os partidos políticos tomam a direção do processo de abertura” (DA SILVA, 2007, p. 275). Nesse ínterim, a reaglutinação partidária ganha sentido para a conclusão de que o Colégio Eleitoral não fora, simplesmente, uma jogada do quartel.

Considera-se, no jogo político, ao menos dois quesitos para a compreensão da abertura em tal nível de tensionamento: o temor de um forte levante popular, se a eleição indireta desse amostras de continuidade, e; como reação, um novo fechamento do regime, que enfraqueceria todo esforço feito até então. Segundo Elio Gaspari (2016), nesse momento, João Figueiredo não tinha a rua, que clamava por diretas, não tinha o comando do PDS, dominado por Maluf, não tinha a máquina, nem o controle da tropa. Entretanto, o Planalto não deixaria de se envolver e determinar o compasso no Colégio Eleitoral, principalmente com a oposição unida e a situação fragmentada. A vitória de Tancredo Neves foi a saída possível, dispendo do discurso de conciliação em meio às tempestades socioeconômicas que atribulavam a primeira parte dos anos 1980. “Depois de cinco generais e duas juntas militares, estava acabada a ditadura e um civil retornaria à Presidência da República” (GASPARI, 2016, p. 298). A problemática da periodização também afetara à Gaspari nesse escrito derradeiro. Aqui, a ditadura se encerrara em 1985.

A periodização em torno dos anos de governos militares tem fundamentos diversos e para os historiadores tornou-se um acalorado espaço de debate em razão do acesso a documentações diversas, do trabalho da Comissão da Verdade, e provocado, conseqüentemente, pelos novos escritos sobre aquele contexto histórico. “As informações disponíveis sobre a ditadura provinham da imprensa, de discursos oficiais e de

revolução de caráter popular conduzida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Tendo encontrado abrigo na ditadura paraguaia após renúncia e fuga de Manágua, Somoza não conseguiu se manter vivo por muito tempo. Seu carro foi abordado na capital Assunção em setembro de 1980 por vários tiros de fuzil e um de bazuca. Em razão da forte intervenção estadunidense em favor das milícias contrarrevolucionárias, após a queda da ditadura somozista, o governo sandinista acabou por ampliar a luta aos chamados “contras”, grupo composto por apoiadores de Somoza e demais insatisfeitos – entre eles, grupos indígenas e camponeses. O resultado dessas batalhas foi um saldo em torno de 12 mil mortos em meados da década de 1980 (MACIEL, 2013, p. 360).

depoimentos ou memórias: são recentes os trabalhos que têm acesso a grandes fundos documentais” (FICO, 2017, p. 7).

Do desafio do acesso às fontes passou-se à interpretação delas. Entre as polêmicas historiográficas, a periodização da ditadura é, sem dúvida, uma querela, e o debate em torno da cronologia aflorou muitíssimo quando completaram 50 anos do início do regime. Mariana Joffily (2018, p. 238) nota que o aspecto cronológico alcançou repercussão por meio da argumentação de autores como Daniel Reis, que, ao incluir o item civil entre as palavras ditadura militar, acabou formando um novo conceito cujo marco convincente para o final deste governo, que se inicia em 1979 e se sequencia a partir de 1985, seria apenas a promulgação da nova Constituição em 1988.

Uma boa parte do debate historiográfico em torno da periodização da ditadura militar trabalha com elementos que se orientam pelos eventos históricos que se constituíram e suas dinâmicas, pouco considerando as proeminentes questões que categorizam e diferenciam ditadura e democracia. Essa classificação tão destacada para a Ciência Política torna-se relativa entre as hostes da história da ditadura militar, principalmente entre os teóricos que buscam provocar um deslocamento sobre a periodização no regime (FICO, 2017, p. 54). Há aí, também, outra problemática de origem, a saber: os tratados teóricos, referenciais das ciências humanas, praticamente canonizados no correr dos séculos XVIII e XIX, tratam a democracia sob muitas nuances, sendo a sua *performance* cheia de obstáculos. Ou seja, tampouco seria profícuo definir quais ingredientes formam ou deformam uma ditadura e uma democracia nos 21 anos do governo sob a égide militar.

Acerca deste assunto, Maria José Rezende compreende, em obra sobre a pretensão de legitimidade da ditadura militar brasileira, que lei, liberdade e propriedade tornaram-se os pontos centrais no debate sobre a democracia. Rousseau, Montesquieu, Tocqueville, J.S Mill, cada um no seu tempo, debatiam quais os parâmetros de sustentação de um Estado democrático e quais itens configurariam o seu rompimento (REZENDE, 2013, p. 18).

A contradição enquanto prática discursiva dos agentes centrais do golpe de 1964 toma corpo no correr dos anos e tem seu apogeu no final dos anos 1970. O governo afirmava que se caminhava para uma democracia, como sempre, contudo havia o risco de se

estender o arbítrio, como de praxe. Dependeria das conjunturas e do modo como se comportariam os substratos sociais diante dessa pauta. A democracia, enquanto sistema que viria, mantinha, no período de crise do regime e esfacelamento de sua base de apoio, uma memória em suspensão buscando reorientar a população sobre o que estaria em jogo. “O regime se empenhava, então, para conseguir um consenso” com base em valores que deveriam guiar a sociedade como um todo “no processo de sedimentação de uma mentalidade que reconhecesse a sua importância presente e futura” (REZENDE, 2013, p. 4).

Na salvaguarda de uma democracia que preservaria o âmago da cultura nacional, seus símbolos patrióticos, seus valores familiares e sua moral irrepreensível suprimiram direitos individuais e políticos, sendo as medidas ditatoriais justificadas porque expressariam um desejo da sociedade. “Buscando convencer a população sobre as suas ações, medidas e desígnios o regime justificava que o movimento militar tinha, desde o seu início, como fundamento a democracia e não a ditadura” (REZENDE, 2013, p. 275).

Conforme os escritos de Maria D’Alva Kinzo (1988), o caráter híbrido do regime militar se organiza a partir das substâncias autoritárias, permeadas por ingredientes democráticos. Ao mesmo tempo que se tem uma perseguição aos opositores do regime, o uso da censura como ferramenta de controle da circulação cultural, o fechamento do Congresso Nacional em determinadas ocasiões, existem elementos que demonstrariam o revestimento democrático da rígida estrutura militar, como é o caso da existência de dois partidos políticos – numa clara alusão às democracias saxônicas tidas como exemplares – e vida partidária na sociedade e instituições.

Na compreensão de Cruz e Matins (2008), essa dualidade se caracteriza pelo fato de nunca ter se chegado a implantar no Brasil um conjunto plenamente estruturado de instituições autoritárias que afrontasse diametralmente o credo liberal-democrático. “Longe de ter permanecido sempre idêntico a si mesmo, o regime sofreu diversas transfigurações, ora regredindo na direção do Estado de exceção, ora progredindo na direção oposta” (CRUZ; MATINS, 2008, p. 8).

As medidas por detrás do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965 – cujo objetivo era ditar as novas regras para o funcionamento da política partidária no país,

complementando assim o AI-2, que, entre outras medidas, havia extinguido o pluripartidarismo brasileiro –, “refletiam a intenção do novo governo no sentido de criar um sistema em que houvesse um grande partido de apoio ao governo, e um pequeno partido de oposição formal, que viesse apenas garantir uma fachada democrática” (KINZO, 1988, p. 15). Para tanto, “o presidente Castelo Branco chegou a persuadir um senador a filiar-se ao partido de oposição a fim de viabilizar a criação de um segundo partido político” (KINZO, 1988, p. 29).

O regime político construído exalava incongruência. Não por acaso, a diversidade de pensamento presente entre os militares, bem como a ausência clara de projetos que possibilitasse, após derrubada de João Goulart em 1964, um direcionamento definitivo do país, fizeram emergir constantes crises na caserna, levando o comando das Forças Armadas a revestir o regime de elementos democráticos para, ademais, preservar a unidade da instituição. Manter o funcionamento de ao menos dois partidos, garantir eleições e a existência do Congresso, “além de contar com uma opinião internacional favorável e com o respaldo de políticos civis, serviria para legitimar uma facção e um ‘soldado’ como chefe de Estado em detrimento de outros da instituição” (KINZO, 1988, p. 20).

Entre as propostas do regime de estabelecer uma “democracia tutelada”, que coincidissem com os objetivos traçados por Castelo Branco, parte delas encontrou guarida no governo de Ernesto Geisel. Se as dificuldades enfrentadas pelo primeiro general-presidente residiam na construção desse arcabouço constitucional capaz de garantir legitimidade e face democrática ao regime híbrido adotado, controlando opositores civis e militares, com Geisel os desafios estavam no rito ideal, capaz de retirar do cenário político os militares estabelecendo definitivamente uma democracia sob controle.

De certa forma, Kinzo (1988) considera que Geisel foi feliz em sua empreitada, principalmente ao controlar a “linha dura”, tendo aprendido com os erros de Castelo Branco. “Entretanto, o problema ainda permanecia no que se refere ao outro lado da moeda: as pressões por uma democracia sem adjetivos” – já que da parte da sociedade civil organizada e atuante a partir da segunda metade dos anos 1970 havia uma pressão pela ascensão de um sistema democrático genuíno (KINZO, 1988, p. 222).

No decorrer dos anos 1970, o MDB demonstrou-se ferramenta institucional importante para a superação do próprio sistema bipartidário. Aglutinando desejos oposicionistas diversos, tornou-se uma referência para a sociedade e um problema para os militares no contexto da abertura. Entretanto, no limite do desgaste dos generais no comando do país, essa capa de democracia se tornava crucial para a queda da ditadura na mesma medida que, na aurora do regime, tal síntese possibilitava uma boa imagem dos generais-presidentes.

2.2 USOS POLÍTICOS DO PASSADO: SILÊNCIO, LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO NO RASTRO DO DISCURSO

*O que você disser, não diga duas vezes.
Encontrando o seu pensamento em outra pessoa: negue-o.
Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou retrato
Quem não estava presente, quem nada falou
Como poderão apanhá-lo?
Apague os rastros!
Bertold Brecht*

De que modo a memória é convidada a comparecer enquanto conhecimento adquirido, devido às experiências passadas e suas reminiscências no presente, num exercício em que silêncio, lembrança e esquecimento vêm à tona frequentemente, trazidos ao sabor das intercorrências cotidianas e dos usos políticos do passado?

Luiz Alfredo Garcia-Roza (2005), ao revisitar a cultura grega, busca compreender o funcionamento da memória no que tange a essa aparente dualidade entre lembrança e esquecimento no mundo dos homens e dos deuses. É o poeta quem recebe de *Mnemosyne* essa tarefa de acessar uma outra realidade para contar aos humanos o que é esse mundo primevo. Todavia esse contato provoca também no poeta a perda de lembranças recentes. Dessa forma, lembrar o passado evoca o esquecimento do presente, e, por essa razão, “o consultante do oráculo de Lebadeia era conduzido a beber de duas fontes que se encontravam à sua entrada: a fonte de *Lethe* e a fonte de *Mnemosyne*”, uma para esquecer a vida entre os humanos e a outra para lembrar-se “de tudo o que ele iria ver e ouvir no outro mundo” (GARCIA-ROZA, 2005, p. 23).

No período Homérico, esse *modus operandi* do poeta muda, dado que a poesia escrita toma o lugar da poesia cantada. A ritualística perde, com isso, o seu caráter fundamental.

Agora o poeta, ao narrar os feitos heroicos, consagra-os no próprio discurso, posto que essas glórias passam a ser exaltadas não somente ao nível dos grandes atos em si, mas conforme a palavra do poeta em ato. “Pela palavra do poeta eterniza-se o feito guerreiro, pela ausência da palavra sobrevêm o silêncio e o esquecimento” (GARCIA-ROZA, 2005, p. 27). Nos séculos seguintes, na medida em que a palavra vai perdendo a sua sacralidade e ganha o espaço social na antiguidade grega, mais ela se distancia da verdade e se aproxima da persuasão. Entre os guerreiros gregos – agora tão privilegiados quanto os poetas para narrar os feitos e persuadir a comunidade sobre os seus rumos –, “o que estava em jogo era sobretudo o poder que a palavra exercia sobre o outro” (GARCIA-ROZA, 2005, p. 32).

No contexto histórico proposto por este trabalho, há uma névoa que reveste a discursividade, e vem daí a problemática enunciada até aqui. Tal névoa se dispersa ou se amplia na medida em que novos olhares são lançados para o período a partir de instrumentos de pesquisa que surgem, acesso a conteúdo outrora inacessível, bem como novas teorias históricas que se refinam, refazem, mesclam ou mesmo ampliam ou perdem *status*. Soma-se a isso a conjuntura, o presente, o instante em que tal período é revisitado.

Instigado pelas noções de experiência e expectativa em Reinhart Koselleck, François Hartog (2014) pontua o quanto o presente, na experiência contemporânea, parece se fazer perpétuo, inacessível e quase imóvel. Esse *presentismo* parece ser uma “vasta extensão de água agitada por um incessante marulho” (HARTOG, 2014, p. 40). Provocado pelas questões do presente, sua escrita busca recuar no tempo, colocar personagens e eventos à distância, a fim de retornar a eles de modo satisfatório sem, contudo, ceder à ilusão de dominá-los. Ao estabelecer a noção de regime de historicidade, Hartog (2014, p. 37) busca melhor apreender os “momentos de crise do tempo, aqui e lá” quando, em certo sentido, há uma evidente desarticulação do passado, presente e futuro. “Com o regime de historicidade, tocamos, dessa forma, em uma das condições de possibilidade da produção de histórias: de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, determinados tipos de história são possíveis e outros não” (HARTOG, 2014, p. 39).

O discurso acerca da ditadura militar brasileira evoca questões difíceis de serem respondidas, em especial quando se é orientado pelo recorte cronológico, pelas minúcias dos manuais de teoria política com suas receitas de democracia e ditadura ou mesmo no

recurso aos relatos de testemunho puro e simples. Partindo de falsas premissas, é possível chegar a argumentos aceitáveis sob um recorte histórico. Portanto, delimitar o tempo da ditadura ou da democracia numa rígida análise dos atos institucionais, do funcionamento do Congresso Nacional, da Anistia, da Lei Falcão ou do Colégio Eleitoral é passível de questionamentos, abrindo espaço para um debate acadêmico estruturado sob hipóteses geralmente contraproducentes, quiçá involutivas. Do mesmo modo, estabelecer a caracterização do período por intermédio apenas dos testamentos da memória dos que a (sobre)viveram não resolve a problemática. Consequentemente, essa querela acaba desembocando em outra, pois, se não existiu ditadura entre 1964 e 1985, houve democracia em algum momento. E agora? Quando a ditadura se fez democracia? Desse binômio intransponível sob os termos da lógica argumentativa, segue-se uma tenra cantilena, impronunciável.

Há, claramente, uma disputa em torno da narrativa que se estende do fim do AI-5 até o resultado do Colégio Eleitoral, e sua constância permanece suspensa no tempo, com suas contingências; em parte, por conta do tom celebrativo conferido ao governo Geisel (tido como o artífice da transição) no pós-ditadura, em função da imprensa e da historiografia, e, em outra parte, no que tange ao papel assumido pelos sobreviventes da esquerda armada e sua constante tentativa de fazer lembrar os horrores dos porões. O problema vai além do método ou da matriz teórica. Assim, é necessário compreender os discursos em seu contexto e motivação. A linguagem serve não apenas para comunicar informação, mas para atribuir autoridade àquilo que se diz, para criar emoções nos interlocutores, “para criar fronteiras que integram ou excluem”, como pontua Skinner (2002, p. 7).

Uma constante nos 21 anos de ditadura no Brasil foi a comemoração da chamada “Revolução” de 31 de março de 1964. Os significados em torno de tal gesto buscavam, no tempo dos ditadores, revigorar na memória coletiva o mérito daquele acontecimento em vias de estabelecer um consenso na efeméride, um discurso solidificado enquanto lugar de memória supraespecializado. Afora o debate em torno do Golpe em 1º de abril de 1964⁴³, percebe-se uma recorrência nos discursos dos generais-presidentes em favor

⁴³ De acordo com Fabiane Costa Oliveira (2013, p. 3), “a despeito do processo de resignificação ocorrido, sobretudo, a partir do crescimento dos movimentos sociais de oposição ao regime militar, a força simbólica que assumiu a referida data para a história política brasileira é inquestionável. Pois, nem mesmo os esforços, encaminhados, sobretudo, pelos meios acadêmicos, no tocante à desconstrução simbólica do 31 de março foram capazes de afirmar o ‘dia da mentira’ como marco da ascensão dos militares no poder e,

da lembrança vitoriosa daqueles dias sobre o recorrente inimigo (COSTA OLIVEIRA, 2013).

João Figueiredo (1984, p. 44), por exemplo, fez do seu último discurso, no dia 31 de março, uma celebração relembrando tudo aquilo que teria sido o governo “revolucionário” até então, às vésperas de sua dissolução. “Tenho plena consciência de que o caminho percorrido, sob o signo da democracia, que desejo plena e atuante, foi marcado por conquistas cujo alcance é desnecessário encarecer”.

Entre os estudos propostos por Giorgio Agamben (2004), está aquele que busca compreender o estado de exceção moderno enquanto um fenômeno elementar na recente história da humanidade, especialmente a partir do advento do estado de sítio no clímax da Revolução Francesa. Desde então, tal prática tem se esmerado em ressurgir em momentos de forte convulsão social, como na Alemanha da República de Weimar, com a consequente ascensão do nazismo, e nos EUA de George W. Bush, com o latente combate ao terrorismo. Ressurgir porque, enquanto aspecto primordial da argumentação de Agamben, dialogando particularmente com Walter Benjamin, o estado de exceção tornou-se a regra, deixando de ser apenas uma medida extrema enquanto técnica de governo, demonstrando sua natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica. “Na verdade, o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, em que dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam” (AGAMBEN, 2004, p. 39).

Assim, “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12). Enquanto característica essencial, o estado de exceção mantém indistintos Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como põe em suspensão o ordenamento vigente. Da fictícia lacuna aberta no ordenamento, a fim de salvaguardar a norma, compreende-se ser ele mesmo, o estado de exceção, a possibilidade de aplicação da lei em situações de normalidade.

consequentemente, da interrupção da legalidade democrática”. Todavia a disputa em torno do significado daquele acontecimento, se “Revolução” ou “Golpe”, segue sendo objeto de disputa na contemporaneidade, a contragosto das reiteraões dos generais-presidentes a cada comemoração do 31 de março por praticamente 21 anos.

É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor (AGAMBEN, 2004, p. 49).

Provocado pelas indagações agambenianas em torno do estado de exceção, Carlos Fico (2017) traz para o debate da historiografia brasileira elementos para se pensar a caracterização da ditadura sob a insígnia dela em seus 21 anos. Nesse sentido, é premente refletir os Atos Institucionais, impostos pelas Forças Armadas independentemente de uma constituição vigente e na suspensão dela, como um elemento capaz de estabelecer a moldura institucional dicotômica (cuja excepcionalidade pressupõe uma juridicidade), bem como a Emenda Constitucional nº 11/1978, que na prática garantia o estado de sítio enquanto norma, sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional⁴⁴.

Outro paradigma destacado em torno da moldura institucional reside em dois elementos, particularmente. No primeiro está a necessidade dos militares apresentarem ao conjunto da opinião pública um regime fugidio⁴⁵, cuja tarefa seria recuperar a ordem ameaçada por um levante subversivo pré-1964. De algum modo, nesse primeiro elemento, há uma tentativa de orientar uma memória coletiva acerca do regime que proporcione legitimidade e, como legado, lembranças positivas, tornando o cerceamento dos direitos fundamentais um alento ante um necessário estado de exceção presentificado. Assim, soam estratégicos os discursos que circundam o alto escalão do regime frisando o

⁴⁴ De fato, o golpe em 1964 estabeleceu uma excepcionalidade cuja insígnia está no seu ponto de partida; o Ato Institucional nº 01. Nele, “a revolução vitoriosa se investe no exercício do poder constituinte”, tornando incipiente a própria Constituição de 1946, que o texto presumia não revogar, e inverte a clássica analogia do poder político emanado do povo, submetendo o Legislativo legítimo, até então, ao interesse “revolucionário” do Executivo que se legitimara. “Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória” (BRASIL, 1964).

⁴⁵ O fator cronológico – e a compreensão dos indivíduos em cada tempo sobre ele – é um dos elementos para a prevalência de uma narrativa sobre a temporalidade e seus impactos na estrita ocasião de seu acontecimento e na análise histórica subsequente. Apesar da prevalência, os tempos históricos são heterogêneos, mas é a linguagem que faz surgir o tempo. “Uma sociedade pode mudar de perspectiva em relação a si mesma, pode resgatar passados esquecidos, esquecer passados sempre presentes, abandonar projetos, propor outras esperas” (CARLOS REIS, 2011, p. 20). Na análise em torno do número de mortos, a ditadura e a memória positiva trabalham nessa contiguidade. Por parâmetro, evocam-se outros regimes militares latino-americanos que teriam literalmente exterminado seus civis, enquanto por essas bandas teriam morrido pouquíssimos. Os efeitos benéficos, então, se assentariam, no caso brasileiro, sobre a medida do calendário e do cemitério. Conforme Teles e Safatle (2010, p. 10), a ditadura brasileira foi a mais violenta que a América Latina conheceu, não pelo número de “mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente”.

resguardo da democracia, prescindindo, além disso, da palavra ditadura⁴⁶. Em uma ditadura não se é dito, principalmente pelos que a conduzem, que se vive em uma ditadura, pois ela é, sobremaneira, léxica. A extensão do regime por mais de 20 anos seguiu justificando-se pelo fato da ameaça subversiva permanente.

O segundo elemento se estrutura no cotidiano da política. Ao fazerem uso de métodos autoritários para redirecionar o país livrando-o do suposto “perigo vermelho” (pois os comunistas se utilizariam da democracia para subvertê-la), os militares criaram um arcabouço de legalidade em torno do regime, de modo que fosse imprescindível a ação desmedida e ilegal por parte do próprio regime. Em certo sentido, esse revestimento jurídico estabelece os fundamentos de um estado de direito, apesar da contingência dos ritos clássicos de uma democracia liberal para aprovação de normas. É a existência legal da liturgia democrática que, nesse caso, estabelece os devidos fundamentos da exceção, tornando a norma numa ditadura (TELES; SAFATLE, 2010). Tal anomia é a tônica que possibilita não só a perenidade da ditadura militar brasileira e sua reproduzibilidade, mas é também o fator (in)visível garantidor de um certo *continuum* dela naquele espectro social e na formação de uma memória acerca do período e suas práticas. “É como se o universo do direito [...] se apresentasse, em última instância, como um campo de forças percorrido por duas tensões conjugadas e opostas: uma que vai da norma à anomia e a outra que, da anomia, leva à lei e a regra” (AGAMBEN, 2004, p. 110-111).

O reaparecimento da memória no debate historiográfico é revigorado no momento em que ele passa a ser reconhecido não como mais um entre tantos objetos da história, porém enquanto matriz essencial para sua construção discursiva. Indissociáveis, memória e história passam, agora, a compor uma díade que ambiciona a veracidade, apesar de muitas vezes conterem, nas histórias dos historiadores e na memória dos testemunhos, elementos que flertam com o antagônico. Porém, mesmo fragmentada e pulverizada, a memória passa a compor o *métier* do historiador cuja tarefa é apreender a “relação do presente da

⁴⁶ Nos escritos de Kinzo (1988), a reflexão acerca da fachada democrática construída pelas Forças Armadas leva em consideração o MDB como o instrumento legalizado de oposição político-partidária. Sendo assim, desde o golpe em 1964, boa parte da preocupação dos generais visava garantir a aura representativa do regime por meio de ferramentas comuns à democracia. “O Congresso foi convocado para eleger o novo Presidente, General Humberto de Alencar Castelo Branco que, na ocasião, saudou os congressistas prometendo revigorar a democracia” (KINZO, 1988, p. 16). Portanto, revigorar a democracia pressupõe tanto que ela estava sob ameaça quanto estava em vias de ser qualificada, jamais ser substituída por uma ditadura.

memória (de um acontecimento) e do passado histórico (desse acontecimento), em função da concepção de um futuro desse passado” (RODRIGUES DA SILVA, 2002).

E é nesse âmbito que se inserem as comemorações, como as celebradas pela ditadura militar, a fim de demarcar o acontecimento pretérito. De acordo com Helenice Rodrigues da Silva (2002), as comemorações buscam nesse relembrar de eventos significações diversas para o seu emprego no presente. Com a reapropriação do acontecimento, por meio desse uso político do passado, projeta-se um outro futuro sob um novo regime de historicidade.

Segundo Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 55), em contraposição à ideia de comemoração que recai fatalmente no religioso e nas cultuações do Estado, é preciso imergir a atividade historiográfica na rememoração que, na contramão da repetição da lembrança, abre-se ao esquecido, para dizer, de maneira mesmo incompleta, “aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente”.

Para além das comemorações, o que faz o inventário desse presente, ademais, são os acontecimentos traumáticos⁴⁷. É a ideia do passado que não passa. O século XX foi exímio nessa tarefa de criar nas memórias e legar à história as suas fraturas que seguem influenciando o agir político contemporâneo. Para compreender essa relação entre história e memória, e renovar as categorias pertinentes aos seus usos, Paul Ricoeur buscou referências em textos platônicos e aristotélicos, atualizando-os na medida dos escritos de Henri Bergson e Edmund Husserl (CRACCO, 2017, p. 354). Dessa feita, se por um lado a memória pode evocar a imaginação (*anamnēsis*), por outro ela pode surgir de maneira involuntária (*mnē mē*), enquanto lembrança indesejável, cujo inconsciente pode trabalhar pelo seu desaparecimento “em função do tormento que elas podem encetar. [...] a *anamnēsis* é uma atividade consciente [e] o esforço para lembrar-se pode levar a

⁴⁷ Para Carlos Fico (2012), é preciso ter cautela no uso do termo trauma para os eventos relacionados às ditaduras latino-americanas. Isso porque, primeiramente, elas não podem se comparar à experiência europeia do Holocausto. Tampouco há uma singularidade entre o caso brasileiro e o argentino, por exemplo. Ademais, “o traço marcante da memória sobre a ditadura militar brasileira não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças” (FICO, 2012, p. 50).

distorções da realidade, voluntárias ou não, para a legitimação de uma ação ou função de poder” (CRACCO, 2017, p. 355).

De acordo com Paul Ricoeur (2007), é no uso abusivo da memória que se eleva a chance de incorrer no falso, e isso geralmente ocorre nos grandes momentos de comemoração levados adiante pelo Estado em sua busca por recordar os acontecimentos fundadores e apagar os inconvenientes. Assim, toda e qualquer comunidade histórica teria nascido “de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. O que celebramos em nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário” (RICOEUR, 2007, p. 95).

A violência efetiva com que a ditadura militar se estabelece no Brasil a partir de 1964 caracteriza essa busca pela supressão da alteridade enquanto a moldura política ditatorial, de caráter híbrido, intenta esconder-se da precariedade que marca o seu direito (TELES; SAFATLE, 2010). “O objetivo final que sempre nos moveu – a todos quantos nos engajamos nessa cruzada patriótica – consiste em preservar valores essenciais à nossa maneira de vida”, disse João Figueiredo (1984, p. 44).

Na mesma direção em que remou Figueiredo, foi lançada a obra *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história* (2003), sob a coordenação do militar Aricildes de Moraes Motta, quase vinte anos após o fim da ditadura. Era uma tentativa do Exército de apresentar a memória dos que conduziram o regime, bem como conter o “revanchismo” perpetrado pela esquerda, pelos intelectuais e pela mídia. Conforme Aline Atassio (2007), a revolta na caserna no início do século XXI consistia no avanço das publicações de memória dos sobreviventes daquele tempo de exceção. Os militares, assim, buscavam virar a batalha pela memória do período, conclamando a sua verdade sobre aqueles dias, culpabilizando a esquerda em seu propósito de falsificar os acontecimentos da história recente.

Segundo Carlos Fico (2012), a História do Tempo Presente possui algumas peculiaridades, como o fato de o sujeito e o objeto estarem presos em um mesmo tempo histórico ainda em curso, o que, de certo modo, subsumiria o político no discurso histórico eivado assim de distorções, distanciado da verdade factual. Decorre disso “a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse

conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar” (FICO, 2012, p. 44). Todavia há, no caso brasileiro, uma série de elementos passíveis de serem analisados sob a noção de um passado que não passa, marcados pela frustração. São eles: a Lei da Anistia (1979) e a campanha pelas “Diretas Já” (1984). No primeiro caso, ao conceder perdão aos torturadores, a lei acabou por celebrar a impunidade. Já no segundo, por ter tomado um caráter popular e de manifestação de rua, a derrota da emenda Dante de Oliveira serviu para ovacionar a conciliação. “A frustração diante da impunidade e da ausência de uma verdadeira ruptura torna a transição brasileira um processo que não terminou” (FICO, 2012, p. 52).

No entendimento de Silvia Queiroz (2014, p. 17), a atualidade brasileira, em que se perpetua a violência estatal institucionalizada, encontra-se apegada ao recente passado ditatorial pela síntese da Lei da Anistia (1979), “que forjou a tradição do consenso democrático acerca da impunidade com relação aos crimes da ditadura, quando por meio da racionalidade instrumental a fez condição imperativa à reconciliação nacional”. O resumo da lei colabora para uma cultura de impunidade e relega o testemunho dos vitimados ao ocaso público, restrito às biografias, e “a ausência da voz das vítimas na memória coletiva compartilhada tem propiciado a dissolução do passado pelo presente” (QUEIROZ, 2014, p. 17). Em contrapartida, o discurso dos generais ecoa⁴⁸. “Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem cura” (RICOEUR, 2007, p. 92).

Partindo das narrativas iniciais em torno dos acontecimentos, o discurso hegemônico as molda, tornando-as parte da memória coletiva. De certo que a manipulação dessa memória pressupõe esquecimento e recebe suporte da história oficial dando-lhe garantias de legitimidade. “Assim, faz-se reconhecer em determinados ‘heróis’ ou grupos fundadores apenas o que se deve ser lembrado [...]” (CRACCO, 2017, p. 361).

⁴⁸ O atual presidente da República participou da votação que impediu Dilma Rousseff de seguir no mais alto cargo do Executivo nacional. Na ocasião, Jair Bolsonaro deu o seu voto da seguinte maneira: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”. O homenageado, Carlos Brilhante Ustra, foi chefe do DOI-Codi do 2º Exército (São Paulo) entre 1970 e 1974, período em que ficou conhecido como Major Tibiriçá. “De acordo com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, enquanto Ustra esteve à frente do órgão houve 40 mortes em 40 meses, bem como uma denúncia de tortura a cada 60 horas. Em 2008, Ustra se tornou o primeiro militar a ser reconhecido como torturador pela Justiça”. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Segundo Gisálio Cerqueira Filho (2005), *Pasota* foi uma expressão cunhada na Espanha, que transitava para a democracia passado o regime franquista, para denotar uma geração inteira de pessoas que deixavam tudo para trás sem olhar para o passado ditatorial, porque este já passou. É no presente que se vive. Exclusivamente nele. No caso brasileiro, no contexto da ditadura e da transição para a democracia, existem gerações que viveram as transformações oriundas da chamada revolução encapuzada, com seu autoritarismo qualificado. Essas pessoas mantêm em sua “memória do futuro” uma série de projetos pensados para darem certo, todavia não se concretizaram.

No Brasil e com relação à ditadura e à longa transição para o Estado democrático de direito, impõe-se a relação entre o passado, presente e o futuro; vários futuros. O futuro presentificado no dia de hoje, que vamos chamar o “futuro presente”. Este projeta o “presente futuro” do dia de amanhã e ambos interagem com o “futuro passado”, isto é, aquilo que no passado se vislumbrava como futuro. Há pois uma “memória do futuro” (aquilo que poderia ter sido), que condiciona a memória do futuro presente (CERQUEIRA FILHO, 2005, p. 121).

A obsessão memorialista do nosso tempo, fortemente circunscrita nessa geração, é um produto do declínio da “experiência transmitida” no instante em que avança sobremaneira a “experiência vivida”⁴⁹. A noção de François Hartog (1997, p. 8) é a de que “as lições de história são substituídas pela exigência de previsões”. O historiador não mais elabora o exemplar, que ligava o passado ao futuro, porque agora não há mais o que transmitir. Todavia o presente segue em busca de raízes, identidade, lugar onde se ancorar. Num mundo em que os referenciais se diluem juntamente com as tradições e os laços comunitários, os sujeitos se veem desfigurados pela violência que fragmenta a existência, e nesse percurso se inserem as formas modernas de se construir a memória coletiva, agora mais secularizada, estruturada sobre os seus acontecimentos fundacionais, segundo Enzo Traverso (2012).

As relações circunscritas até aqui entre o passado e o presente são profundamente históricas, como salienta Jeanne Marie Gagnebin (2009). Durante muito tempo objetivou-

⁴⁹ Na teoria de Walter Benjamin (1987, p. 114-115), a “experiência transmitida” (*Erfahrung*) define que o conhecimento sobre o mundo se perpetua na fala, de modo quase natural, de geração a geração, numa perspectiva hierárquica etária (dos idosos aos mais jovens), forjando assim a identidade dos grupos e sociedades ao longo do tempo por meio da herança da experiência. Já a “experiência vivida” (*Erlebnis*) define o elemento central da modernidade com o advento das sociedades industriais. O sujeito agora experiencia de modo individual, frágil, efêmero, e seus traumas, como no pós-Primeira Guerra, se anunciam em silêncios.

se, com o saber historiográfico, obter uma descrição exata e exaustiva dos acontecimentos como se fosse possível por meio do distanciamento temporal e da escrita científica alcançar a imanência de tais ocorrências pretéritas. No fundo, tal tentativa escondia, na exatidão da ciência, a inexatidão dos interesses históricos, procurando apagar a historicidade do discurso em sua articulação entre o presente do historiador e o momento do passado. De acordo com Walter Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras” (1987, p. 229). “Nós articulamos o passado, diz Benjamin, nós não o descrevemos, como se pode tentar descrever um objeto físico” (GAGNEBIN, 2009, p. 40).

Para Gagnebin (2009), a preocupação em torno da verdade do passado se assenta na exigência de que o presente possa ser verdadeiro. Portanto é preciso lutar contra o esquecimento e a denegação, e aqui comparece o papel crucial da memória ante um projeto de Estado que objetiva o apagamento. A tarefa do historiador se insere nesse corte⁵⁰. Entre a incineração completa dos corpos, das câmaras de gás e dos fornos crematórios em Auschwitz e a queima clandestina de documentos sigilosos do Dops e do SNI na Base Aérea de Salvador em 2004⁵¹, há uma clara tentativa de se apagar os rastros e estabelecer uma pretensa inimputabilidade⁵². “O rastro inscreve a lembrança de uma

⁵⁰ A compreensão de Gagnebin (2009, p. 54) coaduna com os escritos de Benjamin quando trata o trabalho do historiador tal qual o do sucateiro – esse indivíduo das grandes cidades modernas que tem por tarefa cotidiana o desejo de não deixar nada se perder, recolhendo os restos. O narrador-sucateiro lança olhares sobre o que a sociedade relegou ao insignificante, buscando transmitir o inenarrável numa fidelidade ao passado; o sofrimento indizível dos traumas e o nome desses anônimos que desapareceram por completo sem deixar rastros lhe interessam. Todavia, de acordo com Benjamin (1987), o ocaso da experiência e a difusão da informação mediada pela imprensa, subsumida ao imediatismo e fruto do capitalismo, levou consigo a capacidade narrativa dos seres humanos ante os acontecimentos. “Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior mas também a do mundo ético sofreram transformações que antes não julgaríamos possíveis” (BENJAMIN, 1987, p. 198). Segundo os dizeres de Bourdieu (1997, p. 30) acerca do jornalismo, num mundo onde há concorrência e uma defesa do pensamento liberal enquanto projetor da diversificação, “os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita”.

⁵¹ Nas tensões que se seguiram nas Forças Armadas a partir da chegada de Lula à presidência da República, boa parte delas se originaram em função do Decreto 4553/2002, que versava sobre o acesso às documentações sigilosas, contendo aí os arquivos da ditadura militar, conforme Fico (2012, p. 56). No caso envolvendo a Base Aérea de Salvador, os papéis que foram recuperados em meio às chamadas versavam sobre alvos do serviço de repressão do governo. Eram membros do movimento estudantil, feministas e de partidos e grupos de linhagem comunista clandestinos na época. “Há prontuários posteriores ao fim da ditadura militar. Um é da Aeronáutica, de número 17.235, de 7 de maio de 1991, sobre um militante do Partido Comunista do Brasil”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1912200402.htm>. Acesso em: 25 mar. 2020.

⁵² “Em 17 de outubro de 2004, o Serviço de Comunicação Social do Exército, sem consultar o ministro da Defesa, justificou a ação das Forças Armadas no combate ao comunismo, lançando nota em que o comandante do Exército defendia o golpe de 1964 e a ação repressiva das Forças Armadas durante a ditadura” (D’ARAÚJO, 2012, p. 587). De acordo com a nota publicada nos principais jornais do país, em

presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2009, p. 44).

Benito Bisso Schmidt (2007) declara que os meios de comunicação foram mestres na espetacularização dessa novela da abertura dos arquivos da ditadura. Na rede Globo, um programa a respeito da vida de Vladimir Herzog misturava encenação (ficção) com testemunhos (verdade), na tentativa de construir uma determinada memória sobre os acontecimentos. Ao final do programa, “uma voz em *off* anunciava que os torturadores do jornalista já haviam morrido. A mensagem pareceria ser: trata-se de um caso muito triste, mas definitivamente encerrado no passado” (SCHMIDT, 2007, p. 148).

2.3 O DISCURSO JORNALÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO POLÍTICO

O modo como a memória comparece no jornalismo, e intenta solidificar verdades, tem base na invasão da memória no espaço público das sociedades ocidentais, onde “o passado acompanha o presente e instala-se no seu imaginário coletivo como uma ‘memória’ extremamente amplificada pelos meios de comunicação” (TRAVERSO, 2012, p. 10). Tal memória sinaliza um uso político dela e é na intercorrência do presente que esquecimento e lembrança se interpelam a fim de equacionar o discurso na ocasião em que o novo texto se inscreve.

Segundo Hartog (1997), é na mídia, a partir de meados de 1980, que se encontra esse processo de produção e consumo do acontecimento. A economia do presente se baseia nesse fundamento. Entretanto há nele um processo aparentemente contraditório, pois “o presente, no momento em que se faz, deseja ver-se como já histórico, como já passado, voltando-se, de algum modo, sobre si mesmo e antecipando o olhar que a ele seria dirigido quando for completamente passado” (HARTOG, 1997, p. 14). Para exemplificar, Hartog utiliza o episódio dos jornalistas que entrevistavam o presidente Mitterand um ano antes do término de seu mandato. Nas suas perguntas, era como se almejassem prever

razão das polêmicas que se estabeleceram em 2004 por conta da abertura dos arquivos da ditadura, não há documentos históricos que comprovem as mortes que teriam ocorrido nas operações, “tendo em vista que os registros operacionais e da atividade de inteligência da época foram destruídos em virtude de determinação legal”.

o passado, na medida em que objetivavam extrair do presidente o que ele faria após deixar o cargo, como se já estivesse um ano adiante. É a ideia de “fazer-se passado antes mesmo de tornar-se completamente presente [...] no sonho de um domínio do tempo ou ainda, de sua supressão” (HARTOG, 1997, p. 14).

É preciso compreender, então, a historicidade da imprensa em suas articulações no tempo histórico ante as rupturas, descontinuidades e contingências a que o dispositivo está condicionado, na mesma medida em que a sociedade moderna vai sendo gestada. “Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257).

Com o surgimento dos primeiros jornais modernos, a partir da segunda metade do século XVIII, se formou, por consequência, uma esfera civil pública nas sociedades burguesas em expansão, segundo Habermas⁵³. Contrariamente, Briggs e Burke (2006) afirmam que é possível encontrar os rastros dessa ascensão da esfera pública na Alemanha do século XVI⁵⁴.

Afora essa divergência, entende-se que a imprensa contribuiu sobremaneira para a formação da opinião pública e para a reverberação da política, além de informar e educar sobre ela. Todavia, já no início do século XIX, os intelectuais discutiam sobre o caráter

⁵³ Na concepção de Jürgen Habermas (2003b), a *esfera pública*, de caráter burguês, teria sido viabilizada na medida em que cresciam os negócios relacionados à troca de mercadorias e à ascensão das formas de comunicação propiciadas pela imprensa e pelo correio. O ápice do desenvolvimento dessa esfera pública seria então o século XVIII, como resultado da reunião das esferas privadas em público, na ocasião em que as cidades na Inglaterra e na França, com os cafés e com os salões, respectivamente, passam a sediar uma espécie de centro de crítica literária e política, onde havia liberdade para expressar opiniões, “na qual começa a se efetivar uma espécie de paridade entre os homens da sociedade aristocrática e da intelectualidade burguesa” (HABERMAS, 2003b, p. 48). A síntese dessa relação entre privado/público está correlacionada à politização dos indivíduos nessa sociedade que passa a questionar a legitimidade do poder monárquico e as forças que o regem. “Com isso, está preparada a inversão do princípio da soberania absoluta, inversão definitivamente formulada na teoria hobbesiana do Estado: *veritas non auctoritas facit legem*” (HABERMAS, 2003b, p. 71). Habermas vem buscando a reatualização do conceito buscando pensar a esfera pública em vistas de uma sociedade altamente mediatizada. Quanto mais [as esferas públicas] se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível por meio da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (HABERMAS, 2003a, p. 93).

⁵⁴ “Contrariamente à tese de Habermas, pode-se argumentar que a Reforma alemã contribuiu para o aparecimento de uma ‘esfera pública’, pelo menos durante algum tempo. Os escritores de panfletos usavam estratégias autoconscientes de persuasão, tentavam atingir um vasto público e estimulavam a crítica à Igreja” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 88).

dos jornais, gerando interpretações díspares. Walter Bagehot, editor do *The Economist*, “acreditava que os jornais e periódicos eram órgãos formadores de opinião necessários para tornar as discussões possíveis”; Benjamin Disraeli, por meio de seus personagens, dizia que “Deus fez o homem à sua própria imagem, mas a do público é feita pelos jornais”; e para o futuro primeiro-ministro inglês George Canning, uma imprensa livre dava amparo ao poder da opinião pública. Mais controvertida era a constatação de Sismondi e de John Stuart Mill, para quem o jornal pouco servia para o bem público. Seus textos estavam comprometidos com a obtenção do maior número de assinantes e recheados de hipocrisia, artificialidade (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 202).

No correr do tempo, com o desenvolvimento das forças produtivas, a mídia tornou-se cada vez mais um negócio concentrado nas mãos de poucos, “formando poderosos conglomerados midiáticos, com enorme poder econômico e político, decisivos para o atrofamento do espaço público e democrático na contemporaneidade” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257). O caso brasileiro é emblemático dessa noção. No país, “cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade dos veículos: 9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à família Macedo [...], 4 ao grupo de escala regional RBS e 3 ao Grupo Folha”, segundo dados da *Media Ownership Monitor Brasil*⁵⁵.

Assim, para Cruz e Peixoto (2007, p. 257), pensar a imprensa na história, e por conseguinte a história da imprensa, pressupõe refletir sobre uma grande jornada no tempo, em que os avanços técnico e tecnológico não necessariamente levam “a uma gradativa e inexorável ampliação da esfera pública, pois o tempo longo dessa história se recria, se reinventa e se repõe em cada conjuntura”⁵⁶.

⁵⁵ Segundo tais dados, a premissa para um sistema político realmente democrático é uma mídia atuante, com independência e pluralidade, já que os “meios de comunicação influenciam a formação da opinião pública. [...] Nosso sistema de mídia mostra alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas”. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 27 mar. 2020.

⁵⁶ Numa crítica à teoria habermasiana, Briggs e Burke (2006, p. 78-79) reafirmam que a circunscrição do autor no período da Revolução Francesa e do avanço da industrialização na Grã-Bretanha pode acabar por difundir uma noção errônea de que havia uma esfera pública ilimitada na Europa. Apesar de ter desempenhado um papel crucial para a derrubada do Antigo Regime, a mídia na França não deu o espaço devido às mulheres e aos homens comuns. A visão de Habermas também “parece não perceber a manipulação do público pela mídia, mesmo naquela época [...]”. O mérito habermasiano consiste em enxergar a esfera pública nesse fluxo sistêmico que envolve jornais, cafés, salões “no qual os elementos distintos trabalhavam em conjunto”.

Assim, entre o surgimento de uma revista semanal de informações até a sua consolidação enquanto um veículo de imprensa respeitado pela opinião pública, há uma constante transformação de seus conteúdos e formas. Essa mídia não é estática e está inserida num processo de experimentação circunscrito na história, em que a construção de dissenso ou consenso, por meio de sua opinião ou da opinião de outros que ela agencia, passa inúmeras vezes pelo enquadramento dela ou pelo que ela esquadrinha. A mídia “articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

O olhar da imprensa sobre um fato (e não outro), dando voz a determinados atores (e não outros), levando a específicas conclusões é orientado por uma pauta, e não simplesmente pelo acontecimento em si⁵⁷, que, aparentemente, a fez redigir o texto. Esse aparente paradoxo, ou consistente paradigma, ganha relevância quando a temática tem desdobramentos políticos e quando se vive em um período cujos limites de liberdade de expressão são concedidos pela própria ditadura militar e pela conjuntura que, sob os auspícios do regime, abria-se a uma democracia.

Conforme Motta (2013a), é na linguagem, mediante suas narrações, que o ser humano encontra a possibilidade de conhecer a realidade, e, quem narra, não busca contar de modo ingênuo uma história, mas procura, pela argumentação, persuadir, seduzir e envolver, ou seja, criar efeitos de sentido. “A narrativa é uma forma de sucessivo empalavrado dramatizado da realidade imediata para ajudar o homem e as coletividades a se situarem no mundo e na história” (MOTTA, 2013a, p. 70). Nessa perspectiva, uma análise da narrativa jornalística de antigos exemplares poderia colaborar na constituição do que é a história do presente em sua essência, pois “tanto o historiador como recapitulador dos fatos quanto o jornalista como narrador do imediato precisam estar cientes de que seus atos discursivos modificam o próprio transcurso do acontecimento”, produzindo efeitos (MOTTA, 2013a, p. 106).

⁵⁷ “A notícia não é nem pode ser a realidade em si, mas uma versão dessa realidade, um discurso dessa realidade, ou seja, ela é construída ou representada a partir de determinada visão do autor e sofre interferências externas de toda ordem, como as rotinas de trabalho impostas ao jornalista e a carga de subjetividade que o próprio jornalista carrega consigo” (RENAULT, 2011, p. 71).

Há muita discordância acadêmica sobre o lugar do jornalismo, se este faz a história, se o seu conhecimento envolve ciência, ou se o ato de reportar um fato pressupõe apenas o exercício do senso comum. O entendimento de Le Goff (2003) é que a mídia, ao construir o acontecimento por meio da tecnologia, perpetua um discurso perigoso em razão da memória (uma das bases da história).

Entretanto, de acordo com Vicente (2009), os partidários da história imediata⁵⁸ defendem que o jornalismo, ao situar o seu discurso no calor do acontecimento, pratica tal metodologia histórica, inclusive por vivenciar presencialmente tais ocorrências. Ainda segundo Liriam Sponholz (2009a), o jornalismo se diferencia tanto da ciência quanto do senso comum. Do primeiro, em razão de o jornalismo não se orientar por um sistema teórico, mas sim pela sua prática relacionada mais a um processo de produção no instantâneo da elaboração de um fato. Do senso comum, porque o jornalista, no exercício de sua atividade profissional, faz uso de técnicas e está subordinado à ética da categoria, que define regras.

De acordo com Nelson Traquina (2005), foi no século XIX, com o surgimento da imprensa enquanto dispositivo voltado à atividade comercial de transmitir notícia, e não propagandear somente política e opinião, que apareceu o jornalismo de modo sistemático. Porém, “os exemplares mais antigos de jornal que se conhecem foram publicados na Alemanha em 1609”, segundo Nilson Lage (2001, p. 12). Já na cidade de Amsterdã do século XVII (lugar onde predominava certa liberdade religiosa e se estabeleceram potentes negócios na área de impressão), existia a comercialização da informação por meio dos jornais, mas não com a técnica e o rigor metodológico que marcariam o jornalismo dois séculos depois. A *Gazette d'Amsterdam*, por exemplo, era um jornal de frequência semanal em língua francesa que, além das notícias sobre os negócios por toda

⁵⁸ “A história imediata compartilha com a história do tempo presente a constatação de que cada vez temos mais acontecimentos presenciados instantaneamente por milhões de pessoas. Diverge dela na hora de estipular uma fronteira limite para estudar os fatos. Na história do tempo presente se priorizam os fatos acabados. Na história imediata, os fatos estão ocorrendo e não tiveram um desfecho final. Em função dessa situação, a história imediata se alimenta com a proximidade temporal e material do autor em relação ao seu objeto de estudo. Além disso, a história imediata é próxima, participativa e rápida na sua execução, pois acaba sendo elaborada por alguém que presenciou e analisou o caso estudado. Essa peculiaridade tornou os *mass media* o veículo privilegiado para divulgar a história imediata, iniciando-se uma relação que passou da forma para o conteúdo, ou seja, os *mass media* acabariam divulgando resultados de historiadores identificados com a história imediata” (VICENTE, 2009, p. 78).

a Europa, trazia consigo críticas à Igreja Católica e aos posicionamentos políticos do governo francês (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 65).

No contexto de avanço do setor gráfico com impressões na língua vernácula a partir do século XVI, há uma expansão da leitura impondo às autoridades uma prática de vigilância sobre a população, especialmente sobre os que cultivavam o hábito de ler individualmente, pois era considerada uma atividade geradora de insubordinação. A leitura de jornais por pessoas comuns era enxergada como atividade subversiva, por ser capaz de germinar nos governados a crítica aos governantes. De certo, também havia uma compreensão de que os jornais incentivavam o ceticismo, pois em periódicos diferentes surgiam versões contraditórias para os mesmos eventos. De algum modo, quando o impresso se colocava na tarefa de reportar, o resultado dessa empreitada parecia gerar desconfiança na sociedade. No entanto, nada parecia passar incólume ao que a imprensa descrevia (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 78).

Foi a própria Revolução Industrial que permitiu essa ampla mecanização do processo de produção dos jornais, aumentando por conseguinte sua produtividade, o que gerou resultados essenciais para a empresa de mídia, como a multiplicação das tiragens e da circulação. “Por outro lado, passou a exigir do empresário jornalístico investimento inicial apreciável, que precisava ser remunerado” (LAGE, 2001, p. 16). Desse modo, a consequência dessa multiplicação foi a forte ascensão de um ator recorrente nas impressões desde outras épocas: o espaço comercial. A publicidade “permitiu a rebaixa do preço do exemplar, colocando os jornais mais facilmente ao alcance da população recém-alfabetizada”, todavia colocou a empresa jornalística numa relação de sobrevivência a partir dos segmentos político-econômicos, que desde então lhe dão forte sustento (LAGE, 2001, p. 17).

Foram os chamados *penny press*, jornais de baixo custo e alta circulação surgidos na primeira metade do século XIX, que teriam efetuado uma mudança no modo de se fazer jornalismo, levando a um rompimento no caráter opinativo dos primeiros jornais dos séculos anteriores. Chamado então de “novo jornalismo”, na esteira do crescente positivismo que exercia influência em muitas áreas da ciência, essa maneira de relatar a notícia teve como arquétipo uma invenção tecnológica: a máquina fotográfica. A prática de reportar assemelharia-se a um instantâneo, testemunha ocular da história. “O realismo

fotográfico tornou-se assim o farol orientador da prática jornalística” (TRAQUINA, 2005, p. 52).

Por detrás da ideia do ofício jornalístico de fotografar a realidade, com base num método de captura do real, fazendo emergir o objetivo em meio a tantas subjetividades, reside o paradigma da verdade em sua tarefa de narração do mundo por meio dos fatos. Para acentuar a problemática em torno do verídico, o enunciador, em sua posição de ativação de um discurso, carrega consigo um imperativo no próprio ato e lugar de fala. Nesse caso, o verdadeiro está contido nas palavras de quem fala e a notícia só é notícia quando sobre ela se impõe uma obrigação de veracidade. “Aliás, só é notícia um ato verbal que comporte uma pretensão de ser verdadeiro” (GOMES, 2009, p. 11). É, então, sobre um mercado da veracidade que a imprensa negocia historicamente o seu produto com o consumidor.

Conforme Nilson Lage (2001), existem dois gêneros de verdade a serem considerados na prática jornalística. Eles se locupletam, entretanto somente no primeiro é possível identificar o inverossímil, caso a notícia obstrua a verdade. Assim, no primeiro gênero a “verdade está no acordo íntimo entre o que está sendo narrado e o que de fato ocorreu”, e no segundo a verdade está “disposta no paradigma da escolha de palavras, da ordem e seleção dos acontecimentos” (LAGE, 2001, p. 103). Nesse último caso, a verdade surge enquanto adequação da história, pois ela se inserirá nas lacunas deixadas entre a informação compartilhada, sugerindo ao receptor o modo de preenchê-las.

De acordo com Orlando Tambosi (2007), o imperativo ético do jornalismo é a verdade, e esta pressupõe uma correspondência dos relatos com os fatos. Na sua perspectiva, não há dúvida: as palavras são criadas para afirmar os fatos e dar nome às coisas, porém os fatos são totalmente independentes da linguagem, quer dizer, não significa que as palavras inventam os fatos ou as coisas, mas que, de algum modo, se uma assertiva for verdadeira, ao pronunciá-la entende-se que ela diz a mesma coisa que afirma o fato.

Do ponto de vista da construção do processo comunicativo jornalístico há uma pretensão de verdade no discurso público encarnado por ela, na medida em que a mídia põe em curso diversas vozes, cujos atores lutam por visibilidade e visam tornar a sua compreensão particular do mundo em universalidade. “A luta pela verdade é uma disputa

na construção de uma versão hegemônica a respeito de cada episódio” (MOTTA, 2013b, p. 2).

Assim, no tensionado processo de emersão de uma verdade, sobressaem-se as devidas relações de poder, tendo o jornal e sua linha editorial posição destacada nessa hierarquia discursiva, por se tratar de produto final a ser consumido enquanto tal do ponto de vista econômico. Essa posição de destaque coaduna com a noção de Certeau (1998) sobre estratégia. Organizada por um “postulado de poder”, a estratégia traz consigo “um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio”, tendo como princípio diminuir os alvos e as ameaças, “capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias” (CERTEAU, 1998, p. 99-101).

Por fim, o jornalismo está inserido numa lógica do tempo presente e essa temporalidade é o seu eixo central. Mesmo que traga em suas narrativas eventos do passado imediato, “sua inserção social faz com que ele esteja imerso no processo de construção da experiência social do presente” (FRANCISCATO, 2005, p. 4), e, nesse sentido, conforme Motta (2013b, p. 14), “os veículos de comunicação recebem da comunidade não só a incumbência de dizer e narrar, mas ao mesmo tempo uma autoridade pressuposta e reconhecida (ainda que não diretamente outorgada) para contar a ‘estória verdadeira’”.

Compreende-se que cada sociedade, em seu tempo histórico, tem o seu “regime de verdade”, e esta traz consigo, ademais, as técnicas para a obtenção dessa verdade, bem como os sujeitos que têm a tarefa de afirmar o que deve ou não funcionar como verdadeiro na acepção foucaultiana (1979)⁵⁹. Por mais que a verdade aparentemente ocupe um lugar a-histórico – pela lógica semântica do uso corrente da palavra, que não poderia (ou não deveria) abrir-se ao contraditório, pois “a autonomia e a essencialidade da verdade,

⁵⁹ De acordo com Michel Foucault, as relações de comunicação se caracterizam pela transmissão de informações por intermédio de uma língua (ou mesmo por intermédio de um sistema de signos, um meio simbólico). “Sem dúvida, comunicar é sempre uma forma de agir sobre o outro ou os outros. Porém, a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por consequência efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto dessas [relações de comunicação]” (FOUCAULT, 1995, p. 240-241). Numa instituição escolar, por exemplo, das lições às reprimendas, circula todo um conjunto de comunicações regulamentadas que servem para assegurar tanto o aprendizado e o comportamento quanto os procedimentos de poder, como o enclausuramento e a vigilância.

levadas à consequência extrema, demarcariam o destino dos homens como evidência de uma razão primeira” (LAGE, 2001, p. 96) –, ela é contingente.

E é nessa contingência que se orientam os discursos da *Veja*, na medida em que a ditadura militar se propunha a transitar para uma democracia seguindo os ritos propostos pelos seus instrumentadores.

O olhar de quem (d)escreve o acontecimento, de forma seletiva, é o que torna essa história interessante, já que ela não o é por si só. O caminho percorrido é o da “produção de um discurso que classifica, seleciona e normaliza uma história, dando voz a alguns fatos e silenciando outros. O sentido da história não é dado pelos fatos, mas pelos discursos” (HENNING, 2008, p. 121). De modo que, ao se pensar na maneira como a *Veja* narra os acontecimentos tornando-os notícias, é necessário compreender de que formas a revista executa essa operação nos editoriais.

Se é imprescindível ao jornalismo buscar a objetividade estrita ao dispor os fatos, na produção de um semanário impresso outros elementos entram em cena, a fim de construir uma peça capaz de levar ao leitor não só a notícia, mas uma impressão sobre o acontecimento. O editorial é o inaugurador, na *Veja*, a cada edição, dessa postura de (re)cortar o cotidiano sob um prisma, levando o leitor a seguir um rastro na leitura por completo da publicação.

3 A REVISTA VEJA PARA ALÉM DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Os editoriais selecionados aqui circunscrevem um tema: a transição democrática. Por meio dele surge um universo de outros subtemas capazes de nos fazer entender a operação utilizada pela revista para noticiar os acontecimentos a cada edição. Tais subtemas servem, também, para que se possa visualizar quantitativamente a recorrência de determinados assuntos nos conteúdos em análise.

Em certas ocasiões, o editorial debate dois subtemas distintos e utiliza o * (asterisco) para orientar o leitor nessa mudança temática. Em outros momentos, a Carta ao Leitor trata de apenas um subtema sobre múltiplas impressões, e, nesse sentido, é possível perceber que em algumas edições surgem subtemas favoráveis e contrários ao processo de transição dos militares. No entanto, na maioria das vezes tem-se apenas um assunto versado no texto. A escolha dos subtemas, a fim de orientar a análise, aconteceu de forma arbitrária, mas tomando por base a seguinte pergunta: Quais atitudes assumiu *Veja* em face da transição democrática gestada pela ditadura? Ao final do itinerário, extraímos 20 subtemas tidos como atitudes favoráveis e 18 como atitudes contrárias. Combinados, inclusive, eles nos fornecem uma boa gama de entendimentos sobre os conteúdos.

Os editoriais de *Veja* não recebem títulos. Dessa maneira, o desafio para encontrar o cerne da questão discutida corresponde ao próprio entendimento da leitura e da conjuntura do período. Para que os subtemas contivessem características de diferenciação entre os “favoráveis” e os “contrários”, há uma outra atividade imperativa da pesquisa. Essa perspectiva fica mais inteligível na segunda parte do capítulo, quando a análise se detém no próprio texto e seus enunciados. Como o método é um todo, as suas repartições em campos de trabalho diversos exigem que tais compartimentos mantenham um diálogo estrito. Assim, a fim de selecionar os subtemas, a leitura prévia levou à construção de um texto-síntese (base para a posterior análise da enunciação). Esse texto-síntese foi obtido por meio da técnica do fichamento, que serviu tanto para um resumo do assunto tratado quanto como uma espécie de guia documental. Foi por meio dessa técnica que se obteve o instrumental capaz de construir os eixos que norteiam os argumentos a seguir.

3.1 A RECORRÊNCIA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

3.1.1 Um pequeno retrato dos acontecimentos: os subtemas por ano

Como destacamos, a tarefa política da ditadura ao final dos anos 1970 consistia basicamente em tentar manter sob rígido controle, a fim de conciliar dissensos: os elementos da caserna dispostos a inviabilizar a transição e a oposição partidária agora dividida em muitas siglas. Para tanto, além de afastar do centro das decisões os componentes reativos das Forças Armadas, fora preciso dissipar, do MDB, uma certa força eleitoral aglutinadora que vinha agindo sobre o partido desde meados da década, expressando um sentimento, por meio dos votos, de contrariedade aos militares e seus métodos de gestão – fenômeno observado nos grandes centros urbanos, especialmente. Todavia a radicalização das ruas e das fábricas colocava muitos pontos de interrogação no percurso da abertura, inclusive porque a economia passava mais e mais a se tornar um trem desgovernado. Por isso, logo nos primeiros anos da década de 1980, já com o governo João Figueiredo, *Veja* passou a se colocar numa posição de questionamento cada vez maior à gestão estatal por parte dos militares, na medida em que crescia a defesa popular do voto direto nas eleições.

Para *Veja*, havia, além disso, termos a serem resguardados e celebrados no final dos anos 1970. Defender que o regime caminhava a passos firmes para a democracia era, definitivamente, necessário – até para afastar qualquer tentativa de retrocesso por parte dos setores repressivos do Estado. A revista também buscou orientar o seu discurso numa tentativa de oferecer os mecanismos capazes de garantir o retorno conciliado e definitivo para o Estado de direito e das amplas liberdades individuais e de imprensa. Atacar a oposição partidária e das fábricas, juntamente com os levantes criminosos dos agentes militares nos aparelhos de segurança, tornou-se recorrente nas revistas pesquisadas.

Portanto, em 1978 foram selecionadas 14 edições, de um total de 17 revistas do período. Entre setembro e dezembro, foram 10 os subtemas cujos argumentos se orientaram favoráveis à transição proposta pelos militares. A maior recorrência foi do subtema **redemocratização**, com 4, mas os subtemas **conciliação** política e os ataques à **oposição** política surgiram 3 vezes cada. Ainda nesse ano, dos subtemas contrários, merece

destaque apenas um, com uma dupla recorrência: **violação dos direitos humanos**⁶⁰. Essa tendência se repete no ano seguinte denunciando a ação policial, especialmente.

É imperativo dizer que a insatisfação da *Veja*, quando da ascensão de João Figueiredo, se encontra nos irremediáveis órgãos de repressão e na resiliência da ditadura nessa busca por controle da liberdade dos veículos de comunicação. Em 1979, os subtemas contrários relevantes permanecem basicamente os mesmos: **violação dos direitos humanos**, **restrição à imprensa** e **censura**, num total de 13 recorrências. Nesse ano foram selecionadas 36 edições, de um total de 52 revistas. Os subtemas favoráveis foram 14, com uma recorrência de 27 vezes. O mais comentado no período foi a repressão à **greve**. Por 6 vezes o editorial reincidiu no assunto⁶¹.

Então, somados 1978 e 1979, o subtema **greve** (8), as críticas à **esquerda** (3) e a necessidade de **manutenção da ordem** (3) constituem-se, assim, a grande preocupação da *Veja* para a consecução da democracia.

De fato, em 1970 o censo já mostrava o que os sindicalistas denunciariam nas greves. Havia uma má distribuição de renda em crescimento no Brasil desde o início da ditadura e os sólidos resultados econômicos divulgados pelos militares não tinham paralelo na realidade do trabalhador brasileiro. A ditadura estava diante de uma contradição ao comemorar um forte crescimento do Produto Interno Bruto até o ano de 1973, no entanto, mantendo o ônus dessa aparente conquista sobre os mais pobres – o que foi sentido em 1978, quando a dívida externa triplicou de modo tão rápido quanto inexplicável previamente pelos analistas. Tudo isso gerava revoltas constantes e o clima de instabilidade precisava ser contido.

Contrariamente a isso, a oposição partidária, principalmente setores do PMDB, mais amplamente representados no Congresso, passou a reforçar um ataque no calcanhar de Aquiles da ditadura, o mesmo que tempos antes garantiu forte adesão das parcelas da população que emergiram socialmente nos anos do dito “milagre econômico”. Mereceu atenção crítica da *Veja* essa disposição do discurso oposicionista em 1980, que evocava

⁶⁰ Ver Apêndice I.

⁶¹ Ver Apêndice II.

as lutas grevistas da virada da década, defendendo o retorno imediato da democracia, denunciando os desmandos dos militares. De um total de 54 revistas, foram selecionadas 29 edições nesse ano, constando 9 subtemas favoráveis aos militares. A crítica à **oposição** entrou no radar como o subtema mais discutido. Foram 8 recorrências sobre o assunto. Ainda em função da greve, com mais duas recorrências nesse ano, a crítica da *Veja* chega até a cúpula da **igreja católica**, tida como muito partidarizada. Por 3 vezes esse subtema mobilizou a revista em favor dos ritos de transição dos militares.

Ainda em 1980, amplia-se a preocupação do periódico para com a crise econômica que se avizinhava. Dos 8 subtemas contrários que apareceram, os de maior recorrência foram a **inflação** e a crítica da **gestão econômica**, com 3 recorrências cada⁶².

A partir de 1981 tem-se a escalada das críticas da revista ao errante projeto econômico de Figueiredo. Dos entreveros por parte dos membros do Ministério de Fazenda e do Planejamento até o retorno de Delfim Netto à posição de grande arquiteto da economia brasileira, percebe-se, na *Veja*, quanto o próprio governo estava perdido e em vias de comprometer a passagem segura para a democracia. Das 25 edições selecionadas, a crítica à **gestão econômica** dos militares foi o assunto mais tratado pela *Veja*, com 4 recorrências. Repercutiu também o atentado do Riocentro em abril, o atentado ao deputado Marcelo Cerqueira no mesmo mês, bem como o atentado à sede da OAB, cerca de 8 meses antes. Essas insistentes formas de terrorismo estatal, no entanto, não superaram o risco da crise econômica para a chegada da democracia nos primeiros anos dessa década no semanário.

Por fim, com 6 subtemas favoráveis e 17 recorrências no total, 1981 marca o último ano em que *Veja* vai dar maior proeminência às orientações favoráveis dos militares. Aqui, merece destaque, mais uma vez, a crítica à **oposição**. Em 6 ocasiões, empatado com a defesa da **redemocratização**, levada à cabo por João Figueiredo, a revista seguiu “ordenando” o fazer dos oposicionistas⁶³.

⁶² Ver Apêndice III.

⁶³ Ver Apêndice IV.

No ano de 1982, aconteceram eleições gerais. Preocupava a caserna a sinalização, dada por pesquisas de opinião, sobre o crescimento da oposição partidária em algumas áreas urbanas de grande densidade demográfica. Isso poderia determinar o cenário eleitoral para 1985, elevando a capacidade dos opositoristas de influírem sobremaneira na escolha do próximo presidente da República. De fato, após os resultados, ficou claro que os opositores passariam não só a governar estados-chave da federação, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas também seriam, a partir de 1983, o fiel da balança nos levantes pró-diretas. Entretanto, o rígido controle político exercido pelo general Figueiredo no instante da votação da emenda Dante de Oliveira deixou claro quem era o regente que ainda dava o tom da ditadura e dos ensaios para a democracia.

Assim, em 1982, foram selecionadas 26 edições. É nessa ocasião que o editorial de *Veja* passou a tratar de assuntos cada vez mais desfavoráveis aos militares, fazendo essa tendência perdurar até 1985. Porém, do ponto de vista eleitoral e dos novos governos opositores que ascenderam, *Veja* se manteve firme num discurso de crítica aos detratores do regime e seus métodos de desgaste dos militares. Entre os 3 subtemas favoráveis, há uma recorrência de 5 no assunto **oposição**. Já os subtemas contrários são 6, com 17 recorrências. Somados a crítica da **gestão econômica** mais a **inflação** tem-se 9 recorrências⁶⁴.

Esse sentido da narrativa de *Veja* adentra o ano de 1983, quando a crise econômica, somada à inflação, ao desemprego e ao pagamento da dívida externa, derrete as contas públicas. Na prática, a gestão econômica do governo no chamado “milagre econômico” nos anos 1970 foi a causa da ruína da década seguinte. Nos primeiros anos de 1980, economistas como Simonsen e Delfim Netto, que foram ministros de Figueiredo, apostavam ou numa inflexão da dívida a partir de arrochos ou num crescimento constante numa proporção acima do endividamento, respectivamente. Essas premissas os levaram, inclusive, a uma rota de colisão, culminando com a saída de Simonsen em agosto de 1979⁶⁵. Tido como vilão, sua austeridade era um remédio amargo demais, inclusive para

⁶⁴ Ver Apêndice V.

⁶⁵ Na capa da edição nº 571, *Veja* considerou que Mário Henrique Simonsen foi um bode expiatório na guerra do Ministério, demonstrando profundo descontentamento com o governo diante da sua saída. De acordo com Silva (2005, p. 137), o ex-ministro era um dos pensadores prediletos da revista, colaborando frequentemente com análises econômicas. Ele possuiu coluna na revista *Exame*, também do grupo Abril, por anos. Aí talvez contenha um rastro que demonstre o crescente desajuste do semanário com a gestão

setores empresariais. Nem por isso a dívida freou. Em três anos ela praticamente dobrou, e a atividade econômica caiu consideravelmente até o final de 1983, não sendo possível recuperar o fôlego de uma década atrás. Soma-se a isso o fato de que a ampliada taxa de desocupação masculina e feminina levou a uma expansão cada vez maior do mercado informal e o consequente tensionamento da vida nas grandes metrópoles brasileiras.

Entre as 36 edições selecionadas em 1983, a crítica à **gestão econômica** do governo se destacou em contrariedade. Foi, aliás, o subtema que surgiu com maior recorrência entre todos, tanto num ano (18) quanto no total do período analisado (40). Já entre os 6 subtemas favoráveis, **conciliação** teve uma recorrência de 5 vezes e **oposição**, 4 vezes, demonstrando que, apesar das insatisfações na economia, os editoriais da revista seguiam pleiteando uma transição ordeira, isolando qualquer radicalidade⁶⁶.

Na verdade, fragilizada pelos equívocos de sua política econômica e conduzidos quase que a reboque pelos acontecimentos políticos vindos de todos os lados, setores da ditadura, especialmente a base partidária do governo, passaram a ver na revista um tipo de obstáculo, quando as edições do semanário passaram a defender o retorno das eleições diretas para a presidência em 1984. Assim, Figueiredo foi colocado numa posição delicada com o seu PDS e com a população brasileira, que massivamente renegou a proposta constitucional do Colégio Eleitoral e estava farta das suas tentativas frustradas de retomada do crescimento econômico. Apesar de crítica, *Veja* não deixa de salvaguardar o personagem Figueiredo e, simultaneamente, o roteiro da transição, pois, ao mesmo tempo que fortaleceu o discurso vindo da campanha pelas “Diretas Já”, a revista defendeu, em uníssono com outros segmentos civis da sociedade e da própria ditadura, uma saída moderada, sem revanchismos.

Dessa forma, em 1984 foram selecionadas 32 edições. Dos subtemas contrários, a **campanha Diretas Já** (9) ganhou força nos editoriais entre os meses de janeiro e maio. Entretanto, no argumento da *Veja*, a defesa do método da eleição direta vai persistir até o final do ano, mesmo após a derrota da emenda Dante de Oliveira. Entre os subtemas favoráveis aos militares, nenhum deles foi tão recorrente ao ponto de se destacar demais

fiscal da ditadura após 1980. Simonsen fora ministro da Fazenda de Geisel e, enquanto intelectual, era, reconhecidamente, um ortodoxo que *Veja* admirava.

⁶⁶ Ver Apêndice VI.

de outros assuntos, apesar disso mantiveram uma certa esperança no **desenvolvimento econômico** (3) e alertaram sobre a necessidade de prosseguir uma política de **conciliação** (3), como o farol rumo à **redemocratização** (2)⁶⁷.

Por fim, em 1985, às portas do término da ditadura e do regresso de um civil à presidência, restava à *Veja* seguir defendendo a transição moderada para a democracia. Este foi o único subtema favorável: **conciliação**, o epíteto de Victor Civita. No apagar das luzes, a **corrupção** (3) da ditadura volta a ganhar amplitude com denúncias cada vez mais sedimentadas e somadas à crítica da **gestão econômica** (2), cujo sentido inaugurador de uma nova era produtiva na economia pressupunha, exatamente, a diminuição do Estado, tido como um ímã das práticas e pessoas corruptivas, conforme *Veja*⁶⁸.

3.1.2 A problemática da crise econômica e do radicalismo político

Em resumo, dois grandes assuntos, no contexto da transição, levaram *Veja* a discorrer os seus juízos: a inépcia econômica do governo e o radicalismo político. Ao versar sobre economia, os editoriais reiteraram a necessidade de saneamento das contas públicas e da máquina estatal, mantendo uma linha tênue de defesa do liberalismo tal qual enunciado na Carta do Editor escrita por Victor Civita em setembro de 1978.

A medida desses textos está numa crítica constante ao legado deixado pelos militares: serviços públicos mal prestados com repartições aparelhadas e inchadas; número excessivo de estatais que servem à burocracia e impedem o desenvolvimento da iniciativa privada; e, conseqüentemente, uma má gestão financeira da economia, desaguando numa inflação incontrolável e num desemprego acentuado, com reflexos nos negócios individuais, e na explosão da dívida externa. Na *Veja*, a saída de cena dos militares pressupunha uma tentativa desesperada de salvar uma economia fortemente corrompida pela má gestão político-administrativa da ditadura, apontando para um tipo de “modernização” do Estado brasileiro por meio do seu enxugamento. Juntos, com 56 recorrências no total, os subtemas **gestão econômica**, **inflação** e **corrupção** mobilizaram a revista numa crítica à maneira como os militares conduziam a transição nos setores

⁶⁷ Ver Apêndice VII.

⁶⁸ Ver Apêndice VIII.

econômico e administrativo. Esse registro é importante, pois ele é quem vai, também, embasar a crítica dos editoriais aos agentes políticos da oposição partidária, sindical e social, na direção dos anseios do quartel. Conforme *Veja*, era preciso que a transição fosse controlada, a fim de que ela não perdesse o prumo pendendo para um fechamento total da, agora, cambaleante ditadura, pós-fim do AI-5, ou para uma radicalização total das alas políticas mais críticas desse método de abertura tutelada, situadas à esquerda.

Assim, apesar de os editoriais deixarem evidente que o mérito não estava na escolha dos nomes para sucederem João Figueiredo, e sim nas propostas de gestão dos candidatos, isso por si só não explica por que a revista desidratou a candidatura de Paulo Maluf, senão pelo fato de este representar um continuísmo da mal versada ordem econômica e, aliás, por ter sido um importante arquiteto, como liderança pedesista, do enterro da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional – PEC essa defendida sobremaneira pelos editoriais da *Veja*.

O discurso dúbio do último dos generais-presidentes⁶⁹ acerca do retorno imediato do voto popular e sua postura política versátil num equilíbrio entre PDS, Tancredo⁷⁰ e Maluf talvez explique essa tendência de *Veja* em rodear o ex-governador mineiro, uma histórica e habilidosa figura política sempre disposta ao bom e velho acordo, e a ideia da conciliação se insere, com razoabilidade, nesses termos. A **conciliação**, enquanto subtema, reincidiu 17 vezes durante todo o período estudado, todavia, entre 1983 e 1985, ela se repetiu por 9 vezes, tornando-se o subtema, numa linha favorável aos militares,

⁶⁹ A questão da eleição direta foi um tema envolto em muitos rodeios por parte do general Figueiredo. Num discurso em 1984, ele deixa claro que sua posição em favor do Colégio Eleitoral vinha desde novembro de 1980, quando tornou pública sua opinião pela manutenção do previsto em Constituição na convenção do Partido Democrático Social. João Figueiredo salientou ainda, em 1984, que o mundo político brasileiro, anteriormente, não via com pesar o método indireto de escolha para o próximo presidente e agora estava agindo de maneira injustificada, com argumentos oportunistas, ao abrir precedente para o clamor das ruas. A dubiedade surge, na prática, quando em novembro de 1983, numa viagem à Nigéria, Figueiredo disse, em entrevista aos repórteres, que sua predileção era pela eleição direta, porém o PDS o impedia de tomar tal decisão, pois o seu partido “não iria se conformar”. Prova disso é a fala do deputado Siqueira Campos (PDS-GO) após a entrevista: “a oposição quer um Kerensky para facilitar sua subida ao poder e nos privar da liberdade” – numa alusão clara ao personagem que abriu alas para a ascensão bolchevique na Rússia. Essas e outras falas – como a de Paulo Maluf: “eu respeito a constituição e, se a orquestra toca samba, não adianta querer dançar valsa” – repercutiram na *Veja* (1983, nº 794, p. 36-42). Nessa revista, a capa contém uma foto do general com a manchete “Sucessão: Figueiredo se afasta do PDS”. No peito do ditador, um broche fantasioso, nas cores do Brasil, contendo a frase: “Eu sou pela eleição direta 1985”.

⁷⁰ Em uma coletânea de entrevistas colhidas pelo repórter fotográfico Orlando Brito entre 1989 e 1991, e disponibilizadas na revista após a morte de João Figueiredo, o general disse que conversou por três vezes com Tancredo e chegou a passar pela sua cabeça apoiar o governador mineiro caso a eleição fosse direta (FIGUEIREDO, 2000, p. 41).

com maior recorrência. Assim, em defesa dessa abertura, *Veja* vocalizou com insistência a necessidade de subtrair os incendiários e aglutinar os consonantes. A vitoriosa Aliança Democrática simbolizou com exatidão os termos dessa transição propalada pelo periódico: a soma de uma parte “moderna” do PDS com a parcela “moderada” do PMDB.

Não obstante, para essa ascensão definitiva da democracia havia um outro problema: o radicalismo político. No final de 1978, o MDB vinha sendo tratado pela revista como um péssimo jogador das urnas. Participava da disputa, tentando ganhá-la, mas sempre mantinha a suspeição do resultado dos jogos após a derrota eleitoral. Além disso, denunciava o caráter daquele regime como sendo arbitrário, ditatorial e violento, o que representava, na revista, uma postura de quem desconhecia o tempo em que se vivia, porque, com o fim do AI-5, os anos de arbitrariedade tinham se encerrado, as novas regras eleitorais e partidárias garantiam agora maior isonomia e, conseqüentemente, isso era um claro demonstrativo do compromisso dos militares, especialmente de João Figueiredo, com a completa **redemocratização** que já estava em curso. De forma que tal subtema recorreu 23 vezes no total, harmonizando fortemente o cenário de lealdade da caserna para com o projeto democrático gestado ainda na era Geisel, projeto este afiançado por *Veja* em 1978.

Somados, sete subtemas merecem destaque para essa compreensão acerca do radicalismo político. São eles: **oposição** (27), **greve** (11), **manutenção da ordem** (5), **esquerda** (5), **igreja católica** (4), **sindicalismo** (4) e **anistia** (3), num total, assim, de 59 recorrências. A oposição partidária, canalizada especialmente no MDB/PMDB nesses anos, foi duramente criticada, fazendo com que a transição democrática ganhasse muitos ingredientes para a análise sob esse viés das forças políticas opositoras, engajadas em frentes diversas na tarefa da construção imediata da democracia.

Em razão da crise econômica, das perdas ocasionadas pela inflação e dos surtos de desemprego no início da década de 1980, as greves e a conseqüente formação de novas lideranças sindicais se tornaram praticamente irmãs siamesas, surgindo na *Veja* enquanto atitudes execráveis, do ponto de vista da transição democrática, abrindo um flanco de críticas que se misturavam fortemente àquilo que os militares vinham combatendo desde o golpe de 1964. Somados os subtemas **greve**, **sindicalismo** e **manutenção da ordem**, num total de 20 recorrências, temos um retrato dos eventos que caracterizaram o avanço

dos movimentos de trabalhadores, especialmente operários, no Brasil e o tratamento dado pelos editoriais a toda e qualquer manifestação popular.

Por outro lado, a revista também criticou a radicalização por parte de setores das próprias Forças Armadas, especialmente entre os aparelhos repressivos, todavia não com a mesma intensidade com que criticou os segmentos sindicais, mas seguindo a tendência desde Geisel de buscar, senão coibir ferozmente, apontar as defecções. Os subtemas **violação dos direitos humanos** (9), **terrorismo estatal** (4) e **terrorismo político** (1) recorreram 14 vezes, somando todos eles. Há uma preocupação da revista com retrocessos que poderiam minar a abertura em curso, e as ações de violação e terror tanto demonstravam a tendência de setores militares em suspender a chegada da democracia em trânsito, reiterando o desejo de continuar perseguindo o inimigo da ordem, quanto desnudavam o fato de que o autoritarismo entre grupos armados do aparelho de Estado era uma incômoda tendência, um claro demonstrativo de que os gestos da ditadura persistiam.

De certo que, se após 1978 é visível na *Veja* a face democrática do absorto Estado transitório governado pelo último dos generais-presidentes, por alguns poucos instantes fica nítido o quanto a contraface da ditadura e sua arbitrariedade persistem inebriadas pelo fugidio Estado de direito.

3.1.3 Dois discursos, de Geisel e Figueiredo, nos editoriais da *Veja*

Tais subtemas tratados anteriormente, ao serem inter-relacionados aos discursos em comemoração à “Revolução” proferidos por Ernesto Geisel e João Figueiredo – em 1978 e em 1984, respectivamente –, providenciam uma caracterização de similitude entre aquilo que a *Veja* fala e o que defende a ditadura enquanto transição para a democracia.

O discurso de Geisel, por exemplo, é permeado por uma razão: cristalizar o lugar vitorioso dos militares e demais segmentos sociais que se engajaram na tarefa de derrubar Jango, como se em 1978 aquele evento longínquo em março de 1964 estivesse prestes a esvaír da memória, por ação dos que “hoje não trepidam em fazer praça de democratas autênticos e até progressistas, quando buscavam, então, à vista de todos e com as armas do engano, da demagogia, da corrupção e mesmo da violência nua e crua instituir a ditadura” (1978, p. 197).

Para tanto, o general se coloca na tarefa de inflar os feitos do regime na medida em que imputa aos seus opositores a contenciosidade. Se a nação agora vivia “em ordem, voltada para o árduo trabalho de continuar a construir o seu futuro”, é pelo fato de os militares terem estabelecido segurança no presente agindo sobre um passado de caos nacional, em que o país estava em vias de dissolução por causa da “forte infiltração de uma esquerda militante e sem escrúpulos” até mesmo nas Forças Armadas. “Quem não viveu aqueles longos dias de preocupação e de insegurança, de aflição e temor pelo futuro da pátria, busque informar-se da verdade” (GEISEL, 1978, p. 198).

Na medida em que os militares emolduravam uma nova institucionalidade brasileira, fora preciso levar adiante leis de exceção, justificadas enquanto “necessárias em algumas fases de nossa transição revolucionária”; todavia agora deveriam ser erigidas outras “salvaguardas constitucionais”, cujo objetivo seria “garantir a manutenção e o melhor funcionamento do regime democrático e a ordem” pós-1978 (GEISEL, 1978, p. 201).

O entendimento de Geisel é que, após o fim da “subversão comandada desde o alto do Governo” Jango, o Brasil vinha caminhando na direção do aprimoramento de instituições democráticas autênticas “condizentes com nossa realidade, e não artificiosas cópias colhidas alhures, para que, ao invés de apenas aparentes e falsas como sempre foram”, elas pudessem ser “vorazes e atuantes” (1978, p. 202).

Portanto, era essencial, naquele momento, garantir que o “populismo demagógico, hipócrita e irresponsável”, bem como os “utopistas da «democracia plena» e de um liberalismo já ultrapassado” estivessem alijados do debate político para que o processo de aprimoramento da democracia genuína (e bem brasileira) pudesse persistir. “Guardemo-nos também de todos os radicais, tanto da direita como da esquerda, bem como dos oportunistas de todos os matizes que ora estão à direita, ora se mostram à esquerda, extremados sempre”, pontuava Geisel (1978, p. 202).

Cabia, em 1978, aos “bons brasileiros” e às Forças Armadas, sempre vigilantes, prosseguir preservando os mesmos inspirados e nobres ideais “que animaram a Revolução de 31 de março de 1964”, contendo, obviamente, “todo excesso condenável, toda precipitação, por si mesmo desastrosa” (GEISEL, 1978, p. 201). E essa tendência se

repetiria meia década depois com João Figueiredo, para quem o movimento de março de 1964 era um clamor de toda uma nação pela restauração da ordem, traduzida na ação militar de um grupo que orientou o país numa “obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral” (FIGUEIREDO, 1984, p. 43).

Passados seis anos, agora no discurso de João Figueiredo, na medida em que a “Revolução” se fazia, tornou-se consoante limitar “desde logo os plenos poderes de que dispunha” para que fosse contida toda e qualquer arbitrariedade. Foi por meio da constituição de 1967, que mantinha “na sua substância, os postulados da Constituição de 1946”, que os militares se empenharam na tarefa de aperfeiçoar constantemente o regime democrático. No entanto todas as sucessivas alterações sofridas no correr dos anos devem-se às “conflitantes contingências do processo revolucionário” – ao mesmo tempo que essas mudanças “tiveram como consequência privar o texto constitucional da unidade lógica essencial ao estatuto político fundamental da Nação” (FIGUEIREDO, 1984, p. 44).

Sendo assim, todo o percurso feito pelo regime, “sob o signo da democracia”, buscou garantir o desenvolvimento da sociedade, e mesmo os direitos que outrora estiveram suspensos, principalmente os políticos, foram recuperados por meio da anistia, “reclamada para a pacificação da família brasileira”. Foi por meio da evolução constante, “imaneente ao processo revolucionário”, que o país chegou em março de 1984 colhendo resultados positivos “em prol da causa democrática”. “Possuo consciência, também, como já tenho assinalado, de que a liberdade, garantida no passado, pode já ter sido igual, porém não foi maior do que a liberdade hoje reinante no País”, dizia Figueiredo (1984, p. 44).

Por certo, a completude das garantias democráticas se encontra nas eleições diretas, no entanto, por serem “inoportuna[s] no momento”, torna-se auspicioso prosseguir em defesa do Colégio Eleitoral, sendo este uma “forma legítima de escolha do Chefe-de-Estado, consagrada pela grande maioria das nações democráticas” (FIGUEIREDO, 1984, p. 46).

Para que não haja radicalização por agora, e se mantenham pacificadas posições políticas rumo à tranquilidade da nação e de sua constante evolução constitucional, ficava mantida

a eleição indireta para a Presidência da República, restando à eleição direta, em dois turnos, um futuro, pontuara o general.

3.2 O QUE RESTA DA DITADURA NOS RASTROS DA *VEJA*

3.2.1 As violências sofridas precisam ser esquecidas

Enquanto protagonistas do processo que levava o país à normalidade democrática, os militares buscaram construir uma noção de que o Brasil ainda precisava ser tutelado até o retorno de qualquer civil à presidência. Assim, relativizavam o próprio caráter da democracia. Desse modo, também *Veja* acreditava que o retorno do regime democrático deveria ocorrer dentro de uma ordem específica, num diálogo que unisse os setores moderados.

Para a revista, aqueles dias que viram findar o AI-5 já representavam a superação da ordem autoritária. Por mais que os fluxos do cotidiano político apresentem contradições dessa noção que a revista imprime acerca da total superação da arbitrariedade militar, é possível ler no noticiário da *Veja* que o Brasil não vivia mais numa ditadura. E coube a Geisel essa passagem. “Ele abriu o país para estruturas democráticas mais estáveis – e, certamente, garantiu seu lugar entre os principais presidentes que a nação já teve” (1978, nº 549). E se o país, nesse atual estágio, vivenciava novamente a liberdade política era “fruto de um ato de vontade deste mesmo governo”, e não pelas ações desmedidas orientadas pela oposição. “A atual situação de abertura política em que vive o país não é, como sempre esteve muito claro, fruto de uma vitória dos adversários do governo” (1981, nº 650).

Não obstante, é importante frisar que, apesar de a democracia ser “a forma mais justa de conciliar a escassez de recursos com a multiplicidade de reivindicações”, ela não serve como uma “varinha mágica”, pois, mesmo que fosse plena, não teria serventia enquanto o país não resolvesse seus problemas mais imediatos (1978, nº 523). Portanto, em 1978, pouco importava se João Figueiredo venceria uma eleição indireta atravessada pelos ditames ditatoriais. “O que interessa às pessoas sérias, assim, é a passagem do regime para estruturas democráticas e a consolidação no país de uma sociedade aberta” (1978, nº 528).

Para *Veja*, era essencial a pacificação da sociedade e a conformação das disputas eleitorais, porque já não havia no horizonte qualquer sinal de retrocesso e a abertura nem estava mais em discussão. Era um fato consumado (1979, nº 559). No entanto fora preciso reforçar o sentido de abertura que os militares estavam defendendo: essa abertura política “não é, obviamente, o poder caindo nas ruas, o caos na produção, a ditadura de assembleias radicais ou o fim da economia de mercado. Se fosse, não seria abertura” (1979, nº 577). Então, que não passe “na cabeça de ninguém que o governo permita passivamente que se tome esse caminho, ou que a sociedade brasileira o aceite” (1979, nº 577). Pois se tem uma coisa que denota o êxito do governo Geisel é que este pode “ser medido por sua capacidade de desfazer, sem ruptura ou crise, as estruturas de um regime arbitrário” (1979, nº 550).

Do mesmo modo que Geisel desfez o autoritarismo, cabia ao recém-empossado João Figueiredo levar adiante o processo de redemocratização em trânsito, agora sem ter “a seu dispor o facilitário do arbítrio”, como tiveram seus precursores (1979, nº 550). De acordo com *Veja*, ao chegar no final do seu mandato, o sucesso do governo Figueiredo seria medido por sua capacidade de levar à frente o projeto iniciado pelo seu antecessor. “Se conseguir chegar a 1985 sem ter dado, substantivamente, passos atrás e, ao mesmo tempo, sem ter permitido a instalação da desordem ou o rompimento da sociedade, o governo Figueiredo terá tido êxito” (1979, nº 550).

Cabia à João Figueiredo, então, prosseguir com o método destinado “a tornar este país viável para os anos que estão aí à frente”, não podendo ser paralisado por qualquer causa, nem mesmo as “dificuldades econômicas, ainda que sérias e complexas” (1979, nº 577). Na verdade, as questões econômicas, até 1979, não despertavam na *Veja* qualquer temor, pois se acreditava na capacidade dos militares de resolvê-las. Mesmo que a forte inflação corroesse o bolso da população há cinco anos e tivesse sido uma aliada do MDB nas eleições gerais de 1978, afinal vivia-se muito mal nas grandes cidades, o governo não estava na defensiva, acuado por problemas que não sabia solucionar. “O que o governo pretende, numa palavra, é executar uma transição conservadora e estável rumo a uma sociedade mais viável, portanto menos injusta” e intenta resolver as crises “sem tumultuar a vida nacional – e sem derrubar as estruturas básicas da sociedade atual” (1979, nº 542).

Se por um lado o governo se mantinha incontestado na tarefa de combater a inflação, o mesmo não se poderia dizer dos demais setores da sociedade, cujos empresários vinham aumentando livremente os preços e os sindicatos exigindo “aumentos de 80 % nos salários” (1979, nº 579). “Debelar a inflação todos querem. [...] Agora, quando se trata de pagar um preço para se conter a inflação, a história muda: cada um está convencido de que, individualmente, não tem nenhuma responsabilidade pelo problema” (1980, nº 595).

A conta do chamado “milagre econômico” havia chegado e precisava ser paga por todos, o que era objeto de discordância pela oposição partidária. “São contra a democracia os que festejam secretamente os índices mensais de inflação por acreditar que a inflação prejudica só o governo”, dizia *Veja* (1980, nº 626).

“Seria bom que o conjunto dos opositores admitisse, finalmente, que o governo continua de pé [...] e está agindo – como mostrou, na semana passada, seu projeto de reforma da Lei de Segurança Nacional”, pois seguir torcendo pela derrocada da administração, em vez de perceber o quanto tem se consolidado a abertura democrática, acabava sendo “a maneira mais simples de colocar em xeque a existência de uma oposição séria” (1978, nº 529).

De acordo com a *Veja*, por mais que a oposição negue, “uma grande parte da população brasileira, cujos votos são tão bons quanto quaisquer outros, gosta do governo”, e por isso seguia votando nos candidatos indicados pelo regime e trabalhando pelo seu sucesso (1978, nº 531). Sendo assim, era necessário que o MDB entendesse: ainda que a Arena seguisse em vantagem na composição do Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor de João Figueiredo em 1985, o crescimento da oposição demonstrava aos emedebistas um papel a cumprir, especialmente quando entrasse em vigor a nova lei orgânica dos partidos.

As mudanças que se processavam no país tornavam urgente a construção do entendimento político em meio a um país dividido. Se as urnas não demonstravam que havíamos chegado a um impasse era preciso, então, definir quem estava a favor do que e quais grupos defendiam as mesmas coisas (1978, nº 531). Havia uma “urgente necessidade de se iniciar uma ampla e efetiva negociação, capaz de assegurar a transição do país”, conforme *Veja* (1978, nº 533).

Ao adentrar 1979, a revista ainda nutria muita expectativa na equipe ministerial de João Figueiredo – “composta por uma armação de pessoas competentes” – e acreditava que seus membros eram “capazes de dar continuidade ao projeto de governo ora em vigência”, caminhando “rumo a uma sociedade capitalista mais moderna e mais eficiente, e, também, rumo a estruturas políticas mais abertas” (1979, nº 540). Essa noção foi perseguida por *Veja* em todo o período, até a conseqüente ruptura de horizontes com a ditadura no advento das “Diretas Já”. Por ora, à oposição cabia abandonar a “visível crise de anemia” que a tinha abatido desde o fim do AI-5 e do arbítrio (1979, nº 546), enxergando que fora da conciliação não havia alternativa. “É nela que o país tem de apostar, é contra ela que joga a escuridão” (1979, nº 575). Todavia os opositores persistiam numa “retórica fantasiosa”, dizendo que o Brasil seguia como uma ditadura (1980, nº 593).

Conforme *Veja*, em 1980, a oposição pouco contribuía para a normalização política do Brasil. Em muitos casos, tornava-a mais lenta, quando alimentava a eterna desconfiança do governo. Quando João Figueiredo exonerou o general Serpa⁷¹, que “vinha ferindo a lei, ao insistir em seus pronunciamentos políticos”, foi “profundamente deplorável ver a oposição, em mais uma de suas reações de Pavlov, eriçar-se toda contra o governo e atrelar-se ao general exonerado [...] querendo usar os militares para agitar o clima político” (1980, nº 607). Na mesma linha, quando a bomba explodiu na sede da OAB e o clima de terror acentuou as dúvidas sobre o futuro democrático da nação, a oposição seguiu seu ataque ao general Figueiredo. “São contra a democracia os oposicionistas que confundem o combate ao governo, seus programas e suas ideias, com combate ao projeto de abertura, só porque a paternidade dele está no Planalto” (1980, nº 626). A verdade é que “da extrema-direita à extrema-esquerda, quase todos os dias, todos se proclamam em público formosos democratas. Só que, no fundo, é tudo mentira”, pois reina entre as forças oposicionistas, e em alguns setores do governo, “a mais perfeita má vontade com a abertura e a vida democrática” (1980, nº 626).

⁷¹ O general de exército Antônio Carlos de Andrada Serpa vinha desde 1978 à frente do Departamento Geral de Pessoal do Exército, fazendo pronunciamentos políticos considerados irruptivos, abordando temas político-econômicos diversos, questionando fortemente o caráter dos projetos governistas, tidos por ele como inviabilizador do desenvolvimento brasileiro. Dias antes de ser exonerado, fez um discurso elogiando a gestão comunista de Mao Tsé-Tung, cujo êxito estava na verdadeira melhoria do padrão de vida do povo chinês. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/serpa-antonio-carlos-de-andrada>. Acesso em: 9 maio 2020.

Em outubro de 1980, o presidente João Figueiredo foi ao Chile em visita. Segundo a revista, desde 1973 não se via um estrangeiro por ali, falando publicamente, “com televisão e tudo, em apoio aos regimes democráticos – e gritar ‘viva a democracia’ na presença física do general Augusto Pinochet”; no entanto, antes da viagem, a oposição montou “no Congresso a palhaçada de recusar-lhe licença para viajar a Santiago, sob o pretexto de que ali vigora uma ditadura” (1980, nº 632). Ao marcar posição contra esse grande feito de Figueiredo, algo que a “oposição brasileira nunca fez parecido”, os opositores do governo mostraram apenas a sua face demagógica (1980, nº 632).

É necessário reconhecer que esse longo trajeto de abertura democrática é “provavelmente o projeto político de maior sucesso já vivido por este país em sua História contemporânea”, cabendo enxergar que, “por onde o governo passou, abriu – e só ele abriu”, como no caso do restabelecimento “das eleições diretas para os governos dos Estados e para o terço dos ‘biônicos’ do Senado ao fim dos atuais mandatos”, disse *Veja* (1980, nº 600). Quando a oposição foge dessa verdade torna o fazer política cada vez mais difícil no Brasil. Desde 1965 não havia eleições diretas para governador e “a realização livre destas eleições, a posse dos eleitos em 1983, o cumprimento normal de seus mandatos de quatro anos, e sua sucessão também normal em 1987 podem dar ao Brasil, definitivamente, o mais vital dos elementos para garantir sua estabilidade política” (1980, nº 637).

É perceptível, enquanto fala *Veja*, uma espécie de ordenamento capaz de desvelar para a oposição uma noção de que os canais da democracia estão escancarados, enovelando os liames da ditadura, conduzidos com o devido rigor pelas mãos do general Figueiredo. Na revista, ao fato de se ter chegado a um grau de liberdade política, une-se um outro: a necessidade de se construir canais sólidos de entendimento entre oposição e situação, para que a liberdade alcançada não sirva para a ascensão de radicalidades e desordem, levando à emersão do Estado de Sítio e Emergência, pondo em risco todo o esforço pela democracia até aquele ponto. Nesse sentido, no início dos anos 1980, com a forte crise econômica espreitando à porta, *Veja* amplia suas preocupações com os elementos mais incontroláveis da oposição.

“Um governo que não foi derrotado por seus opositores [...] não está, como é o destino normal dos vencidos, no banco dos réus” (1981, nº 650). Dessa forma, uma parcela da oposição precisa entender que as violências sofridas no passado não têm de ser reparadas, precisam ser esquecidas. A “abertura política não é um teste para se determinar quem tem razão nem um acerto de todas as contas que os indivíduos possam ter com o Estado, e nem seu objetivo é a consecução de atos de justiça”, afinal, quando da anistia, os militares já cederam e, agora, não é concebível que os seus adversários não cedam (1981, nº 650). Esse nível de tensionamento só tende a levar para um maior fechamento do regime, e isso não resolve os problemas, “nem outros que o país venha a ter – na verdade, muitas das dificuldades de hoje se devem exatamente à ditadura. Utilizar a força só levará o país de volta ao lugar em que já esteve” (1981, nº 650). Então, que ninguém cogite a possibilidade de colocar no banco dos réus membros das forças de segurança, pois, se a Justiça é verdadeiramente intemporal, o que se está diante, nesse momento, é do retrocesso, quando se pressiona o governo.

Para *Veja*, a necessidade primeira, em favor da democracia, é vencer todos os que insistem em imputar prejuízos ao governo, impedindo o percurso da transição. Quando os chefes partidários, enfileirados em Brasília “para dar apoio ao presidente João Figueiredo”, manifestam “seu repúdio à luta armada que o terrorismo deflagrou contra a ordem vigente”, certamente contribuem “para aliviar a tensão no ambiente político do país e injetar mais uma dose de tonificante no processo de abertura democrática” (1981, nº 662). No entanto, quando membros do governo e da máquina estatal “atrapalham ou impedem o funcionamento normal das instituições”, trabalham contra a democracia (1980, nº 626).

É notável na *Veja* que esse terrorismo, submerso na máquina pública e inquilino das forças de segurança, pode não ser fruto da ação deliberada dos agentes subordinados ao regime, cujo general Figueiredo tem o controle. No caso do atentado à OAB, por exemplo, a oposição difundiu durante muito tempo “que estava em curso uma grande conspiração, provavelmente ancorada em peças da máquina do Estado, para suprimir da cena política, pela via do terrorismo, as oposições em geral e a esquerda em particular”, sendo que, na realidade, as investigações levaram à denúncia e prisão de um cidadão comum (1980, nº 638). O resultado posterior foi “uma geral irritação entre todos aqueles que querem acreditar na conspiração do governo” (1980, nº 638).

Ao preservar Figueiredo dessas responsabilidades, no instante em que irrompem as ações de terror de Estado, a revista pressupõe estar resguardando a transição. Em contrapartida, a oposição segue sendo o objeto preferido do discurso, imputando-lhe a pecha de adversária do calendário democrático.

“Qual o sentido, então, de se continuar insistindo em perguntar se vai ou não vai haver eleições [em 1982]? [A oposição] só consegue demonstrar, com isso, que confia menos no processo eleitoral que o governo” (1981, nº 672). Assim, prejudicam o país, fornecendo argumentos aos que não querem ver o Brasil no rumo da democratização. Por mais que as constantes mudanças de regras, impostas pelo governo, prejudiquem a organização eleitoral dos opositores, “tão ou mais importante que isso, porém, é participar efetivamente do jogo eleitoral” (1981, nº 672).

Em meio às constantes crises que estava envolto o general Figueiredo – sujeito duramente atacado por seus opositores desconfiados de sua “política conciliatória da ‘mão estendida’” –, adveio sobre ele um infarto, levando-o ao afastamento da presidência. Nessas horas, fica perceptível o “quanto o futuro de cada brasileiro depende exclusivamente de uma pessoa”, disse *Veja* (1981, nº 681). Se sua vida corre perigo, a democracia também corre, “não apenas pelos desdobramentos que sua autoridade assegura, como também pela ressurreição de velhos fantasmas que só ele consegue manter à distância” (1981, nº 681). Que o vice-presidente, o civil Aureliano Chaves, ocupe o lugar que lhe é determinado pela regra vigente, “no caso de se concluir pela necessidade de impedimento temporário do titular” (1981, nº 681).

Quando Aureliano Chaves ocupou temporariamente o cargo presidencial, *Veja* afirmou que esse “ritual da naturalidade” era mais um demonstrativo do compromisso de Figueiredo com a abertura, e por isso ele merecia “o direito de exigir o respeito ao óbvio por parte de seus adversários” (1981, nº 682). Por mais que entre os opositores houvesse setores trabalhando pelo regresso – “aquele regresso capaz de lançar o país em dificuldades políticas” –, “a treva da ditadura” vinha sendo combatida e sua derrota já estava sacramentada (1981, nº 682).

Após 54 dias, João Figueiredo retornou ao Palácio do Planalto para o exercício de suas funções. Em meio às muitas crises que elevaram a temperatura social no final de 1981, muitos opositores acreditavam que a abertura estava por um fio. Porém esse tipo de “conclusão é fruto de uma ideia viciada: a de que a abertura se deve processar dentro do espírito, dos rituais e das regras do falecido regime de força”, disse *Veja* (1981, nº 689). A normalidade política imperante no país demonstra que, entre derrotas e vitórias políticas, acordos e contentamentos com o possível a ser feito, “nem o governo está esfacelado, nem o país tornou-se impossível de governar. O que acabou foi a ditadura” (1981, nº 689). Entretanto, se “ao governo cabe a obrigação de fazer tudo, então que se chame o AI-5 de volta e que se proclame a ditadura” (1981, nº 683).

A revista acreditava que era inconcebível, no crescente da crise econômica e no avanço da abertura, que empresários e empregados tivessem no governo a sua única tábua de salvação. Não cabe, “no *front* das questões sociais”, que o governo sempre “fique incumbido do trabalho ingrato de desagradar à maioria” (1981, nº 687). “Se alguém é contra a lei salarial, ou qualquer outra, que vá ao Congresso e lute por sua ideia” (1981, nº 683). Da mesma maneira que a nação brasileira se acostumou num passado recente “a assistir ao espetáculo de empresas entrando e saindo do ‘hospital’ – o guichê do erário público, onde se ia buscar dinheiro quando as coisas não andavam bem”, hoje sabe-se que “num capitalismo eficaz, moderno e democrático não há lugar para o ‘hospital’” (1979, nº 565). Na mesma linha, “se empresas e operários [seguirem] considerando-se mutuamente como inimigos, não se conseguirá chegar a lugar algum” (1979, nº 552). Portanto, “o governo simplesmente não é obrigado a fazer o que uma classe quer”, mas, sim, deve agir do modo que crê melhor e como mandam as instituições (1981, nº 683). Numa verdadeira sociedade pautada pela democracia circula a livre expressão das vontades. Fora desse âmbito, o que resta “é uma democracia hipócrita, prima da ditadura esperta, na qual os grupos de interesses levam o governo a legislar para eles” (1981, nº 683).

À medida que se aproximavam as eleições de 1982, as disputas entre governo e oposição se tornavam mais acirradas. Buscando crescimento eleitoral – almejando, ademais, maior influência no processo de escolha do próximo presidente da República – os opositores passaram a radicalizar posturas políticas de forma pública, sugerindo “que tudo o que há de errado é culpa do governo” (1982, nº 732), pontuava *Veja*.

“O governo da República passou os últimos dias mostrando seus músculos e lançando advertências à oposição. Não sejam radicais, avisam os homens do governo” (1981, nº 693). Não estando de modo algum acuado, Figueiredo demonstra o quanto a oposição mente sistematicamente acerca da abertura, pois, “como levar a sério líderes oposicionistas que gritam contra a ‘ditadura’ e o ‘esmagamento das liberdades’ – pela televisão?” (1981, nº 693). Preocupa a presidência, justificadamente, essa “falta de opções, ideias alternativas e planos sérios por parte da oposição, que critica e fala sobre generalidades, mas é incapaz de apresentar de maneira clara, competente e lógica o que se deveria fazer, concretamente, para melhorar o país” (1982, nº 727). Para piorar, “o que hoje é oposição, em março haverá de ser governo em diversos Estados” e, se no período da ditadura, “cada governador era um produto da responsabilidade do Planalto, agora eles pertencerão à responsabilidade dos eleitores” (1982, nº 732). Não sendo o eleitor brasileiro “presa fácil de demagogos”, “seria conveniente que ninguém se apresentasse como dono da verdade” (1982, nº 732).

Nesse sentido, a revista se preocupava com a teoria do voto útil, bem como a “tese discutível do voto puramente oposicionista”, que prosperava no Rio de Janeiro, levando ao crescimento de Leonel Brizola (1982, nº 735). “Essas duas teorias nascem de uma mesma vertente politicamente poluída, a suposição segundo a qual o voto de 15 de novembro deve ser usado como parte de uma imensa manifestação plebiscitária”, porém, na prática, essa “emoção política, que pode ser fugaz, tem a duração de um mandato de quatro anos” (1982, nº 735).

Após as eleições de 1982, *Veja* sinalizou que a principal vitória deveria ser creditada aos brasileiros, pois desde o fim do AI-5 não se tinha um avanço tão importante quanto esse; ao mesmo tempo, ficava claro que, politicamente, o grande vitorioso era o partido do governo, principalmente em tempos de crise econômica – embora tenhamos, a partir do ano seguinte, “um poderoso bloco de Estados” governado “por forças que há quase duas décadas estavam fora do poder” (1982, nº 742).

Ainda que a tormenta econômica que envolvia o Brasil não fosse embora quando novos governadores assumissem suas cadeiras, é verdade que ao menos as responsabilidades pela gestão do país passariam a ser compartilhadas, elevando o direito à crítica do poder

central, dizia *Veja* (1983, nº 758). Assentados na cadeira do executivo estadual, os governadores enxergaram, com menos de um mês de exercício, “a existência de problemas e dificuldades em tudo semelhantes aos que sempre existiram – e para cuja solução a retórica tradicional dos oposicionistas” nunca adiantou (1983, nº 761).

O crescente distúrbio econômico nacional, fruto de uma “crise estrutural da economia do mundo”, e não produto de “circunstâncias passageiras ou específicas nem de decisões internas de gerência que possam ser corrigidas com essa ou aquela reforma”, ameaçava elevar a temperatura social ainda mais (1983, nº 755). *Veja* defendia, nessa conjuntura, a necessidade de o governo seguir “separando a crise atual [...] do projeto político de manter o arcabouço fundamental das liberdades públicas e individuais” (1983, nº 757). Nesse sentido, era necessário que a oposição se dispusesse a discussões políticas que gerassem “debate e propostas”, não “um caldo de vírus que leve ao confronto”, ou o governo estabelecesse uma trégua entre as diversas forças em disputa (1983, nº 757). Talvez a oposição enxergue, agora que ela governa estados importantes, que a crítica por meio das palavras não resolve problemas concretos e toda essa crise econômica e social “pode ter a vantagem de dar mais sobriedade ao exercício da política brasileira” (1983, nº 761).

Se de alguma forma a atitude conciliatória de Figueiredo, segundo a revista, tinha a capacidade de pôr o Brasil no rumo certo, a nação possuía “uma oposição política incapaz de apresentar qualquer alternativa coerente, entregue largamente à demagogia e limitada, no mais das vezes, a apenas insultar o governo” (1983, nº 768). Por exemplo, “o governador Leonel Brizola disparou um amontoado de mentiras e insultos contra VEJA” quando se viu diante da crescente violência, saques e desordem que afetaram o Rio de Janeiro (1983, nº 785). Os governadores da oposição ensejaram que jornalistas “mentem ou distorcem a realidade” (1983, nº 767). “Até o dia de sua posse, o governador Montoro e todos os integrantes do PMDB se deleitavam cotidianamente com a leitura dos jornais e jamais se soube de qualquer restrição que tenham feito ao tiroteio dirigido contra seus antecessores no posto” (1983, nº 767).

São nesses momentos de acentuada crise política e econômica – e isso ficou bem nítido em 1983, quando, inclusive, Figueiredo precisou se afastar pela segunda vez para tratamento médico – que *Veja* deixa entrever a sua preocupação com os retrocessos da

abertura, soando contraditório o seu discurso com o de ocasiões anteriores, quando o país estava, aparentemente, diante de uma firme jornada rumo à consolidação democrática. Os restos da ditadura pareciam incomodá-la novamente e a revista passou a encetar cada vez mais o entendimento mútuo entre as forças políticas, num “esforço para evitar o aquecimento de tensões” e para que “a ausência do presidente se processe sem traumas” (1983, nº 774). Dessa forma, *Veja* reforçou novamente a posição de autoridade do vice-presidente Aureliano Chaves – para que, “num momento de crise exacerbada como o atual”, ele tivesse tranquilidade e segurança, prosseguindo com “a missão constitucional que lhe cabe cumprir” (1983, nº 774) – e buscou orientá-lo a “uma costura paciente e lúcida entre [as] diversas forças políticas, a fim de superar este momento dramático e quase totalmente obstruído pela crise econômica e pelo esgotamento do modelo político” (1983, nº 775).

Ademais, as crises prosseguiram e se tornaram institucionais quando setores das Forças Armadas e parte do PDS passaram a jogar contra a abertura, em razão dos termos políticos que se colocavam para a escolha do próximo presidente da República e das vozes que ensaiavam um pedido de eleições diretas. Em meio ao sofrido processo de desarticulação política pelo qual o país passava, visto frequentemente no Congresso Nacional, cabia à Figueiredo retomar a sua liderança nos processos de negociação, propunha *Veja* (1983, nº 790).

A abertura política começa a ter inimigos ativos, radicais que jogam na crise e que se acham mais à direita que à esquerda. Para que essa abertura passe por cima dos candidatos a conspiradores, de pouco adianta caçar bruxas. O essencial é que a base política resultante de muitos acordos dê à abertura tamanho amparo que o golpismo se torne [...] uma excentricidade [...]. O acordo político de que o país precisa [...] é sobretudo o de um compromisso pela estabilidade. Uma estabilidade que garanta segurança ao governo e que dê à oposição a possibilidade de subir a rampa do Planalto não só para conversar [...] (1983, nº 789).

Veja preparava, a partir de então, um trunfo definitivo para a transição, cuja carta passava pelas mãos do personagem Tancredo Neves, não sem antes ser distribuída por João Figueiredo⁷². Por mais que tenha saído em defesa das eleições diretas para presidente, em

⁷² Na *Veja*, a fusão do PP com o PMDB consumada em 1982 foi apresentada como resultado de um desentendimento político generalizado (1982, nº 703), com graves acusações entre governistas e opositores, que se estendia desde o Colégio Eleitoral de 1978 (1980, nº 598). Objetivamente, o governo sentiu que aquele acordo poderia garantir maior força ao PMDB nas eleições de 1982. E foi o que aconteceu. Tancredo Neves (ex-PP), adversário regional do vice-presidente Aureliano Chaves (PDS) em Minas Gerais, tornou-

contraposição ao Colégio Eleitoral defendido pelo governo, antes disso *Veja* pontuou que “o presidente João Figueiredo [...] informou a todos que é favorável à eleição direta para a escolha de seu sucessor, e que o único obstáculo real para isso é o fato de o PDS, o seu partido, ser contrário à ideia” (1983, nº 794). Tal fala do general parece ter sido a senha para o que viria *a posteriori* na revista, orientando um discurso no ritmo da campanha pelas “Diretas Já”, enquanto desejo majoritário da nação e, naquele instante aparente, também, de João Figueiredo. “Por mais esforço que se faça, não se consegue encontrar um único argumento que preste para justificar o atual sistema de escolha indireta” (1983, nº 794). Porém, mais que eleger pela via direta o próximo presidente, cabe ao país, muito mais que ao governo, “retomar o controle da economia” (1984, nº 800).

Por mais que João Figueiredo tenha reforçado a opção constitucional em favor das eleições indiretas no discurso público analisado, o fato de o seu PDS estar rachado, numa ocasião ímpar da história brasileira, o levou a reboque, e como rebocador, das circunstâncias políticas. Coube ao general o papel de coveiro: da emenda Dante de Oliveira e das chances de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral – no primeiro caso, esvaziando a votação; e, no segundo, permitindo ascender uma infidelidade partidária entre pedesistas.

Para *Veja*, afastar o confronto político e criar canais de diálogo no momento em que a crise econômica se somava à política era viabilizar a chegada de um regime sob termos diferentes daqueles vistos às vésperas de 1964. “Como os marajás do desenvolvimentismo resolveram apostar na saída populista, a crise, em 1964, levou com eles as instituições políticas e conduziu a nação à ditadura de 1968” (1982, nº 733).

Na revista, Tancredo Neves surgiu como o civil capaz de levar adiante o ciclo de redemocratização pela via do acordo sem atropelos à João Figueiredo, pela aproximação dos segmentos governistas menos radicalizados com os setores moderados peemedebistas. A consolidação da Frente Liberal, formada por dissidentes do PDS que viriam a compor a chapa oposicionista, tendo José Sarney como seu candidato à vice-

se um encaixo. Porém, após vencer a eleição direta para governador, Tancredo passou a cuidar da área militar, segundo Napolitano (2014). Ele também era visto por esse segmento como um moderado, entretanto setores da caserna mais à direita receavam que o sucessor de Figueiredo fosse, especificamente, um civil da oposição. Por essa razão, desde o final de 1982, Tancredo e o general Walter Pires passaram a manter encontros corriqueiros, mas discretos.

presidente, conteria “as sementes para a formação de um movimento político de centro, liberal e equidistante dos extremos”, atraindo os críticos razoáveis do governo, afastando “as alternativas pregadas pelos adversários radicais”, “prestando um serviço ao país” (1984, nº 828). O acordo selado entre esses grupos “vem renovar as esperanças de que, a bordo da candidatura de Tancredo Neves, o Brasil consiga a invejável proeza de fazer uma transição pacífica”, na medida em que o “governador mineiro emerge como a grande alternativa da moderação, da tolerância e do realismo” (1984, nº 831). Ao final de 1984, às vésperas da vitória de Tancredo no difamado Colégio Eleitoral, *Veja* comemora o fato de o ano terminar “no bojo da mais pacífica transição já experimentada pelo Brasil, sem traumas e por intermédio dos instrumentos legais do próprio regime”, podendo o brasileiro, assim, voltar a ter esperança (1984, nº 851).

3.2.2 Liberdade de imprensa e a garantia dos negócios

Na medida em que se construía o itinerário para a democracia, era preciso derrubar cada uma das ferramentas de legalidade que legitimavam o arbítrio, o que era visto na *Veja* como benéfico. Entretanto a gradualidade da transição passava estritamente pelo controle dos insubordinados nos aparelhos de segurança.

“Ainda não estamos num paraíso democrático. Mas o mundo civilizado das regras duradouras está ao alcance da competência de quem representa a nação”, disse a revista na aproximação do fim do AI-5 (1978, nº 536). Segundo *Veja*, foi a censura, imposta pelos militares durante muitos anos, que impediu a sociedade de ter conhecimento sobre acontecimentos diversos, como se ocultar fatos fosse imprescindível para a segurança nacional. “As importantes operações do Exército contra um núcleo de extremistas que pretendiam implantar guerrilhas na região do baixo Araguaia, no sul do Pará”, foram veladas à imprensa até pouco tempo, no entanto, “com a queda da Censura, já se pode falar do assunto – mas tratá-lo de maneira correta [...] é tarefa extremamente penosa. Registros foram destruídos. As informações continuam fechadas sob o carimbo de ‘secreto’” (1978, nº 522).

Mas agora o Brasil começava a experimentar o fim do arbítrio e um avanço das liberdades, conforme noticiava a revista. O caso do juiz federal Márcio José de Moraes proferindo uma histórica sentença responsabilizando a União pela morte de Herzog é um

demonstrativo disso. “VEJA alterou sua capa na sexta-feira, trazendo para ela o caso Herzog – que não pôde noticiar três anos atrás e que, agora, assinala uma funda mudança na vida política do país” (1978, nº 530). A nova postura adotada por quadros militares, especialmente do general Figueiredo, em defesa dos direitos humanos, também foi uma atitude destacada nessa direção. “O governo federal exigiu das chefias policiais do Rio de Janeiro explicações convincentes sobre a morte, numa delegacia de bairro, de um anônimo servente – e anunciou seu propósito de coibir abusos e violências” (1979, nº 566). “Nenhuma razão de segurança ou de Estado pode justificar a degradação dos direitos humanos”, defendia o semanário (1978, nº 523).

Conforme *Veja*, na virada da década a censura cultural já havia desaparecido, e entre os exemplos que evidenciavam a abertura experimentada pelo país estava o fato de que nenhum dos ministros queria assumir o setor responsável pela “censura prévia a filmes, livros, músicas e publicações jornalísticas” (1979, nº 547). Mesmo havendo o consenso de que a existência de um setor composto por profissionais responsáveis pela manutenção dos padrões culturais do país – em defesa de “um conjunto básico de preceitos morais e algumas doses de bom senso” – era necessário, não existiam demonstrações tão concretas da abertura política “quanto essa decadência da censura – embora o fato seja raramente mencionado em nossos vibrantes torneios de oratória pelas liberdades democráticas” (1979, nº 547). “Em termos bem simples, a verdade é que ninguém está impedindo ninguém de fazer nada, e isso é um tônico extremamente útil para a vida cultural do país. Não adianta mais ficar jogando pedra no ‘regime que está aí’” (1980, nº 591).

Porém, no segundo semestre de 1979, *Veja* pontuou que “um bicho do qual já há algum tempo não se ouvia falar”, chamado “ordem de Brasília”, estava de volta. Ela não o nomeia enquanto censura, resguardando o governo Figueiredo. Mas censura foi o que de fato aconteceu com a *Gazeta Mercantil* quando agentes policiais confiscaram seus exemplares já impressos, tentando impedir sua circulação, alegando violação da Lei de Segurança Nacional (LSN). O noticiário do jornal conteria segredos de Estado, afirmaram as forças de segurança na ocasião. Na contramão, a revista fez uma defesa corporativa justificando que “o segredo de Estado cuja divulgação se queria proibir não era segredo”, tendo “sido publicado em abril por um outro órgão de imprensa sem que contra ele fossem alegados quaisquer artigos da LSN” (1979, nº 573).

Apesar desse episódio, Geisel seguiu definitivamente como o responsável pelo ocaso da censura. Por mais que a oposição tentasse argumentar com certo descrédito o momento pelo qual o país passava desde 1964, para *Veja*, era sabido que o término da censura em 1978 havia beneficiado toda a imprensa, e não apenas os grandes veículos de comunicação. “Todos sabem, também, que não se tratou de um mero ‘abrandamento’ da censura, mas, sim, de sua completa extinção: a imprensa brasileira, hoje, só não publica o que não quer publicar, sem que o governo tenha coisa alguma a ver com isso” (1979, nº 548).

De fato, até 1983 aconteceram casos de questionamento ao trabalho jornalístico da *Veja*, o que contradiz essa narrativa em torno do completo fim da censura – ou ao menos a problematiza. Em 1979, por exemplo, o ministro do Exército, Walter Pires, acusou a imprensa brasileira de estar infiltrada de comunistas – o que seria inaceitável para o transcurso da transição. Ao que a revista respondeu: “são comunistas, trotsquistas, socialistas [...]. Como há, também na imprensa ou em qualquer lugar, direitistas, centristas, ateus, espíritas”. O importante é que sejam competentes no que fazem (1979, nº 574).

Em um outro episódio, no final de 1982, dois repórteres de *Veja* tiveram o acesso restringido ao Ministério do Exército. Um deles foi literalmente descredenciado, e ao fotógrafo foi solicitado que “não mais cubra as atividades da área” (1982, nº 744). O imbróglio envolveu uma imagem junto a um artigo da edição nº 743, “relatando conversa entre os três ministros militares, na residência do titular da Marinha, na qual foram discutidas as eleições de 15 de novembro e suas repercussões na sucessão presidencial” (1982, nº 744).

Por último, dois repórteres da revista foram verificar o que os ministros jogavam nas suas lixeiras – para construir uma “reportagem sobre a questão do lixo nas grandes cidades brasileiras” – e os serviços de segurança de Brasília os detiveram, soltando-os apenas após constatarem que os jornalistas “não estavam ameaçando a segurança da República” (1983, nº 764). O chamado “clima de vaga paranoia que cerca determinados círculos de Brasília”, constatado por *Veja*, é, na verdade, o fundamento do arbítrio que seguia fazendo ronda, intentando contra as liberdades que a revista dizia ter sido recuperada.

Apesar disso, elogios às mudanças que se seguiram após Geisel puderam ser vistos também com o último dos generais. Desde 1964 um chefe de Estado não concedia uma “entrevista exclusiva formal”, e “Figueiredo como presidente da República” quebrou essa série. “É uma boa coisa que o presidente da República fale à imprensa – ponto” (1979, nº 569), e de um modo geral a gestão Figueiredo “tem demonstrado, com atos concretos, que não trata a informação como segredo de Estado e que não considera os jornalistas inimigos”, afirmou *Veja* (1979, nº 571).

Contrariamente a isso, em certas ocasiões, o governo insistia em omitir informações ao povo brasileiro sobre o real estado da economia, iludindo a opinião pública, fazendo a imprensa passar por falsária. Numa dessas ocasiões, em 1982, o Brasil havia recorrido ao FMI para sanar suas crises. “É contristador, assim, verificar que o público foi persistentemente desinformado ao longo das últimas semanas e meses por uma maciça sucessão de desmentidos, por parte das autoridades da área econômica sobre a ida do Brasil ao FMI” (1982, nº 743). Noutra, em 1980, após o governo federal perder milhões de cruzeiros “numa interessantíssima operação de queima de ações”, o ministro da Fazenda foi perguntado sobre os motivos que levaram a tal atitude, ao que respondeu: “não é para entender”, manifestando um “solene desprezo por toda cobrança a respeito dos atos governamentais” (1980, nº 602). Avesso a críticas e tratando assuntos importantes desse modo, o governo lançava sobre si “uma mancha escura”, dizia *Veja* (1980, nº 602).

Por mais que a abertura fosse um acontecimento indiscutível, na opinião da revista, a censura e a restrição ao trabalho da imprensa seguiram ocorrendo, causando desconfortos. Mesmo demonstrando apoio aos delineamentos políticos dos personagens Geisel e Figueiredo, por vezes havia insatisfação quanto ao tratamento dado à mídia, em especial por setores das Forças Armadas. “As acusações, feitas na representação do Ministério do Exército, de que a reportagem de VEJA faz parte de ‘uma campanha de descrédito’ das Forças Armadas não têm o mais remoto fundamento” (1979, nº 549). Se o general Fernando Belfort Bethlem diz que a reportagem da *Veja* sobre os métodos de tortura e repressão, utilizados pelos aparelhos de segurança até bem pouco tempo, tem “propósitos escusos”, ele deveria explicar quais propósitos são esses (1979, nº 549).

Veja considerou inaceitável a condenação a oito meses de prisão, imposta pelo Superior Tribunal Militar, do jornalista Lourenço Diaferia, da Folha de São Paulo, com base na Lei de Segurança Nacional. “A decisão do STM desalenta e aflige a imprensa deste país e todos os que nela trabalham”, porque é impossível pensar em democracia sob esses termos e “nada mais lamentável, portanto, que constatar a sobrevivência de uma mentalidade que prescreve o porrete para tudo aquilo que causa desagrado” (1979, nº 555). Também reforçou que o relatório do Centro de Informações do Exército (CIE) sobre a imprensa de esquerda, “atulado de sugestões sobre como cerceá-la, puni-la e, se possível, extingui-la de vez”, era uma clara demonstração do atraso predominante entre os segmentos militares. Nesse instante, a revista deixou entrever, ademais, a sua própria opinião discriminatória sobre as mídias de esquerda, salientando que “o fato de discordar dessa imprensa, de seu radicalismo sensacionalista, de seus rancores, de suas tolices ou de sua deplorável qualidade, jamais poderia justificar os conselhos de destruição” (1979, nº 555).

Um ponto sutil a ser compreendido nesses casos anteriores é a separação de João Figueiredo dos agrupamentos fardados mais hostis à democracia. A antiga máquina de censura e repressão aparentava trabalhar autonomamente, sem rumo e sem hierarquia militar, produzindo violações de direitos humanos, terror e vigilantismo sobre os veículos de comunicação a esmo. Talvez por isso a revista se comportasse numa espécie de orientação ao governo sobre quais atitudes deveriam ser tomadas ante o crescente automatismo das forças de segurança. Pegue o caso dos uruguaios residentes no Brasil, que desapareceram em Porto Alegre, aparecendo “alguns dias depois, num cárcere em Montevideu, Uruguai”, como exemplo (1978, nº 537). De acordo com *Veja*, houve um crime de sequestro cujos autores violaram a soberania nacional. Se esses uruguaios “estavam desenvolvendo alguma atividade ilegal no Brasil, deveriam responder por seus atos perante as autoridades brasileiras; se são culpados de crimes cometidos no Uruguai, para lá deveriam ser extraditados na forma da lei” (1978, nº 537).

Diante desses episódios que extrapolavam a legalidade, “o próprio governo deveria ser o primeiro a se sentir cansado”. Pois, afinal, quando trata com complacência “episódios dessa natureza, só consegue chamar para si as suspeitas – mesmo que não tenha tido culpa alguma, ou que a culpa pertença a funcionários que agem por conta própria” (1978, nº 537). Na sequência dessa história, cujo “trabalho das autoridades não mostrou um único

resultado que prestasse”, “VEJA revelou a identidade de um dos sequestradores: o policial Orandir Portassi Lucas [...] servindo ao Dops gaúcho” (1979, nº 539) – outro participante revelado na revista foi o inspetor João Augusto da Rosa, também do Dops gaúcho (1979, nº 582). Todavia foi o seu jornalista Luis Claudio Cunha quem passou a ser objeto de investigação dos órgãos responsáveis: “houve canhestros ensaios destinados a comprovar ligações perigosas entre os jornalistas de VEJA e subversivos uruguaiois homiziados em Porto Alegre” (1979, nº 558). Por meses, os editoriais seguiram em defesa da liberdade de imprensa e pela elucidação do caso, porém “mais uma vez o aparelho policial mostrou-se capaz de tentar conduzir uma investigação concluindo por sua própria inocência. A depender da polícia, será sempre assim, ou quase sempre assim” (1979, nº 566).

A justa elucidação desse caso levaria os setores incrustados nos aparelhos repressivos a se subordinarem ao novo regramento em vigor de um país que transitava para a democracia, acreditava *Veja*. Não punir os verdadeiros culpados era dar, “virtualmente, uma licença para fazer de novo o que fizeram, tantas vezes quantas quiserem” (1979, nº 544). O caso do sequestro “dos uruguaiois Lilian Celiberti e Universindo Díaz [...] ficará inscrito na crônica das violações criminosas dos direitos humanos como o exemplo perfeito e acabado da cumplicidade estabelecida entre o Estado e seus tentáculos ilegais da repressão política”, porque, “infelizmente, serão julgados apenas policiais quando, na realidade, mais grave que a participação de policiais no delito é a deliberada ação oficial no sentido de encobrir a verdade” (1980, nº 615). Para o semanário, “são contra a democracia as autoridades que, de uma forma ou de outra, acobertam os atos terroristas ou não se interessam efetivamente por sua punição” (1980, nº 626).

Não obstante, a ascensão do terrorismo militar, de extrema-direita, seguia seu curso e passou a colocar em dúvida a abertura, de acordo com *Veja*, devido à impunidade dos autores e em razão da inépcia policial em apurar qualquer assunto que comprometesse as forças de segurança. O atentado à sede da OAB por meio de uma carta-bomba, em 1980, causando a morte da secretária Lyda Monteiro da Silva pela ação de agentes do CIE, impactou a revista. A abertura, considerada um assunto definitivo e sem qualquer possibilidade de retrocesso, ficava, mais uma vez, comprometida na revista. “Entra o país, assim, no velho e conhecido túnel do terrorismo pleno, com sangue e mortes – um túnel

que jamais percorreu sem que, ao final, a democracia não ficasse esmagada” (1980, nº 626).

No ano seguinte, mais dois atentados ocorreram. No primeiro, o deputado federal Marcelo Cerqueira (PMDB) teve sua residência atacada por uma bomba, no que *Veja* disse, de modo irônico: “é uma pena que o dispendioso sistema de segurança do governo, tão eficiente na destruição do terrorismo de 1968 a 1972, tenha entrado num processo de paralisia diante do renascimento desse mal” (1981, nº 657). O segundo crime da extrema-direita, que mereceu capa, foi o atentado no Riocentro. “As bombas do 1º de Maio no Rio de Janeiro trazem de volta ao país a questão não resolvida do terrorismo” (1981, nº 661). Segundo *Veja*, o perfeito esclarecimento do caso é indispensável, pois, “pelas próprias circunstâncias do incidente, envolvendo membros do Exército, a falta de uma definição cabal a respeito do que aconteceu deixará a certeza, e não mais apenas a suspeita, de que os terroristas continuarão agindo – e com violência cada vez maior” (1981, nº 661).

Era hora de o Palácio do Planalto enxergar o quanto “essa gigantesca máquina” começava a piorar (1981, nº 657). E piorou quando em 1983 João Figueiredo foi grampeado por meio de uma ação que buscava desgastá-lo ainda mais com a opinião pública. “A quem interessa debilitar o governo Figueiredo?”, perguntou *Veja*. Se não interessava aos partidos de oposição, que agora governavam os estados, nem tampouco à imprensa, que ampliou sua liberdade desde Geisel, “o transmissor colocado no Planalto provavelmente destinava-se a roer o governo no que ele tem de melhor, tirando proveito de uma situação de ambiguidade na qual coexistem uma política de redemocratização e um conjunto de hábitos policiais” (1983, nº 759).

Na medida em que se aproximava o Colégio Eleitoral em 1985, com a esperada vitória de Tancredo Neves após a debandada de alguns setores do PDS, os ministros militares da Aeronáutica e do Exército se lançaram a uma última arbitrariedade antes das eleições, ao que *Veja* afirmou serem “inadequados por transmitirem ao público a noção de que as Forças Armadas têm um candidato à Presidência” (1984, nº 836). Discursos como o do brigadeiro Délio Jardim de Mattos configuram “um ato de interferência na vida política, mais do que uma simples manifestação de ponto de vista”; chamando de “‘traidores’ os que se recusam a alinhar-se com o candidato oficial, Paulo Maluf”, esses militares

contribuem para um ambiente nocivo no Brasil, justamente agora que a sociedade precisa “de tranquilidade política”, completou *Veja* (1984, nº 836).

Até o final de 1984 persistia um certo pavor político da revista em torno dos setores governistas e do quartel, sempre dispostos a não aceitar o resultado eleitoral se se confirmasse a vitória de um candidato oposicionista (1984, nº 824), apesar de Tancredo vir mantendo encontros sigilosos com o ministro do Exército, Walter Pires, em busca de entendimento pleno com os militares (1984, nº 848)⁷³.

Por consequência, *Veja* reiterou cada vez mais o entendimento político entre os moderados e o afastamento dos extremos. “Tancredo Neves mostrou que sua candidatura não tem relações familiares com o radicalismo nem com o espírito de vingança [e] colocá-lo sob a suspeita do revanchismo é, no mínimo, mistificação” (1984, nº 846). Ademais, o seu projeto econômico visa “dois objetivos altamente animadores: a redução dos gastos públicos e uma pausa na furiosa sangria fiscal que o Estado tem aplicado ao país nos últimos anos” (1984, nº 850), no que *Veja* entendia como essencial para a sua perspectiva de desenvolvimento econômico.

3.2.3 Manutenção da ordem social em prol do liberalismo econômico

E ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução, e a manutenção da liberdade e da iniciativa individual como pedra angular do funcionamento da sociedade.
Victor Civita

Além de controlar a oposição partidária – ordenando o rito democrático –, refazer a legalidade do regime e dirimir os impasses da transição com os segmentos mais extremados da caserna, João Figueiredo necessitava levar adiante o projeto de manutenção da ordem social – em meio ao caos econômico que emoldurava a primeira metade dos anos 1980 e as greves que retornaram ao cenário brasileiro de então. A

⁷³ Nessa mesma edição, a manchete secundária da capa falava sobre “Os encontros secretos de Tancredo com Pires”. Na reportagem, apesar de a reunião ter sido negada pelo presidente, *Veja* (1984, nº 848, p. 21) traz detalhes sobre o conteúdo da conversa: “Tancredo reiterou a Pires [...] que não haverá nenhum tipo de revanchismo em seu governo e que não permitirá hostilidades ao presidente Figueiredo ou a seus familiares. O candidato disse ao general, enfim, que não há motivos para temer-se uma eventual esquerdização do regime depois de sua posse. Segundo Tancredo, seu compromisso com a esquerda se resume na garantia de que não haverá violências nem repressão contra seus militantes”.

chegada definitiva da democracia pressupunha que os ânimos se mantivessem pacificados no governo, na oposição e na sociedade civil.

Se em novembro de 1978 o país estava “em ordem”, sem “vestígio de distúrbio”, e ninguém estava “atirando pedra”, o que era bom para o governo prosseguir com a política de abertura (1978, nº 532), a memória do cenário pré-1964 e o receio de seu retorno levaram *Veja* a construir uma narrativa no contexto da transição que evocava a repulsa por qualquer solução tida por extremada, tanto para o retorno abrupto da democracia quanto para a transformação da institucionalidade brasileira. “Se a radicalização e a irresponsabilidade ganharem corpo, um clima de tensão começará a se desenvolver. Os resultados disso, historicamente, têm sido os piores possíveis” (1978, nº 522).

Nesse sentido, era preciso reforçar que a abertura em curso – apesar de permitir a livre circulação de expressões, afinal uma ideologia não se pode proibir, pois “uma ideia é algo que se defende ou se combate dentro das regras do jogo democrático” (1978, nº 534) – não era um convite a discursos alternativos aos já postos, tampouco um mapa para que o país trilhasse outros rumos. “No momento em que, no Brasil, vai ganhando rapidez e intensidade o debate político”, é preciso “desfazer o embuste segundo o qual os regimes marxistas são uma forma superior de organização social” (1979, nº 548).

Para reforçar esse discurso, *Veja* utiliza o chamado “drama polonês”⁷⁴, cujo resultado do socialismo teria sido o mesmo de tantos outros lugares: repressão política e ausência de liberdades. O que aparenta ser o Brasil dos militares – mas aqui ainda seria possível “trabalhar pública e livremente” pela “continuação e aperfeiçoamento” do regime, apesar dos frequentes “tombos, recuos e contradições” – é, para a revista, o socialismo da vida real (1981, nº 694). Por mais que “a esquerda brasileira, hipocritamente”, alegue “que este ‘não é o verdadeiro socialismo’”, “se opor ao comunismo é opor-se a desfechos como o que está ocorrendo na Polônia” (1981, nº 694).

⁷⁴ O chamado “drama polonês” se refere ao movimento liderado pelo sindicato Solidariedade no segundo semestre de 1981 nessa região sob influência da União Soviética. O objetivo daqueles operários, tendo Lech Walesa como expoente, consistia em reformar os processos produtivos da Polônia e, por consequência, restaurar a combatida economia do país. Em meio aos levantes, se seguiram discussões cuja perspectiva era o alcance de maior liberdade individual e organização política, o que acabou levando a uma ação repressiva do general Jaruzelski, mantendo a liderança dos soviéticos sobre o território e a insatisfação latente entre a sociedade polonesa (TRAGTENBERG, 2009, p. 338).

VEJA, por exemplo, não acredita que as soluções para os problemas do país estejam nos diversos caminhos apontados pelas forças de esquerda; também não concorda nem com a retórica, nem com a atuação de tais forças e, finalmente, não acha que se terá uma sociedade melhor seguindo o receituário que elas prescrevem (1978, nº 534).

A temática da greve ocupou a revista em diversas ocasiões. Em 1978, a preocupação era se a nação conseguiria “conviver pacificamente com greves que começam a se multiplicar num ritmo mais veloz e sobre terrenos mais sensíveis” (1978, nº 522). Defendendo que “a greve deve ser o último recurso, não o primeiro instrumento de pressão”, *Veja* defendia que era preciso se opor “a toda e qualquer iniciativa que leve à exacerbação ou à radicalização da questão trabalhista” (1978, nº 523). Qualquer paralisação do trabalho, bem como excessivas reivindicações levam a muitos prejuízos e “o país dificilmente suportará reivindicações irreais – ou que os sindicatos queiram resolver todas as suas questões com medidas de força como são as greves” (1979, nº 522). Por essas razões, *Veja* também se opunha “à fundação de centrais sindicais tipo CGT”, pois elas se concentrariam apenas “na ação político-ideológica” (1978, nº 523).

Por mais descabida que possa ser, num contexto de abertura à democracia toda reivindicação deve ser encarada como legítima, e não vista como um problema de ordem pública ou segurança de Estado, dizia *Veja*. Todavia abertura não significava apenas ato reivindicatório, tampouco desordem; era essencial que surgissem estruturas no país capazes de depurar “a onda reivindicatória de seus componentes anárquicos, desordenados”, que, por mais belos e democráticos que pudessem parecer, não demonstravam seriedade e provocavam o caos (1979, nº 556).

Seguindo essa tendência de ordenamento do movimento grevista, *Veja* passa a dar voz constante a um discurso oficial que diz ser necessário paralisar a greve, pois não adianta “fazer de conta que tudo o que está acontecendo é normal, ou repetir que democracia é assim mesmo. Não, o que está acontecendo não é normal”, muito menos democracia é quando uma categoria profissional busca “impor sua vontade pela força” (1979, nº 557). No entanto, antes do emprego da força o governo deve buscar o diálogo, “se quiser ser levado a sério em seu projeto de abertura” (1979, nº 557).

Se o fio condutor da narrativa da revista se constrói sob o adjetivo “conciliador”, por outro lado as palavras acerca dos grevistas enunciavam o confronto. E em maio de 1979

o periódico dava como certo o controle do governo sobre o movimento grevista, bem como sobre a inflação, podendo se preocupar em seguir com o procedimento padrão da abertura (1979, nº 559). Até o retorno da UNE foi lembrado como parte da prevalência democrática naquela conjuntura: “É mais um tabu que cai? Nesta semana abre-se em Salvador [...] um congresso da proscrita União Nacional dos Estudantes – até algum tempo atrás um nome tão pecaminoso [...] quanto os também proscritos CGT ou Comunista Brasileiro” (1979, nº 560).

Entretanto, em agosto, uma paralisação dos trabalhadores da construção civil em Minas Gerais fez a revista elevar o tom novamente: “os primeiros momentos da greve [...] foram uma demonstração cristalina do que existe de pior em matéria de baderna, truculência e desrespeito à lei” (1979, nº 570). Em meio às dificuldades do país, em que “não há nenhuma possibilidade de que elas desapareçam num passe de mágica do governo”, alguns seguem multiplicando a confusão, pensando elevar sua capacidade de pressão, mas, na verdade, esses grupos trabalham “claramente contra o país”, devendo ser tratados “com todo o rigor que a lei permite”, pontuara *Veja* (1979, nº 570).

No mês seguinte, em São Paulo, outra greve, agora dos bancários, decretada de véspera por cerca de 5 % deles, levou o centro da cidade a passar por uma grande desordem, colocando mais uma vez em risco o trilho da democracia, disse o semanário. “Seria apressado, e profundamente injusto, dizer que a baderna é fruto inevitável da abertura política, ou que a nação está diante de uma escolha entre duas. Mas igualmente nocivo, além de perigoso, é o atual vislumbamento com as greves” (1979, nº 576). Em havendo greves que claramente não prestam, diz *Veja*, “deixar que esta verdade seja dita só pelo governo em nada ajuda a democracia” (1979, nº 576), porque, se existem segmentos contra o advento democrático, um deles é o dos trabalhadores “que entram nos conflitos trabalhistas com o objetivo primordial de obter a derrota completa da outra parte” (1980, nº 626).

Erram também “a oposição, a esquerda em geral e os retóricos da democracia” por acreditarem na “lenda de que todas as greves são boas, necessárias e importantes” (1979, nº 578). Aos que apostam na intolerância, é importante frisar que ela “é semente que jamais deu qualquer fruto que prestasse”, e, no momento em que a oposição de esquerda recupera seu direito de fala pública e de organização política, em vez de apostar no

diálogo, busca trabalhar contra a conciliação, pois “só admitem o jogo se o adversário deixar o campo”, completava *Veja* (1979, nº 580).

Fato é que no mês de setembro de 1979, a inflação na casa dos 8 % – “número que não encontra rival a não ser em princípios de 1964, quando o país estava numa balbúrdia econômica excepcional” (1979, nº 579) –, colocou a revista numa crescente ofensiva à política de Figueiredo para a economia, já que os levantes populares no final da década de 1970 passavam a preocupar cada vez mais.

Numa dessas ocasiões, no dia 30 de novembro de 1979, Figueiredo foi visitar Florianópolis, em Santa Catarina, e, entre uma agenda e outra, no meio da rua, em vez de ser ovacionado pelos presentes o general teve que ser contido entre empurrões e xingamentos. As agressões levaram sete estudantes presos, enquadrados na LSN. O episódio, conhecido como “Novembrada”, levou a revista *Veja* a reconhecer, na ocasião, que a abertura política não aguentaria esse ritmo, dado o número de grupos insistindo no confronto. “O que está claríssimo é que o país deve condenar, sem nenhuma hesitação ou complacência, a desordem e seus promotores – sob pena de termos todos nós, de pagar a conta” (1979, nº 587). Em novembro de 1981, estudantes repetiram o episódio de confronto, agora contra a visita do ex-secretário de Estado estadunidense, Henry Kissinger. “Os tumultos [...] marcam o reaparecimento, entre parte dos estudantes brasileiros, de uma lamentável forma de ação política”, sob o deplorável apoio do “chefe do principal partido de oposição” (1981, nº 690). Essa é “a democracia relativa, tão a gosto da classe política deste país”, completou *Veja*.

A reivindicação dos setores historicamente alijados das decisões políticas do país empurrava *Veja* para mais perto de uma defesa da ordem pública. “O radicalismo pode envenenar a vida sindical do país e desgastar inutilmente as relações de trabalho”; basta que as empresas, ante uma “reivindicação inaceitável”, neguem aumento aos trabalhadores e inicia-se o ciclo de paralisações (1979, nº 583). Por mais que muitos operários nem queiram parar suas atividades, isso “é irrelevante, para os cultores do grevismo [...], basta organizar bons piquetes e as pessoas vão deixando de entrar nas fábricas. Está pronta a greve” (1979, nº 583).

No primeiro semestre de 1980, o total desentendimento entre governo e oposição, entre patrões e operários, ameaçava a estabilidade social do país. De um lado, lideranças sindicais buscavam uma greve – fora da linguagem da negociação, mais próxima do “ataque a um inimigo” –; e, do outro, o governo desfilava por São Paulo sua “beligerância anti-sindical” (1980, nº 605). Distantes do “rumo legítimo da negociação e do jogo de interesses”, a discussão salarial brasileira tendia “mais e mais a se transformar numa sucessão de operações de guerra”, e tudo o que a nação menos necessitava era de testes de força nesse momento, lamentava *Veja* (1980, nº 605).

Vencidos os grevistas pela ação de “quem tem mais força” (1980, nº 610), era necessário derrotar por completo o “novo sindicalismo” e sua metodologia grevista. O exemplo da maior empresa automobilística do Brasil se tornou um emblema desse enfrentamento da *Veja* aos radicais das fábricas. “O movimento anunciado pela Volkswagen, naturalmente, já se viu desde o primeiro momento bombardeado pelas críticas do sindicalismo militante [...]. É aquela monotonia de sempre – acusa-se a Volkswagen, no caso, de agir em seus próprios interesses” (1980, nº 610).

Segundo a revista, o “novo sindicalismo” nada mais era do que a velha versão do jogo político que opõe “dirigentes sindicais e os grupos ideológicos radicais que se formam à sua volta” de um lado, “e o governo e sua força” do outro, com os trabalhadores “simplesmente no meio” (1981, nº 652). “É a costumeira balbúrdia de grupelhos extremistas, clérigos de esquerda, políticos oportunistas e teóricos diversos tentando, cada qual a seu modo, influir e mandar no movimento sindical” (1981, nº 652).

Para o semanário, cabia ao governo seguir utilizando “sua artilharia pesada” contra esses grupos extremistas (1981, nº 652), já que a greve era um dos grandes símbolos da crise social que vinha abatendo em cheio as grandes cidades brasileiras no início da década de 1980.

As péssimas condições de vida acabavam por gerar tensões cotidianas, devidamente exploradas “por agitadores, grupos radicais e estrategistas da violência”; mas além da manutenção da ordem pública era preciso que a repressão policial agisse com “o máximo de moderação e habilidade”, em vez de adicionar “ainda mais combustível à fogueira” ao reprimir as multidões “equipados com armas de fogo” (1981, nº 679). O clima de

enfrentamento poderia adicionar retrocesso à transição democrática. Mas que os radicais não se enganassem: “o estado de emergência está aí, à disposição do governo, pronto para ser acionado – e se o agravamento das perturbações prosseguir, não adiantará nada dizer que o governo não tem legitimidade ou autoridade moral para impor medidas de manutenção da ordem”, reforçava *Veja* (1983, nº 775).

A agitação que prosseguiu em 1983 colocou a revista numa forte ofensiva em favor da repressão à ação sindical e aos setores de esquerda, na medida em que a primeira semana de abril “forneceu à sociedade brasileira o sinal de alarme mais estridente desde os anos caóticos de 1962/1963” (1983, nº 762). Entre o temor do retrocesso, caso as Forças Armadas apelassem à violência, e o desejo pela manutenção da ordem, *Veja* apelava à intervenção do governo e ao bom senso dos partidos de oposição que expulsassem os elementos mais extremistas dos seus quadros, a fim de que eles não contaminassem o percurso da restauração democrática. Os atos de selvageria e terrorismo que cortejaram a cidade mostraram a todos a tentativa de assalto ao Estado, tendo à frente grupos “esquerdistas, radicais e totalitários, que se hospedam no PMDB, no PT e em organizações de fachada” (1983, nº 762). Deixar de reprimir os responsáveis “será permitir que eles se tornem os condutores das mudanças de que o país necessita” (1983, nº 762).

Em julho de 1983, o governo interveio nos sindicatos dos petroleiros e metalúrgicos de São Bernardo do Campo após mais uma greve. “Derrotadas em toda a linha no teste democrático das urnas, quando suas propostas políticas não conseguiram interessar praticamente ninguém”, as lideranças do PT buscam agora contestar a ordem política por meio de greves sem qualquer fundamento trabalhista, disse *Veja*. “Ruim de voto, o PT se julga bom de greve”, mas “se a situação chegar ao ponto de ruptura, permanecerá o fato de que a suspensão das liberdades públicas terá sido provocada, na prática, pelo aventureirismo de uma organização partidária” (1983, nº 775).

Já em 1984, numa greve das universidades públicas, *Veja* afirmou que o prejuízo do contribuinte era enorme, diante de salas de aulas e laboratórios fechados, e os culpados seriam os próprios servidores, que, além de oferecerem uma qualidade lamentável do ensino, tornavam a universidade brasileira “cada vez mais distante de sua função

primordial”, reduzindo-a, progressivamente, “a uma arena de disputas sindicais” (1984, nº 829).

Se na passagem da década de 1970 até a véspera do Colégio Eleitoral a crise econômica e as consequentes paralisações trabalhistas preocupavam os próceres da transição, o advento da anistia mobilizava a *Veja* em defesa de dois argumentos, basicamente: garantir a pacificação nacional e evitar a culpabilização dos agentes do Estado. A revista fez uma pesquisa de opinião em abril de 1979 a fim de medir o grau de importância do tema para a população brasileira. O resultado defendia que a sociedade não apoiava uma proposta de anistia ampla, geral e irrestrita. “A ideia de que se deve pura e simplesmente anistiar quem matou funcionário de banco, agentes de polícia ou meros passantes não conta com apoio da maioria dos brasileiros [...]. Neste momento, ela é apenas a expressão de um grupo” (1979, nº 554).

Posteriormente, o que se viu foi uma defesa incontestada da proposta de anistia do governo, uma condenação da oposição que votou contrária ao texto final aprovado (1980, nº 633) e um elogio ao modo como a ditadura vinha conduzindo todos os debates até ali. A anistia é “um passo no rumo da luz, e sem dúvida o governo marca pontos ao tomá-lo, mesmo porque mostra ao país que está conduzindo com firmeza, em ordem e sob absoluto controle o processo político” (1979, nº 564).

Entretanto, em 1982, crescia um movimento interno no PMDB que pregava a necessidade de “‘pôr no banco dos réus’ os que ‘mataram, corromperam e usurparam’”, o que *Veja* considerava inadmissível. “Quando o governo e seu partido reagem dizendo que manifestações deste quilate são radicais, provocadoras e vingativas”, chamando “o atual impulso da oposição de revanchista, não está fazendo nada mais que constatar a realidade” (1982, nº 712).

Para *Veja*, se a anistia não era o problema central da nação, tampouco era capaz de transformar alguém em democrata (1979, nº 564). Na prática, nem mesmo o medo entre a população, que havia às vésperas do retorno dos anistiados, se confirmou, pois “não foi preciso mais que alguns dias, talvez algumas horas, para ficar claro que não ia acontecer nada”, tamanha a extensão do projeto de abertura levado adiante pelo governo (1981, nº 651).

Talvez o único anistiado político que tenha causado claro desconforto ao semanário tenha sido Leonel Brizola (PDT-RJ). Em 1983, quando era governador do Rio de Janeiro, Brizola afirmou que *Veja* estaria participando “de uma ‘conspiração’ para ‘desestabilizar’, ao mesmo tempo, tanto o seu governo como o do presidente da República” (1983, nº 785). De acordo com a revista, além de uma acusação descabida, não fazia sentido algum Brizola querer confundir-se com Figueiredo, em razão dos grandes feitos levados adiante pelo general. “VEJA sempre soube registrar os êxitos políticos de um presidente que decretou a anistia, levou a cabo eleições diretas para os governadores estaduais e tem garantido as liberdades individuais e públicas” (1983, nº 785).

O comportamento da Igreja Católica foi outro objeto de análise da revista, especialmente no início do governo Figueiredo, condenando-a em seus posicionamentos favoráveis à greve, à esquerda e contra a ditadura. “Estabeleça-se desde logo que, se há no episcopado uma considerável corrente moderada, por comodismo, medo ou astúcia, ela não combate o radicalismo de esquerda com o qual secretamente diz não compactuar” (1980, nº 634).

Havia uma relação cada vez mais hostil entre os militares e a hierarquia religiosa que não conseguia “controlar parte do clero” que se colocava mais “à esquerda no espectro político” (1979, nº 553). Na verdade, uma parcela dos religiosos passou a dar suporte aos diversos movimentos civis pelo fim imediato da ditadura, e isso incomodava as Forças Armadas. “Interessa à Igreja Católica defender alterações de fundo na sociedade brasileira. Não se indicam, com clareza, quais alterações seriam essas, nem como fazê-las”, mas se a Igreja está disposta a fazer política, o que muitos discutem se é apazível ou não, *Veja* espera que, “uma vez tendo decidido fazer política, a Igreja a faça direito” (1980, nº 608) e, por fim, assuma “a natureza política de suas ações” (1980, nº 634).

Quando “o ex-presidente da CNBB, cardeal Aloísio Lorscheider, informou à nação, dias atrás, que só o PT e a Tendência Popular do PMDB são movimentos políticos bons e decentes, enquanto todos os outros não passam de aglomerados pecaminosos”, a revista mais uma vez reforçou que a Igreja deveria abandonar essa fantasia de “que sua ação nada tem a ver com a política”, combatendo-a em sua ação social em defesa do retorno imediato da democracia (1980, nº 641). Por outro lado, para além do enfrentamento à

Igreja Católica, a revista se propunha a construir laços efetivos de entendimento entre os militares e os clérigos, uma vez que o bispado brasileiro se comprometesse com o afastamento dos radicais (1980, nº 634).

Em 1981, com a inflação seguindo descontrolada e a crise econômica fazendo sala, os trabalhadores de São Bernardo deram importante contribuição ao aceitarem cortar seus salários e jornada de trabalho em comum acordo com os patrões, disse *Veja*. “Um sinal de que a retórica radical e as palavras de ordem pregando o confronto podem ser preteridas em favor de decisões mais racionais”, derrotando a “ideologia proletária e discursos demagógicos”, optando por ficar do lado de seus interesses, e não do radicalismo (1981, nº 656).

Se para a revista tal acontecimento era um demonstrativo de que a ordem poderia se restabelecer no cenário sindical brasileiro, a gestão política do governo perdia a principal cabeça da abertura, com a saída do general Golbery. “O problema central do governo Figueiredo, vê-se agora, é que o ministro Golbery julgou que não deveria mais ficar dentro dele” (1981, nº 675). Soma-se ao desajuste político a gestão econômica que necessitava ser totalmente saneada – do descabido aumento de impostos, fruto “da ditadura fiscal quase absoluta em vigência no país” (1982, nº 717), aos projetos de reforma saídos “das grandes ideias que germinam entre seus colaboradores menos habilitados” (1980, nº 620). Tais equívocos motivaram, a partir de 1982, um aumento frequente no tom da crítica editorial.

A julgar pela naturalidade com que circulam certas ideias, tem-se frequentemente a impressão de que a máquina governamental está sofrendo de esquizofrenia profunda [...]. A última invenção a ser regurgitada das profundezas do corpanzil federal é um projeto de “reforma urbana” que se aproxima da fronteira da insânia. Um assalto afrontoso ao direito de propriedade [...]. O governo deixa claro, em todas as oportunidades, que não lhe passa pela cabeça permitir que a oposição, sobretudo a oposição de esquerda, governe um dia o país. No entanto, permite que germine no interior de seu corpo espasmos socialistas como a ideia da “reforma urbana” – um projeto em que o PT, por exemplo, se estivesse no poder, mexeria muito pouco, ou talvez até nada. Naturalmente, se o PT apresentasse um plano como esse, o governo imediatamente veria ali uma prova definitiva de marxismo-leninismo. Quando o plano sai de dentro dele próprio, porém, o governo não acha nada – fantasias socialistas, aparentemente, só são ruins quando são dos outros (1982, nº 700).

Com a insolvência econômica e as duríssimas medidas impostas pelo FMI, o Brasil entrou em 1983 tendo um João Figueiredo em completo desajuste com a população brasileira. Desde 1982, porém, a revista vinha defendendo o seu primado de liberalismo enquanto receita capaz de ultrapassar a crise. O poder público “terá de gastar menos, abandonar práticas de pirataria fiscal, controlar os custos das matérias-primas e as tarifas que impõe a todos, pagar o que deve, deixar de fazer caixa com juros estratosféricos” (1982, nº 724). No entanto, a sensação era de que “os responsáveis pela condução do país” não tinham noção para onde ele estava indo e “o futuro, mesmo o mais próximo”, era apenas “um ponto de interrogação”, definia *Veja* (1983, nº 756).

As conquistas da abertura, todas elas devidamente creditadas pela revista na conta do general, estavam se perdendo num “governo economicamente ruinoso” (1983, nº 770) que “sempre encontra espaço para piorar o que já está ruim. Os brasileiros, já há tempo, deixaram de acreditar em praticamente tudo o que o Estado lhes diz” (1983, nº 779). “Provavelmente não há, desde o descobrimento do Brasil, um governo pior do que este em termos de gerir o país” (1983, nº 796).

Em meio a uma inflação que passava dos 200 % ao ano, com o índice de desemprego nas alturas – era “como se o Brasil tivesse entrado numa guerra – e perdido” –, *Veja* passou a considerar necessário vencer os segmentos do governo que se sobressaíam para as eleições de 1985. “Com o atual governo perdeu-se a crença no presente”, e, “dentro de um sistema político que apresenta” Mário Andreazza ou Paulo Maluf para presidir o país, “perde-se a crença no futuro” (1983, nº 773). Os governistas passavam, agora, a ocupar o papel de protagonistas da grave crise que o país enfrentava (1983, nº 796). Em rota de colisão com os governistas, *Veja* iniciou a batalha definitiva em favor da campanha “Diretas Já”.

O fator “a impulsionar a eleição direta é a absoluta necessidade, neste momento de crise profunda pelo qual passa o Brasil, de que o próximo presidente tenha um genuíno respaldo da maioria da população para tomar as medidas capazes de tirar o país do buraco”, dizia *Veja* (1984, nº 802). A campanha em favor das eleições diretas mobilizou grande parcela da população – “mais de 80 % dos eleitores se juntam nessa posição” (1984, nº 804) – e, conforme o semanário, era o formato mais legítimo para a pacificação nacional, visto que o Colégio Eleitoral, composto por maioria governista, não

representava nem de perto a forte rejeição ao governo notada na sociedade. “Ninguém, em sã consciência, pode dizer que o governo tem a maioria do eleitorado brasileiro” (1984, nº 802).

De acordo com *Veja*, para que Maluf, Mário Andreazza, Aureliano Chaves ou qualquer outro candidato governista pudesse comprovar a resistência ou não aos seus nomes, seria justo que eles se colocassem sob o crivo do eleitor brasileiro por meio de votações diretas. “O presente sistema de eleição indireta tem o dom de obscurecer seja os méritos seja os defeitos dos candidatos” (1984, nº 803). Além disso, tal opção não parecia ser capaz “de gerar o mínimo de estabilidade” de que o país tanto necessitava “para fazer a sucessão sem traumas, rancores e divisões inconciliáveis”, conforme o planejado desde o início (1984, nº 812).

Entretanto a vontade popular não foi capaz de vencer as manobras governistas no Congresso. Derrotado o clamor das ruas, o que se viu posteriormente foi um povo de “comportamento sereno e civilizado”, que não transformou tal derrota “em histeria ou violência”, mas fez desse gesto uma demonstração de que a nação, em 1984, “se tornou muito mais madura do que era, para ir ao começo da história, em 1964”, enquanto o governo permanecia “com os mesmos temores, as mesmas desconfianças”, disse *Veja* (1984, nº 817).

Após a derrota da emenda Dante de Oliveira, fica ainda mais nítida essa mudança de postura da revista em relação ao governo, direcionando sua crítica a Paulo Maluf. Entre as muitas tentativas dos governistas para manobrar o Colégio Eleitoral, a principal delas foi em torno da fidelidade partidária, tida por *Veja* como um expediente que violentava a verdadeira composição congressual. “Esse disparate jurídico e político, na verdade, é mais um truque de um grupo que entrou na luta sucessória, foi derrotado por não encontrar apoio suficiente e, agora, tenta descobrir recursos burocráticos para tumultuar o quadro”, trabalhando na contramão “de uma transição pacífica” (1984, nº 847). Se os governistas estavam divididos sobre o como e quando do restabelecimento da democracia⁷⁵, fazendo de tudo para impedir o avanço da candidatura da oposição – fator

⁷⁵ Conforme *Veja*, quando Figueiredo retirou, em julho de 1984, a proposta de emenda que propunha o retorno definitivo das eleições diretas para 1988, o Brasil deu um passo atrás no projeto de redemocratização, em meio a um grau “sem precedentes de desagregação das forças do governo”, que,

preponderante para que Tancredo se tornasse finalmente uma “barbada” –, *Veja* temia a continuidade dos desequilíbrios econômicos, subsumidos no programa pedesista⁷⁶.

Por fim, eleito em janeiro de 1985, num momento em que o país passava a recuperar sua capacidade econômica, “interrompendo um processo recessivo que vinha se agravando ano após ano” (1984, nº 851), Tancredo Neves deveria “tomar posse sob os aplausos e com o apoio da maior parcela da população jamais reunida no Brasil”, e o governo deveria “honrar essa confiança” (1985, nº 852), orientando as transformações que o país necessitava, no caminho pelo qual vinha prospectando a revista.

próximo de seu término, se via “irremediavelmente dividido, desprovido de bases e incapaz de exercer ascendência efetiva sobre o partido” que o apoiava (1984, nº 826). Essa desarticulação do governo, retratada no noticiário da *Veja*, a poucos meses do Colégio Eleitoral, era um demonstrativo do quanto Figueiredo já não aglutinava mais as bases em torno de si e, por consequência, já não podia mais exercer tamanha influência sobre o semanário da Abril. Se Geisel, em sua alta posição política, conseguiu afastar sem rodeios uma possível candidatura de Silvio Frota, Figueiredo, ao contrário, não viabilizou em definitivo a sua saída condicionando com os setores políticos a ascensão de um aliado seu. Se Maluf não era o predileto do general no PDS, tampouco Figueiredo conduziu os pedesistas a escolherem outro nome que pudesse agregar os setores do partido rumo à vitória. O resultado da convenção partidária deu a Maluf a chance de chegar à presidência da República pelo voto indireto e deu a Figueiredo uma prova definitiva de que sua voz não conduzia mais a tropa. Seu governo fortemente rejeitado serviu apenas para Tancredo Neves, cujo personagem foi alçado à comandante da emergente democracia moldada pela ditadura.

⁷⁶ Quando o PDS se reuniu em convenção para escolher o seu candidato, os três concorrentes, Paulo Maluf, Mário Andreazza e Aureliano Chaves, apresentaram um projeto para a área econômica completamente avesso ao que vinha sendo executado pelo governo. “Se o governo executa políticas que mergulharam o país na recessão [...] e se os candidatos de seu partido sustentam que é indispensável mudá-las, fica-se sem entender quem está de que lado”, afirmou *Veja* (1984, nº 805).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a proposta inicial desta tese, foi possível perceber o quanto a experiência do passado recente do país – incluídos aí, especialmente, os elementos que teriam disparado o golpe de 1964 – permanecia latente na *Veja* no contexto da transição. No geral, a revista se manteve em constante proximidade com o discurso militar a fim de que a transição ocorresse sem retrocessos e coubesse dentro da ordem estabelecida, para que a chegada da democracia jamais trouxesse consigo uma nova “ameaça vermelha” depois de Tancredo empossado. A defesa do candidato peemedebista moderado e conciliador reforçava a tese de que as transformações viriam sem rupturas.

Foi possível compreender como se operaram a lembrança, o esquecimento e o silêncio, por meio dos usos políticos do passado, no instante em que o país passava de um regime a outro sem a participação popular e sem passar a limpo o golpe militar, a ditadura, seus crimes e seu legado.

Em específico, sobraram críticas à gestão econômica de Figueiredo. O semanário buscou defender uma diminuição da máquina pública e o menor intervencionismo governamental como solução para os problemas nacionais enfrentados, reafirmando que o crescimento da iniciativa privada dependeria também de uma sociedade ordenada, sem reivindicações em excesso ou movimento grevista. Quer dizer, mudança contendo permanência.

Se de algum modo o processo político da transição, no contexto histórico coberto por esta pesquisa, foi emoldurado pelos militares, a firme presença de segmentos populares da sociedade civil também se fez no período. Quer dizer, a abertura foi sendo protagonizada pela ditadura, porém a chegada definitiva de uma democracia contou em seu preâmbulo com forte pressão popular, inclusive nos seus últimos atos: do apelo da sociedade civil em favor das eleições diretas à derrota de um candidato pedesista no Colégio Eleitoral. Mesmo diante desse quadro, os militares buscaram balizar o caminho para a democracia até o fim, estabelecendo seus limites e ritos. Tancredo Neves e o PMDB não escaparam a isso. Pelo contrário, se adaptaram ao propósito.

Assim, por mais que em dado momento as insistentes ações de terror e tensão dos segmentos militares – subordinados a João Figueiredo dentro da máquina de Estado –

objetivassem frear a transição para a democracia, sob a justificativa da prevalência da “ameaça vermelha”, *Veja* se manteve em defesa da conciliação pelo alto – com os militares e demais moderados –, reiterando que o equilíbrio político para uma democracia duradoura adviria de um “centro forte e organizado” (1984, nº 828).

Se para as Forças Armadas a campanha pelo retorno das eleições diretas tinha inspiração no Partido Comunista do Brasil (PC do B) e as manifestações em curso no ano de 1984 representavam uma “escalada esquerdista”, pondo em risco a segurança nacional (VEJA, nº 807, p. 19), era preciso, então, repaginar as “Diretas Já” e, ao mesmo tempo, orientar os canais de diálogo capazes de garantir a sequência da transição sem cismas.

Assim, quando a pressão social ganhou corpo e os governadores peemedebistas se manifestaram de forma oficial em defesa do voto popular, em novembro de 1983 – já que durante todo aquele ano foram os militantes de esquerda os principais agentes vocalizando a democracia em eventos e comícios –, a revista reorientou o seu discurso e, também, passou a defender a campanha. Se até essa ocasião imperava o silêncio editorial na *Veja*, era porque, de certa forma, o semanário temia a repercussão de tais gestos democráticos no quartel e esperava uma orientação mais “ordenada” para, aí sim, participar do clamor pela eleição direta.

Foi então a partir de janeiro de 1984 que *Veja* inseriu em seu editorial, com maior constância, a defesa do pleito direto. Porém as “Diretas Já” no periódico tornavam-se agora uma imagem multicolorida, de massas quase disformes – dada a ampliação da participação dos mais diversos setores urbanos –, cujo apogeu, na derrota da emenda Dante de Oliveira, foi seguido de uma suprema resiliência e pacificidade dessa gente brasileira, como se uma outra vitória já estivesse delineada e por vir. E estava.

Estando a ditadura contra a parede, a saída encontrada para a chegada da democracia foi por intermédio dos segmentos liberais econômicos e politicamente moderados. Estes foram impelidos a ampliarem sua capacidade de interlocução e direção política do processo de transição diante da conjuntura posta e selaram acordos para garantir, sem atropelos, a regra legal prevista à época: o Colégio Eleitoral. Nesse instante, as esquerdas que haviam protagonizado os primeiros clamores democráticos se viram alijadas e

acabaram suscetíveis ante o discurso de acordo e conciliação vindo de quase todos os lados e, também, da *Veja*.

Mesmo assim, o medo de um novo golpe, que impusesse um retrocesso à abertura em curso, fora real até as vésperas da eleição no Colégio Eleitoral⁷⁷, e *Veja* prescreveu diuturnamente o comportamento ideal para que a transição ocorresse sem interdições ou traumas, pois a incontrolável crise econômica tornava a sociedade um vulcão a irromper em chamas, mantendo em voga no quartel a eterna “ameaça vermelha”.

Tancredo, portanto, fez uso de uma artimanha política que consistia em manter o diálogo com os segmentos do quartel, com os insatisfeitos no PDS e com a esquerda mais radicalizada no PMDB. Procurou esvaziar as ruas de comícios a fim de que sua candidatura não sinalizasse qualquer linha de enfrentamento aos militares e, politicamente, manteve viva a candidatura de Maluf, já que a desistência prematura do nome pedesista elevaria a temperatura da sucessão na caserna. Uma matemática nada simples para uma vitória eleitoral indireta que se prenunciava com certa facilidade.

Desse modo, o que havia de receio dos militares na ocasião da transição – o revanchismo civil, a ascensão da esquerda e o conseqüente banco dos réus aos torturadores das forças de segurança – ficou encoberto ao se abrir um corredor a eles próprios, pela estratégia política cirúrgica dos peemedebistas, quando alçada a candidatura conciliadora de Tancredo Neves. Foi o possível em meio às várias interrogações eleitorais que cercavam Paulo Maluf – um candidato “impossível” perante a opinião pública, para alguns grupos político-econômicos insatisfeitos no apagar das luzes ditatoriais e, conforme a revista, também para João Figueiredo (1985, nº 854, p. 27).

De certo que, para a *Veja*, a questão definitiva em torno da democracia residia na modernização do Estado, garantindo um tipo específico de progresso, isolando os

⁷⁷ De acordo com a revista, a partir do segundo semestre de 1984, Tancredo Neves temia um novo golpe militar que poderia ser dado pelo general Newton Cruz. Para conseguir resistir à possível escalada golpista, seus assessores montaram uma completa estratégia de fuga que o levaria a encabeçar o movimento de enfrentamento aos militares. “Acreditava-se que o general Cruz pudesse usar sua tropa para tomar Brasília num golpe de mão e, em outubro, quando se soube que ele determinara a realização de exercícios de simulação de defesa do Palácio do Planalto, supôs-se que o risco tivesse chegado ao seu ponto máximo” (VEJA, nº 854, p. 41). Com habilidade política, Tancredo foi debelando, um a um, os perigos de um golpe e, por fim, “roeu por dentro a conspiração” (VEJA, nº 854, p. 40).

segmentos tidos como extremistas à esquerda – acusada de ser a responsável pela instauração de uma ditadura militar em 1964 e pela crescente repressão em 1968⁷⁸. Daí, em 1983 – na abertura do ano legislativo –, tendo Figueiredo reforçado a necessidade de encontrar fórmulas capazes de conciliar mudança e continuidade, veio Tancredo Neves (1983, p. 363) – como se tivesse pegado a senha para o Planalto – e afirmou em seu derradeiro discurso no Senado:

Se a ação do radicalismo ideológico é desagregante, a do radicalismo partidário, levada ao extremo é infecunda e esterilizante. [...] A Nação na fase atual de sua evolução não comporta nem lutas partidárias acirradas, nem luta de classe exacerbada. (*Palmas*.) Há que encontrarmos, com urgência, o caminho do entendimento, se não em torno dos problemas menores do nosso povo, certamente em torno dos graves e complexos problemas de nossa ordem institucional e econômico-financeira.

O problema é que a crise econômica colocava o último dos generais na defensiva e o seu governo a leilão na medida em que se aproximava o Colégio Eleitoral. A base partidária já não seguia o comando e, politicamente, Figueiredo era mais um *iceberg* a naufragar qualquer aliado que um farol a conduzir um civil governista à vitória. Após a saída de Golbery do Couto e Silva em 1981 – o general havia percebido que o barco estava afundando com muita celeridade (NAPOLITANO, 2014)⁷⁹ –, uma lacuna se abriu no governo e a orientação política da abertura ficou órfã, o que causou temores no semanário.

Com a economia sofrendo constantes turbulências, as medidas do governo tornando-se sem efeito e o cenário internacional anunciando que o problema ia se estender por anos, restava ao ditador aceitar o papel secundário para a chegada da democracia ou estender o seu poder por mais um período. “Figueiredo falava tão mal de todos os candidatos porque, na realidade, ele tinha o seu. Era o general João Baptista de Oliveira Figueiredo”, segundo *Veja* (1985, nº 854, p. 24)⁸⁰.

⁷⁸ Na *Veja*, a ditadura militar se findou com o AI-5 em 1978. É importante frisar que Elio Gaspari, um desses escritores que revisitam a ditadura militar estabelecendo novas periodizações, fora diretor-adjunto da *Veja* na maior parte do período compreendido por esta pesquisa. Assim, entre 1979 e 1985, o termo ditadura não é um adjetivo para os anos Figueiredo. A nomenclatura convencionalmente utilizada na Carta ao leitor para designar esses anos é, simplesmente, governo ou regime.

⁷⁹ Mas, segundo o próprio Figueiredo (2000, p. 42), o motivo era outro. “Todo mundo pensa – só porque a imprensa falou – que o Golbery deixou o meu governo por causa do episódio do Riocentro. Mas a verdade é bem outra. A verdadeira causa foi mesmo o doutor Guilherme Romano. O Golbery queria fazer o grande amigo dele prefeito do Rio de Janeiro. [...] Eu não endossava a ideia”.

⁸⁰ O que o próprio João Figueiredo nega. Isso teria sido uma “grande sacanagem” do senador Marco Antônio Maciel (PDS-PE). “Para me puxar o saco ou maldosamente, incluiu meu nome na lista dos plebiscitáveis. [...] Imagina, reeleição para mim, eu que já não aguentava mais o convívio desgraçado daqueles infames”, completou Figueiredo (2000, p. 41).

Estando disposto ou não a seguir sua estada no Planalto, algo se tornou um fato histórico. Ao final desse percurso, Figueiredo acabou personificando um dado indelével: desde 1964 os militares não eram coadjuvantes de um processo eleitoral, e restou ao último general, enquanto ocupante da cadeira ditatorial, ser.

Figueiredo, já em 1983, passou a se comportar de modo errático do ponto de vista político, mandando sinais dúbios para os setores em disputa dentro do PDS. Ao mesmo tempo que legitimava o nome vitorioso da convenção partidária para ser o candidato pedesista à presidência, dizia ser necessário encontrar um outro nome que agradasse à nação e fosse capaz de unir o partido nas eleições indiretas. Tudo isso levou definitivamente os grupos em disputa à implosão do PDS e a desarticulação acabou por favorecer o partido opositor, suas negociações e seu candidato, o que agradava à *Veja*, nessa ocasião.

O último dos generais, então, se tornara personagem menor para a definitiva transição democrática dada a total desorientação que pairava sobre o seu governo, o que não passou despercebido na revista. No entanto, ficara compreensível, ademais, o quanto as Forças Armadas não podiam ser um segmento descartável para o desenlace do Brasil com uma democracia. A costura eleitoral entre parte dos governistas e opositores era o retoque final de um arranjo que envolvia a anuência do quartel no ritmo da candidatura de Tancredo Neves.

Entre uma saída dialogada para um tipo de regime que conciliasse interesses por meio do retorno dos militares aos quartéis e um abrupto corte sistêmico em favor de uma sociedade francamente democrática – passando a limpo todos os crimes da ditadura –, venceu a tese que gerava menos interrogações e estancava as rupturas. Os segmentos moderados da política e liberais da economia articularam a saída, laureados pelos militares, e estreitaram o horizonte democrático em mais uma mesa de negociação para ficar na história.

Na prática, a campanha pelas “Diretas Já” acabou servindo para muitos setores partidários opositores e neo-opositores como uma espécie de teste para medir os limites da transição naquela conjuntura e, no clima de concórdia que se seguiu, acabou por fazer

mais aliados do lado de Tancredo que de Maluf. Na verdade, desde março de 1984, Lula denunciava que parcela dos opositoristas vinha praticando um jogo político duplo. Na frente do público, mantinha-se o compromisso moral em favor do voto popular, mas, nos bastidores corriam as negociatas, disse o sindicalista à *Veja* (1984, nº 812, p. 27).

Para análise final desse quadro montado para o Colégio Eleitoral é importante incluir ainda o estado de saúde de Figueiredo, que, durante o governo, se afastou duas vezes para tratamento médico. Se na primeira vez restaram interrogações, mas não faltaram defesas enfáticas da legalidade em favor do vice Aureliano, na segunda *Veja* discorria sobre a normalidade reinante no país – reforçando a sua tese de que o Brasil caminhava de mãos dadas com a legalidade rumo à democracia.

Nesse clima de tranquilidade, Figueiredo deixaria em definitivo o Palácio do Planalto ao final do seu governo e, afastado qualquer retrocesso, o caminho estava aberto para negociações diversificadas e o surgimento de uma alternativa eleitoral para 1985 que trouxesse consigo o emblema da harmonia social e da mudança por meio da manutenção da ordem tão defendida pela ditadura militar.

Estando de saída, perdendo a autoridade da caneta, Figueiredo já não conseguia enquadrar quase ninguém. *La petite politique* e sua histórica demanda varejista, contingente, pegava em cheio também a ditadura em seu crepúsculo. O flerte que setores pedesistas vinham construindo em 1984 com a candidatura peemedebista tinha um custo consequente, impagável para qualquer general que logo estaria fora da cadeia presidencial. Deputados federais passaram a buscar os candidatos em busca de qualquer dinheiro “na condição de esmoleres”, degradando a “atividade parlamentar”, pontuava *Veja* (nº 843, p. 19), marcando assim o formato das interlocuções ocorridas para o Colégio Eleitoral de 1985.

Se o enterro da emenda Dante de Oliveira na Câmara foi, por conseguinte, o primeiro ato do cortejo fúnebre do personagem político Figueiredo e de sua base governamental⁸¹, foi também o momento em que o diálogo mais estrito e o amplo entendimento pelo alto ganharam corpo entre diversos políticos interessados no dia seguinte da Nova República

⁸¹ “A população, nas ruas, diz que quer ver na cadeia os candidatos que o atual sistema oferece. Quer cortar a cabeça do ministro responsável pela economia. Quer que o presidente da República vá embora”, reforçava *Veja* na semana anterior à derrota da PEC (1984, nº 816, p. 19).

– como se a ditadura, o crime de Estado e o arbítrio jamais tivessem existido. De acordo com a revista, Tancredo Neves sempre trabalhou com a certeza de que a emenda não passaria (VEJA, nº 854, p. 28), por isso o Colégio Eleitoral acabou se tornando um símbolo do (re)começo de uma era e dessa empreitada bem-sucedida em afastar os segmentos indesejados, subversivos e, supostamente, ameaçadores da transição.

Foi ainda no primeiro semestre de 1984 que Tancredo buscou convencer grupos dentro do PMDB que as diretas não eram viáveis, tampouco uma candidatura que exalasse qualquer “perigo vermelho” ou lembrança de revanchismo – num recado claro para Ulysses Guimarães. Coube ao senador peemedebista Fernando Henrique Cardoso esse papel de conversar com Ulysses em defesa do governador mineiro, segundo a revista. Inicialmente contrariado, posteriormente convencido, “Ulysses desempenhou um notável papel na tarefa de amarrar o PMDB e compor o partido com os dissidentes do PDS”, além de convencer “os recalcitrantes à esquerda do PMDB de que valia a pena aceitar a companhia de Sarney” a partir do segundo semestre (VEJA, nº 854, p. 31).

Apesar de defender um nome do partido oposicionista e das críticas ao programa econômico do governo ditatorial, *Veja* não passou a atacar enfaticamente o personagem Figueiredo. Assim, ao manter separada a crítica ao governo Figueiredo e à figura pública, a revista conservou a pregressa relação que se estabeleceu em torno do projeto de transição desde Geisel e acabou por consagrar a memória vitoriosa da chegada da democracia brasileira sem grandes traumas, em razão da eficiência dos militares na condução do processo de isolamento dos entes radicais tanto no quartel quanto nas ruas. Essa parcimônia com os generais – nesse caso em particular Geisel e Figueiredo – chegava ao ponto de tratar as ações terroristas castrenses como eventos isolados dentro das Forças Armadas e, pior, ignorava a permanente repressão política e seu nexos com o comando militar⁸².

⁸² Nessa entrevista póstuma de Figueiredo na revista *Veja*, o general fala muito claramente que o seu governo agiu no ataque aos grupos políticos mais à esquerda. “O pessoal da esquerda andava aprontando havia muito tempo. A gente sabia, observava, e ficava quieto. Até que algum maluco – nem sei se foi mesmo gente do nosso lado – fez aquela loucura do atentado da OAB que vitimou a dona Lyda Monteiro da Silva. Aí, eles passaram a exagerar nas ações de terrorismo. Não nos restou outra saída a não ser começar a repressão contra eles. Foi fogo” (FIGUEIREDO, 2000, p. 48).

Ainda nessa linha da transição conciliada, a Carta ao leitor tratou a corrupção na ditadura de forma menor, enquanto eventos aparentemente avulsos e não sistêmicos na gestão dos generais. Por exemplo, os casos de corrupção na Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunamam), na Previdência Social e na Coroa-Brastel – esse último, tido na ocasião como “o maior escândalo financeiro da história brasileira” – repercutiram, porém sem qualquer culpabilização do general Figueiredo. No máximo, *Veja* faz pedidos por investigação: “o governo poderia fazer um esforço prioritário nos próximos meses para apurar, pelo menos, se foram cometidos erros” (1984, nº 813).

Se no final de 1978, quando o AI-5 saía de cena, a revista desfiou o rosário dizendo com todas as letras que ditadura e corrupção eram categorias inseparáveis⁸³, após isso, nos editoriais analisados por esta pesquisa, mal se vê menção direta à palavra corrupção, por mais que ela estivesse entranhada em determinados setores da administração pública enquanto os militares mandavam no país⁸⁴.

Foi somente no início de 1985 que a palavra corrupção ganhou relevância nos editoriais. Após o Colégio Eleitoral, os “escândalos” herdados da ditadura passaram a ser denunciados em maior número, tendo como remédio definitivo para a cura o repetido enxugamento da máquina estatal. “Não haverá nenhuma solução digna deste nome, [...] sem uma profunda reforma do Estado brasileiro, de forma a reduzir as oportunidades concretas de roubo do dinheiro público [...]” (VEJA, 1985, nº 858)⁸⁵. Nesse caso, parece uma boa hipótese acreditar que as denúncias contra a ditadura só começaram a ser feitas após o adeus do último general. A apregoada liberdade existente desde 1978 não parece

⁸³ “Organizado como está, o regime em vigor no país é incompatível com uma gerência correta da administração pública, por mais honesto que seja, individualmente, este ou aquele administrador” (VEJA, 1978, nº 528).

⁸⁴ Em um único caso, em julho de 1981, em razão dos graves problemas que acometiam a Previdência Social, *Veja* pontua que, “por fraqueza ou corrupção”, o Estado não havia obrigado empresas a pagarem a sua parte no sistema, já que ele mesmo não havia pagado também. De todo modo, tal qual expôs *Veja*, não fica explícito o motivo que teria levado a esse “desastre da administração pública brasileira” (1981, nº 673). Apesar de, novamente, não atacar Figueiredo ou outros generais, o semanário reforça a incapacidade estatal na gestão dos recursos a serem arrecadados, o que evoca a sua defesa do liberalismo econômico.

⁸⁵ Não caberia aqui, nessas linhas, um exercício completo de comparação da maneira como *Veja* tratou, em contextos históricos diferentes, os “desvios” avulsos da ditadura e a “corrupção” sistêmica dos governos do PT. No entanto, a título de informação, em 2005 (um ano antes da eleição presidencial), após a divulgação de um vídeo em que um funcionário dos Correios recebe propina – segundo ele, a mando do então deputado federal e presidente do PTB, Roberto Jefferson –, a revista construiu uma série de capas, com longas reportagens especiais, sobre esse que teria sido o maior esquema de corrupção do Brasil, apelidado posteriormente de mensalão. Assim, a partir da denúncia, em meados de maio, foram praticamente 100 dias ininterruptos de matérias de capa contra o governo Lula e o PT. Sobre a série de reportagens da *Veja* acerca do Partido dos Trabalhadores no segundo semestre de 2005, ver: Dias (2018).

ter servido para que *Veja* investigasse mais a fundo o Estado e cumprisse o seu dever ante a opinião pública. Das duas, uma: ou essa liberdade não era tão ampla assim, como dizia a revista; ou, na tentativa de criar um ambiente sereno para a transição, o semanário se eximiu de cumprir a sua tarefa jornalística. Em todos os casos, *Veja* não se sai bem diante da conjuntura.

Por fim, com a vitória de Tancredo Neves, segundo *Veja* (1985, nº 855, p. 29), “nas ruas e praças, os brasileiros aplaudiam uns aos outros e, no fundo, aplaudiam a evidência de que o Brasil mudara”. Ao que Lula respondeu a reportagem num outro tom: “mudou como, se homens como Aureliano Chaves e José Sarney continuam no poder?” (1985, nº 855, p. 29). Surgido no semanário como uma espécie de convidado malquisto desse momento histórico, o PT decidiu “boicotar” o Colégio Eleitoral de 1985, argumentando que houve uma sabotagem das eleições diretas por parte do *establishment* político. Mesmo tendo definido questão contra a votação indireta, três dos oito deputados federais do partido participaram da eleição, votando em Tancredo Neves. Ao deixar o plenário na hora da votação, José Genoíno (PT-SP) disse: “acaba o regime, mas continua o domínio das classes dominantes” (1985, nº 855, p. 24).

FONTES

- PODEMOS CONVIVER COM AS GREVES? **Veja**, n. 522, 06 set. 1978.
- OS MILITARES E A SUCESSÃO. **Veja**, n. 523, 13 set. 1978.
- NICARÁGUA: um país em guerra civil. **Veja**, n. 524, 20 set. 1978.
- MDB 35% ARENA 43%. **Veja**, n. 525, 27 set. 1978.
- A BATALHA DE OUTUBRO. **Veja**, n. 528, 18 out. 1978.
- UMA REVOLUÇÃO NA IGREJA. **Veja**, n. 529, 25 out. 1978.
- CASO HERZOG: uma decisão que muda o país. **Veja**, n. 530, 01 nov. 1978.
- ELEIÇÕES: o futuro começa no dia 15. **Veja**, n. 531, 08 nov. 1978.
- O ESFORÇO FINAL. **Veja**, n. 532, 15 nov. 1978.
- O QUE AS URNAS DISSERAM. **Veja**, n. 533, 22 nov. 1978.
- DEPOIS DAS ELEIÇÕES: a volta das esquerdas. **Veja**, n. 534, 29 nov. 1978.
- COMO SE DEFENDER DA INFLAÇÃO. **Veja**, n. 535, 06 dez. 1978.
- O AI-5 JÁ VAI TARDE. **Veja**, n. 536, 13 dez. 1978.
- TEMPO DE ROBERTO CARLOS. **Veja**, n. 537, 20 dez. 1978.
- A COMPRA DA LIGHT: um bom negócio para quem? **Veja**, n. 539, 03 jan. 1979.
- O MINISTÉRIO FIGUEIREDO JÁ TEM O SEU ESQUEMA. **Veja**, n. 540, 10 jan. 1979.
- A VOLTA DE DELFIM. **Veja**, n. 542, 24 jan. 1979.
- A ESTRELA DO VERÃO. **Veja**, n. 544, 07 fev. 1979.
- REVOLUÇÃO NO IRÃ. **Veja**, n. 546, 21 fev. 1979.
- CARNAVAL: o que as escolas vão mostrar. **Veja**, n. 547, 28 fev. 1979.
- VAMOS FICAR SEM PETRÓLEO? **Veja**, n. 548, 07 mar. 1979.
- OS ANOS GEISEL. **Veja**, n. 549, 14 mar. 1979.
- FIGUEIREDO NO COMANDO. **Veja**, n. 550, 21 mar. 1979.
- O GOVERNO E OS SINDICATOS: diálogo depois do castigo? **Veja**, n. 552, 04 abr. 1979.
- ENERGIA NUCLEAR: estamos seguros? **Veja**, n. 553, 11 abr. 1979.
- LIQUIDADO: acabou a comédia de Idi Amin. **Veja**, n. 554, 18 abr. 1979.
- VIVENDO NO PAÍS DA INFLAÇÃO. **Veja**, n. 555, 25 abr. 1979.
- OS TESTES DO 1º DE MAIO. **Veja**, n. 556, 02 maio 1979.
- FLEURY: morte antes do julgamento. **Veja**, n. 557, 09 maio 1979.

ABC, QUESTÃO SOCIAL E O GOVERNO VAI DESATAR? **Veja**, n. 558, 16 maio 1979.

OS NOVOS HERÓIS DA TV. **Veja**, n. 559, 23 maio 1979.

DE VOLTA À CENA, MAS EM QUE LUGAR? **Veja**, n. 560, 30 maio 1979.

ANISTIA: para quem, quantos e como. **Veja**, n. 564, 27 jun. 1979.

ATALLA: o milagre acabou. **Veja**, n. 565, 04 jul. 1979.

A GUERRA DA ENERGIA: como evitar o desastre. **Veja**, n. 566, 11 jul. 1979.

FIGUEIREDO EXCLUSIVO. **Veja**, n. 569, 01 ago. 1979.

A REVOLTA DOS PEÕES. **Veja**, n. 570, 08 ago. 1979.

O BODE EXPIATÓRIO: a saída de Simonsen e a guerra no Ministério. **Veja**, n. 571, 15 ago. 1979.

BRIZOLA NA LEGALIDADE: o Brasil depois da Anistia. **Veja**, n. 573, 29 ago. 1979.

O JOGO DOS SALÁRIOS. **Veja**, n. 574, 05 set. 1979.

BRIZOLA CHEGA AO BRASIL COM O SEU PTB: conciliação ou confronto. **Veja**, n. 575, 12 set. 1979.

RUMO À CASA BRANCA: Kennedy entra na briga. **Veja**, n. 576, 19 set. 1979.

EXPLODE GONZAGUINHA. **Veja**, n. 577, 26 set. 1979.

O CULTO DO CORPO. **Veja**, n. 578, 03 out. 1979.

UNE: a esquerda na universidade. **Veja**, n. 579, 10 out. 1979.

MERCADO DE ARMAS: o Brasil entra no jogo. **Veja**, n. 580, 17 out. 1979.

LINCHAMENTO: a violência da multidão insegura. **Veja**, n. 582, 31 out. 1979.

O DESGASTE DAS GREVES. **Veja**, n. 583, 07 nov. 1979.

DEPOIS DA MORTE DA ARENA E MDB: quem ficou mais forte? **Veja**, n. 586, 28 nov. 1979.

O PRESIDENTE AGREDIDO: a desordem ameaça a abertura. **Veja**, n. 587, 05 dez. 1979.

O FUTURO E A CIÊNCIA. **Veja**, n. 591, 02 jan. 1980.

OS RUSSOS NO ATAQUE. **Veja**, n. 592, 09 jan. 1980.

UM TRUNFO DE GOLBERY NO JOGO DA ABERTURA. **Veja**, n. 593, 16 jan. 1980.

DELFIN OCUPA O MINISTÉRIO: tudo ou nada contra a inflação. **Veja**, n. 594, 23 jan. 1980.

FOTOGRAFIA: o Brasil de máquina na mão. **Veja**, n. 595, 30 jan. 1980.

JOÃOZINHO TRINTA O CARNAVALESCO. **Veja**, n. 598, 20 fev. 1980.

ELEIÇÕES DIRETAS, FIM DOS BIÔNICOS: o triunfo do voto. **Veja**, n. 600, 05 mar. 1980.

O MAGO DA ABERTURA. **Veja**, n. 602, 19 mar. 1980.

PARALISIA INFANTIL: as denúncias de Sabin. **Veja**, n. 604, 02 abr. 1980.

LULA, O GOVERNO E A GREVE: o preço da intransigência. **Veja**, n. 605, 09 abr. 1980.

INFLAÇÃO: o governo joga bruto. **Veja**, n. 607, 23 abr. 1980.

O GOVERNO, A IGREJA E O ABC: cerco aos sindicatos. **Veja**, n. 608, 30 abr. 1980.

O DILEMA AMERICANO. **Veja**, n. 609, 07 maio 1980.

A FACE DURA DO GOVERNO. **Veja**, n. 610, 14 maio 1980.

A MAIOR INFLAÇÃO DO SÉCULO. **Veja**, n. 615, 18 jun. 1980.

A ABERTURA E OS ARQUIVOS DA SEGURANÇA. **Veja**, n. 616, 25 jun. 1980.

A URSS E A OLIMPÍADA. **Veja**, n. 620, 23 jul. 1980.

A POLÔNIA EM GREVE. **Veja**, n. 625, 27 ago. 1980.

TERROR E SANGUE NO RIO: o país em perigo. **Veja**, n. 626, 03 set. 1980.

A NOVA VOZ DOS EMPRESÁRIOS. **Veja**, n. 627, 10 set. 1980.

AUTOMÓVEIS: o álcool deu certo. **Veja**, n. 628, 17 set. 1980.

A CRISE DA UNIVERSIDADE. **Veja**, n. 632, 15 out. 1980.

SALÁRIOS: o medo da classe média. **Veja**, n. 633, 22 out. 1980.

A CRISE DO PADRE VITO: governo x igreja. **Veja**, n. 634, 29 out. 1980.

A VOLTA DAS ELEIÇÕES DIRETAS: Miro sai na frente. **Veja**, n. 637, 19 nov. 1980.

INVESTIGAÇÃO NO TERROR. **Veja**, n. 638, 26 nov. 1980.

LENNON E O NOSSO TEMPO. **Veja**, n. 641, 17 dez. 1980.

A IMPLOÇÃO DE FARHAT. **Veja**, n. 642, 24 dez. 1980.

O ANO DE 1980. **Veja**, n. 643, 31 dez. 1980.

A REAÇÃO DOS MILITARES. **Veja**, n. 650, 18 fev. 1981.

FERNANDO GABEIRA: o escritor da abertura. **Veja**, n. 651, 25 fev. 1981.

CONDENADO. **Veja**, n. 652, 04 mar. 1981.

O BRASILEIRO CRUCIFICADO. **Veja**, n. 655, 25 mar. 1981.

A PRIMEIRA CARTA DA RECESSÃO: a luta pelo emprego. **Veja**, n. 656, 01 abr. 1981.

ATENTADO CONTRA REAGAN: o trauma americano. **Veja**, n. 657, 08 abr. 1981.

A MEDICINA DA BELEZA. **Veja**, n. 658, 15 abr. 1981.

O CINEMA NACIONAL FAZ FORTUNA. **Veja**, n. 660, 29 abr. 1981.

- 1º DE MAIO NO RIO: a volta do terror. **Veja**, n. 661, 05 maio 1981.
- FIGUEIREDO ENFRENTA A LUTA ARMADA. **Veja**, n. 662, 13 maio 1981.
- O APERTO ÀS MULTINACIONAIS. **Veja**, n. 671, 15 jul. 1981.
- A INVASÃO DO VÍDEO-CASSETE. **Veja**, n. 672, 22 jul. 1981.
- POR QUE OS ALIMENTOS CUSTAM CARO. **Veja**, n. 673, 29 jul. 1981.
- POR QUE GOLBERY FOI EMBORA. **Veja**, n. 675, 12 ago. 1981.
- A NOVA FACE DA RECESSÃO: desemprego. **Veja**, n. 676, 19 ago. 1981.
- PIQUET: o brasileiro voador. **Veja**, n. 679, 09 set. 1981.
- O PAÍS INQUIETO: o enfarte de Figueiredo. **Veja**, n. 681, 23 set. 1981.
- O VICE ASSUMIU. **Veja**, n. 682, 30 set. 1981.
- PENTECOSTAIS: o milagre da multiplicação. **Veja**, n. 683, 07 out. 1981.
- PREVIDÊNCIA, TERRAS, IMPOSTOS: a ofensiva social do governo. **Veja**, n. 687, 09 nov. 1981.
- CÂNCER: a cura está mais próxima. **Veja**, n. 689, 18 nov. 1981.
- O TÓXICO NAS ESCOLAS. **Veja**, n. 690, 25 nov. 1981.
- VOTO VINCULADO, COLIGAÇÕES PROIBIDAS: o pacote de novembro. **Veja**, n. 691, 02 dez. 1981.
- ARGENTINA: o golpe branco. **Veja**, n. 693, 16 dez. 1981.
- POLÔNIA: o golpe dos militares. **Veja**, n. 694, 23 dez. 1981.
- RONDÔNIA: uma nova estrela no oeste. **Veja**, n. 696, 06 jan. 1982.
- VIVA LUCINHA! **Veja**, n. 698, 20 jan. 1982.
- OS ESPORTES DO SOL. **Veja**, n. 700, 03 fev. 1982.
- O QUE HÁ DENTRO DOS CIGARROS. **Veja**, n. 701, 10 fev. 1982.
- OS MISTÉRIOS DO ESPAÇO. **Veja**, n. 702, 17 fev. 1982.
- O CARNAVAL DO TRIO ELÉTRICO. **Veja**, n. 703, 24 fev. 1982.
- DEPOIS DA INCORPORAÇÃO A ABERTURA DO PACOTE. **Veja**, n. 705, 10 mar. 1982.
- O FENÔMENO SANDRA: a televisão na batalha eleitoral. **Veja**, n. 712, 28 abr. 1982.
- MALVINAS O CERCO FINAL. **Veja**, n. 717, 02 jun. 1982.
- O CAMPEÃO DO HUMOR. **Veja**, n. 722, 07 jul. 1982.
- A GUERRA SE ALASTRA. **Veja**, n. 724, 21 jul. 1982.
- DELFIN MEDE SUA FORÇA. **Veja**, n. 725, 28 jul. 1982.
- CARTÕES DE CRÉDITO. **Veja**, n. 727, 11 ago. 1982.

- O MEDO DA GRANDE QUEBRA: o Brasil, a crise e a dívida. **Veja**, n. 731, 08 set. 1982.
- A MUSA DO ESPORTE. **Veja**, n. 732, 15 set. 1982.
- A CRISE BATE NO BRASIL. **Veja**, n. 733, 22 set. 1982.
- O CHAGUISMO EM CRISE. **Veja**, n. 735, 06 out. 1982.
- O GRANDE ELEITOR DA BAHIA. **Veja**, n. 736, 13 out. 1982.
- QUEM AVANÇA NA RETA FINAL. **Veja**, n. 740, 10 nov. 1982.
- A VITÓRIA DA ABERTURA. **Veja**, n. 741, 17 nov. 1982.
- O PODER DA OPOSIÇÃO. **Veja**, n. 742, 24 nov. 1982.
- REAGAN VEM AO BRASIL O BRASIL VAI AO FMI. **Veja**, n. 743, 01 dez. 1982.
- A VISITA DE REAGAN: a festa e a conta. **Veja**, n. 744, 08 dez. 1982.
- A DÍVIDA EXTERNA DEIXA O BRASIL SEM CAIXA. **Veja**, n. 745, 15 dez. 1982.
- ET: ele vem aí. **Veja**, n. 746, 22 dez. 1982.
1982. **Veja**, n. 747, 29 dez. 1982.
- O PESO DA MORATÓRIA. **Veja**, n. 749, 12 jan. 1983.
- EVITA: lenda, luxo e música. **Veja**, n. 750, 19 jan. 1983.
- MORREU A ALEGRIA DO POVO. **Veja**, n. 751, 26 jan. 1983.
- O DOSSIÊ DO JORNALISTA DESAPARECIDO. **Veja**, n. 752, 02 fev. 1983.
- PINAH, A CINDERELA NEGRA. **Veja**, n. 754, 16 fev. 1983.
- O CHOQUE DA MÁXI. **Veja**, n. 755, 23 fev. 1983.
- OS REIS DO LIVRO DIDÁTICO. **Veja**, n. 756, 02 mar. 1983.
- A MENSAGEM DA TRÉGUA. **Veja**, n. 757, 09 mar. 1983.
- A OPOSIÇÃO COMEÇA A GOVERNAR. **Veja**, n. 758, 16 mar. 1983.
- ESPIONAGEM NO PLANALTO. **Veja**, n. 759, 23 mar. 1983.
- O GRANDE SALTO DO ESPORTE. **Veja**, n. 760, 30 mar. 1983.
- INFLAÇÃO: por que os preços disparam. **Veja**, n. 761, 06 abr. 1983.
- AS LIÇÕES DO SAQUE. **Veja**, n. 762, 13 abr. 1983.
- DESEMPREGO: narrativas de uma tragédia brasileira. **Veja**, n. 763, 20 abr. 1983.
- UM POUCO EXPLOSIVO. **Veja**, n. 764, 27 abr. 1983.
- RITA, RAINHA DO ROCK. **Veja**, n. 766, 11 maio 1983.
- SUCESSÃO: Figueiredo quer o comando. **Veja**, n. 767, 18 maio 1983.
- A APOSENTADORIA COM MAIS DINHEIRO. **Veja**, n. 768, 25 maio 1983.
- O PACOTE DO ARROCHO: a última chance. **Veja**, n. 770, 08 jun. 1983.
- ZICO FOI EMBORA: o homem de 4 milhões de dólares. **Veja**, n. 771, 15 jun. 1983.

CASA PRÓPRIA: o pesadelo da prestação. **Veja**, n. 773, 29 jun. 1983.

O CORAÇÃO QUE ASSUSTA O PAÍS. **Veja**, n. 774, 06 jul. 1983.

O GRANDE PALHAÇO. **Veja**, n. 775 13 jul. 1983.

A CHEGADA DO ESCORTE. **Veja**, n. 778, 03 ago. 1983.

OS SUPERCOLÉGIOS. **Veja**, n. 779, 10 ago. 1983.

ECONOMIA: a receita da oposição. **Veja**, n. 781, 24 ago. 1983.

QUEREM A CABEÇA DE DELFIM. **Veja**, n. 782, 31 ago. 1983.

POR QUE HÁ NOVIDADES NA TV. **Veja**, n. 785, 21 set. 1983.

O CONGRESSO DIZ NÃO AO PLANALTO. **Veja**, n. 786, 28 set. 1983.

A GRANDE QUEBRA. **Veja**, n. 788, 12 out. 1983.

O BRASIL APRENDE INGLÊS. **Veja**, n. 789, 19 out. 1983.

UM DECRETO CONTRA A CLASSE MÉDIA. **Veja**, n. 790, 26 out. 1983.

REAGAN JOGA BRUTO. **Veja**, n. 791, 02 nov. 1983.

SUCESSÃO: Figueiredo se afasta do PDS. **Veja**, n. 794, 23 nov. 1983.

O BRILHO DA ESTRELA. **Veja**, n. 795, 31 nov. 1983.

O VALE-TUDO DO BRIZOLISMO. **Veja**, n. 796, 07 dez. 1983.

ARGENTINA: a exumação da ditadura. **Veja**, n. 800, 04 jan. 1984.

O TERROR NUCLEAR. **Veja**, n. 802, 18 jan. 1984.

MALUF. **Veja**, n. 803, 25 jan. 1984.

EU QUERO VOTAR PRA PRESIDENTE. **Veja**, n. 804, 01 fev. 1984.

AURELIANO. **Veja**, n. 805, 08 fev. 1984.

VITÓRIA NO MAR. **Veja**, n. 808, 29 fev. 1984.

CARNAVAL: o pique de Beth Carvalho. **Veja**, n. 809, 07 mar. 1984.

A VOZ DAS DIRETAS. **Veja**, n. 810, 14 mar. 1984.

SUPERBRIGA NO PLANALTO. **Veja**, n. 812, 28 mar. 1984.

O ATLETA DE OURO DO BRASIL. **Veja**, n. 813, 04 abr. 1984.

DIRETAS: um brado retumbante. **Veja**, n. 815, 18 abr. 1984.

DIRETAS: o bloqueio do governo. **Veja**, n. 816, 25 abr. 1984.

A HORA DE TANCREDO. **Veja**, n. 817, 02 maio 1984.

RETRATO DO JOVEM BRASILEIRO. **Veja**, n. 818, 09 maio 1984.

O BRASIL DECOLA PARA LOS ANGELES. **Veja**, n. 821, 30 maio 1984.

A OFENSIVA ANTI-MALUF. **Veja**, n. 823, 13 jun. 1984.

MEMÓRIAS DO CÁRCERE. **Veja**, n. 824, 20 jun. 1984.

O MUNDO ALEGRE DAS FM. **Veja**, n. 825, 27 jun. 1984.

TANCREDO JÁ. **Veja**, n. 826, 04 jul. 1984.

MICHAEL JACKSON: o astro total. **Veja**, n. 828, 18 jul. 1984.

PROFESSORES EM GREVE: a universidade doente. **Veja**, n. 829, 25 jul. 1984.

A VIRADA PRÓ-TANCREDO. **Veja**, n. 831, 08 ago. 1984.

INFERNO NA TORRE. **Veja**, n. 833, 22 ago. 1984.

MALUF: a candidatura ferida. **Veja**, n. 836, 12 set. 1984.

TANCREDO. **Veja**, n. 837, 19 set. 1984.

ECONOMIA: os dias negros estão indo embora. **Veja**, n. 840, 10 out. 1984.

O PREÇO DO COLÉGIO ELEITORAL. **Veja**, n. 843, 31 out. 1984.

O MALUFISMO EM RETIRADA. **Veja**, n. 846, 21 nov. 1984.

O GENERAL NEWTON CRUZ DEIXA A TROPA. **Veja**, n. 847, 28 nov. 1984.

CORAÇÃO ARTIFICIAL. **Veja**, n. 848, 05 dez. 1984.

A POPULARIDADE DO REGIME. **Veja**, n. 850, 19 dez. 1984.

O ANO DE 1984. **Veja**, n. 851, 26 dez. 1984.

O BRASIL EM TEMPO DE ROCK. **Veja**, n. 852, 02 jan. 1985.

O TIME DE TANCREDO. **Veja**, n. 856, 30 jan. 1985.

UM NOVO BRASIL NO EXTERIOR. **Veja**, n. 857, 06 fev. 1985.

MORTE NO ESCÂNDALO DOS NAVIOS. **Veja**, n. 858, 13 fev. 1985.

O XERIFE DE TANCREDO. **Veja**, n. 859, 20 fev. 1985.

QUEM MANDA NO BRASIL. **Veja**, n. 862, 13 mar. 1985.

REFERÊNCIAS

- A HISTÓRIA secreta da sucessão. **Veja**, São Paulo, n. 854, 16 jan. 1985.
- ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, p. 53-65, 2005.
- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. *In*: ABREU, Alzira Alves de (org.). **A democratização no Brasil**: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 67-102.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. *In*: ALENCASTRO, Luis Felipe de. **História da vida privada no Brasil**: Império. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 12-72.
- ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.
- ANDREAZZA. **Veja**, São Paulo, n. 807, p. 19-23, 22 fev. 1984.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.
- ATASSIO, Aline Prado. **A batalha pela memória**: os militares e o golpe de 1964. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e comportamento**: os valores presentes no discurso da revista *Veja*. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales**: memorias y esperanzas coletivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Tempos midiáticos: passado, presente e futuro em modos narrativos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 8, n. 2, p. 25-38, jul./dez. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENETTI, Marcia; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, ano VII, n. 1, jan./jun. 2010.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. v. 1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. v. 3. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BONET, Luciano. Anticomunismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UnB, 2004. p. 34-35.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL, Presidência da República. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. Revisão técnica: Paulo Vaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CALIL, Gilberto Grassi. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. **Segle XX**: Revista catalana d'història, 7, p. 99-126, 2014.

CARLOS REIS, José. O tempo histórico como “representação intelectual”. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, ano VIII, v. 8, n. 2, p. 1-21, maio/jun./jul./ago. 2011.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. *In*: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. p. 219-250.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. Os militares na liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Militares e Política**, n. 9, p. 83-104, jul./dez. 2011b.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Perante o Congresso Nacional, ao tomar posse no cargo de Presidente da República. **Biblioteca da Presidência da República**. Brasília, 15 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/02.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Autoritarismo afetivo**: a Prússia como sentimento. São Paulo: Escuta, 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In*: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56-119.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. *In*: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 91-106.

CIVITA, Victor. Carta do Editor: Nos dez anos de VEJA, uma reafirmação de princípios. **Veja**, São Paulo, ano 10, n. 523, p. 18-19, 1978.

CORDEIRO, Janaina Martins. “**A nação que se salvou a si mesma**”: entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

COSTA OLIVEIRA, Fabiane. Os usos políticos do passado: os atos rememorativos em torno do dia 31 de março de 1964. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Associação Nacional de História, 2013.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. Contribuições de Paul Ricoeur aos historiadores acerca da fenomenologia da memória. **Tempos Históricos**, v. 21, n. 2, p. 351-373, 2017.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MATINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. *In*: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (org.). **Sociedade política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 8-90.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

D’ARAÚJO, Maria Celina. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 573-597, jul./dez. 2012.

D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). **Ernesto Geisel**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DE LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

DEL ROIO, Marcos. Prefácio. *In*: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 7-13

DIAS, Max. O ano em que a estrela se partiu (2005). In: DIAS, Max. **Uma história do PT no discurso da Veja**. São Paulo: Fontenele Publicações, 2018. p. 151-224.

DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e Redemocratização no Brasil**: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Anistia**: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado. Vitória: Milfontes, 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FERREIRA, Rodrigo Otavio Seixas. “**A mão estendida em conciliação**”: a revista *Veja* e a transição política (Novembro de 1983 - Janeiro de 1985). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 167-205.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira. **Discurso à nação brasileira por ocasião do 20º aniversário da revolução**. 31 de março de 1984. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/13.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira. **Discurso de posse**. 15 de março de 1979. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse>. Acesso em: 22 mar. 2020.

FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira. Mortos não falam? **Veja**, São Paulo, ano 33, n. 1631, p.13-48, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Intercom, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. **Pro-Posições**, v. 13, n. 3 (39), p. 125-133, set./dez. 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Palavra e verdade: na filosofia antiga e na psicanálise**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZZOTTI, Juliana. A revista Veja e o obstáculo da censura. **Revista Olhar**, ano 3, n. 5-6, p. 1-9, 2001.

GAZZOTTI, Juliana. **Imprensa e Ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

GEISEL, Ernesto Beckmann. **Discurso no Clube da Aeronáutica, em Brasília, por ocasião do almoço comemorativo do 14º aniversário da revolução**. 31 de março de 1978. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/36.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

GOÉS, Walder de. **O Brasil do general Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, Maxlander Dias. A recorrente “ameaça vermelha” e seus efeitos no contexto da transição para a democracia. *In*: PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco *et*.

al. **Das utopias ao autoritarismo**: historiografia, memória e cultura. Serra: Milfontes, 2019. p. 147-160.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos revolucionários de primeira hora ao “Partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004. p. 141-159.

GUZZO, José Roberto. Carta ao leitor. **Veja**, São Paulo, ano 13, n. 670, p. 13, 1981.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. II. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HARTOG, François. O tempo desorientado. *Tempo e História*. Como escrever a história da França? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 5, n. 7, p. 7-28, jul. 1997.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HEINZ, Flavio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flavio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 7-15.

HENNING, Paula. **Efeitos de sentido em discursos educacionais contemporâneos**: produção de saber e moral nas ciências humanas. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização**: uma análise semiótica. Salvador: Edufba; Maceió: Edufal, 2004.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

KECK, Margareth. A transição brasileira para a democracia. In: KECK, Margareth. **PT – A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 37-63.

KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial: Fapesp, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LACERDA, Gislene Edwiges de. **O movimento estudantil e a transição democrática brasileira**: memórias de uma geração esquecida. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular: Ed. da UFSC, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Venício A de. **Liberdade de expressão vs. liberdade de imprensa**: direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MACIEL, David. A aliança democrática e a transição política no Brasil. *In*: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 269-301.

MACIEL, Fred. Armas e campo: participação contrarrevolucionária camponesa na Nicarágua sandinista. **Tempos Históricos**, v. 17, p. 344-363, 2º semestre de 2013. MARANHÃO, Carlos. **Roberto Civita**: o dono da banca – A vida e as ideias do editor da Veja e da Abril. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1996.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. revista e ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Comunicação, tempo, história**: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFF, Niterói, 2010.

MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil**: o projeto militar. Campinas: Papyrus, 1995.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **O Jôgo da Verdade**. 2. ed. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional. 1970.

MELO, Demian Bezerra. A miséria da historiografia. **Revista Outubro**, n. 14, p. 111-130, 2º semestre de 2006.

MELO, Demian Bezerra. Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, ano XIII, n. 27, p. 39-53, 2º semestre de 2012.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas** – a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água: Fapesp, 2001.

MORAES, João Quartim de. A natureza de classe do Estado brasileiro. *In*: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 61-104.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013a.

MOTTA, Luiz Gonzaga. MEDIAÇÃO + REPRESENTAÇÃO: matriz conceitual e operacional para análise dos conflitos de poder no jornalismo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22., 2013, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2013b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea**: historia y problemas del siglo XX, Año 3, Volumen 3, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NASSIF, Luís. **O caso de Veja**: a mudança de comando. 2008. Disponível em: <https://sites.google.com/site/luisnassif02/amudançadecomando>. Acesso em: 2 abr. 2020.

NEVES, Tancredo. **Diário do Congresso Nacional** (Seção II). 15 mar. 1983. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/4586?sequencia=25>. Acesso em: 25 fev. 2021.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982). 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PEREIRA, Lauro Ávila. **As revistas Isto é e Veja na transição política brasileira (1976-1984)**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PLATÃO. **A República**. 2. ed. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 2007.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX** (Livro 4). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 207-241.

QUEIROZ, Silvia Maria Brandão. **Dialogando com Paul Ricoeur: a dimensão política da memória traumática**. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

RAMPINELLI, Waldir José. O terrorismo de Estado na Argentina. **Rebela**, v. 1, n. 3, p. 356-362, fev. 2012.

RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014a. p. 7-23.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014b.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RENAULT, Dacio. **Jornalismo e História: o jornalista como historiador do presente**. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UNB, Brasília, 2011.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e pretensão de legitimidade**. Londrina: Eduel, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014a. p. 172-185.

RODEGHERO, Carla Simone. Pela “pacificação da família brasileira”: uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 67-88, 2014b.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007.

SILVA, Carla Luciana. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Cascavel: Unioeste, 2009.

SILVA, Carla Luciana. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2005.

SILVEIRA, Caren Santos da. **A construção do sujeito representativo da oposição liberal nas páginas da revista *Veja* (1979-1988)**. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SKINNER, Quentin. **Visões da política sobre os métodos históricos**. Portugal: Difel, 2002.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado – o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. O papel das elites nas transições democráticas. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 55-60, mar. 2014.

SOUZA, Ulysses Alves de. A História Secreta de Veja. *In*: **Imprensa**, nº 13, p. 75-105, set. 1988.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**: Florianópolis: Insular, 2009a.

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas conseqüências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 56-69, dez. 2009b.

STEPAN, Alfred. **Militares**: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Estudos brasileiros, v. 92).

TAMBOSI, Orlando. Jornalismo e teorias da verdade. **Intercom** - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2007.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988). **Aedos**, v. 5, n. 13, p. 58-79, ago./dez. 2013.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 243-282.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TESSITORE, Viviane. Projeto “BRASIL: NUNCA MAIS”: reconstrução histórica, recuperação e aplicação da metodologia. **Projeto História**, São Paulo, n. 50, p. 275-288, ago. 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. Teses revisionistas sobre 1964: democracia e golpismo. *In*: VALLE, Maria Ribeiro do (org.). **1964-2014**: Golpe militar, história, memória e direitos humanos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 27-39.

TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. 3. ed. ampliada. Brasília: Editora Ser, 2007.

VEJA ESPECIAL: 40 anos. São Paulo, ano 40, n. 2077, 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. **Travessia da abertura à Constituinte 1986**. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VIEIRA, Vera Lúcia. As constituições burguesas e seus limites contra-revolucionários. **Projeto História**, São Paulo, n. 30, p. 99-126, jun. 2005.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira** – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Intercom, 2002.

WEINRICH, Harald. **Lete**: arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

YERUSHALMI, Yosef Hayim *et al.* **Usos do esquecimento**: conferências proferidas no colóquio de Royaumont. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE I

setembro 1978

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
522	greve	censura
523	fim do AI-5	gestão econômica violação dos DH
	redemocratização anistia greve sindicalismo ordem pública	
524	redemocratização	
525	redemocratização	eleições 1978

outubro 1978

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
528	oposição	corrupção
	redemocratização	
529	oposição	

novembro 1978

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
530	fim da censura	corrupção
531	conciliação	gestão política
	oposição	
532	conciliação	
533	conciliação	
	ordem pública	
534	esquerda	

dezembro 1978

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
535		inflação
536	fim do AI-5	
537		violação dos DH

		Recorrência
Recorrência de subtemas	Subtemas Favoráveis	20
	redemocratização	4
	oposição	3
	conciliação	3
	greve	2
	fim do AI-5	2
	manutenção da ordem	2
	anistia	1
	sindicalismo	1
	fim da censura	1
esquerda	1	

		Recorrência
Recorrência de subtemas	Subtemas Contrários	7
	violação dos DH	2
	gestão econômica	1
	eleições 1978	1
	corrupção	1
	gestão política	1
	inflação	1
	censura	1

APÊNDICE II

janeiro 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
539		violação dos DH
540	conciliação	
542	desenvolvimento econômico	

fevereiro 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
544		violação dos DH
546	conciliação	censura
547	fim da censura	

março 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
548	esquerda liberdade de imprensa	
549	redemocratização	restrição à imprensa
550	redemocratização	

abril 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
552	greve	gestão econômica
553	igreja católica	
554	anistia	
555		restrição à imprensa

maio 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
556	greve	
557	greve	
558		violação dos DH
559	redemocratização	
560	UNE	

junho 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
564	anistia	

julho 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
565	desenvolvimento econômico	
566	direitos humanos	violação dos DH

agosto 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
569	liberdade de imprensa	
570	greve	
571		restrição à imprensa
573		restrição à imprensa

setembro 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
574		restrição à imprensa
575	conciliação	
576	greve	
577	redemocratização	

outubro 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
578	oposição	
579	combate à inflação	inflação
580	esquerda	
582		violação dos DH

novembro 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
583	greve	
586		crise petrolífera

dezembro 1979

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
587	repressão à desordem	

		Recorrência
Subtemas Favoráveis		27
Recorrência de subtemas	greve	6
	conciliação	3
	redemocratização	3
	desenvolvimento econômico	2
	esquerda	2
	liberdade de imprensa	2
	anistia	2
	fim da censura	1
	igreja católica	1
	UNE	1
	direitos humanos	1
	oposição	1
	combate à inflação	1
manutenção da ordem	1	

		Recorrência
Subtemas Contrários		18
Recorrência de subtemas	violação dos DH	5
	restrição à imprensa	5
	censura	1
	inflação	3
	gestão econômica	1
	diplomacia	1

APÊNDICE III

janeiro 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
591	fim da censura	
592		violência
593	oposição	
594		inflação
595	combate à inflação	

fevereiro 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
598	oposição	

março 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
600	redemocratização	diplomacia
602		restrição à imprensa

abril 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
604		gestão econômica
605	greve	
607	oposição	
608	igreja católica	

maio 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
609		violação dos DH
610	greve	

junho 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
615		violação dos DH
616		violência

julho 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
620		gestão política

agosto 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
622	política salarial	

setembro 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
626	oposição	terrorismo estatal
627	oposição	
628	sindicalismo	

outubro 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
632	oposição	corrupção
633	oposição	
634	igreja católica conciliação	

novembro 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
637	redemocratização	
638	oposição	

dezembro 1980

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
641	igreja católica	
642		gestão econômica
643		gestão econômica gestão política

		Recorrência
Subtemas Favoráveis		20
Recorrência de subtemas	oposição	8
	igreja católica	3
	redemocratização	2
	greve	2
	fim da censura	1
	combate à inflação	1
	política salarial	1
	sindicalismo	1
	conciliação	1

		Recorrência
Subtemas Contrários		16
Recorrência de subtemas	inflação	3
	gestão econômica	3
	violência	2
	violação dos DH	2
	gestão política	2
	diplomacia	1
	restrição à imprensa	1
	corrupção	1
	terrorismo estatal	1

APÊNDICE IV

janeiro 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
-	-	-

fevereiro 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
650	oposição	
651	redemocratização	

março 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
652	sindicalismo	
655		gestão econômica

abril 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
656	sindicalismo	
657		terrorismo estatal
658	oposição	
660		gestão econômica

maio 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
661		terrorismo estatal gestão política
662	conciliação	

junho 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
-	-	-

julho 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
671	redemocratização	
672	oposição	
673		gestão econômica

agosto 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
675		gestão política
676		gestão econômica

setembro 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
679	repressão à desordem	
681	redemocratização	
682	oposição	

outubro 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
683	redemocratização	

novembro 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
687	redemocratização	
689	redemocratização	
690	oposição	eleições 1982

dezembro 1981

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
691		eleições 1982
693	oposição	
694	esquerda	

		Recorrência
Subtemas Favoráveis		17
Recorrência de subtemas	oposição	6
	redemocratização	6
	sindicalismo	2
	conciliação	1
	manutenção da ordem	1
	esquerda	1

		Recorrência
Subtemas Contrários		10
Recorrência de subtemas	gestão econômica	4
	terrorismo estatal	2
	gestão política	2
	eleições 1982	2

APÊNDICE V

janeiro 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
696		gestão econômica
698		eleições 1982

fevereiro 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
700		gestão política
701		corrupção
702		gestão política
703	oposição	

março 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
705		gestão política

abril 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
712	oposição	

maio 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
-	-	-

junho 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
717		gestão econômica

julho 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
722		inflação
724		gestão econômica
725		gestão econômica

agosto 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
727	oposição	
		gestão política

setembro 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
731	pagamento da dívida	
732	redemocratização	
733		gestão econômica

outubro 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
735	oposição	
736	oposição	

novembro 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
740	redemocratização	
741	redemocratização	
742	redemocratização	

dezembro 1982

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
743		restrição à imprensa
744		restrição à imprensa
745		gestão econômica
746		gestão econômica
747		gestão econômica

		Recorrência
Subtemas Favoráveis		10
Recorrência de subtemas	oposição	5
	redemocratização	4
	pagamento da dívida	1

		Recorrência
Subtemas Contrários		17
Recorrência de subtemas	gestão econômica	8
	gestão política	4
	restrição à imprensa	2
	eleições 1982	1
	corrupção	1
	inflação	1

APÊNDICE VI

janeiro 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
749		gestão econômica
750		gestão econômica
751		gestão econômica

fevereiro 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
752		corrupção
754		corrupção
755	desenvolvimento econômico	

março 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
756		gestão econômica
757	conciliação	
758	redemocratização	
759		terrorismo estatal
760	desenvolvimento econômico	

abril 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
761	oposição	
762	esquerda	gestão econômica
763		gestão econômica
764		restrição à imprensa

maio 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
766		gestão econômica
767	oposição	
768	oposição	gestão econômica

junho 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
770		gestão econômica
771		gestão econômica
773		gestão econômica gestão política

julho 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
774	conciliação	
775	manutenção da ordem conciliação	

agosto 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
778		gestão econômica
779		gestão econômica
781		gestão econômica
782		gestão econômica

setembro 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
785	oposição	
786		gestão econômica

outubro 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
788		corrupção
789	conciliação	
790	conciliação	

novembro 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
791		gestão econômica
794	João Figueiredo	
795		corrupção

dezembro 1983

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
796	João Figueiredo	gestão econômica

		Recorrência
Subtemas Favoráveis		16
Recorrência de subtemas	conciliação	5
	oposição	4
	desenvolvimento econômico	2
	João Figueiredo	2
	redemocratização	1
	manutenção da ordem	1
	esquerda	1

		Recorrência
Subtemas Contrários		25
Recorrência de subtemas	gestão econômica	18
	corrupção	4
	terrorismo estatal	1
	restrição à imprensa	1
	gestão política	1

APÊNDICE VII

janeiro 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
800	redemocratização	
802		campanha Diretas Já
803		campanha Diretas Já

fevereiro 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
804		campanha Diretas Já
805		gestão econômica
808	desenvolvimento econômico	

março 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
809		gestão econômica campanha Diretas Já
810		campanha Diretas Já
812		campanha Diretas Já

abril 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
813		corrupção
815		campanha Diretas Já
816		campanha Diretas Já

maio 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
817		campanha Diretas Já
818		PDS
821	desenvolvimento econômico	

junho 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
823		PDS
824		PDS
825	redemocratização	

julho 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
826		gestão política
828	conciliação	
829	greve	

agosto 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
831	conciliação	
833		gestão política

setembro 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
836		terrorismo político
837		gestão econômica

outubro 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
840	Tancredo Neves*	
843		colégio eleitoral

novembro 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
846		Tancredo Neves Paulo Maluf
847		PDS

dezembro 1984

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
848	Tancredo Neves*	
850		Tancredo Neves
851	desenvolvimento econômico conciliação	

		Recorrência
Subtemas Favoráveis		11
Recorrência de subtemas	desenvolvimento econômico	3
	conciliação	3
	redemocratização	2
	Tancredo Neves*	2
	greve	1

		Recorrência
Subtemas Contrários		24
Recorrência de subtemas	campanha Diretas Já	9
	PDS	4
	gestão econômica	3
	gestão política	2
	Tancredo Neves	2
	colégio eleitoral	1
	corrupção	1
	terrorismo político	1
	Paulo Maluf	1

APÊNDICE VIII

janeiro 1985

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
852	conciliação	
856		corrupção

fevereiro 1985

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
857		corrupção
858		corrupção
859		gestão econômica

março 1985

	FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
EDIÇÃO	SUBTEMA	
862		gestão econômica

		Recorrência
	Subtemas Favoráveis	1
Recorrência de subtemas	conciliação	1

		Recorrência
	Subtemas Contrários	5
Recorrência de subtemas	corrupção	3
	gestão econômica	2